



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

MIRTES AURÉLIA BOARO SANTOS

**“EU NEM TENHO MEDO DA POLÍCIA, PORQUE JÁ TÔ GRANDINHA, TÔ  
ACOSTUMADA COM TIRO, NEM DOU BOLA, DURMO EM PAZ”: o confinamento e  
adultização da infância da família trabalhadora na comunidade Chico Mendes**

Florianópolis

2018

MIRTES AURÉLIA BOARO SANTOS

**“EU NEM TENHO MEDO DA POLÍCIA, PORQUE JÁ TÔ GRANDINHA, TÔ ACOSTUMADA COM TIRO, NEM DOU BOLA, DURMO EM PAZ”: o confinamento e adultização da infância da família trabalhadora na comunidade Chico Mendes**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Linha de Pesquisa Trabalho e Educação, para obtenção do Grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dra. Soraya Franzoni Conde

Florianópolis

2018

## DEDICATÓRIA

*À Deus por ter me amparado durante todo o percurso.  
À minha família, em especial ao meu esposo Nilzo,  
companheiro de todas as horas, que tanto me  
apoiou durante os momentos de intensos estudos.  
Ao meu genro Vítor e à minha filha Camila, amigos e cúmplices,  
dedicados e estudiosos, em quem me inspirei durante toda a trajetória.  
Ao meu filho Patrick,  
cujo amor e autenticidade me ensinam todos os dias, tanto à viver plenamente as  
alegrias,  
quanto à aprender com as dificuldades da vida.*

*À infância que permanece viva,  
mesmo sendo fragilizada por tantos  
obstáculos.  
Às crianças da comunidade Chico Mendes enquanto protagonistas desse construto,  
que em meio à tantos enfrentamentos  
não desistem de sonhar, de encontrar  
modos de brincar,  
de continuar sendo e vivendo como criança.*

*Às famílias,  
que diante das condições adversas de vida,  
encontram forças,  
encorajando-se à lutar todos os dias, na labuta diária.*

*Aos profissionais da creche Chico Mendes,  
pelo compromisso e empenho com as crianças e suas famílias,  
especialmente diante das adversidades enfrentadas no contexto social.*

*E à todos que me encorajaram a não desistir desse sonho.*

## AGRADECIMENTOS

À Deus, pela generosidade em me dar a vida;

À minha família pelo apoio e compreensão;

À minha orientadora professora Dr<sup>a</sup>. Soraya Franzoni Conde, pela paciência e o carinho despendido nas orientações durante os caminhos da pesquisa;

Aos professores e Drs. Célia Regina Vendramini, Patrícia de Moraes Lima e Maurício Roberto da Silva, pelas contribuições no processo de qualificação, que me impulsionaram na busca de novos conhecimentos;

Aos companheiros da linha de pesquisa Trabalho e Educação, participantes dos Grupos de Estudos e Pesquisas sobre as Transformações no Mundo do Trabalho (TMT);

Às minhas queridas colegas do Grupo de estudos sobre o Trabalho, Educação e Infância (GETEI), que por intermédio dos encontros e processo de ampliação dos conhecimentos, possibilitaram-me delinear com mais clareza, a problemática e objeto da pesquisa.

À Secretaria de Educação de Florianópolis, Departamento de Educação Infantil e equipe de profissionais da Gerencia de Educação Continuada pela possibilidade de afastamento;

À equipe de profissionais da creche pesquisada Chico Mendes, à diretora e supervisora escolar, que foram bastante receptivas. Agradeço o carinho, a colaboração, o respeito e compartilhamento de um mesmo sonho, de uma vida digna para todas as crianças e famílias;

Às professoras e às crianças do grupo 5/6 que foram protagonistas desse estudo, pela linda acolhida e contribuição no campo de pesquisa, meu eterno agradecimento pela seriedade e compromisso com a educação pública de qualidade;

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Educação da UFSC, especialmente, da linha de Pesquisa Trabalho e Educação, pelas contribuições oferecidas em suas disciplinas;

E por fim, à todas as pessoas não enunciadas, porém, que fizeram parte da minha formação humana e profissional, meu sincero agradecimento.

## RESUMO

Este estudo é resultante dos questionamentos e indagações oriundas da experiência profissional desenvolvida enquanto docente na educação infantil em distintas unidades educativas, mais especificamente da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RMEF). A pesquisa parte das transformações no mundo do trabalho e as decorrentes mudanças na estrutura familiar e na infância, dadas pelo desenvolvimento do capitalismo. A mesma, ocorrerá pelo viés de uma creche municipal situada na comunidade Novo Horizonte, no entorno da popularmente conhecida comunidade Chico Mendes e caracteriza-se como uma comunidade onde residem famílias da classe trabalhadora. Esta pesquisa tem como problema de partida: Como as crianças da comunidade Chico Mendes vivem sua infância, enquanto constituintes da classe trabalhadora? A pesquisa se justifica diante da ausência de estudos referentes a temática, com bases na materialidade histórica, bem como na perspectiva Histórico-Cultural, constatada por meio do levantamento bibliográfico realizado. Pela importância em discutir a infância da classe trabalhadora e por instigar reflexão e a intensificação das lutas pela conquista da infância enquanto um tempo com especificidades próprias, de imaginação e da fantasia infantil que se materializa na brincadeira, livre de abreviação e exploração. Nosso objetivo geral é compreender como as crianças da comunidade Chico Mendes vivem a infância mediante sua condição de classe. Os objetivos específicos se concentram em analisar teórica e historicamente a concepção de infância, de classe da família trabalhadora a partir do materialismo histórico; examinar a produção acadêmica brasileira sobre a temática da “infância no contexto da família da classe trabalhadora”; depreender a história e a constituição social da comunidade Chico Mendes; verificar como se constitui a família trabalhadora da comunidade Chico Mendes; compreender a forma como as crianças experimentam e expressam a condição social da infância da família trabalhadora na comunidade. Em termos metodológicos, será realizada uma revisão bibliográfica para a compreensão das categorias infância, criança, família trabalhadora, classe social, cultura, com base na Perspectiva Histórico Cultural e também com vistas a analisar a produção acadêmica existente sobre a temática. A pesquisa, se apoiará na observação e no registro escrito em diário de campo, imagens fotográficas, sonoras e fílmicas das crianças. Para além disso, pretende-se verificar a condição de vida das famílias e crianças no contexto em que estão inseridas por meio de entrevistas com as famílias e de roda de conversas com as crianças.

**Palavras-chave:** Infância. Família Trabalhadora. Educação Infantil. Classe social. Cultura.

## ABSTRACT

This study is the result of the questionings and questions arising from the professional experience developed as a teacher in the children's education in different educational units, more specifically the Municipal Network of Teaching of Florianópolis (RMEF). The research starts from the transformations in the world of work and the consequent changes in family structure and childhood, given by the development of capitalism. The same will occur due to the bias of a municipal nursery located in the Novo Horizonte community, in the surroundings of the popularly known community Chico Mendes and is characterized as a community where families of the working class reside. This research has as a starting point: How do the children of the Chico Mendes community live their childhood as constituents of the working class? The research is justified in the absence of studies related to the theme, based on historical materiality, as well as on the Historical-Cultural perspective, verified through a bibliographical survey. For the importance of discussing the childhood of the working class and for instigating reflection and intensification of the struggles for the conquest of childhood as a time with its own specificities, imagination and childlike fantasy that materializes in play, free of abbreviation and exploitation. Our general objective is to understand how the children of the Chico Mendes community live their childhood through their class condition. The specific objectives focus on analyzing theoretically and historically the conception of childhood, of working-class class from historical materialism; to examine the Brazilian academic production on the theme of "childhood in the context of the working class family"; to understand the history and social constitution of the Chico Mendes community; verify how the working family of the Chico Mendes community is constituted; understand how children experience and express the social condition of working family childhood in the community. In methodological terms, a bibliographic review will be carried out to understand the categories of childhood, child, working family, social class, culture, based on the Historical Historical Perspective and also with a view to analyzing the existing academic production on the subject. The research will be based on observation and written record in field diary, photographic, sound and filmic images of children. In addition, it is intended to verify the living conditions of families and children in the context in which they are inserted by means of interviews with the families and of wheel of conversations with the children.

Keywords: Childhood. Working Family. Child education. Social class. Culture.

**LISTA DE FIGURAS**

<b>FIGURA 1 - LINHA DO TEMPO DA URBANIZAÇÃO DO BAIRRO MONTE CRISTO .....</b>	<b>38</b>
<b>FIGURA 2 - PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA COMUNIDADE CHICO MENDES. ....</b>	<b>40</b>
<b>FIGURA 3 - MAPA DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA COMUNIDADE CHICO MENDES .....</b>	<b>42</b>
<b>FIGURA 4 - LOCALIZAÇÃO DA CRECHE CHICO MENDES. ....</b>	<b>44</b>
<b>FIGURA 5 - FACHADA ATUAL DA CRECHE CHICO MENDES .....</b>	<b>46</b>
<b>FIGURA 6 - PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA COMUNIDADE NOVO HORIZONTE. ....</b>	<b>58</b>
<b>FIGURA 7 - PROJETO DE URBANIZAÇÃO E DE FORMALIZAÇÃO DA COMUNIDADE .....</b>	<b>59</b>
<b>FIGURA 8 - CHICO MENDES E NOVO HORIZONTE, CONTEXTOS DE CRIMINALIDADE. ....</b>	<b>61</b>
<b>FIGURA 9 - MAPA DO MEDO. ....</b>	<b>62</b>
<b>FIGURA 10 - REVITALIZAÇÃO DOS PARQUES E ÁREAS VERDES DO BAIRRO MONTE CRISTO. ....</b>	<b>64</b>
<b>FIGURA 11 - RECUPERAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA COMUNIDADE CHICO MENDES. ....</b>	<b>66</b>
<b>FIGURA 12 – O “CARANDIRU” DA COMUNIDADE CHICO MENDES. ....</b>	<b>67</b>
<b>FIGURA 13 - INFÂNCIA E INIQUIDADES SOCIAIS. ....</b>	<b>77</b>
<b>FIGURA 14 - A BORBOLETA E O OBSERVAR CONTEMPLATIVO DAS CRIANÇAS. ....</b>	<b>168</b>
<b>FIGURA 15 - A INFÂNCIA E SUAS FRAGILIDADES. ....</b>	<b>172</b>
<b>FIGURA 16 - OS ESPAÇOS DA INFÂNCIA NA COMUNIDADE CHICO MENDES. ....</b>	<b>174</b>
<b>FIGURA 17 – AS BRINCADEIRAS NO CONTEXTO DA CRECHE CHICO MENDES. ....</b>	<b>176</b>

**LISTA DE GRÁFICOS**

<b>GRÁFICO 1 - IDADE (PAIS ENTREVISTADOS PELA CRECHE)</b> .....	143
<b>GRÁFICO 2 - ESCOLARIDADE (PAIS ENTREVISTADOS PELA CRECHE)</b> .....	143
<b>GRÁFICO 3 - OCUPAÇÃO PROFISSIONAL (PAIS ENTREVISTADOS PELA CRECHE)</b> .....	144
<b>GRÁFICO 4 - RENDA MENSAL (PAIS ENTREVISTADOS PELA CRECHE)</b> .....	144
<b>GRÁFICO 5 - RECEBEM BENEFÍCIOS (PAIS ENTREVISTADOS PELA CRECHE)</b> .....	145
<b>GRÁFICO 6 - SOFREM PRECONCEITO (PAIS ENTREVISTADOS PELA CRECHE)</b> .....	145
<b>GRÁFICO 7 - IDADE (PAIS PARTICIPANTES DA PESQUISA)</b> .....	146
<b>GRÁFICO 8 - ESCOLARIDADE (PAIS PARTICIPANTES DA PESQUISA)</b> .....	146
<b>GRÁFICO 9 - OCUPAÇÃO PROFISSIONAL (PAIS PARTICIPANTES DA PESQUISA)</b> .....	147
<b>GRÁFICO 10 - RENDA MENSAL (PAIS PARTICIPANTES DA PESQUISA)</b> .....	147
<b>GRÁFICO 11 - FORMA DE MORADIA (PAIS PARTICIPANTES DA PESQUISA)</b> .....	148
<b>GRÁFICO 12 - RECEBEM BENEFÍCIOS (PAIS PARTICIPANTES DA PESQUISA)</b> .....	148
<b>GRÁFICO 13 - SOFREM PRECONCEITO (PAIS PARTICIPANTES DA PESQUISA)</b> .....	148



## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DO BAIRRO MONTE CRISTO PELO NÚMERO DE HABITAÇÕES .....</b>	<b>49</b>
<b>QUADRO 2 - FAIXA ETÁRIA DA POPULAÇÃO DO BAIRRO MONTE CRISTO .....</b>	<b>50</b>
<b>QUADRO 3 - ASPECTOS GERAIS DAS PRODUÇÕES.....</b>	<b>84</b>
<b>QUADRO 4 - ASPECTOS ESPECÍFICOS DAS PRODUÇÕES .....</b>	<b>86</b>

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

IEI	Instituição de Educação Infantil
PPP	Projeto Político Pedagógico da unidade
UNIVALI	Universidade do Vale de Itajaí
ACT	Admitido em caráter temporário
TMT	Núcleo de estudos sobre as Transformações do Mundo do Trabalho
GETEI	Grupo de Estudos sobre o Trabalho, Educação e Infância
IPUF	Instituto Predial e Urbano de Florianópolis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CAPROM	Centro de Apoio e Promoção do Migrante
CCM	Creche Chico Mendes
COHAB	Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina
AFLOV	Associação Florianópolis de Voluntários
PMF	Prefeitura Municipal de Florianópolis
APP	Associação de Pais e Professores
CED	Centro de Ciências da Educação
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
CEDEP	Centro de Educação e Evangelização Popular
PM	Polícia Militar
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Menor Adolescente
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
RBS/TV	Rede Brasileira Sul de Televisão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
SUS	Sistema Único de Saúde
BIRD	Banco Interamericano de Desenvolvimento
IDI	Índice de Desenvolvimento Infantil
PNE	Plano Nacional de Educação
<i>UNICEF</i>	<i>United Nations Children's Fund</i>
TV/NSC	Rede de Televisão Nossa Santa Catarina

ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
GT	Grupo de Trabalho
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RMEF	Rede Municipal de Educação de Florianópolis
SAM	Serviço de Assistência aos Menores
FEBEM	Fundações Estaduais de Bem Estar ao Menor
DSS/UFSC	Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina
FUNABEM	Fundação Nacional de Bem Estar ao Menor
CARMOCRIS	Conselho das Associações de Moradores da Região do Monte Cristo
CEPSH-UFSC	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos/Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
1 O LÓCUS DA PESQUISA .....	19
1.1 INTRODUÇÃO .....	19
1.2 PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO E A QUESTÃO DO MÉTODO .....	20
1.2.1 Os procedimentos da pesquisa .....	22
1.3 O CAMINHO PERCORRIDO PELA PESQUISADORA .....	32
1.3.1 Relatos de vivências: tempos de docência .....	32
1.4 APROXIMANDO-SE DO CONTEXTO DE INVESTIGAÇÃO .....	37
1.4.1 A constituição histórica da comunidade e creche Chico Mendes .....	37
1.4.2 Comunidade Chico Mendes e o modo de vida das famílias .....	47
1.4.3 O contexto da creche Chico Mendes .....	70
1.4.4 O perfil das famílias atendidas na creche Chico Mendes .....	71
1.4.5 Caracterização do lócus e sujeitos da pesquisa .....	74
2 UM BALANÇO SOBRE A INFÂNCIA DA CLASSE TRABALHADORA NAS PESQUISAS .....	82
2.1 OS CAMINHOS DA COLETA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA .....	82
2.2 DO PROBLEMA SOCIAL AO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO: A INFÂNCIA COMO OBJETO DA PESQUISA .....	88
2.2.1 O modo de vida da família trabalhadora observada nas pesquisas: relações de classe e desigualdade social .....	88
2.2.2 Cultura infantil e as formas de viver a infância no contexto familiar e comunidade .....	93
2.2.3 Políticas públicas de assistência à família trabalhadora e à infância .....	99
3 INFÂNCIA E RELAÇÕES DE CLASSE E CULTURA: AS MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS E A COMUNIDADE CHICO MENDES EM DEBATE.....	109
3.1 INFÂNCIA E SEUS DESAFIOS .....	109
3.2 A EMERGÊNCIA DA CONCEPÇÃO MODERNA DE INFÂNCIA NA PERSPECTIVA DO TRABALHO E DAS RELAÇÕES DE CLASSE .....	111
3.2.1 A infância contada na história: breve resgate sobre as transformações na família .....	111
3.2.2 A infância e o novo lugar social da criança na história .....	115
3.2.3 A história da infância no Brasil .....	118
3.3 O PROCESSO DE (DE)HUMANIZAÇÃO DA CRIANÇA NA SOCIEDADE DE CLASSES .....	124
3.3.1 A criança, sua humanização, classe e a cultura .....	124
4 “EU NEM TENHO MEDO DA POLÍCIA, PORQUE JÁ TÔ GRANDINHA, TÔ ACOSTUMADA COM TIRO, NEM DOU BOLA, DURMO EM PAZ”: A INFÂNCIA ADULTIZADA E CONFINADA NA COMUNIDADE CHICO MENDES .....	140
4.1 ENTRE VOZES E SILÊNCIOS: A APARÊNCIA E A ESSÊNCIA DA INFÂNCIA QUE SURGE.....	141
4.1.1 Dando voz aos sujeitos da pesquisa .....	142
4.1.2 Os lugares da infância na creche Chico Mendes .....	164
4.1.3 “Conta de novo a história do menino vendedor de chicletes prof.?” .....	177
4.2 OS LUGARES DA INFÂNCIA NA COMUNIDADE CHICO MENDES .....	188
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>191</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>200</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>208</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>222</b>

## INTRODUÇÃO

“A escolha de um tema não emerge espontaneamente, da mesma forma que o conhecimento não é espontâneo. Surge de interesses e circunstâncias socialmente condicionadas, frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos.” (MINAYO, 1994, p.90)

O presente estudo que tem como tema “a infância da família trabalhadora”, pretende por meio da pesquisa qualitativa, compreender como as crianças da comunidade Chico Mendes vivem a infância, mediante sua condição de classe. Os interesses e circunstâncias que permeiam a escolha desta temática, são frutos de motivações tanto pessoais, quanto profissionais. As primeiras, nos remetem a pensar sobre a vida simples, a infância modesta em que essa pesquisadora vivenciou. As demais motivações surgiram das experiências nos tempos de docência na educação infantil que ocorreram em contextos socioculturais distintos e do cotidiano das creches permeado por uma diversidade de vivências infantis, que ultrapassam mais de duas décadas na Rede Municipal de Educação de Florianópolis, SC.

Assim como essa escolha não se deu de forma espontânea, os conhecimentos que levaram-nos até aqui, de modo igual foram se constituindo ao longo de todo o processo de estudo do objeto e construção dessa pesquisa. O estudo sobre a “infância da família trabalhadora”, levou-nos a considerar elementos concludentes da atualidade, mas, fundamentalmente fez-nos reprofundar em elementos capazes de nos revelar a materialidade histórica dos eventos cruciais e circundantes à essa temática, que contribuem de forma exitosa na compreensão da infância ainda nesse tempo, na atualidade.

Para tanto, destacamos que ao longo da história, muitos autores se preocuparam em explicar as mudanças sociais que conceberam às crianças uma categoria social diferente da dos adultos, fazendo surgir o que é bastante difundido no meio literário por “sentimento de infância” (KLEIN, 2009). Porém, foi através do reconhecimento de realidades históricas negligenciadas por muito tempo, estudos sobre a história social da família e em específico sobre a criança, desenvolvidos no campo da educação, que a criança foi introduzida definitivamente nas pesquisas acadêmicas, afirmado a condição da infância como uma construção social (KLEIN, 2010).

Contudo, as mudanças históricas que ocorreram com o trabalho, com a família, em decorrência da emergência das relações capitalistas de produção não culminaram apenas na ideia moderna e nas condições objetivas de produção da vida humana, mas, segundo Klein (2009), modificaram a estrutura familiar e o modo de educar a criança. Tais condições, condicionaram

as transformações que se iniciaram com a divisão do trabalho e a organização da educação, distinguindo tais atividades para as diferentes classes, criando distinção também entre os filhos da burguesia e os filhos do proletariado.

Deste modo, o espaço da criança e da infância – com novo *status* – na sociedade da produção, passa a ser diferenciado também pela sua condição social. O desenvolvimento infantil, segundo Cheroglu & Magalhães (2016), desde a sua concepção, torna-se condição sob as formas concretas de vida e educação, pelas mediações sociais inegavelmente determinantes no seu desenvolvimento individual. Portanto, a partir desses eventos, a condição de ser criança, passa primeiramente pela condição social, das diferentes determinações a que elas são submetidas em função de sua origem de classe.

Há que se considerar o desenvolvimento infantil, como um processo culturalmente mediado e dependente das condições concretas nas quais ocorre. A história de vida de cada sujeito singular ocorre em condições sociais particulares, que refletem o lugar ocupado por ele em sociedade (CHEROGLU & MAGALHÃES, 2016, p. 107).

Com base nessas considerações, a pesquisa que se configura sobre a temática “infância,” em específico da família trabalhadora, decorre das imbricações, dos elementos de classe social especificamente, na constituição da infância dos filhos da classe trabalhadora, residentes na comunidade “Chico Mendes”<sup>1</sup>. A mesma se ancora em bases teóricas da materialidade histórica que concebem que a origem da criança, em relação ao seu pertencimento a uma determinada classe e aos diferentes contextos socioculturais, é fator determinante na produção de sua cultura sendo condição específica dessa infância. Em suas palavras, Miranda (1997, p. 129) define que:

[...] Na sociedade capitalista definida pelas relações estabelecidas entre classes sociais antagônicas, a origem da criança determina uma condição específica de infância. [...] Falar do que é natural na criança supõe a igualdade de todas as crianças. Pelo contrário, falar da condição de criança remete à consideração de uma criança concreta, socialmente determinada em um contexto de classes sociais antagônicas

---

<sup>1</sup> A comunidade Chico Mendes fica localizada em um bairro chamado Monte Cristo no município de Florianópolis em SC. O bairro Monte Cristo, atualmente está subdividido em três comunidades; Chico Mendes, Novo Horizonte e Nossa Senhora da Glória. Em épocas passadas não havia essa subdivisão e portanto, toda essa região era popularmente conhecida como Chico Mendes. No entanto, por questões políticas, aconteceram algumas mudanças de ordem geográfica e alterações também no nome dessas comunidades, apesar das manifestações dos moradores contra essa ideia. A creche Chico Mendes, na qual aconteceu a pesquisa, se localiza na comunidade Novo Horizonte, porém, será chamada de comunidade Chico Mendes, levando em conta a forma como os moradores reagem à essas modificações e a importância que atribuem à construção histórica da comunidade e do seu antigo nome.

A opção por realizar a pesquisa nesse contexto se deu pela condição da pesquisadora ter exercido sua docência por mais de uma década nessa comunidade e a definição do título: “EU NEM TENHO MEDO DA POLÍCIA, PORQUE JÁ TÔ GRANDINHA E ACOSTUMADA COM TIRO, NEM DOU BOLA, DURMO EM PAZ”: o confinamento e adultização da infância na comunidade Chico Mendes, se construiu a partir dessas considerações que exemplificam a infância inserida na comunidade Chico Mendes. Espaço este, demarcado por várias problemáticas de ordem social e econômica, que na sociedade capitalista, está submetido e definido pelas relações estabelecidas entre classes sociais antagônicas.

Não somente com base nesses aspectos, mas levando em conta a Teoria Histórico-Cultural, que destaca com relevância a imbricação histórico/cultural, dando a devida importância também, às relações sociais e a categoria classe na compreensão da concepção da infância e sua constituição.

Nessa direção, o que se propõe é uma análise da infância considerando a classe social como principal fator de diferenças e desigualdades e o estudo sobre a forma pela qual as crianças reagem à estes condicionantes sociais – na apropriação, reprodução e inovação dos mesmos – e se elementos de classe e cultura se expressam e como se expressam nas suas manifestações infantis e brincadeiras.

Contudo, mediante as questões acima elencadas, que trazem em seu bojo a temática infância imbricada a aspectos sociais/culturais e diante do exposto, este estudo se ancora na questão fundante para a pesquisa: **Como as crianças da comunidade Chico Mendes vivem a sua infância, enquanto constituintes da classe trabalhadora?**

Tendo em vista a questão problematizadora da pesquisa, destacamos que o **objetivo geral** da mesma, se centra em compreender como as crianças da comunidade Chico Mendes vivem a infância mediante sua condição de classe.

E os **objetivos específicos**, se pautam na análise teórica e histórica da concepção de infância, classe social e família trabalhadora, a partir do materialismo histórico dialético tendo a categoria trabalho como central na constituição do ser social; no exame da produção acadêmica brasileira sobre a temática da “infância no contexto da família da classe trabalhadora”; na percepção da história e a constituição social da comunidade, da verificação de como se constitui a família trabalhadora da Chico Mendes e por fim, na compreensão da forma pela qual as crianças experimentam e expressam a constituição social da infância da família trabalhadora na comunidade.

Ressaltamos que tanto o objetivo geral, quanto os demais objetivos específicos nos ofereceram sustentação para que a pesquisa de fato se construísse e a análise dos dados se concretizasse com efetividade. Portanto, com o intuito de alcançar os objetivos acima explicitados, este estudo se estrutura em quatro capítulos.

O primeiro capítulo apresenta o método e os procedimentos metodológicos adotados para a pesquisa; o caminho percorrido pela pesquisadora em tempos de docência; trata da constituição e contextualização do local de investigação, do perfil das famílias da comunidade e por fim, da metodologia de trabalho adotado pela creche Chico Mendes.

O segundo capítulo se reserva ao balanço bibliográfico, realizado com vistas a averiguar a ênfase dada nas pesquisas para a infância da classe trabalhadora, considerando três tópicos centrais; o modo de vida das famílias observado nas pesquisas, com vistas as relações de classe e desigualdade social; o que as produções indicam sobre a cultura infantil e as formas de viver a infância no contexto familiar e comunitário; e como são analisadas nas produções as políticas públicas de assistência às especificidades da família trabalhadora e infância.

O terceiro capítulo é composto por um estudo conciso, porém muito válido. O mesmo versa sobre a infância e seus desafios, mediante as múltiplas determinações históricas e a emergência da concepção moderna de infância na perspectiva do trabalho e das relações de classe; a infância e o novo lugar social da criança na história; a história da infância no Brasil; o processo de (de)humanização da criança na sociedade de classes e a criança, sua humanização, classe e cultura.

O quarto e último capítulo discorre sobre a infância na comunidade Chico Mendes, segundo os achados da pesquisa; o que os documentos da creche revelaram sobre as famílias e o que elas nos disseram durante as entrevistas; as rodas de conversas a partir do uso da literatura infantil; a análise dos dados a respeito do que a pesquisa de campo nos revelou.

Por privilegiar o estudo da infância arraigada à materialidade concreta, a pesquisa foi fundamentada no método do materialismo histórico dialético. Primeiramente por ser a base no processo de aproximação do objeto de estudo e depois, por considerar que o mesmo precede a análise das categorias expressando sua compreensão conceitual acerca da realidade e do desvelamento da dicotomia entre os fenômenos, processos e relações econômicas e sociais da sociedade capitalista. Além de nos revelar as relações de poder do modo de produção e reprodução social e outras questões determinadas pela sociedade burguesa, dentre as quais a infância.



Na busca de articulação entre teoria e prática e pautando-nos no entendimento de que nenhum desses elementos é realmente isolável, consideramos que a pesquisa necessariamente deveria ser realizada de forma qualitativa, uma vez que o objeto de estudo em pauta melhor se adapta a essa abordagem ao se apresentar como um problema complexo e multicausal. Para tanto, os procedimentos metodológicos utilizados para que de fato se efetivasse esse construto, foram estruturados por intermédio da revisão bibliográfica juntamente com o balanço de produções. E por fim a pesquisa de campo e a observação como técnica indispensável e fundamental à pesquisa.

Sobretudo, torna-se relevante salientar, segundo Mello (2007), a importância de estudos que levem em conta o lugar em que a criança ocupa nas relações sociais, o contexto familiar em que está inserida, tendo em consciência a concepção de infância enquanto sujeito e não objeto do desenvolvimento. Pois:

[...]o lugar que a criança ocupa nas relações sociais de que participa tem força motivadora em seu desenvolvimento, e esse lugar é condicionado pela concepção de criança e de infância dos adultos e a concepção de infância como sujeito e não como objeto do desenvolvimento, é elemento-chave (LEONTIEV, 1988 apud, MELLO, 2007, p. 91).

Tendo em vista a importância da temática, ressaltamos que a análise bibliográfica realizada de forma preliminar e o parecer do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) <sup>2</sup>da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), revelou-nos a escassez de estudos do tipo qualitativo que abordam a infância da família trabalhadora, uma vez que um grande percentual das produções científicas direcionadas à infância, discutem assuntos distintos, relacionados a saúde pública, políticas de assistencialismo, dificuldades de aprendizagem e escolarização.

Portanto, a pesquisa se justifica na medida em que afirma sua intenção de analisar e compreender a infância da família trabalhadora, com base na perspectiva materialista histórica, destacando as transformações no mundo do trabalho determinadas pelas relações sociais de produção na sociedade capitalista. Pesquisas que envolvem a temática da “criança” já foram desenvolvidas no âmbito dessa comunidade; ROSA (2016), LIMA (2006), FORTKAMP (2008). Guiadas por temas distintos, tais pesquisas foram exitosas e trouxeram contribuições sobre aspectos importantes. No entanto, esta pesquisa se diferencia por discutir de maneira

---

<sup>2</sup> Segundo o (CEPSH/UFSC) que concedeu parecer favorável à pesquisa, reforçando esta tese, reconheceu em sua análise, a extrema relevância do estudo, haja vista, a escassa atenção que as populações empobrecidas de Florianópolis tem recebido por parte da Universidade.

específica a infância na perspectiva do trabalho e sua constituição a partir das relações entre classe e cultura, que ainda carecem ser pesquisadas.

Diante da consistência deste estudo, da veracidade dos fatos e considerando o contexto atual, esta pesquisa aponta a necessidade de olhar para a infância empobrecida, não apenas para denunciá-la, mas, segundo Silva (2003) para analisá-la a partir da sua realidade contextual, histórica, social e econômica. Tendo em vista a compreensão de como essa infância está sendo vivenciada mediante sua realidade social, para detectar possíveis fragilidades e discutir políticas públicas necessárias para esse fim.

Sobretudo, na realização de investigações com vistas a compreender a infância e suas especificidades, cooperando para a desmistificação de elementos sociais vinculados à ela. Que nos levem a pensar qual é o significado de infância atualmente em sociedade e como ela está sendo vivenciada no contexto dessa comunidade, assim como nos “*bastidores*” do contexto familiar, pelos filhos(as) da classe trabalhadora.

## 1 O LÓCUS DA PESQUISA

### 1.1 INTRODUÇÃO

Considerando que as inquietações que levaram-me a realizar esta investigação estão atreladas tanto à minha trajetória de vida pessoal, quanto profissional, julga-se importante explicitar de forma introdutória alguns aspectos sobre as mesmas, com vistas a delinear o contexto em que surgiram os questionamentos e de como as vivências “nesse contexto” proporcionaram-me ver além do previsível e observar o antes não observável.

A frase “antes eu conhecia só de ouvir falar, mas agora os meus olhos são capazes de ver”, resume a experiência e a maturação profissional enquanto resultado das minhas intensas vivências que perduraram por mais de uma década na comunidade Chico Mendes.

Por conta da experiência docente enquanto professora na creche que leva o mesmo nome da comunidade e por considerar que esse espaço contribui para compreender a maneira como vivem as famílias, como as crianças vivenciam sua infância e a mesma se constitui, a pesquisa acontece por intermédio do contexto da creche Chico Mendes.

Ir para além dos muros da creche é o nosso desafio, buscando ao longo desse estudo, enfatizar a observação e análise não somente das vivências no contexto educacional, mas as vivências das crianças no contexto familiar, mediante as formas de vida das famílias trabalhadoras na e da comunidade.

Nesse sentido, este capítulo se organiza como um primeiro momento, expondo o método e os procedimentos metodológicos que nos utilizamos para alcançar os objetivos da pesquisa. Após, destacamos os relatos de vivências da pesquisadora na comunidade, sua história de vida pessoal e profissional e também as intenções e os pressupostos que a levaram a optar pelo estudo e pesquisa dessa temática.

Enquanto terceiro momento, como forma de nos aproximarmos do local de investigação, reconhecemos a história da comunidade e creche por meio dos documentos da própria instituição de educação infantil (IEI), em específico do Projeto Político Pedagógico da unidade (PPP), entre outros referenciais. Explicitaremos alguns relatos dos moradores mais antigos e líderes comunitários como forma de demonstrar o quanto eles – sujeitos participantes da pesquisa – enfaticamente se orgulham em lembrar de suas lutas e conquista de direitos e ideais, enquanto integrantes na constituição histórica da comunidade Chico Mendes.

Na sequência, buscamos contextualizar a comunidade e creche como forma de reconhecimento do contexto em que se constituem as famílias trabalhadoras que ali residem, por intermédio dos documentos da própria IEI e também outros referenciais teóricos, midiáticos e documentários de pesquisas anteriores realizadas sobre esse contexto.

Num quarto momento reconhecemos o perfil das famílias; de como elas se apresentam a partir do contexto em que vivem e como definem seu “perfil sócio econômico” enquanto residentes nessa comunidade. Ou seja, as formas pelas quais diariamente as famílias se constroem, se consolidam, têm seus filhos e organizam suas vidas.

E por último, buscamos explicar ainda que de forma preliminar a história e organização da comunidade e creche em que se desenvolve a pesquisa, as características da população, os meios de subsistências e os serviços oferecidos. Aspectos que nos possibilitam a formação de um panorama geral do contexto socioeconômico, político e cultural em que essas famílias trabalhadoras estão inseridas.

## 1.2 PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO E A QUESTÃO DO MÉTODO

A realidade à primeira vista se apresenta aos homens como o campo em que se exercita a sua atividade prática-sensível que será a base para o surgimento da imediata intuição prática da realidade cotidiana. Mas essa atitude primordial e imediata do homem em face a realidade, segundo Kosik (2002), não é de um ser pensante que examina a realidade especulativamente, e sim de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce sua atividade prática em face à natureza e outros homens com vistas aos seus interesses dentro de um determinado conjunto de relações sociais.

O ato de conhecer é uma atividade humana e como não conhecemos todas as estruturas e determinações do mundo os conhecimentos instituem-se em um primeiro momento como sistema de crenças ou de interpretações imediatas e por isso, segundo Cheptolin (2004), devemos reconhecer a importância tanto da filosofia no estudo das categorias e análise do plano da relação da matéria e da consciência, quanto o conjunto de técnicas ou procedimentos metodológicos que serão operacionalizados na pesquisa, como determinantes na busca da realidade concreta.

Além do método e das metodologias a serem utilizadas que deverão ser os mais fiéis possíveis, há de se considerar a dialética, pois, ela cumpri o papel essencial de perceber o mundo

das representações e do pensamento comum. Compete ao pensamento dialético a destruição do pensamento comum de forma imediata, submetendo-o a um exame que dilui as formas reificadas do mundo objetivo e ideal que perdem a sua naturalidade e pretensa originalidade, mostrando-se como fenômenos derivados e mediatos, produtos da *práxis* social da humanidade.

Portanto, o aprofundamento da abordagem ontológica do conhecimento da realidade e o método tornam-se fundamentais tanto no subsidiar, quanto no refinar as ferramentas teóricas e práticas que acompanham o trabalho cotidiano na formação de pesquisadores e dos estudos em diferentes áreas, dimensões e níveis. Não só a abordagem ontológica, mas estudar a abordagem histórica-materialista fundamental na compreensão das contradições e do próprio momento histórico (TORRIGLIA, 2012).

E nessa dimensão segundo Mezsáros (2005), considerar que a educação por meio dos instrumentos acima citados, apresenta-se como um elemento de possibilidade para modificar e tornar o ser social em um ser que responde e que modifica o ambiente no qual vive, mediante a produção de conhecimento teórico-prático, da apreensão do conhecimento científico e filosófico com vistas a transformar.

Para essa pesquisa, optamos pelo método marxista, o materialismo histórico dialético como base no processo de aproximação do objeto de estudo, por considerar que o mesmo precede a análise das categorias expressando sua compreensão conceitual acerca da realidade e do desvelamento da dicotomia entre os fenômenos, processos e relações econômicas e sociais da sociedade capitalista (MARX, 1983). Ademais, por proporcionar o desvelamento das relações de poder do modo de produção e reprodução social e outras questões sociais determinadas pela sociedade burguesa, entre as quais destacamos a infância.

Nessa perspectiva, nos baseamos em Kosik, (2002), ao declarar que a dialética materialista é o método do desenvolvimento e da explicitação dos fenômenos culturais que partem da atividade prática objetiva do homem histórico, sendo o caminho que nos possibilita exterminar com a pseudoconcreticidade e criar a realidade humana, comportando-se como um ser racional e prático.

Assim sendo, para a epistemologia materialista-histórico-dialética não basta constatar como as coisas funcionam nem estabelecer conexões superficiais entre fenômenos mas, segundo Moraes (2009), optar por uma teoria que proceda à análise crítica do existente tendo como base a exposição da prática científica consciente de si mesma, pois, é o processo histórico crítico do conhecimento científico que nos ensina como seres sociais.

Na busca de articulação entre teoria e prática, pautados no entendimento de que nenhum desses elementos é realmente isolável e considerando a importância da teoria imbricada na busca da realidade concreta, afirmamos a necessidade da realização de uma pesquisa qualitativa, uma vez que o objeto de estudo em pauta, melhor se adapta a essa abordagem e se apresenta como um problema complexo e multicausal.

A perspectiva metodológica que constitui a abordagem qualitativa possui em seu bojo ferramentas provenientes e elementos metodológicos de uma pesquisa que se orienta a partir de uma maior permanência do investigador no ambiente de estudo, como forma de capturar e compreender de maneira mais abrangente o universo de significações, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores nesse contexto.

### 1.2.1 Os procedimentos da pesquisa

Sobre o percurso metodológico no qual esse estudo se sustenta, destacamos que inicialmente os procedimentos teóricos-metodológicos utilizados para a pesquisa em sua fase inicial se apoiaram *a priori* na revisão bibliográfica e no balanço de produções agregando-se mais a frente à pesquisa de campo, a observação, enquanto técnica indispensável e complementar à pesquisa.

Num primeiro momento, realizamos a revisão bibliográfica sobre as categorias; infância, família trabalhadora, cultura e classe social, com o propósito de efetuar uma primeira aproximação do objeto de estudo, compondo um aporte teórico que favoreceu a análise da temática, delimitando-a e redefinindo-a conforme achou-se necessário para o êxito da pesquisa. Na sequência prosseguimos a análise dessas categorias baseando-nos num levantamento de dados nas plataformas de pesquisas ou balanço de produções, com intuito de mapear o que está sendo produzido academicamente no Brasil sobre a temática da “infância da família trabalhadora”. O balanço de produções teve por objetivo averiguar durante um período aproximado de dez anos como as pesquisas tem tratado, conceituado, situado e sustentado o objeto de estudo.

Tanto a revisão bibliográfica, quanto o balanço das produções, possibilitou-nos a aproximação com a produção acadêmica sobre o objeto deste estudo. E portanto, as fontes documentais e as referências bibliográficas contribuíram para a construção do corpo teórico. Os instrumentos da pesquisa, *à priori*, não basearam-se apenas na revisão bibliográfica e no balanço de produções; mas na análise dos documentos referentes à unidade educativa (PPP)

Projeto Político Pedagógico, nas entrevistas das famílias e questionários – já existentes – concedidos à creche no início de cada ano letivo, – com fins de atualização de cadastro – nos depoimentos de alguns moradores mais antigos da comunidade entre outros referenciais midiáticos.

Na sequência, o estudo passou a se apoiar na pesquisa de campo que ocorreu por meio da esfera Municipal, na Creche Chico Mendes (CCM). A mesma foi realizada a partir do contexto de uma instituição de educação infantil municipal que atende famílias trabalhadoras e que se constituem por uma população de baixa renda<sup>3</sup>, residentes na comunidade Chico Mendes na cidade de Florianópolis.

A opção pela pesquisa de campo não se apoiou apenas no ponto de vista do pesquisador mas, em referências que apontaram outro mundo a ser desvendado e a importância do contato direto com os sujeitos participantes como possibilidade de uma maior aproximação entre o ponto de vista do outro e do pesquisador, significando ainda mais o fenômeno pesquisado.

A escolha do campo empírico apoiou-se na relação entre a instituição de educação infantil, crianças e famílias, numa realidade bastante específica, definida a partir de um levantamento de dados e análise do contexto histórico, cultural, socioeconômico e político da comunidade. As ações planejadas para esse fim, além das observações se pautaram principalmente nas entrevistas com as famílias e rodas de conversas com o grupo de crianças participantes, realizadas pela pesquisadora e nas vivências e experiências que ocorreram no contexto da IEI, entre; pesquisadora/crianças/famílias no período de novembro de 2017 à setembro de 2018. Por meio dessas ações a pesquisadora pôde pessoalmente recolher as informações levando em conta acontecimentos relevantes do cotidiano no contexto investigado.

Para dar início à pesquisa de campo solicitou-se por meio de documento à Prefeitura Municipal de Florianópolis a autorização que foi consentida seguindo alguns critérios.

Primeiramente que o trabalho se desenvolvesse com o conhecimento e consentimento dos profissionais da referida unidade, famílias e crianças que participaram diretamente da pesquisa por meio das rodas de conversa e entrevistas. Que as observações e o trabalho a ser desenvolvido deveriam estar articulados com a proposta pedagógica da unidade e com os princípios que fundamentam a prática pedagógica na educação infantil no município de Florianópolis.

---

<sup>3</sup> Nesse estudo, população de baixa renda é concebida como a população cuja renda familiar *per capita* se situa aquém do mínimo indispensável para atendimento das necessidades básicas no âmbito do consumo privado (ROCHA, 1996).

Ademais, que as intervenções pedagógicas por parte da pesquisadora deveriam ser planejadas e discutidas em conjunto com os profissionais do grupo em que aconteceria a pesquisa. E por fim, que a utilização das imagens e falas das crianças, bem como quaisquer outras produções culturais para fins de publicação, deveriam ter autorização da direção da unidade e das famílias das crianças.

Foi necessário também submeter a pesquisa de campo ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH-UFSC)<sup>4</sup>, no qual, além de enviarmos o Projeto foram analisados os Termos de consentimentos Livres e Esclarecidos para as entrevistas, Roteiro das entrevistas e das rodas de conversas e Roteiro de campo contendo metodologia e cronograma.

O início dos trabalhos na creche pesquisada exigiu aproximação cuidadosa e postura criteriosa tanto com relação ao encaminhamento metodológico quanto ao ingresso como pesquisadora no campo.

A consideração com a imagem da pesquisadora “familiarizada” na rotina da creche, o olhar acostumado, permeado pelas determinações socioeconômicas, políticas e culturais mais gerais, refletida no cotidiano da comunidade, das famílias e sobretudo das crianças, – constatadas por meio do contexto da creche – implicaram um processo de pesquisa desafiador. No entanto, esse contexto foi o instrumento mediador para que de fato a pesquisa acontecesse com êxito, o elo de ligação entre pesquisadora e sujeitos. Pois, assim como afirma Fonseca (2000, p. 20), consideramos que:

Da mesma forma que a instituição estabelece demandas de valores e lógicas de organização social, ela é local depositário dos interesses, desejos e ações dos moradores da localidade. Há uma profunda imbricação entre as relações sociais do meio e a instituição de educação Infantil.

Desse modo, o centro de interesse da pesquisadora voltou-se para o contexto da creche, sobretudo para as relações da mesma com as famílias e com as crianças, no intuito de compreender a complementariedade dessa instituição e sua filosofia de trabalho. Sem perder de vista as características estruturais que formam o contexto da comunidade, dentre elas, a ausência de políticas públicas no tocante à essas famílias trabalhadoras.

---

<sup>4</sup> O **CEPSH** é um órgão colegiado interdisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, mas independente na tomada de decisões, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.



A aproximação com o campo empírico iniciou-se no mês de novembro de 2017, no qual, o primeiro contato aconteceu diretamente com a diretora e coordenadora da IEI. Foi entregue à elas uma carta de apresentação da pesquisadora de responsabilidade da orientadora da pesquisa, vinculada à (UFSC), além de uma cópia do projeto de pesquisa.

De início o contato com a creche se deu diariamente e no período matutino, tornando-se mais espaçado à medida que as informações obtidas, – tanto por meio das entrevistas com as famílias e rodas de conversas com as crianças, quanto documentais como relatos dos profissionais envolvidos e outros moradores da comunidade – permitiram o acúmulo de material empírico suficiente para as análises e elaborações preliminares em resposta as questões pertinentes da pesquisa. A princípio, como já citado, os documentos analisados que contribuíram para traçar a trajetória da creche foram; os documentos de implantação, constituição e filosofia da unidade, (PPP) Projeto Político Pedagógico<sup>5</sup>; as fichas de matrícula das crianças<sup>6</sup> de 2017, os questionários socioeconômicos de todas as famílias atendidas na creche em 2018<sup>7</sup>

Para a coleta de dados dessa pesquisa, em princípio a mesma orientou-se a partir da centralidade dos sujeitos, não somente com referências baseadas em dados e fontes de informação mas, permitindo dar e ouvir a voz daqueles que fizeram parte desse estudo.

Observando e dando visibilidade aos seus comportamentos, experiências, anseios, desejos. Enfim, compreendendo como as suas vivências acontecem nesse contexto social, enquanto protagonistas de sua própria história.

Para tanto, foi selecionado um grupo de 25 crianças, devidamente autorizadas por suas famílias – denominado grupo V e VI misto, crianças de cinco e seis anos, aproximadamente – que estivera sendo observado e acompanhado com intuito de compreender e analisar como as manifestações infantis e as brincadeiras estão sendo vivenciadas de forma individual e coletiva no ambiente institucional e como a infância tem se constituído nesse contexto.

No decorrer da pesquisa direcionamos o nosso olhar não somente para o grupo de crianças, mas para o contexto em que esse grupo estava inserido. Portanto, dialogamos com

---

<sup>5</sup> O **PPP** é um documento que deve ser elaborado por cada instituição de ensino para orientar os trabalhos durante um ano letivo. O **projeto político e pedagógico** precisa ter o caráter de um documento formal, mas também deve ser acessível a todos os integrantes da comunidade escolar. É projeto porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo. É político por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir. É pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

<sup>6</sup> Crianças pertencentes ao grupo 5/6 misto, que farão parte diretamente da pesquisa

<sup>7</sup> Questionário realizado como rotina, em entrevista com as famílias por meio dos profissionais das salas no início de cada ano letivo. Tem por objetivo o levantamento de dados socioeconômicos e demográficos das famílias usuárias dos serviços da creche.

moradores mais antigos da comunidade, fizemos registros de falas em diário de campo, registro sonoro e de imagens fotográficas – de observações e participações individuais e coletivas realizadas com as crianças (contos de histórias e rodas de conversas) – entrevistas que aconteceram com as famílias das crianças. Ações realizadas com intuito de nos aproximarmos da realidade e do objeto, estabelecendo diálogo com os sujeitos e captando pistas para uma mais abrangente e apurada visão da problemática.

Outro aspecto importante que consideramos, foi a rotina das crianças e de suas famílias, durante os dias da semana, inclusive nos finais de semana. Questões que julgamos ser de suma importância para a compreensão da infância que tem se constituído nessa comunidade, pois:

[...] ao se relacionar com a cultura, a criança atribui um sentido pessoal ao que conhece. Esse sentido conforma a concepção com a qual a criança, a partir daí, se dirige à cultura para novas apropriações e aprendizados que são promotores do desenvolvimento de sua consciência em processo de formação. Em outras palavras, esse sentido produzido pela criança condiciona seus processos de aprendizagem. Desse ponto de vista, parece fundamental que a pesquisa sobre a criança pequena contemple sua participação também como informante e não apenas como objeto desse processo.” (MELLO, 2010, p. 183).

No decorrer dos dias e a partir das observações e diálogos com as profissionais da sala em que a pesquisa estava sendo realizada, foram selecionados e convidados como participantes específicos da pesquisa, três adultos que foram entrevistados, como representantes das respectivas famílias. Porém, ficou a critério dos convidados participarem ou não de todas as propostas planejadas para a pesquisa.

As entrevistas com as famílias tiveram como pano de fundo a construção prévia da contextualização da comunidade e perfil das famílias. Assim, à partir da coleta e análise dos documentos, que ocorreu no período de novembro de 2017 à fevereiro de 2018, foi possível organizar as mesmas de maneira mais específica, contendo questões mais relevantes.

Nesse ímpeto, considerou-se a possibilidade de realizá-las nas residências das famílias entrevistadas, com a intenção de deixá-las mais à vontade. No entanto, percebeu-se a necessidade de preservar o espaço familiar, e optou-se por realizá-las, por preferência dos entrevistados, no espaço da IEL.

As entrevistas aconteceram de forma individualizada e previamente agendadas. As mesmas foram realizadas com três mães, não por acaso, mas pelo fato de serem elas “as mães” geralmente as responsáveis e mais envolvidas nesse contexto e portanto, as mais presentes na creche. Na ocasião ao serem convidadas, as mães tiveram ciência da intensão e objetivos da

pesquisa e portanto, não hesitaram em aceitar, prontificando-se à participar da mesma, demonstrando bastante interesse e entusiasmo.

Durante as entrevistas com as famílias verificou-se que as mesmas sentiram-se bem à vontade demonstrando confiança na pesquisadora e nenhuma resistência ao responder as questões colocadas por ela. A princípio iniciou-se um diálogo em que a pesquisadora solicitou as mães que tivessem liberdade para expor suas formas de vida, suas necessidades, dificuldades, seus desejos e sonhos. Na sequência, considerando as questões que já haviam sido respondidas, – através do relato voluntário – nos apegamos a dialogar espontaneamente sobre outros assuntos relevantes à pesquisa.

Por mais que as entrevistas referentes às famílias, *a priori*, se orientaram por um roteiro de questões preestabelecidas como possibilidade na formulação de novos questionamentos e com vistas a auxiliar os mesmos na interpretação e compreensão do assunto. As questões não foram abordadas de uma maneira formal, seguindo regras rígidas, mas na informalidade, através de um diálogo descontraído, baseado no respeito, na cumplicidade e confiança.

Considerando-os sujeitos que possuem informações fundamentais para contribuir com o estudo, por meio deste procedimento, buscamos averiguar como a infância é concebida e avaliada na concepção e visão do adulto e como de fato ela é percebida tanto no contexto familiar, quanto institucional. Além de obtermos dados específicos da situação socioeconômica da família e de seu modo de vida, segundo seu próprio olhar.

Essas questões ao nosso ver, muitas vezes tornam-se imperceptíveis aos olhos do pesquisador e para além do que ele é capaz de observar. Entretanto, através dessa prática, configurou-se a possibilidade de colher dados subjetivos e individuais, fundamentais na compreensão de elementos sociais coletivos.

Nesse procedimento metodológico, destacamos a noção de entrevista em profundidade que possibilita um diálogo intensamente correspondido entre entrevistador e informante. [...]. Nela geralmente acontece a liberação de um pensamento crítico reprimido e que muitas vezes nos chega em tom de confiança. É um olhar cuidadoso sobre a própria vivência ou sobre determinado fato. Esse relato fornece um material extremamente rico para análise do vivido. Nele podemos encontrar o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual (NETO, 1994, p.59)

Os momentos de roda de conversas com as crianças, aconteceram diariamente durante o período da manhã e se intensificaram a partir das contações de histórias, planejadas previamente com os profissionais da sala, no decorrer das visitas realizadas pela pesquisadora na IEI. Esses

momentos, respeitaram a disponibilidade das profissionais da sala, levando em conta as atividades direcionadas por elas, além da autorização e assinatura do termo de consentimento pelas famílias.

As contações de histórias ocorreram simultaneamente às entrevistas. As mesmas foram pensadas enquanto ferramenta de pesquisa pelos estudos que apontam que sua utilização, faz com que as crianças compreendam as próprias emoções e dificuldades, levando-as a reconhecer que há solução para seus problemas (BETTELHEIM, 2002).

Outra questão relevante, diz respeito à identidade pessoal, que quando bem explorada com histórias ou contos que trazem em seu bojo a realidade da vida, auxilia a criança, em especial aquela que vive em situação de vulnerabilidade social, a conhecer e reconhecer seu espaço no mundo, a encontrar suas raízes e aceitar-se, bem como aceitar o outro com suas diferenças. Inconscientemente a criança busca construir sua própria identidade e imagem, e no decorrer deste processo se depara com estímulos ou bloqueios aos seus impulsos.

Quanto mais tentei entender a razão destas estórias terem tanto êxito no enriquecimento da vida interior da criança, tanto mais percebi que estes contos, num sentido bem mais profundo do que outros tipos de leitura, começam onde a criança realmente se encontra no seu ser psicológico e emocional. Falam de suas pressões internas graves de um modo que ela inconscientemente compreende e - sem menosprezar as lutas interiores mais sérias que o crescimento pressupõe - oferecem exemplos tanto de soluções temporárias quanto permanentes para dificuldades prementes. (BETTELHEIM, 2002, p. 6).

Daí a importância de se trabalhar histórias que tocam diretamente em questões conflitantes para os pequenos, sem fugir de assuntos perturbadores. Os conflitos internos profundos originados em nossos impulsos primitivos e emoções violentas são todos negados em grande parte da literatura infantil moderna, e assim a criança não é ajudada a lidar com eles. No entanto, a criança, assim como o adulto, está sujeita a sentimentos desesperados de solidão e isolamento, de medo e frustrações, e na maioria das vezes, ela é incapaz de expressar estes sentimentos em palavras, mas pode fazê-lo indiretamente.

Segundo Bettelheim (2002), as histórias que omitem o mal, exaltando apenas as virtudes, são estratégias para ofuscar a realidade. O mal que se encontra temporariamente vitorioso, o final feliz que sempre acontece, são artimanhas da [...] cultura dominante que deseja fingir, particularmente no que se refere às crianças, que o lado escuro do homem não existe, professando a crença num aprimoramento otimista (BETTELHEIM, 2002, p.7).

As contações de histórias utilizadas como instrumento para a pesquisa, passaram por uma seleção criteriosa, exigindo-nos um olhar investigativo mais refinado. Pois, nosso objetivo com as mesmas, era tomá-las como estratégias metodológicas capazes de desvelar, – por meio do deslumbre, da liberdade, do imaginário, da fantasia, do mundo sem igual, o da infância – os sentimentos, sonhos, desgostos e desejos das crianças.

Enquanto uma metodologia específica para a coleta de dados, a seleção das histórias literárias se baseou na realidade vivenciada pelas crianças dessa comunidade, com o objetivo proposto de fazê-las repensar suas próprias vidas e sobre o contexto em que vivem com suas famílias. A mesma se firmou em duas obras literárias; a primeira **“O Pequeno vendedor de chicletes”** de autoria de Aline Caixeta Rodrigues e a segunda **“Chapeuzinho Amarelo”** de autoria de Chico Buarque de Holanda.

A primeira<sup>8</sup> obra vem de uma vertente, que de certa forma, desmistifica a visão idílica e celebratória da infância feliz e socialmente bem aquinhoadas representadas nas literaturas clássicas. Segundo Martins (2009, p. 43) essa vertente, [...] *considera que a infância brasileira travestida de adulez tem sido pouco representada, e [...] permanece invisível aos olhos de escritores que ainda fazem questão de perpetuar a ideia de uma infância inteiramente idealizada.* Como em contos de fadas clássicos, de origem europeia do século XIV.

Portanto, a reescritura de **“A Pequena Vendedora de Fósforos”**, de *Hans Christian Andersen*, traz, uma nova forma de olhar a infância, segundo Martins (2009), a partir de um quase retrato, precisamente sem retoques, da realidade urbano/rural e da marginalidade econômica e social. A obra de cunho realista, conta a história de um menino pobre, que trabalhava vendendo chicletes. Demonstra as amarguras e dores da infância pobre, muito frequente na vida real, advindas de desajustes, medos, vergonhas e aflições que brotam do convívio da criança com seu entorno. Das experiências dolorosas e frustrantes sofridas pelo personagem com seus pares, com sua família, com integrantes da comunidade da qual participa, em decorrência das desigualdades sociais.

Diferente da versão original, o conto traz ainda em seu bojo o clima, a geografia e a cultura, aspectos tipicamente brasileiros, que o tornam ainda mais familiar às crianças da comunidade Chico Mendes.

---

<sup>8</sup> **“O Pequeno vendedor de chicletes”** é uma obra literária de Aline Caixeta Rodrigues, (Recanto da Prosa), está licenciado com uma Licença *Creative Commons* - Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações. Disponível em: <<https://www.recantodaprosa.com/single-post/2016/12/29/O-pequeno-vendedor-de-chicletes->> Acesso em 08 de mar. de 2018.

A segunda<sup>9</sup> obra, de Chico Buarque de Holanda, é uma reescritura de “Chapeuzinho vermelho”, dos Irmãos *Grimm*, que conta a história de uma menina com medo de tudo, que transforma a fantasia dos contos em sua própria realidade, chegando ao ponto de não brincar, não se divertir, não comer, nem mesmo dormir. No entanto, enfrentando o desconhecido “Lobo”, ela supera medos, inseguranças e descobre a alegria de viver.

Com sensibilidade, Chico Buarque mostra a desconstrução das imagens; do Lobo como dominador e da Chapeuzinho de dominada, atribuindo ao poder das palavras e o lugar do medo como determinantes das posições de “dominador e dominado”.

Essa obra nos ajuda a lidar com os “medos” em que as crianças enfrentam em seu dia a dia. Segundo Sandroni (2003, p. 86), a narrativa de Chico Buarque produz um texto que: *[...] poderá ajudar a uma percepção profunda de que lobos são mentiras com que alguns pretendem dominar os outros.*

Através de um empoderamento pessoal, composição e recomposição do significante, a criança pode ser capaz de transformar o significado de seus medos e o amenizar, vencê-los e aprender – numa espécie de confronto interno – a lidar com os “fantasmas assustadores”, tão frequentes nas vivências infantis, principalmente na infância pobre.

Assim, tanto a ilustrativa do sofrimento que brota da vivência interna da própria criança, quanto a resolução da situação dolorosa, emergem dessa disposição interna, num tipo de desfecho que está presente nessas obras contemporâneas, devendo ser contempladas com nossas crianças. Levando em conta também a própria causa dessas dores e sofrimentos, lembramos que os desfechos podem variar desde a resolução provocada por acontecimentos exteriores, até aquela que se deve a mudanças pessoais, como conscientização, aquisição de autoconfiança, vivências de sonhos, de expectativas e de superação de condições adversas.

Partindo do exposto acima, fica evidente que a escolha dos contos e suas representações, remetem à uma infância que sofre em razão de traumas precoces, decorrentes das problemáticas no convívio e contexto socioeconômico que se insere e da inscrição em dada situação de pobreza.

---

<sup>9</sup>“Chapeuzinho Amarelo” é um conto literário de Chico Buarque de Holanda, com ilustrações de Ziraldo. Uma reescritura de Chapeuzinho Vermelho em que o diferente irrompe no discurso, produzindo sentidos novos. Disponível em:< [contobrasileiro.com.br/chapeuzinho-amarelo-poema-de-chico-buarque](http://contobrasileiro.com.br/chapeuzinho-amarelo-poema-de-chico-buarque)>. Acesso em 20 de mar. de 2018.

Ademais, a partir dos contos, foram realizados questionamentos referentes aos mesmos, levamos as crianças refletirem, não somente para fazê-las repensar e compartilhar com o grupo suas opiniões e hipóteses a respeito da obra literária apresentada, mas com intuito de relacioná-la à sua própria vida. Tal ideia se ancora nas possibilidades que a imaginação e a fantasia criam no ambiente infantil, no qual as crianças se sentem à vontade – num mundo que é propriamente delas – para expressar seus sentimentos, opiniões e desejos.

Dessa forma, as crianças tornam-se livres e capazes de responder aos nossos questionamentos e de fazer-nos escutar seus anseios, – e neste caso em específico – acerca das várias situações vivenciadas por elas no contexto da creche, da família e comunidade. Além de podermos nos orientar à partir de seus relatos espontâneos, considerando o que as mais diversas formas de expressão, em específico aqui através da oralidade, nas situações cotidianas, nos tem a revelar e anunciar sobre essa infância em particular.

Os momentos dos contos de histórias específicos para a pesquisa de campo aconteceram permeados por entusiasmo e alegria. A primeira história contada foi a do garoto vendedor de chicletes e na sequência, a nova versão da mesma história como possibilidade de quebra de paradigma – após alguns dias de discussão e exploração dos conceitos da primeira história contada – aconteceu a contação da história da Chapeuzinho Amarelo.

As crianças participaram ativamente desses momentos, prestando atenção na contadora e contribuindo com as questões levantadas após as histórias contadas. A reação das crianças foi muito positiva, por meio das histórias, – assim como já era esperado – elas demonstraram-se mais livres e confiantes em opinar e compartilhar suas opiniões.

Durante as rodas de conversas observou-se que as crianças tiveram interesse e disposição em falar sobre suas vidas, dar depoimentos, fazer algumas confissões, expor e compartilhar suas angústias. A observação, – considerada nessa pesquisa como técnica imprescindível – foi a base de sustento, durante as visitas à IEI, nas atividades que envolveram as crianças nos vários espaços da creche, sala de aula, quadra, parque, pátio e principalmente durante as rodas de conversas.

Igualmente durante as entrevistas, registros sonoro e escrito em caderno de campo, tanto com as crianças, quanto com suas respectivas famílias e demais funcionários da instituição, a observação foi o instrumento utilizado para no processo de descrição e interpretação dos fenômenos. Como maneira de detectar, identificar e selecionar fatos significativos e relevantes na compreensão e explanação dos mesmos. Neto (1994), defende que a observação:

[...] se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. (NETO, 1994, p.59).

Nossa intenção através da observação das vivências e intervenção nesse contexto se pautou em captar e analisar os achados, descrevendo-os de forma mais fiel possível, porém, somos conscientes de que: *Nunca, verdadeiramente, seremos capazes de uma descrição perfeita, única, de fato. [...]. Nossa tentativa está dirigida a atingir o máximo de fidelidade da descrição* (TRIVIÑOS, 1987, p. 155).

Como último item metodológico dessa pesquisa, salientamos que a técnica de análise de dados se baseou nos conteúdos revelados tanto nas observações e entrevistas, quanto nos relatos registrados no diário de campo das rodas de conversas com as crianças durante os contos literários. O propósito dessa técnica foi de verificar se elementos da cultura e classe social em que as crianças são parte, – durante a intervenção – se expressaram em suas vivências e manifestações infantis e de que forma eles se expressaram.

Baseados na análise dos dados – achados encontrados durante o processo de investigação – os conhecimentos foram sistematizados com o intuito de nos revelar dados importantes e autênticos como resultado conclusivo e resposta ao problema dessa pesquisa.

### 1.3 O CAMINHO PERCORRIDO PELA PESQUISADORA

#### 1.3.1 Relatos de vivências: tempos de docência

Minha trajetória profissional iniciou-se como professora no ano de 1989 em uma instituição particular no município de Maracaju (MS), que atendia famílias burguesas. A expectativa dessas famílias com relação ao trabalho desenvolvido na unidade educativa, pautava-se predominantemente em seus valores, ou seja, exclusivamente uma visão de subordinação às suas necessidades, restando pouco diálogo e muita “paparicação” (OLIVEIRA, 1992).

Em 1997 passei a residir juntamente com minha família em Florianópolis e iniciei o curso de Pedagogia com habilitação em Educação infantil e Séries Iniciais na Universidade do Vale de Itajaí (UNIVALI), o qual me impulsionou a buscar novos referenciais para aprimorar o trabalho com as crianças.



Com o ingresso na universidade, abriram-se novas possibilidades de trabalho e logo fui convidada a assumir a docência em uma instituição de educação infantil e séries iniciais. Além de realizar os estágios referentes ao curso de graduação, acabei permanecendo por aproximadamente cinco anos como professora de séries iniciais nessa instituição. Após a conclusão do curso de pedagogia e a inserção na pós-graduação no ano de 2004, fui convidada a integrar o quadro de docentes de uma outra instituição de educação, em que as referências eram as mesmas da instituição anterior, de cunho particular, predominantemente famílias compostas pela burguesia.

Porém, paralelo a esse trabalho e instigada por colegas da pós-graduação, me integrei à educação infantil da Rede Municipal de Educação de Florianópolis, como professora auxiliar admitida em regime de caráter temporário (ACT), com carga horária de trinta horas semanais, na creche Chico Mendes localizada no bairro do Monte Cristo.

Em meados de 2004 foi a primeira vez que entrei na Comunidade Chico Mendes com intuito de conhecê-la. Estava um pouco confusa pelas informações que havia recebido sobre esse lugar. Discursos de familiares e conhecidos, fortalecidos pelas manchetes dos jornais que estampavam nas suas colunas policiais a violência e o tráfico de drogas como o grande motor desse cotidiano, deixaram-me receosa, porém relutante.

Lembro-me que quando decidi conhecer a creche Chico Mendes, fui até a comunidade. Levando em mãos um papel com a localização da creche – local em que assumiria o cargo de professora – adentrei nesse território bastante apreensiva, pois tinha uma certa consciência, ainda que limitada, dos riscos que estava correndo. Ao andar pelas ruas da comunidade, sentia-me vigiada e de fato, depois, com o passar do tempo e afinados os relacionamentos, descobri que realmente estava sendo.

No entanto, ao adentrar o portão da creche, como que instantaneamente, fui invadida por um sentimento de alívio. O olhar que antes com medo e receio observava o entorno da instituição, foi substituído por um olhar de entusiasmo e curiosidade, pelo novo e desconhecido espaço infantil que ali naquele momento se configurava.

A opção profissional que se desenhou a partir deste dia, representou uma nova perspectiva de trabalho para mim. Além da possibilidade de inserir-me em uma unidade de educação infantil, num contexto totalmente distinto daquele que até então tinha experimentado na vida docente, poderia integrar-me a um grupo que teria muitas vivências a serem compartilhadas.

Apesar das muitas expectativas, logo percebi que o grupo – além das diversas experiências a serem compartilhadas “naquele e sobre aquele contexto” – tinha como grande desafio; a construção de um projeto de educação que atendesse com respeito e dignidade as mais de 140 crianças pequenas (de zero a seis anos) que frequentavam a creche daquela comunidade, inegavelmente coagida por grandes problemáticas socioeconômicas.

Após dez meses de trabalho na creche Chico Mendes (CCM), já sentia-me familiarizada. As vivências e compartilhamentos de experiências com os colegas de trabalho e as famílias, tornavam-me cada vez mais interessada por aquela comunidade. Diante dessas experiências, cada dia estava mais certa de que naquele espaço, de fato, eu poderia exercer uma docência comprometida com uma pedagogia voltada para as classes populares.

Ao final deste mesmo ano, abriram-se as vagas para o concurso público, no qual me inscrevi e passei, assumindo no início do ano de 2006 a vaga de professora efetiva naquela mesma instituição. Durante a escolha de vagas, de acordo com a classificação e sugestão do próprio Departamento de Educação Infantil, tive a oportunidade de me efetivar em outras unidades, uma vez que na ocasião existiam outras opções. No entanto, algo mais forte do que eu direcionou-me para aquela creche, onde tudo havia começado no ano anterior.

Com o passar do tempo, cada vez mais fui me apropriando daquele contexto e muitas vivências marcaram os mais de dez anos de minha permanência naquela comunidade. Por mais que pessoas da minha convivência, me incentivassem a sair daquele local, por meio de remoção para outra instituição de educação infantil do município, alegando ser pelo perigo da constante violência, sentia-me bem naquele espaço, – mesmo convivendo com constantes tiroteios, rondas policiais, barulho de helicópteros que sobrevoavam a comunidade e a atuação constante do tráfico de drogas nas ruas a “céu aberto” – apesar de tudo, persisti acreditando que lá era o lugar em que eu deveria estar, pelo menos naquele momento.

Durante minha permanência nessa comunidade, contraditoriamente, tive o prazer e o desprazer de conhecer muitas histórias sobre as famílias, a oportunidade de participar de muitos aconselhamentos dados à elas, auxiliar em suas necessidades mais básicas; participar dos muitos momentos das “vaquinhas” que os professores e demais funcionários da creche organizavam com intuito de ir à “Havan” comprar roupas de inverno e ao “Big” comprar calçados para as crianças que chegavam pela manhã na creche molhadas em dia de chuva.

Foram muitas as vezes em que fomos levadas à realizar tais práticas, – mesmo não concordando com as mesmas e sendo conscientes de que essas, de certa forma, apenas aliviavam as necessidades imediatas das famílias – por acreditarmos que naquele momento, seria algo de extrema necessidade para o bem estar daquela criança e família.

Observar o constrangimento das mães, – “carregadas” pela necessidade de ir trabalhar, – ao deixar seus filhos na creche, com pressa, sem muitos rodeios, entregando-os geralmente na porta da sala, no colo da professora. Por muitas vezes enrolados em cobertas, ainda dormindo, alguns em situação de higiene precária, com a saúde fragilizada. Presenciar as inúmeras situações em que os profissionais da creche se reuniam para socorrer com doações de cestas básicas as famílias necessitadas. Nas repetidas vezes que comprávamos produtos artesanais feitos pelas mães, intencionadas a angariar um valor a mais para auxiliar no orçamento da família.

Diante dessas vivências nesse contexto, compreendi que todo respeito e carinho, – mediante a visível “desfiliação” por parte do poder público – era pouco e que sempre haveria uma daquelas crianças à espera de um cuidado especial, de um olhar mais atento, de um ouvir mais aguçado, de um acalento, um abraço, de um toque ou apenas de um sorriso.

Vários foram os projetos organizados e implantados na comunidade por intermédio da creche; horta comunitária, coleta de lixo reciclável. De fato, as famílias participavam dessas iniciativas, porém precisavam sempre de muito incentivo. No entanto, o que mais se configurava significativamente nesse espaço com relação às experiências profissionais anteriores por mim vivenciadas, era o processo democrático e participativo, no qual os professores tinham autonomia nas ações pedagógicas e mais proximidade com as famílias.

No ano de 2015, buscando novas perspectivas de trabalho e por conta do perigo que legitimamente se instaurou na comunidade devido à intensificação das ações do tráfico de drogas e dos constantes tiroteios e embates entre traficantes e policiais na região, passei a fazer parte do corpo docente de uma outra instituição de educação infantil da Rede Municipal de Florianópolis, Núcleo de Educação Infantil Otília Cruz.

Diante desse ainda desconhecido espaço de docência, deparei-me com um novo desafio, o de trabalhar com crianças de bairros de características socioeconômicas distintas. Apesar da creche atender em sua maioria, crianças da região em que está inserida, por ela estar localizada próximo ao bairro do Monte Cristo, atende também crianças e famílias dessa comunidade.

A partir das respectivas experiências, observações e registros das manifestações infantis dentro do espaço da instituição – das crianças pertencentes ao mesmo grupo de trabalho, porém, que vivem em contextos familiares socioeconômicos desiguais – e considerando as questões e indagações que surgiram a partir dessas experiências, fui instigada a buscar conhecimentos com intuito de compreender mais sobre a infância das classes populares.

Esse fato desencadeou a intenção enquanto professora, de estruturar uma pesquisa voltada para a compreensão dessas relações. Em concordância às teses que defendem que a criança se desenvolve pela experiência social, nas relações que estabelece desde cedo com a experiência sócio histórica dos adultos e do mundo por eles criado, e que os elementos que caracterizam e determinam a infância da classe burguesa à trabalhadora são elementos sociais e não naturais, o projeto preliminar começou a ser pensado com bases no método em Marx, o materialismo histórico dialético.

E alicerçados em estudos de Wajskop (1995) e Miranda (1997), que além de defenderem a análise da infância levando em conta o seu contexto de inserção, afirmam que na sociedade capitalista a origem da criança e sua condição social é fator determinante na constituição da sua infância, o desejo de investigar essa temática, foi tomando forma e delineando o objeto a ser pesquisado.

Nessa mesma direção, estimulada a estudar sobre o assunto, ingressei no Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O ingresso se deu a princípio como aluna especial na disciplina “S.E. Tópicos especiais em educação: a criança, a mulher e a escola no contexto da família trabalhadora” e como participante em um grupo de estudos sobre a infância.

A partir do segundo semestre de 2016, após passar pelo processo seletivo e ser aprovada, iniciei os estudos como aluna regular no Programa e curso de Mestrado em Educação, na linha de pesquisa Trabalho e Educação (TE), passando também a ser membro participante nos Grupos de Estudos e Pesquisas da Educação (TMT)<sup>10</sup> e (GETEI)<sup>6</sup>, sob a orientação da professora doutora Soraya Franzoni Conde.

A participação nos grupos de estudos serviu para ampliar os conhecimentos relacionados às categorias; trabalho, família, infância, classe social, cultura. E a disciplina realizada, que tratava entre outros temas, a respeito da força de trabalho da mulher e da criança no tempo da implementação da maquinaria moderna, possibilitou-me delinear com mais clareza a problemática envolvida nas relações que permeiam o objeto de estudo em questão, que é a infância da classe trabalhadora.

---

<sup>10</sup> Núcleo de estudos sobre as Transformações do Mundo do Trabalho. Disponível em: <[tmt.cfh.ufsc.br/grupo-de-estudo-2015-1/](http://tmt.cfh.ufsc.br/grupo-de-estudo-2015-1/)> <sup>6</sup> Grupo de Estudos sobre o Trabalho, Educação e Infância.

## 1.4 APROXIMANDO-SE DO CONTEXTO DE INVESTIGAÇÃO

### 1.4.1 A constituição histórica da comunidade e creche Chico Mendes

A partir de 1960, período de implantação da Universidade Federal de Santa Catarina, da instalação da Eletrosul, bem como da expansão do complexo governamental e do asfaltamento da BR 101, o município de Florianópolis foi palco de intensas mudanças, fatos que modificaram profundamente a cidade. Por esse, entre outros motivos, julgamos ser importante tratarmos a princípio a constituição histórica do município e na sequência a constituição histórica da comunidade e creche Chico Mendes como maneira de nos aproximarmos do contexto de investigação.

Entre essas intensas mudanças que ocorreram, como acima citado, o município foi acometido por muitas modificações, dos quais está o desencadeamento de forte especulação imobiliária, que resultou na expansão do perímetro urbano para a área continental, até então predominantemente insular (FANTIN, 2010).

A partir desse momento intensificou-se um processo migratório originário principalmente do interior do estado de Santa Catarina e, em função do empobrecimento, muitas famílias perderam a condição de permanência no campo, partindo para a capital em busca de subsistência. Dessa forma, a cidade:

“[...] não é mais só dos seus. Não é mais só daqueles que aqui nasceram. Ela passa a ser de outros donos, passa a ser compartilhada por outros moradores, outros que encontram na cidade um lugar para realizar seus sonhos, viver utopias, buscar qualidade de vida” (FANTIN, 2000, p.36).

A possibilidade de acesso a hospitais, postos de saúde, escolas, emprego, transporte coletivo, comércio e serviços oferecidos pelo Estado e Município, envolveram os sonhos desses migrantes que no fundo buscavam qualidade de vida. Entretanto, aqui chegando, esbarravam na dificuldade de encontrar um teto e assim, desencadeou-se na cidade uma luta por terra e moradia.

Segundo o IPUF (Instituto Predial e Urbano de Florianópolis), em setembro de 1990, a cidade contava com trinta e oito comunidades empobrecidas e LIMA (1992) ressalta que “no estado, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), num período de dez anos, 1970 a 1980, cem mil trabalhadores do campo chegaram às cidades, não discriminando cidades pequenas ou grandes”.

A cidade de Florianópolis, capital do estado catarinense, vem desde esta década recebendo em seu território muitos migrantes. No entanto, as características da população migrante se diversificaram ao longo desses trinta e cinco anos.

Atualmente, uma boa parcela das pessoas que chegam à cidade, já não são migrantes do campo, mas dos grandes centros urbanos, que atraídos pelas vantagens de viver em uma capital, com melhor qualidade de vida e cercada por belezas naturais, estabelecem aqui o seu local de moradia.

O primeiro grupo de moradores do Bairro Monte Cristo a se formar, residia no centro atrás da Assembleia Legislativa do Estado, que mais tarde, foram transferidos para o continente, para o local utilizado por todos e conhecido como Pasto do Gado<sup>11</sup> (CUNHA & LIMA, 1992).

O terreno era uma grande extensão de terras, a maior parte do governo do Estado. O local logo se tornou um aglomerado de casas – devido ao grande número de pessoas que chegavam para morar ali, ocupando a terra de forma desordenada – com uma densa população, sem demarcação de ruas e até mesmo de becos, sendo que as pessoas passavam umas por dentro do terreno das outras, sem qualquer tipo de saneamento ou características de urbanização.

**Figura 1** - Linha do tempo da urbanização do Bairro Monte Cristo



**Fonte:** HABITAT EMERGENTE (2013)

<sup>11</sup> Tratava-se de um grande terreno, com características de um monte, onde as pessoas deixavam os bois para pastarem. Por muito tempo o local foi conhecido como Pasto do gado. Informações obtidas a partir do relato de moradores antigos da região.

Desde então, o Bairro Monte Cristo vem sofrendo vários processos de transformação, se consolidou na região continental do município de Florianópolis às margens da via expressa, principal via de acesso à cidade de Florianópolis, mais precisamente à “Ilha”, fazendo divisa com o município de São José.

O local caracterizava-se por ser um espaço urbano, ocupado especificamente por pessoas migrantes em sua maioria oriundos do planalto serrano, da região oeste e de outras cidades do interior do Estado<sup>12</sup>. Pessoas que deixaram a sua terra natal e vieram para a capital em busca de um sonho. O sonho de viver melhor, com mais oportunidades de emprego, saúde, educação enfim mais qualidade de vida.

A formação dessas nove comunidades diferentes provém da história específica de luta pela terra e moradia. Na maioria delas, a medida que iam ocupando uma determina localidade, os moradores demarcavam aquele espaço referindo-se ao mesmo como uma comunidade.

Desta forma, constituiu-se um grupo organizado de moradores para fazer frente ao poder público e à sociedade em geral, com objetivo de garantir o direito à moradia, passando mais tarde a formar uma Associação de Moradores juridicamente legalizada. Com o passar do tempo, o bairro se constituiu por um conjunto de nove comunidades<sup>13</sup> que de ocupação em ocupação foram compondo o seu território<sup>14</sup>.

Atualmente no bairro existem nove associações de moradores, reconhecidas pelo poder público pela sua história de luta e por estarem em constante processo de articulação e fortalecimento.

As comunidades mais antigas são; a comunidade Nossa Senhora da Glória, Santa Terezinha I e a comunidade Monte Cristo, que iniciaram-se na década de 1970.

---

<sup>12</sup> Não temos uma pesquisa geral do bairro, mas o levantamento realizado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis para o Projeto de Urbanização e Desenvolvimento Comunitário da Região do Chico Mendes – Projeto Habitar Brasil/ BID (ano 2000), expõe dados referentes as comunidades Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte, com história e condições semelhantes as demais comunidades, podendo dessa forma as informações referentes as características populacionais serem generalizadas para o conjunto da localidade.

<sup>13</sup> O bairro Monte Cristo com 12707 habitantes (segundo dados do IBGE de 2010) hoje é composto por 9 comunidades: Monte Cristo, Nova Esperança, Santa Terezinha I e II, Panorama, Pasto do Gado, Novo Horizonte, Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória. Essas 3 últimas compõem a Região da Chico Mendes, sendo que a mais conhecida dentre essas é a comunidade Chico Mendes, que recebeu o nome durante a realização da “1ª Romaria dos Sem Teto de Florianópolis em 1991, cujo lema foi ‘Terra para morar e não para especular’ (RIBES, 1985). Atualmente, estima-se que a população ultrapasse os 30.000 habitantes, segundo levantamento e índices retiradas do documento Planejamento da Rede de Articulação Comunitária do Bairro Monte Cristo.

<sup>14</sup> Sete das nove comunidades se caracterizam por ocupações do espaço urbano de forma desordenada. Ou seja, ocupações que ocorreram sem planejamento prévio, sem auxílio do poder público, pelo menos no início.

As duas primeiras são fruto de um processo de ocupação espontâneo e desordenado, onde as pessoas foram chegando aos poucos e ocupando o espaço, sem a preocupação de demarcar ruas, ou espaços comunitários, formando por muito tempo um amontoado de casas, muitas do tipo “barraco”, entrecortados por becos.

No entanto, a comunidade Nossa Sra. da Glória fez parte juntamente com as comunidades Novo Horizonte e Chico Mendes, de um projeto de urbanização que foi implantado pela Prefeitura, e a comunidade Santa Terezinha 1, também pelo seu histórico de luta e organização, constitui-se, segundo dados do Habitat Emergente, (2013), em uma ocupação consolidada com infraestrutura básica.

Na década de 1980, o governo do Estado remanejou uma parte das famílias da comunidade Monte Cristo para o Conjunto Habitacional Promorar. Criado para este fim, consistia em um espaço urbanizado, com casas populares geminadas, localizadas abaixo da comunidade Monte Cristo, como mostra a imagem abaixo, através da visão panorâmica da BR 282. Com o passar do tempo, o Bairro Monte Cristo foi urbanizado, sendo feito saneamento, criado ruas e becos, um posto de saúde e um centro comunitário (HABITAT EMERGENTE, 2013).

**Figura 2** - Processo de urbanização da Comunidade Chico Mendes



**Fonte:** HABITAT EMERGENTE (2013)

As outras quatro comunidades do bairro, comunidade Santa Terezinha 2, Nova Esperança, Novo Horizonte e Chico Mendes têm entre si uma característica comum, nasceram a partir de um processo de luta pela moradia, articulados em uma organização chamada Movimento dos Sem-Teto, assessorado por uma organização não – governamental, o CAPROM



(Centro de Apoio e Promoção do Migrante)<sup>15</sup>. São comunidades que tiveram que se organizar e resistir para garantir a sua permanência na terra, bem como as melhorias que hoje possuem.

A constituição histórica tanto da comunidade Chico Mendes, que começou a surgir no final da década de 1980, quanto da comunidade Novo horizonte, que nasceu numa madrugada de 1991, são histórias de lutas, de manifestações populares em busca não somente de terra, mas também de moradia. A referida comunidade recebeu o nome Chico Mendes por ocasião da Primeira Romaria dos Sem Teto<sup>16</sup> de Florianópolis, cujo lema foi “Terra para morar e não para especular”, quando então os moradores optaram por homenagear o líder<sup>17</sup> seringueiro, que na ocasião, havia sido assassinado.

Segundo Lima (2003), foi com muita luta e organização que a comunidade com o passar do tempo obteve as suas conquistas. Todos os benefícios; água, luz, calçamento, saneamento básico, casa própria, “*Nada veio de graça*”, diz Seu Antônio, um dos moradores da comunidade, (p.22).

Essa conexão impulsionou os seus moradores na busca pelos seus direitos e dessa forma era apontada também pela prefeitura como local de alto nível de organização, “o que a inseriu num contexto de consistente fortalecimento em suas associações, inclusive com ações articuladas em prol das melhorias da região” (LIMA, 2003, p. 22).

Sem sombra de dúvidas, o que ficou marcado no corpo desses moradores e líderes que por ali fincaram as primeiras estacas, foi certamente, o espírito coletivo de luta que fortaleceu tais conquistas. No início, a constituição dessa comunidade era basicamente formada por ocupações espontâneas, assim como a maioria das outras comunidades na localidade. Mas, logo

---

<sup>15</sup> O CAPROM foi criado em 1984 na cidade de Florianópolis, mas somente em 1987 se tornou uma entidade jurídica. A entidade objetivava ser uma referência para o migrante que chegava na cidade. No início seu trabalho consistia em prover as necessidades imediatas ao migrante (higiene e alimentação), posteriormente se tornou uma referência na cidade em relação a luta pela moradia, assessorando os movimentos reivindicatórios e organizando ocupações do espaço urbano, como forma de garantir o acesso a moradia. Dessas ocupações surgiram as comunidades mencionadas. (CUNHA & LIMA, 1992).

<sup>16</sup> Passeata envolvendo as pessoas que lutavam por teto, colaboradores e simpatizantes, munidos de faixas, cartazes e palavras de ordem, com o objetivo de divulgar sua luta, sensibilizando a comunidade e pressionando o poder público.

<sup>17</sup> Chico Mendes foi um líder seringueiro, sindicalista e ativista ambiental brasileiro. Lutou pela preservação da Floresta Amazônica e suas seringueiras nativas. Recebeu da ONU o Prêmio Global de Preservação Ambiental. Chico Mendes nasceu em Xapuri, Acre, no dia 15 de dezembro de 1944. Filho do seringueiro Francisco Alves Mendes e de Maria Rita Mendes, desde criança acompanhava seu pai pela floresta e como não existiam escolas na região, só foi alfabetizado com 19 anos de idade. No dia 22 de dezembro de 1988, ao sair de sua casa em Xapuri, Chico Mendes com 44 anos, foi assassinado por um fazendeiro da região em que haviam conflitos de terras. Disponível em: < [https://www.ebiografia.com/chico\\_mendes/](https://www.ebiografia.com/chico_mendes/)> Acesso em 18 de fev. de 2018.

em seguida com a assessoria do CAPROM, os moradores realizaram a urbanização do local, demarcando lotes, abrindo ruas, definindo os espaços comunitários.

A ocupação do local se estendeu para o terreno baldio localizado ao lado da área já habitada, porém ocorreu de forma organizada<sup>18</sup>. As duas comunidades são vizinhas e estão localizadas na área continental do município de Florianópolis, como mostra o mapa abaixo.

**Figura 3** - Mapa da localização geográfica da Comunidade Chico Mendes



**Fonte:** HABITAT EMERGENT (2013) Localização da comunidade Chico Mendes, entre os municípios de São José e Florianópolis – SC.

A comunidade Novo Horizonte nasceu na madrugada de 29 de julho de 1990, por meio da ocupação de uma área de terra, por famílias que buscavam um teto para morar<sup>19</sup>. Foram os moradores da própria comunidade que ocuparam organizadamente o terreno que estava abandonado e que pertencia à COHAB (Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina), mas que já estava em negociação com a Prefeitura. As famílias ocuparam a terra, demarcaram lotes, construíram seus “barracos”, deixando espaços para ruas e locais comunitários.

Estes moradores organizaram-se em reuniões com o apoio de representantes comunitários, líderes religiosos, entre outros colaboradores, incluindo a CAPRON. Foi em uma dessas reuniões, que os moradores da comunidade que ali se faziam presentes, realizaram uma votação para escolher o nome, “Novo Horizonte”.

Alguns moradores das comunidades vizinhas foram contra esta ocupação e tentaram intervir chamando a polícia, mesmo assim, os moradores que ocuparam o terreno, construíram seus barracos e demarcaram os lotes, organizadamente. Homens, mulheres e crianças

<sup>18</sup> A ocupação da terra urbana consiste na entrada de um grupo de pessoas de forma organizada em uma área, com o objetivo de aplainar o terreno, demarcar os lotes e erguer as barracas para garantir a conquista da terra (LIMA & CUNHA, 1992, p. 42).

<sup>19</sup> Para maiores informações vide (LIMA & CUNHA, 1992).

construíram vários barracos com coberturas de plástico e paredes de papelões, de forma bastante rudimentar, o que não impedia o frio nem a chuva. Não havia energia elétrica e para conseguir água, era preciso buscar galões na escola da comunidade.

O espaço onde atualmente está situada a CCM (Creche Chico Mendes), era coberto por lonas e servia de alojamento para consultas médicas, distribuição de remédio, roupas e os moradores mais otimistas, já previam ali, a futura instalação de uma creche. Muitas manifestações e passeatas pela cidade foram organizadas pelos moradores e apoiadores do movimento, em prol da instalação da água e da luz. Mesmo com tanto sofrimento, os moradores permaneciam firmes, confiantes e alegres pelas conquistas já obtidas (ROSA, 2016).

Dona Chica, uma das moradoras e lideranças da comunidade, conta que uma dessas ocupações aconteceu na madrugada de um sábado no ano de 1990, em que 98 famílias, a maioria oriundas do oeste catarinense, chegaram silenciosamente ao terreno que seria ocupado. Nas mãos, segundo ela, não tinham armas, apenas estacas de madeira e lona para erguerem seus barracos e assim acenarem para a possibilidade de um Novo Horizonte para suas famílias.<sup>20</sup>

As estacas multiplicaram-se e juntamente com as lonas pretas que seguravam, compuseram outro lugar. As dificuldades foram muitas, frio, fome, cansaço, sede, mas nenhuma delas venceu essas pessoas que tinham como arma a vontade de viver. A coragem dessa gente estava alicerçada no desejo de verem suas crianças crescerem com dignidade, estas durante o processo de ocupação ficaram sob os cuidados da igreja católica vinculada à Teologia da Libertação <sup>21</sup>(ROSA, 2016, p. 95).

A Creche Chico Mendes<sup>22</sup>, no qual se apoia essa pesquisa, sua história e seu surgimento, teve origem no próprio movimento simultâneo de moradores das duas comunidades. A mesma está inserida na região do Monte Cristo, mais precisamente na comunidade Novo Horizonte, vizinha da comunidade Chico Mendes.

Os movimentos que norteiam tanto a comunidade, quanto a creche, tem notável relevância pela própria caracterização e ênfase ao nome que levam as mesmas, sendo dignos de serem compartilhados – mesmo que de forma resumida – nas próximas linhas que se seguem.

---

<sup>20</sup> As informações acerca da constituição da comunidade são frutos do relato oral de Francisca das Chagas, líder comunitária da comunidade que participou ativamente desse processo de ocupação assim como também de uma entrevista concedida por ela à Revista Pobres e Nojentas. Disponível em: < <http://desacato.info/pobres-e-nojentas/> >

<sup>21</sup> A Teologia da Libertação está diretamente ligada às Comunidades Eclesiásticas de Base vinculadas à religião católica e tem como função a libertação das condições que deploram a condição do humano, tendo a fé como expoente importante da sua própria libertação.

<sup>22</sup> Dados levantados a partir do (PPP) Projeto Político Pedagógico da unidade educativa, cedidos pela direção atual de 2018.

A história da constituição da CCM se mistura com a história da comunidade, pois desde o momento da ocupação da terra, o espaço para a futura construção da creche já havia sido demarcado. Na época, pela necessidade das mães terem que trabalhar fora, a associação de moradores junto à prefeitura, construiu uma casa com o nome de “Casa da Cidadania”, que durante a semana funcionava como uma creche e nos finais de semana como igreja (CORMELLI, 2007).

A casa atendia todas as crianças da comunidade em uma só sala. Algumas pessoas trabalhavam nesta instituição sem remuneração através de um serviço voluntário. Outros eram funcionários da AFLOV<sup>23</sup> (Associação Florianópolis de Voluntários). Com o passar dos anos, a comunidade foi crescendo e as necessidades aumentando e mais uma vez a mesma se organizou através de abaixo assinado para conseguir viabilizar a construção da creche.

**Figura 4** - Localização da creche Chico Mendes



**Fonte:** Fábio Queirós – ALESC. Projeto-revolução-dos-baldinho

O terreno pertencente à comunidade Novo Horizonte era utilizado até então para recreação e campo para jogar futebol, porém, esse espaço já havia sido demarcado pelo histórico antecedente à constituição dessa comunidade, histórico de lutas e conquistas que resultaram na comunidade Chico Mendes.

---

<sup>23</sup> A **AFLOV** (Associação Florianopolitana de Volumes) é uma ONG de Desenvolvimento e Defesa de Direitos, que tem como finalidade, organizar Atividades de Desenvolvimento Comunitário e Social de organizar ONGs de Assistência Social- Defesa Social e Institucional, de Proteção Social e de Segurança e Cidadania.

A creche foi construída entre as comunidades Chico Mendes e Novo Horizonte e permanece nesse local até os dias de hoje como pode ser visto na foto acima divulgada pelo Projeto Revolução dos Baldinhos.<sup>24</sup>

Foi nesse embate que a creche, assim como anteriormente a comunidade, aderindo ao nome Chico Mendes, tornou a homenagear o seringueiro assassinado, considerando-o um exemplo pelo seu histórico de lutas.

Em 1996, segundo os documentos da IEI (Instituição de Educação Infantil) e especificamente o PPP (Projeto Político Pedagógico), a estrutura era composta de três salas atendendo 40 crianças. Seu quadro funcional se iniciou com nove funcionários da AFLOV. Meses depois vieram alguns funcionários da Secretaria Municipal de Educação, assim como a primeira direção, com isso, funcionários da AFLOV saem de cena permanecendo somente os funcionários da prefeitura, que não eram suficientes para atender a creche durante todo o período.

Em 1998, a mesma foi ampliada, obtendo a estrutura de: 6 salas de aula, 4 banheiros, 1 hall, 01 sala de direção e secretaria, 01 sala de lavanderia, 01 sala de lanche para os professores, 01 cozinha, 01 depósito para alimentos e 01 parque exterior.

Com essa ampliação, passou também a atender um número maior de crianças em período integral das 7:30 as 18:30 horas, atendendo grupos de crianças de 0 a 5 anos.

Em 2001, a creche passou por mais uma reforma sem modificar a estrutura. A partir dessa data, com recursos provenientes diretamente da PMF, através da APP (Associação de Pais e Professores), as reformas e benfeitorias passaram a ser pensadas, planejadas e realizadas pela direção e funcionários e pais das crianças.

Segundo dados do PPP da unidade, em 2016 a creche passou por uma grande reforma e em 2017, 118 crianças de 0 à 6 anos foram matriculadas. Em 2018 o número de famílias atendidas seria de aproximadamente 127, porém, devido as novas normas da PMF, que alterou o horário de permanência das crianças maiores de 4 anos, nas creches, de 12 para 6 horas, ou

---

<sup>24</sup>A Revolução dos Baldinhos é a gestão comunitária de resíduos orgânicos sincronizada à prática de Agricultura Urbana, idealizada e implementada pelo Cepagro (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupos) na comunidade Chico Mendes - Florianópolis).

Disponível em: <https://cepagroagroecologia.wordpress.com/agriculturaurbana/revolucao-dos-baldinhos/>.

Disponível em: < [http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/foto\\_noticia\\_single/projeto-revolucao-dosbaldinhos](http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/foto_noticia_single/projeto-revolucao-dosbaldinhos)>

Acesso em 13 de fev. de 2018.

seja, do período integral, para um período parcial, como tentativa de sanar o problema do grande número de famílias nas filas de espera por vagas para seus filhos, a creche passou a atender aproximadamente 150 crianças.

Atualmente, a CCM, possui 44 funcionários, sendo 20 efetivos da creche: (4 professoras auxiliares, 3 professoras de sala, uma professora de educação física, 10 auxiliares de sala, uma supervisora). Destas, uma auxiliar de sala está na direção da unidade, duas estão readaptadas e uma de licença sem vencimento. Do total, ainda temos: 4 professores de sala, 3 auxiliares de sala contratados pelo regime de caráter temporário (Act), 3 cozinheiras, 4 serviços gerais terceirizados e 4 vigias também terceirizados. Os professores, supervisão e direção têm formação superior específica em sua área e algumas com especialização. Os auxiliares de sala, 09 tem formação superior e 3 tem ensino médio.

**Figura 5** - Fachada atual da Creche Chico Mendes



**Fonte:** SME/ Jornal Hora de Santa Catarina (2016)

Por fim, afirmamos que a CCM passou por várias transformações em decorrência das diversas administrações, atualmente a mesma está sob a direção de Maria Lúcia Pelogia Candido, eleita pelo período de 2014 a 2018.

Após relatarmos a constituição histórica tanto da comunidade, quanto da CCM, passaremos a abordar, – guiados por documentos da própria IEI e outros referenciais – a contextualização da comunidade e o modo de vida daqueles que nela residem.

#### 1.4.2 Comunidade Chico Mendes e o modo de vida das famílias

Ao caminhar pelo bairro um desconhecido não é capaz de fazer diferenciações entre a maioria das nove comunidades que o compõem. Tudo é muito semelhante, tanto as feições dos moradores, – onde é possível reconhecer os traços aparentes da condição de vida que ali se leva – a maneira como se vestem, se relacionam, conversam, caminham, brincam, se posicionam, enfim vivem.

As construções que em sua maioria tornam-se e transformam-se em autoconstruções, o medo e o enfrentamento da violência, mais presente quando a polícia está na área, nos leva a observar que a população local apresenta muitas semelhanças entre si.

No entanto, não há um censo que retrate o perfil demográfico com dados atualizados nem da totalidade da região do bairro Monte Cristo, nem das comunidades de forma individualizada, pois, as mesmas se entrelaçam e se confundem tanto pelas suas histórias de constituição, quanto pela localização e demarcação territorial.

Portanto, nossos dados serão baseados em pesquisas acadêmicas sobre as regiões mais específicas do bairro e relatórios da prefeitura municipal de Florianópolis. Contudo, no intuito de demonstrar ainda que minimamente o perfil desse bairro, bem como da comunidade Chico Mendes e das famílias que ali residem, faremos a seguir a exposição de dados obtidos por intermédio do Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010, de um relatório da Prefeitura Municipal de Florianópolis realizado sobre as comunidades<sup>25</sup>, do Relatório Sinais Vitais<sup>26</sup> de 2015 e 2016 que tem por lema “Conhecimento que nos dá o poder para transformar” e também do projeto “Habitat Emergente<sup>27</sup>”. Entre outras pesquisas acadêmicas

---

<sup>25</sup> Dados extraídos do Relatório elaborado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis para o Projeto de Urbanização e Desenvolvimento Comunitário da Região do Chico Mendes – **Projeto Habitar Brasil/ BID** (ano 2000) /data de conclusão do relatório e do recadastramento da Região Chico Mendes realizado no ano de 2000, (PASSOS, 2004).

<sup>26</sup> O relatório Sinais Vitais é um diagnóstico social participativo, que busca identificar áreas prioritárias e desafios da comunidade, visando orientar a tomada de decisão para a melhoria da qualidade de vida de um determinado município. Desde 2008, o **ICOM** já realizou nove edições nos municípios de Florianópolis e Palhoça, em Santa Catarina. Foi inspirado em uma metodologia criada por Fundações Comunitárias Canadenses, com o objetivo de inspirar a participação cidadã e debates públicos em nossas comunidades.

<sup>27</sup> **Habitat Emergente** é um projeto de pesquisa independente, resultante da trajetória de 5 anos de aproximação a esses territórios onde 1 em cada 4 latino americano vive. As vivências aqui apresentadas pelo projeto, visam compartilhar percepções sobre a formação e dinâmica de vida nestes locais que comumente emergem em fronteiras de centros urbanos, sob a perspectiva multidisciplinar do habitat.

Disponível em: <<https://habitatemergente.wordpress.com/>> Acesso em 10 de jan. de 2018.

que foram realizadas em conjunto com o Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (DSS/UFSC), em 2016 e com o Programa de Pós Graduação em Educação do – Centro de Ciências da Educação (CED), na Linha de Pesquisa Movimentos Sociais e Educação; Trabalho e Educação.

O documento Sinais Vitais (2015), pontua que entre 2008 e 2014, a capital cresceu em torno de 2,8% ao ano e segundo dados do Censo (2010), desse percentual, 51,70% são oriundas de outros municípios.

Esses dados levam em conta a inserção no mercado de trabalho que tem se tornado cada vez mais complexa e intensificada pela atual condição econômica do país e pela desigualdade social exacerbada. Refletida diretamente na questão social, esse fator juntamente com a ilusória ideia de Florianópolis ser um polo turístico amplo e de oportunidades de trabalho, muitas famílias ancoradas na luta pela sobrevivência, vem para a capital deparando-se com a precariedade e os baixos salários que os levam a residir nas periferias. E portanto, comunidades como a Chico Mendes, Novo Horizonte, entre outras do bairro Monte Cristo vem se formando ao longo dos anos nas periferias da cidade de Florianópolis, enquanto reflexo desses movimentos migratórios.

Entre 2010 e 2014, segundo a perspectiva documental dos Sinais Vitais de (2015), foram criados no município 34.559 postos de trabalhos. No entanto, o Censo de (2010) pontuou que 21,8% dos domicílios não recebem nem ao menos um salário mínimo, vivendo de forma precária, sem o mínimo necessário. O mesmo documento seguindo os dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), menciona que 6.193 famílias são beneficiárias do Bolsa Família.

Por isso, conclui-se que mesmo com o considerável aumento dos postos de trabalho, diante dos relatórios do Censo (2010) que enumera o percentual de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, algumas delas, pra não dizer grande parte, continuam não tendo acesso à renda mínima necessária para a sobrevivência, já que para acessar o benefício a renda familiar precisa ser irrisória.

Outro fator considerável, é o número estimado de habitantes em relação a quantidade de moradias existentes nessas comunidades que é excessivo. Pois, além de serem precárias, com

---



instalações de água e energia que trazem riscos às famílias, são minúsculas, por vezes cubículos, moradias instáveis, tornando-se quase que inabitáveis.

Em destaque no quadro abaixo, pode-se observar a disparidade populacional da comunidade Chico Mendes que segundo dados estimados ainda em 2007, considerando a precariedade acima assinalada, possuía um número excessivo de habitantes por moradia. O quadro 1 também informa o número estimado de habitantes e de população referentes à outras comunidades que estão localizadas na mesma região.

**Quadro 1** - Distribuição da População do Bairro Monte Cristo pelo número de habitações

<b>COMUNIDADE</b>	<b>Nº ESTIMADO DE HABITAÇÕES</b>	<b>Nº ESTIMADO DE POPULAÇÃO</b>
<b>Chico Mendes</b>	<b>561</b>	<b>2188</b>
Novo Horizonte	233	909
N. Sra da Glória	128	499
Monte Cristo	193	753
Nova Esperança	58	226
N. Sra do Rosário	126	491
Sta. Terezinha I	222	866
Sta. Terezinha II	143	558

**Fonte:** Faixa etária da população de Monte Cristo – Número aproximado devido cálculos de porcentagem. Florianópolis [www.icomfloripa.org.br/sinais-vitais/\(2007\)](http://www.icomfloripa.org.br/sinais-vitais/(2007)) – Termo de Referência do Plano Municipal de Habitação.

Dados do Censo IBGE (2010), destacam que nessas comunidades, naquela ocasião, encontravam-se 1.383 famílias que somavam um total de 12.707 moradores significando uma média de 3,9 pessoas por família.

Desse total, grande parte dos habitantes estavam na faixa etária até 14 anos, demonstrando que quase metade da população era de crianças e adolescentes, dependentes dos cuidados e proteção dos seus provedores e/ ou responsáveis. Atualmente o Bairro Monte Cristo,

segundo dados<sup>28</sup> populacionais atuais retirados de consultas em sites específicos, é o terceiro bairro que mais concentra crianças até essa faixa etária.

Mesmo com o inconveniente da ausência de dados atualizados a esse respeito, nos baseamos nos últimos levantamentos realizados no termo de Referência do Plano Municipal de Habitação da Prefeitura Municipal de Florianópolis e no Relatório Sinais Vitais, para destacar no quadro 2 abaixo a faixa etária da população do Bairro Monte Cristo reunida em grupos de 0 a 4, 0 a 14 anos, 15 a 64 anos e 65 anos em diante.

**Quadro 2 - Faixa etária da população do Bairro Monte Cristo**

<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>POPULAÇÃO</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
0 a 4 anos	1.106	8.7%
0 a 14 anos	3.571	28.1%
15 a 64 anos	8.666	68.2%
65 anos e +	470	3.7%

**Fonte:** Faixa etária da população de Monte Cristo – Número aproximado devido cálculos de porcentagem. Florianópolis [www.icomfloripa.org.br/sinais-vitais/\(2007\)](http://www.icomfloripa.org.br/sinais-vitais/(2007)) – Termo de Referência do Plano Municipal de Habitação.

Em relação a renda familiar, destacamos que ainda se perpetua nesse contexto a existência de uma grande concentração de famílias que se enquadram na faixa de até três salários mínimos, sendo que essa quantidade equivale a 85,1% das famílias, 19,8% recebem até um salário mínimo e em torno de 13,5% das famílias denomina-se não ter renda. Os últimos dados que obtivemos sobre o rendimento médio mensal por pessoa na comunidade era de R\$ 616,73, quase três vezes menor, se comparado ao município de Florianópolis com renda per capita de R\$ 1.731,91 (IBGE, 2010).

<sup>28</sup> Disponível em <<http://populacao.net.br/bairros-com>> ou <[maiscriancasflorianopolis\\_sc.html](http://maiscriancasflorianopolis_sc.html)> <[http://populacao.net.br/populacao-monte-cristo\\_florianopolis\\_sc.html](http://populacao.net.br/populacao-monte-cristo_florianopolis_sc.html)> Acesso em 10 de jan. de 2018.

O número de famílias que recebem o benefício do governo federal “Bolsa Família”<sup>29</sup> no bairro Monte Cristo é de um total de 460<sup>30</sup> dessas, 156<sup>31</sup> são da comunidade Chico Mendes, que no Brasil somam 14 milhões de beneficiários. Do total de dezenove mil famílias da comunidade Chico Mendes cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo<sup>32</sup> 6.690 têm o direito de receber o bolsa família, no entanto em 2016, somente 5.632 famílias foram contempladas. Apesar da capital possuir uma taxa de cobertura expressiva, ainda assim, 16% das famílias<sup>33</sup> mais vulneráveis à pobreza não são contempladas com transferência de renda.

Portanto, a partir desses dados podemos facilmente constatar que o bairro caracteriza-se com uma população de baixos rendimentos, precárias condições econômicas e considerável situação de empobrecimento, uma vez que a renda das populações que recebem o Bolsa Família<sup>34</sup>, necessariamente deve ser de 89,00 à 178,00 por pessoa na família.

O último censo do (IBGE) indicou em 2010 que o Monte Cristo era o décimo maior bairro de Florianópolis com 12.707 habitantes, no entanto, devido aos dados demográficos serem antigos, algumas pesquisas defendem que atualmente o bairro é composto por aproximadamente 30.000 habitantes.

Outros relatórios apontam que há divergências pois, segundo o site do Centro de Educação e Evangelização Popular (CEDEP),<sup>35</sup> organização não-governamental que atua na área desde 1987, a população gira em torno de 20 mil habitantes.

---

<sup>29</sup> O Programa **Bolsa Família** é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza no Brasil. O programa Bolsa Família foi criado no governo Lula por meio da Medida Provisória nº132 de 20 de outubro de 2003, unificando programas de governos anteriores como; o Cartão Alimentação, Bolsa Escola e Auxílio Gás, tendo por intuito, tirar o Brasil do mapa da pobreza no mundo como vimos acontecer há alguns anos atrás. Disponível em: < <https://bolsafamiliabr.com.br/>> Acesso em 15 de jul. de 2018.

<sup>30</sup> Informações fornecidas pelo Centro de Referência Assistência Social do Jardim Atlântico-**CRAS**- com base nos números referentes do Relatório de Informações Sócio territoriais do Município de Florianópolis de 2015.

<sup>31</sup> Número fornecido pela escola América Dutra Machado. Ver sobre: Modos de ser criança no cotidiano da comunidade Chico Mendes- Dissertação de Mestrado (ROSA, 2016).

Disponível em: < <http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/> 82>. Acesso em: 10 de jan. de 2018.

<sup>32</sup> Ver mais sobre: <https://www.servicos.gov.br/.../inscrever-se-no-cadastro-unico-para-programas-sociais>. Sistema Único de Assistência Social (SUAS). [www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br](http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br) Assistência Social. Acesso em: 02/05/2018.

<sup>33</sup> Fonte: **FLORIANÓPOLIS/SEMAS** (2016).

<sup>34</sup> Renda mínima de R\$ 89,00 e máxima de R\$ 178,00 para cada integrante da família, sendo que o valor pago por benefício é de R\$ 41,00 para gestantes, crianças e nutrizes e de R\$ 48,00 para adolescentes entre 16 e 17 anos.

Disponível em: <https://bolsafamiliabr.com.br/aumento-bolsa-familia-2018/> Acesso em: 15 de jul. de 2018.

<sup>35</sup> O **CEDEP** (Centro de Educação e Evangelização Popular) foi criado em 1987 com o intuito de apoiar e fortalecer os movimentos populares na luta pela construção de moradias para os sem tetos no bairro Monte Cristo. Nesta época Florianópolis recebia levas de migrantes vindas do interior do estado, expulsas do campo pela política desenvolvimentista e de incremento da agroindústria dos grandes latifúndios, estas famílias de forma precária se instalaram nos morros e a margem da via expressa.

Ver mais sobre: <http://cedep-floripa.org.br/historia-do-cedep/>

Os moradores mais antigos concordam com esse número, confirmado também pelo Comando do 22º Batalhão da (PM) Polícia Militar, responsável pelos 11 distritos do Continente.

De um total de 12.707 habitantes, segundo o Censo de 2010, 6.189 eram homens ou seja, 48,71% dos habitantes. Destes, as pesquisas<sup>36</sup> realizadas no bairro destacam que uma grande maioria se declaravam não ter qualquer ocupação, alguns citaram que trabalhavam com serviços gerais e na área da construção civil. No entanto, muitos disseram que realizavam biscates<sup>37</sup> e entre outras ocupações; vigia, vendedor, motorista, sucateiro.

Quanto às mulheres, somavam um total de 6.518, ou seja 51,29 % dos habitantes e a grande maioria se declaravam não ter uma ocupação, sendo “do lar”, outras se ocupavam com atividades tradicionalmente delegadas às mulheres como; (cozinhar, limpar, cuidar, etc.), apenas com exceção de ocupações como sucateiras, balconistas ou caixas de supermercados. Notou-se durante as pesquisas, que uma boa parte dessas pessoas, homens ou mulheres, eram trabalhadores informais e não tinham assegurado os direitos trabalhistas, ou seja, segundo Ribes (2005) e Costa (2016), situações típicas de moradores de comunidades empobrecidas.

Dentre as dificuldades em que vivem esses moradores, outra questão preocupante é a falta de qualificação profissional como reflexo da baixa ou nenhuma escolaridade entre os adultos. Esse aspecto faz com que os mesmos não se enquadrem nos critérios exigidos para a inclusão no mercado formal de trabalho e portanto, é uma das problemáticas que se juntam ao alto índice de desemprego na região.

Além disso, a documentação inadequada, falta de recurso financeiro para pagamento do transporte e o preconceito por morarem numa região conhecida como uma das áreas mais perigosas da cidade, são outros obstáculos que barram a inclusão no mercado de trabalho e o ingresso em cursos e programas de qualificação profissional. Segundo a reportagem realizada pela Revista Caminhos do Sul do Mundo (2016), “a falta de políticas públicas na região faz com que a luta para sobreviver se confunda com a violência”

---

<sup>36</sup> Ver mais sobre: RIBES, Sandra Crochemore. *Histórias de vida, saberes informais e formais do sujeito jovem da comunidade Chico Mendes*. Dissertação de Mestrado, 115fls. Programa de Pós Graduação em Educação – CED, Documento parcial do requisito para a obtenção do título de Mestre; Linha de Pesquisa Movimentos Sociais e Educação Florianópolis, abril de 2005. COSTA, Aliny Jullian Ferreira. *Rebatimentos do Familismo na singularidade das famílias do município de Florianópolis/Bairro Monte Cristo*. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina; 57fls; Florianópolis, dez/2016.

<sup>37</sup> O biscate é aquele trabalho temporário, em que se começa e termina a atividade no mesmo dia, sem uma especificidade, podendo exercer várias funções diferentes (lavar, carpir, limpar, etc.). O (a) sucateiro (a) é a pessoa que obtém a sua renda através da coleta de materiais recicláveis.

Em entrevista,<sup>38</sup> funcionários que trabalham em algumas das *ONGs*<sup>39</sup> (Organizações não governamentais) na região apontam que:

“[...] muitos jovens e crianças que participam dos projetos e oficinas, na hora de dar o endereço para desconhecidos, com vergonha de dizer o nome das comunidades onde moram, escolhem bairros vizinhos, como Coqueiros ou Capoeiras, cujos moradores não são considerados favelados (REVISTA CAMINHOS DO SUL DO MUNDO, 2016).

Os dados acima dimensionam a problemática social da região que apesar de contar com alguns equipamentos e serviços coletivos, – destacados pelo site da Prefeitura Municipal de Florianópolis – como: cinco creches municipais; duas escolas básicas; cinco postos de Saúde; seis programas sócio educativos em meio aberto (projeto de atendimento extraescolar) localizados na região: CRAS<sup>40</sup> (Centro de Referência de Assistência Social), três centros de educação complementar. E também, instituições de educação infantil conveniadas; Lar Fabiano de Cristo, (que atendia famílias com serviços de assistência social e mantinha uma creche e atendimento para crianças em horário extraescolar, atualmente já instinto); a Associação Cultural e Comunitária da Coloninha, “A Casa do Povo”, a Casa Chico Mendes ( que atende famílias e desenvolve vários projetos com crianças e adolescentes), entre outras *ONGs* como o CEDEP que atua na região; estes não são suficientes para cobrir a demanda local.

A falta de vagas nas creches, a ausência de fichas nos postos de saúde, a espera nas filas para a realização de exames mais específicos, a falta de médicos de especialidades, – segundo relatos dos próprios funcionários dos postos de saúde – são algumas das deficiências desses programas e grandes necessidades das famílias.

Ademais, sobre as entidades de proteção social básica e de fortalecimento dos laços familiares que garantem direitos e previne violações, o CRAS - PAIF<sup>41</sup>, tendo como objetivos fortalecer e prevenir a ruptura dos vínculos familiares, os dados mais atuais que tivemos acesso

<sup>38</sup> Reportagem: Caminhos no Sul do Mundo - Chico Mendes e Novo Horizonte, duas comunidades da periferia de Florianópolis, vivem acudadas entre a polícia e o crime. Reportagem de Luara Wandelli Loth, Colaboração: Daniella Coriolano, Júlia Rohdene e Talita Burbulhan, Fotografia: Daniella Coriolano Disponível em: <<https://caminhosnosuldomundo.wordpress.com/category/reportagem/>> de 07 de set. de 2016>. Acesso em: 10 de jan. de 2018.

<sup>39</sup> *ONGs* é a sigla para Organizações não Governamentais, que são instituições criadas sem ajuda ou vínculos com o governo, geralmente de fundo social e sem fins lucrativos.

<sup>40</sup> O **CRAS** é uma unidade pública estatal que desenvolve um serviço ativo de atendimento e vigilância sobre situações de exclusão em territórios de vulnerabilidade social. Além do CRAS, as organizações da sociedade civil possuem importante papel na oferta de serviços de proteção social básica às famílias de Florianópolis, como é o caso dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. Juntos, poder público e as organizações da sociedade civil trabalham para fortalecer as relações familiares e comunitárias e prevenir situações de risco social.

<sup>41</sup> PAIF- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família. Disponível em: <[www.mds.gov.br/.../servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif](http://www.mds.gov.br/.../servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif)>. Acesso em 03 de maio de 2018

são de 2015 e mostram que foram atendidas 6,4 mil famílias pelo Programa de Atenção Integral às Famílias de Florianópolis e pelo serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, em 2015 foram atendidas 3.291 crianças e adolescentes na capital.

Considerando as 25,2 mil crianças e adolescentes cadastradas no CadÚnico, do SEMAS<sup>42</sup> (Secretaria Municipal de Assistência Social) a capital apresentou apenas 13% de capacidade de atendimento para este serviço, demonstrando sua ineficiência em relação as necessidades e demandas do município (FLORIANÓPOLIS/SEMAS, 2016).

Mesmo diante da Constituição Federal e o ECA<sup>43</sup> (Estatuto da Criança e do Menor Adolescente), que determinam como dever da família, do Estado e da sociedade manter crianças e adolescentes à salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, os dados acima nos revelam as contradições entre as leis e a realidade das crianças e adolescentes que vivem em situação de risco e vulnerabilidade social.

Tais violações de direitos podem ocorrer dentro da própria família se esta estiver igualmente em situação de vulnerabilidade social. Além disso, muitas crianças e adolescentes estão expostas à riscos sociais em sua própria comunidade, – assim como denotam dados de pesquisas nesse contexto – influenciando negativamente no seu desenvolvimento, podendo causar ainda ruptura dos laços familiares e comunitários (BRASIL, 2004).

Esses dados também nos revelam o limite do direito frente à desigualdade social que é inerente ao sistema capitalista, uma vez que torna impossível diante dos limites do capital, que todas as crianças tenham de fato o direito à infância. Pois, segundo Meszáros (2005), em sua obra *“A Educação para além do Capital”* o Capital é como um todo estruturado onde a produção da miséria é condição da sua perpetuação.

Criado em 1990 pelo ECA, o Conselho Tutelar atua com o objetivo de aplicar medidas protetivas à criança e ao adolescente com direitos ameaçados ou violados. Para esse fim, o Conselho Tutelar de Florianópolis possui quatro sedes localizadas nas regiões; Centro, Norte, Sul e Continente, que registraram no ano de 2015, 4.975 denúncias.

Dados apurados demonstram que em 2015, 832 famílias foram acompanhadas pelo PAEFI, sendo que 50% dos atendimentos foram de novas famílias com casos de violação de direitos contra crianças e adolescentes. Quanto à essas violações, estudos apontam que na sua

---

<sup>42</sup>SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social - (FLORIANÓPOLIS/SEMAS, 2016). Disponível em: <[www.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/](http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/)> Acesso em 03 de maio de 2018.

<sup>43</sup> Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é o conjunto de normas do ordenamento jurídico brasileiro que tem como objetivo a proteção integral da criança e do adolescente, aplicando medidas e expedindo encaminhamentos para o juiz. É o marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes. O ECA foi criado em 30 de julho de 1990.

maioria, as mesmas se referem às meninas como as principais vítimas, sendo a maioria por violências intrafamiliares. A faixa etária mais violada é a de 7 a 14 anos, e a maior incidência de violência é a sexual, seguida de agressões físicas, sendo a região do sul da Ilha de Florianópolis a que mais registra violações.

O estudo também apontou que o PAEFI- Ilha não tem conseguido cumprir o seu papel. Nem de orientação e muito menos de apoio e acompanhamento das famílias para a superação da violação de direitos das crianças e adolescentes, uma vez que os períodos longos de espera por atendimento e/ou acompanhamento, evidenciam o fracasso dos serviços que se oferece (ELESBÃO, 2014)

O acolhimento também é uma medida de proteção prevista pelo ECA, para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar, que visa a proteção da integridade física, psicológica e moral dos mesmos. Tais serviços devem ser ofertados na forma de Acolhimento Institucional ou Programas de Famílias Acolhedoras. Em Florianópolis o serviço de acolhimento na modalidade de Família Acolhedora não é realizado. A capital também não possui serviço de República, que objetiva acolher os adolescentes que completam 18 anos para que não permaneçam nos serviços de acolhimento institucional. No entanto, existem 11 serviços de acolhimento institucional, sendo apenas 02 administrados pelo poder público (SEMAS) e 09 ofertados por OSCs (Organizações da Sociedade Civil)<sup>44</sup>.

Por meio desses serviços, somente em 2015, foram acolhidas em Florianópolis 260 crianças e adolescentes, 183 em OSCs e 77 pelo poder público. Dessas, 44 foram nas comunidades na localidade do Monte Cristo, 28 no bairro dos Ingleses e 20 no Centro da cidade. Estas áreas são as mesmas que registraram o maior número de atendimento pelo PAEFI, demonstrando a vulnerabilidade de muitas famílias que vivem nessas regiões, em específico no bairro do Monte Cristo, no qual integra-se a comunidade Chico Mendes.

Do total da população de Florianópolis, 26% é formada por crianças e adolescentes e por mais que elas vivam na capital com o maior IDHM do Brasil, uma em cada sete encontra-se vulnerável à pobreza<sup>45</sup>. Entre 2007 e 2014, foram registrados em Florianópolis, cerca de 370 óbitos<sup>46</sup> de crianças menores de um ano de idade. No bairro Monte Cristo, onde mais de 77% dos domicílios tem rendimento de até 2 salários mínimos, ocorreram quase o dobro de óbitos

---

<sup>44</sup> É considerada Organização da Sociedade Civil (OSC) toda e qualquer instituição que desenvolva projetos sociais com finalidade pública. Para o estabelecimento de parcerias, entre o Poder Público e a Organização Social, a Lei nº 9.637 criou um instrumento específico denominado Contrato de Gestão. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_sociedade\\_civil](https://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_da_sociedade_civil)> Acesso em 20 de fev. de 2018.

<sup>45</sup> Ver sobre: (IBGE, 2010).

<sup>46</sup> Fonte: SINAIS VITAIS - CRIANÇA E ADOLESCENTE (2016).

infantis do que nos demais bairros burgueses, centro da cidade, onde mais de 70% dos domicílios ganham acima desta renda.

Obviamente, essas estatísticas apontam a ineficiência das medidas protetivas, demonstrando que elas não tem conseguido resolver as problemáticas dessa, entre outras comunidades pobres, uma vez que são ineficazes, precárias e insuficientes. Além de não conseguirem atuar nas origens das violações de direitos dessa sociedade. Portanto, a inserção das crianças nas creches, – consideradas todas as dificuldades – representa para as famílias uma possibilidade de prevenir doenças, principalmente relacionadas ao aspecto nutricional.

Segundo Ribes (2016), o trabalho social realizado pela Prefeitura na área com crianças desnutridas, demonstra que quase a totalidade destas estão fora da creche. A desnutrição, seguido da diabete e outras doenças que acometem essas crianças, estão diretamente relacionadas à baixa renda, falta de saneamento, insalubridade, deficiência alimentar e outras carências que norteiam as populações empobrecidas assim como as crianças da comunidade Chico Mendes. Por isso a importância delas frequentarem as creches.

No entanto, faltam vagas e a maneira pela qual a prefeitura do município encontrou para zerar as filas, foi reduzindo o horário de permanência das crianças na creche. Ao invés de onze horas diárias, as crianças de quatro à seis anos de idade, matriculadas a partir de 2018, passaram a frequentar apenas meio período.

Existem controvérsias a respeito dessa mudança, – alguns discordam com a nova proposta, considerando-a um retrocesso para a educação infantil, – mas segundo a Secretaria Municipal de Educação, está é a maneira de garantir – a curto prazo, mesmo que de forma reduzida, – a permanência de todas as crianças na creche e atingir as metas estabelecidas e exigidas pelas leis e diretrizes do estatuto da criança.

Em entrevista concedida à reportagem Caminhos no Sul do Mundo, um profissional do CEDEP,<sup>47</sup> que trabalha a mais de uma década na instituição desabafou dizendo que na comunidade: *Falta tudo; creches, saneamento, coleta de lixo e perspectivas para a juventude*, Segundo ele, esse encargo; [...] *parece ser uma preocupação maior das ONG's, inseridas na região, do que dos próprios órgãos públicos*. Nesse sentido, o conglomerado de comunidades que formam o bairro Monte Cristo não se assemelha apenas pela sua história de luta e resistência,

---

<sup>47</sup> O **CEDEP** foi criado em 1987 com o intuito de apoiar e fortalecer os movimentos populares na luta pela construção de moradias para os sem tetos. Nesta época Florianópolis recebia levas de migrantes vindas do interior do estado, expulsas do campo pela política desenvolvimentista e de incremento da agroindústria dos grandes latifúndios, estas famílias de forma precária se instalaram nos morros e a margem da via expressa. Além do problema de moradia, as crianças encontravam dificuldades de se adaptarem as escolas e os pais se depararam com a insegurança de deixar seus filhos ao saírem para o trabalho.



mas também pela condição de empobrecimento e privação<sup>48</sup> a que está submetida a sua população de maneira geral.

Além dessa condição, problemas como dependência de drogas lícitas ou ilícitas, tanto entre adultos, quanto entre crianças e adolescentes, tráfico de drogas, exploração sexual, violência doméstica, entre outros, constitui o cotidiano dessa região. Lima (2003, p. 25), ressalta que:

A região é famosa, menos por méritos e mais pela (des)informação que faz dessas comunidades empobrecidas, lugares apenas de perigo, de miséria. A Prefeitura aponta que a comunidade Chico Mendes é marcada por problemas de segurança relacionados ao narcotráfico, o baixo índice de escolaridade, o desemprego, a falta de perspectiva profissional para jovens, explosão de violência, entre outros problemas. Mas os seus moradores insistem em afirmar a história e a vida dessas comunidades pelos aspectos da resistência, do trabalho, da solidariedade e determinação.

As transformações que ocorreram nesse território não estão atreladas apenas à fatos recentes, mas se iniciaram desde a urbanização da comunidade Novo Horizonte, Chico Mendes, assim como de todo o Bairro Monte Cristo.

Segundo “Habitat Emergent”<sup>49</sup> (2013), certamente a urbanização trouxe regularização fundiária, moradia, infraestrutura e equipamentos públicos, porém, trouxe também outros inconvenientes. O projeto impositivo que desconsiderou a dinâmica original do Bairro e as comunidades que o compõem, bem como sua história de constituição, acabou por desmobilizar grande parcela da população. Isso ocorreu em função da remoção de muitas moradias, das consequentes mudanças de endereços, perdas de identidades e relações de sociabilidade. Com a implantação do projeto mudaram-se as estratégias, movimentos e mobilizações organizadas e coletivas dos moradores.

Mais precisamente, o documento “Habitat Emergent”<sup>50</sup> (2013), destaca que o que deveria ser um projeto de “urbanização” transfigurou-se em uma proposta de “formalização” abrindo vias incoerentes com a escala do bairro.

---

<sup>48</sup>Trata-se de uma condição inerente ao capitalismo contemporâneo, ou seja, esse problema **social** foi impulsionado pela estrutura desse sistema econômico e político.

<sup>49</sup>Chico Mendes – Florianópolis: “Urbanização ou Formalização. Mariana Moraes, 2013. Projeto de pesquisa independente, resultante da trajetória de 5 anos de aproximação a esses territórios onde 1 em cada 4 latino americano vive. As vivências apresentadas pela pesquisa, visam compartilhar percepções sobre a formação e dinâmica de vida nestes locais, que comumente emergem em bordas de centros urbanos, sob a perspectiva multidisciplinar do habitat.

<sup>50</sup> Disponível em: <<https://habitatemergente.wordpress.com/2013/12/01/urbanizacao-ou-formalizacao/>> Acesso em 20 de mar. De 2018.

Por intermédio desse projeto, foram trazendo equipamentos não apropriados para esse espaço, colocando famílias diversas em habitações padronizadas não prevendo ampliações para esses lares e desconsiderando a própria essência de autoconstrução, intensa vida urbana e comunitária que prevalecem em diversos assentamentos.

**Figura 6** - Processo de urbanização da Comunidade Novo Horizonte



**Fonte:** Revista Caminhos do Sul do Mundo (2016)

Dessa forma, muitas casas que haviam sido construídas pelos próprios moradores foram destruídas e as famílias indenizadas com o intuito de construir novas casas. No entanto, os moradores que não aderiram ao programa receberam o dinheiro da sua indenização e saíram da comunidade.

Documentos da creche Chico Mendes apontam que com a implantação do programa, o perfil da comunidade se transformou dando espaço a chegada de outras pessoas que também aderiram ao projeto, porém, famílias que não faziam parte da comunidade e nem conheciam sua história.

Esta mudança de perfil, associado ao sentimento de destruição ao ver máquinas derrubando aquilo que um dia foi um sonho construído com muito esforço e muita luta, contribuiu para a insatisfação, o aumento dos conflitos e segregação na comunidade.

Dados atuais revelam que ainda hoje, – segundo relatos de moradores mais antigos – há comunidades inteiras em que nenhum dos moradores têm a posse do terreno regularizada. Desde a década de 80 eles estão nessa constante luta, mas ninguém possui o título da terra ainda. Esta

é a prova do esquecimento dessas famílias trabalhadoras e descaso do poder público com esse território.

**Figura 7 - Projeto de urbanização e de formalização da comunidade**



**Fonte:** Projeto Habitat Emergente (2013)

Com o passar do tempo, devido ao novo perfil, (LIMA, 2003, p. 25), destaca que a comunidade ainda marcada pelo [...] *empobrecimento expresso nas condições materiais, sendo por vezes impedida de alcançar seus direitos*, ganha outros contornos, outros enredos, histórias narradas por outros que agora chegam e compõem o seu presente, sem mesmo conhecer o seu passado.

Contornos esses que revelam não apenas uma nova topologia diante da reurbanização ocorrida com a construção de casas e abertura de novas ruas, mas uma composição que desenha um novo mapa que se atualiza pelo conjunto de culturas outras que agora se põem também nesse lugar, pela presença ostensiva da polícia, pela ausência de projetos coletivos, pela retirada da Prefeitura Municipal de dentro da comunidade e pelo enfraquecimento do olhar coletivo entre as novas lideranças comunitárias, dando a sensação para muitos de um “esvaziamento dos espaços”. Essa nova configuração da comunidade aciona naqueles que por aqui se instalaram inicialmente, uma lamentação. Nas reuniões do Projeto Territórios Populares, esse é um assunto recorrente entre os participantes que aprenderam, assim como eu, a olhar e viver a comunidade pelo seu viés de movimentos coletivos (ROSA, 2016, p. 99).

No entanto, essa questão gera contradições entre os moradores, pois, para alguns, principalmente aqueles que chegaram mais tarde, o programa de construção das casas foi a oportunidade de começar uma vida num imóvel que oferecia condições dignas de moradia.

Porém, a forma de implementação e a descontinuidade das ações tornaram o projeto de certa forma fracassado.

Ouvindo os relatos de alguns moradores,<sup>51</sup> pode-se observar que a esperança se ancora ainda hoje, na atuação do poder público: *A gente veio pra cá assim como hoje tem esse movimento dos haitianos e baianos vindo. [...] A mão de obra de Florianópolis está ali, tem muita gente boa*, diz um dos primeiros habitantes, enaltecendo pessoas que deram certo e hoje têm trabalho digno.

É certo que projetos e ações sociais existem no bairro e são liderados por Organizações Não-Governamentais. O que falta, diz o morador, é investimento nas atuais ações e o poder público encorajar servidores; [...] *ajudar a mudar a realidade do bairro*.

Para outros moradores a realidade atual da comunidade assusta e eles reagem dizendo que nem sempre foi assim. Na década de 1990, a então prefeita Ângela Amin, segundo um morador: *construiu as casinhas populares para melhorar a vida dos moradores*. A medida inspirada em modelo internacional teve na época aprovação e repercussão social.

O Projeto Político Pedagógico da IEI Chico Mendes, – parte que trata do perfil e história da comunidade – revela que houve uma considerável preocupação por parte do poder público em relação as condições básicas de vida desses moradores, passando a melhorar por volta do ano de 2002, com a ampliação de programas sociais e com a urbanização. Naquela ocasião, existiam famílias que viviam do trabalho formal, informal e aquelas que dependiam de programas como o “Bolsa Família” para sobreviver.

Porém, o bairro passou a ser dominado por traficantes, a violência aumentou nos últimos anos e nunca mais saiu, estigmatizando especialmente a Chico Mendes e a Novo Horizonte. A comunidade chama atenção pelo número de manchetes em jornais e notícias que veiculam nos meios de comunicação midiáticos, que não hesitam em declarar as altas taxas de homicídios que tem aterrorizado toda comunidade, além do contexto de criminalidade em que estão inseridas as crianças e adolescentes. As crianças em sua maioria, crescem traumatizadas e boa parte delas é recrutada pelo crime. Parcela significativa se torna “olheiro”, “aviãozinho<sup>52</sup>” e acaba morta. Esse é o retrato do contexto socioeconômico desse território, demonstrando uma população que

---

<sup>51</sup> Entrevistas concedidas ao projeto de Pesquisa: Modos de ser criança no cotidiano da comunidade chico mendes: Um estudo etnográfico (ROSA, 2016).

<sup>52</sup> São os que têm a função de vigilância. Eles usam morteiros e rádios de comunicação para avisar da chegada da polícia ou de traficantes rivais.

Disponível em: <<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/conheca-o-glossario-do-traffic20111222.html>>. Acesso em 06 de mar. de 2018.

vive em condições de empobrecimento exacerbado em que a luta diária é pela sobrevivência (COSTA, 2016).

**Figura 8 -** Chico Mendes e Novo horizonte, contextos de criminalidade



**Fonte:** Revista Caminhos do Sul do Mundo (2016)

Outra questão que intensifica os conflitos são as divisões territoriais das facções. A população florianopolitana acompanha os crescentes problemas sobre esse fato e o que mais se presencia, são notícias que trazem como título: “Grupos rivais lutam pelo controle do tráfico de drogas em comunidade do bairro Monte Cristo”,<sup>53</sup> estigmatizando ainda mais a comunidade.

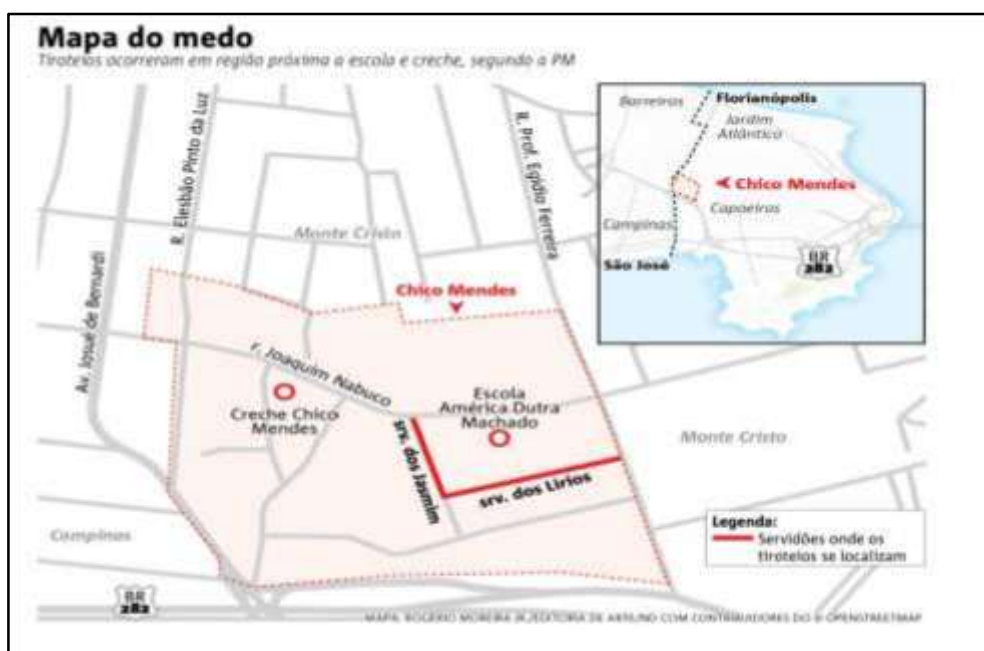
Muitos dos estudantes da escola e pais das crianças que frequentam a creche vivem constantemente amedrontados e inseguros pois, ali é a “zona de conflito mais intensa” do bairro. Diversas são as histórias relatadas para a revista “Caminhos no Sul do Mundo”, histórias essas de alunos que não podem mais frequentar as aulas, pais que estão proibidos de levar seus filhos pra creche, que temem as ameaças dos traficantes e acabam por ceder às proibições de circular por certas ruas que dão acesso as duas comunidades.

---

<sup>53</sup> Jornal Notícia do Dia: Chico Mendes com PCC e Comando Vermelho- Grupos rivais lutam pelo controle do tráfico de drogas em comunidade do bairro Monte Cristo. Reportagem de Colombo de Souza, Rafael Thomé, Florianópolis, 03 de dez. de 2014. Disponível em: <https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/policia-investigacoes-de-gangue-do-chico-mendes-com-pcc-e-comando-vermelho> Acesso em 17 de jul. de 2018.

A escola América Dutra Machado e a creche Chico Mendes são consideradas o marco divisório entre as comunidades Novo Horizonte e Chico Mendes e ‘limites desses territórios’, como mostra o mapa abaixo.

**Figura 9 - Mapa do medo**



Fonte: Jornal Notícias do Dia (2014)

As famílias vivem em constante apreensão e correm risco sempre que visitam a casa de amigos que moram na “comunidade rival”. Apesar das ameaças, os moradores contam que o método de intimidação mais utilizado são as caras feias e falas como: “*Tu fica ligado!*”.

Relatos dos moradores mais antigos da comunidade e o depoimento – em entrevista concedida à RBS/TV (Rede Brasileira Sul de Televisão), no primeiro semestre de 2017 – do presidente da CARMOCRIS (Conselho das Associações de Moradores da Região do Monte Cristo) Antônio Joel de Paula de 65 anos – que Morou dez anos na Chico Mendes e hoje mora na Novo Horizonte, – confirmaram que a rivalidade entre as chamadas facções criminosas intensificou-se a partir de novembro de 2014 e desencadeou confrontos violentos dentro de duas das nove comunidades do bairro Monte Cristo: Novo Horizonte e Chico Mendes, mas também fora dos becos, avançando pelas ruas principais.

Uma das manchetes no Jornal Horas SC<sup>54</sup> com título; “A Luta Continua”, de quinze de janeiro de 2015 trazia a seguinte notícia: “Um muro invisível ainda divide o bairro Monte Cristo, na área continental de Florianópolis. Moradores da comunidade Novo Horizonte temem visitar parentes e amigos do outro lado da rua Joaquim Nabuco, na região da Chico Mendes.

Revistas, ameaças e sons de tiros são rotina”.

A intensificação do tráfico de drogas e a violência policial, tornaram as violações de direitos nesse contexto como ações cotidianas, costumando ficar mais evidentes durante as operações policiais especiais. Atualmente, uma das prioridades daqueles que moram na comunidade é de constantemente se identificar e demarcar o local de residência para não ser confundido.

O risco de estar em lugares e horários errados também gera muita preocupação nas famílias em relação a segurança dos filhos. Segundo a manchete do Jornal Horas de SC de 27 de fevereiro de 2018, os moradores afirmam que; *[...] nunca se sabe o que está por vir. Continuou [...] Pra quem não mora nas casas geminadas, não é fácil apontar onde cada casa da comunidade começa ou termina, mas precisa de demarcação. [...]o problema ficou mais sério depois do início da “guerra” entre os dois grupos do crime organizado e piorou depois de novembro de 2014, dizia um morador.*

Por mais que se intensifiquem as operações, como a operação “Ordem e Progresso” articulada entre a Polícia Civil e a Polícia Militar para combater o tráfico de drogas na região, que ocorreu em três etapas; em 30 de maio, 30 de julho e 14 de agosto de 2015, efetuando cerca de 75 ordens de busca e apreensão e resultando em quase 30 prisões e na apreensão de dez armas, a segurança e o bem estar para essas famílias ainda estão muito longe de serem alcançados. As ações governamentais são paliativas e pouco tem feito o poder público para solucionar de fato essa problemática que não só é de ordem sociopolítica, mas antes de tudo se pauta e se perpetua nas desigualdades sociais.

De fato, enquanto exemplo, citamos que depois de longos cinco anos de espera, a comunidade Chico Mendes e a Novo Horizonte foram surpreendidas com a chegada de obras de revitalização de praças e instalação de parques infantis e quadras esportivas, que segundo a prefeitura do município, começariam a mudar a rotina dos moradores em especial das crianças do Monte Cristo e da comunidade Chico Mendes.

---

<sup>54</sup> Ver sobre: [marcone.tavella@horasc.com.br](mailto:marcone.tavella@horasc.com.br). Disponível em <http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2015/01>. Acesso em 27 de fev. de 2018.

Em uma reportagem<sup>55</sup> realizada por Rafael Thomé, exibida em dezessete de agosto de 2015, levando o título; “Ocupação da PM e ações da Prefeitura de Florianópolis dão novas perspectivas ao Monte Cristo”, dizia que, as cerca de 30 mil pessoas que vivem no Monte Cristo e na comunidade Chico Mendes, começam a vislumbrar dias melhores. A reportagem cita que: *Depois de ficarem sob fogo cruzado de duas facções criminosas, a população viu, na última semana, as forças de segurança pública intensificarem a presença no bairro. Continuando a falar da atuação da prefeitura destacava que: [...] Por meio da Secretaria de Continente, a prefeitura investiu na reforma e implantação de praças, parques infantis e quadras esportivas, além de pintar edifícios que há muito tempo estavam opacos.*

Segundo a reportagem, mais de 200 pessoas e nove caminhões iniciaram a revitalização do Monte Cristo em junho de 2015. O mutirão realizado pela Prefeitura renovou a autoestima de uma comunidade embrutecida pela violência.

**Figura 10** - Revitalização dos parques e áreas verdes do Bairro Monte Cristo



**Fonte:** Jornal Notícias do Dia. Foto: Bruno Ropelato/ND (2015)

Em um único dia 20 bocas-de-lobo foram consertadas, dez ruas receberam novas lajotas, 73 pessoas foram vacinadas e 300 livros infantis foram distribuídos.

---

<sup>55</sup> Ver mais sobre: “Ocupação da PM e ações da Prefeitura de Florianópolis dão novas perspectivas ao Monte Cristo”. Disponível em <https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/ocupacao-da-pm-e-acoes-da-prefeitura-deflorianopolis-dao-novas-perspectivas-ao-monte-cristo>. Acesso em 24 de fev. de 2018.



A reportagem destacava os conflitos que essa comunidade havia enfrentado, bem como o valor do investimento que ficou em torno de R\$ 500 mil. Obviamente que para uma comunidade esquecida, as obras caíram no gosto das famílias rapidamente, mas será mesmo que renovou a autoestima dos moradores? Que resolveram-se os problema, apenas com essa intervenção?

Alguns moradores ao serem entrevistados fizeram questão de expor essa alegria publicamente: *Está bem colorido e divertido. Antes, a favela estava sem cor, agora está mudando nosso dia a dia.* Outro declarou: *Com essa guerra que aconteceu, as crianças não estavam nem jogando bola, não tinha parquinho adequado para brincarem. Agora está bem melhor, dá outro ânimo,* disse uma moradora da Chico Mendes que estava no parquinho diante da presença de policiais militares no mesmo espaço em que crianças brincavam.

Alguns críticos, professores e outros profissionais que trabalham na região, destacaram que ao observarem o entorno, notava-se que estrategicamente a base permanente da polícia havia sido montada exatamente junto ao espaço das brincadeiras das crianças, condição atípica para os moradores que antes estavam acostumados com as rondas realizadas nas ruas da comunidade.

O que nos parece é que para assegurar a *Ordem e o Progresso*, mesmo que em uma área bastante restrita e sob o discurso de “cuidado”, a polícia mantém-se às vistas da população e dos “traficantes”, demarcando um espaço de “paz e tranquilidade” num contexto de extrema violência em diversos sentidos.

Pela localização geográfica do parque, a base policial montada nesse espaço, ganha efeitos de dentro e de fora, ou seja, anuncia aos sujeitos da comunidade o que estão ali a fazer, ao mesmo tempo em que denuncia para aqueles que passam, quem são os sujeitos que ali moram, reforçando a imagem projetada pela mídia (ROSA, 2016, p. 85)

Para o secretário do Continente da época e questionado na mesma entrevista, tais ações eram parte de uma política de valorização da vida por intermédio do esporte e lazer. Segundo ele: *Somos seres humanos e temos que respeitar cada um, seja rico ou pobre.* Continuou: *[...]somos uma sociedade como um todo. [...]Estamos mexendo na autoestima dos moradores.* E afirmou; *[...] A comunidade tem mais de 30 mil pessoas, por isso, o poder público tem que mostrar força no sentido de trazer a paz e a tranquilidade para todos.* Encerrando a entrevista, o Secretário concluiu dizendo que estão fazendo aquilo que a comunidade tem solicitado, pois, as melhorias foram ideias dos moradores, sendo que o projeto tem a aprovação da grande maioria das famílias.

Outra iniciativa também bastante elogiada na comunidade, foi a instalação de uma academia ao ar livre ao lado do parque infantil na entrada do bairro.

Enquanto os filhos brincavam no escorregador uma moradora que testava os novos aparelhos comentou: *Foi a melhor coisa que fizeram. É um exercício que podemos fazer de graça, porque não temos dinheiro para pagar academia*, disse a moradora de 32 anos, auxiliar de serviços gerais.

**Figura 11** - Recuperação dos espaços públicos da Comunidade Chico Mendes



Fonte: Petra Mafalda/PMF (2015)

Para a prefeitura municipal de Florianópolis essa reocupação do espaço público não só foi possível por conta das obras de recuperação e instalação de aparelhos de lazer, mas também pela presença da PM, que foi iniciada pelo 22º Batalhão com a “Operação Saturação” e contou com o apoio do Bope (Batalhão de Operações Policiais Especiais), Canil e Cavalaria. Quando entrevistado, um dos tenentes responsáveis pela operação<sup>56</sup> afirmou: *A população de bem fica feliz com a nossa presença.*

O que seria essa população de “bem” para o poder público? Como podemos diagnosticar quais moradores são ou não de “bem”, numa comunidade em que os problemas socioeconômicos e políticos atingem à todos, sem exceção? A infelicidade se centra nos discursos sobre esse contexto, se abastecem de uma realidade marcada pelo empobrecimento, desigualdade social e violência, sem se dar conta da história de lutas dessa comunidade.

---

<sup>56</sup> Jornal Notícias do Dia: “Ocupação da PM e ações da Prefeitura de Florianópolis dão novas perspectivas ao Monte Cristo” de 17 de ago. de 2015. Foto: Bruno Ropelato/ND Disponível em: < <http://www.pmf.sc.gov.br/mobile/index.php?pagina=notpagina&noti=14974> >. Acesso em: 17 de mar. de 2018.

História relatada por moradores, dizendo que bem antes de aqui o tráfico chegar, de forma coletiva eles se reuniam e se manifestavam em favor de seus direitos, dignidade e respeito. Porém, a realidade marcada pelo empobrecimento e acontecimentos violentos em função do tráfico é o que dá visibilidade à Comunidade Chico Mendes nos dias de hoje, recaindo dois discursos sobre esse contexto, a compaixão e a condenação” (ROSA, 2016).

Para uma das moradoras da comunidade, os raros momentos em que a polícia intensifica suas ações são momentos em que a população tem uma trégua em relação aos conflitos podendo dessa forma, ficar mais tranquila e sonhar com um futuro de paz e tranquilidade para viver com suas famílias. *Passei a dormir com o coração mais tranquilo, aos poucos nosso bairro está melhorando*, disse a senhora de 85 anos, moradora da Chico Mendes.

No entanto, como já citamos anteriormente, essas ações, segundo o que avaliamos, são paliativas. Por muito tempo esses espaços estiveram abandonados afastando a presença das crianças, atualmente foram revitalizados, porém, tem proporcionado experiências outras para aqueles que habitam a comunidade da Chico Mendes. Quem mora na Novo Horizonte por exemplo, não pode frequentar o espaço e utilizar os brinquedos novos que foram instalados na Chico Mendes devido as regras das facções.

**Figura 12** \_ O “Carandiru” da comunidade Chico Mendes.



**Fonte:** CBN Diário “Carandiru” (2017)

A quadra de esportes e o campo de futebol foram revitalizados e o prédio em frente ao parque que pertence à Prefeitura de Florianópolis conhecido pelos seus moradores como Carandiru<sup>57</sup> foi pintado com cores fortes, deixando o ambiente visualmente aconchegante.

Entretanto, a restauração realizada e a presença temporária da polícia em espaços determinados, não mudam as estratégias de controle dos mesmos, pois, assim como toda comunidade, esses espaços são reféns daqueles que “mandam e desmandam”, submetidos ao “controle”, às “ordens” dos que estão acima dos sonhos e desejos das famílias de tempos de paz e tranquilidade.

Para além disso, o que verificamos é que no que tange às políticas públicas, o combate à violência na comunidade Chico Mendes foi e tem sido o investimento central do Estado, num imaginário de que “essa” é, – referindo-nos a violência – e tem sido ao longo de décadas o único problema dessa comunidade.

No entanto, muitas são as problemáticas que atrapalham a rotina dessas famílias, mas, enquanto o poder público se apoiar apenas nos termos da segurança pública, as demais necessidades e direitos dessa população, em especial das crianças, continuarão esquecidas.

Enquanto a centralidade é aí evidenciada, pelo risco e vulnerabilidade, há um esvaziamento e uma (des)responsabilização de políticas outras que tangenciam os direitos das crianças. Direitos esses extorquidos diante da desigualdade socioeconômica que impedem o acesso dos serviços anunciados pelo Estatuto da Criança e dos Adolescentes (ECA) e tendem a colaborar para as situações vividas (ROSA, 2016, p. 85)

Outro aspecto que demonstra o descaso do poder público com as famílias da comunidade Chico Mendes, diz respeito ao transporte coletivo, que segundo moradores, foi uma das conquistas mais importantes da comunidade. A chegada do ônibus dentro da comunidade possibilitou para muitos a possibilidade de uma melhor locomoção, tanto pela tarifa mais baixa, como também pela proximidade em que o ônibus se coloca em alguns becos facilitando a aproximação de pessoas idosas e crianças.

Os moradores têm a possibilidade de por meio de uma tarifa social, transitar do bairro até o centro da cidade. Porém, um dos inconvenientes é que ele não faz nenhuma outra parada.

---

<sup>57</sup> Segundo uma das moradoras da comunidade, o prédio é um espaço que abriga o projeto social Geração da Chico, que atende crianças em situação de vulnerabilidade da região. Entretanto, popularmente recebeu o nome de “Carandiru” em função de ter sido um espaço utilizado pelos traficantes para se refugiar e tocar o terror nos moradores.

Depois que ele sai da comunidade Chico Mendes, dirige-se até o terminal central e lá faz a distribuição da sua população (ROSA, 2016).

Diante dos horários e do itinerário da linha Chico Mendes, – popularmente conhecido e tratado pelos moradores como “Chiquinho” – outros inconvenientes nos chamam a atenção. Primeiro, a concentração maior de horários no início da manhã e no final da tarde, provavelmente por conta dos horários de trabalho; a exclusão social caracterizada pelo ônibus dessa linha que não dispõe de elevadores sendo que a comunidade tem uma demanda importante de cadeirantes e o disparate do último horário da linha de ônibus na semana ser ao sábado às 13h50 do centro para a comunidade. Por mais incrível que nos pareça, aos domingos e feriados não há circulação dos ônibus no bairro, simplesmente os moradores ficam limitados aos seus espaços, sem possibilidade nenhuma de utilizarem o transporte público para passeios com suas famílias. Segundo Rosa, (2016, p. 105) seria quem sabe:

[...] uma estratégia de confinamento prevenindo um suposto risco para aqueles que estão do lado de fora? O que explicaria tamanha redução nas possibilidades de acessar outros lugares por meio desse transporte público? Onde fica o direito à cidade. Seria o trabalho a razão da política de mobilidade dos sujeitos que moram na comunidade? Seria o trabalho um dispositivo de regulação para os pobres? O transporte urbano também se coloca como uma forma de governo? Como se concede o direito ao lazer nos sábados à tarde, domingos e feriados por outros lugares? O direito está na condição do dever de trabalhar? Quando as crianças com suas famílias poderão ir à praia na Ilha da Magia? E quem está fora, como vê aqueles que estão dentro do ônibus número 772?

As possibilidades de mobilidade urbana são totalmente comprometidas com o itinerário da linha Chico Mendes e mais uma vez a comunidade se vê refém do preconceito e da marginalidade em consequência das desigualdades sociais, vendo-se apenas no direito de “ir e vir para o trabalho”.

Esta situação não é peculiar a uma ou outra comunidade, pois assim como a comunidade Chico Mendes, as demais comunidades vizinhas se constituíram entrelaçadas por movimentos coletivos, desafios e conflitos cada vez mais intensificados pelas mudanças causadas pela marginalização, preconceito e confinamento.

No entanto, essas entre outras peculiaridades, representam a realidade territorial das comunidades em especial a Chico Mendes, que nasceram em um contexto de luta, composto predominantemente por ocupações urbanas, sendo esta sua configuração, no qual, ainda hoje os moradores almejam por uma conquista em comum, terem dignidade e um espaço para constituírem suas famílias e viverem com segurança e tranquilidade.

Pois, semelhante a uma colcha de retalhos, assinala Lima (2003), unidas as partes para formar um espaço com peculiaridades, – as nove comunidades assim dizendo, formam o bairro Monte Cristo – que o diferenciam do conjunto da cidade, tornando-o um conhecido “desconhecido”.

Por fim, após identificarmos o contexto da comunidade e o modo de vida das famílias que nela residem, na sequência, passaremos a destacar o contexto da Instituição de Educação Infantil, a creche Chico Mendes, conforme as informações do Projeto Político Pedagógico.

#### 1.4.3 O contexto da creche Chico Mendes

Com o intuito de situar com maior precisão a realidade de vida das famílias da Comunidade Chico Mendes enquanto sujeitos históricos, – autores do processo de construção e resgate da cidadania, mediante as adversidades do contexto socioeconômico que assim se apresenta – parte desta pesquisa se fundamentará nos relatos e histórias, nos documentos e referenciais da própria instituição educativa da referida comunidade.

A princípio, contextualizando as formas de atendimento oferecidas pela creche de acordo com sua metodologia de trabalho e depois, retratando o perfil das famílias atendidas e de suas relações estabelecidas com a creche.

Isso significa dizer que pretendemos neste primeiro momento, perspectivar esta reflexão baseada no olhar da instituição acerca de si mesmo, nas suas contribuições e trato com a vida cotidiana das famílias e crianças e nas relações, experiências e aprendizagens coletivas e compartilhadas entre creche/famílias.

Quanto a contextualização da creche, o Projeto Político Pedagógico da unidade destaca que a concepção filosófica da mesma se pauta em ações transformadoras, tendo por objetivo criar rupturas nas estruturas sociais e lutar por um mundo que seja ecologicamente sustentável, politicamente democrático, economicamente igualitário e culturalmente plural.

Para isso, aposta em uma educação para os pequenos que vise a construção de homens críticos, autônomos, criativos, participativos e conscientes do lugar em que ocupam nessa sociedade para que nela possam intervir. Homens que não se coloquem na posição de oprimidos e de opressores, mas de sujeitos que buscam ser cidadãos de direito de fato. Homens que se construam e se fortaleçam de forma coletiva, onde a solidariedade seja uma dos alicerces dessa construção.

Nessa perspectiva, segundo o PPP da unidade educativa, a educação deve se constituir de forma transformadora, respeitando a história de cada criança, sendo nesse processo, imprescindível a parceria com as famílias, na construção do entendimento do que é tarefa e responsabilidade de cada instituição, ou seja, o que compete as famílias e ou a unidade educativa.

#### 1.4.4 O perfil das famílias atendidas na creche Chico Mendes

Considerando a importância do PPP, enquanto referencial que nos apresentou indicadores importantes sobre a concepção filosófica, no qual se fundamenta o trabalho na IEI, com a mesma disposição, passaremos a abordar o perfil das famílias atendidas na creche, a partir de informações obtidas por este mesmo documento e demais referenciais. Nosso intuito se centra em recolher elementos que nos deem pistas, enquanto possibilidade de retratarmos a identidade dessas famílias, suas ações individuais e coletivas, mediante o contexto em que suas histórias se escrevem e se revelam.

Os achados – em específico desta parte da pesquisa – que serão explanados pelas próximas linhas que se seguirão, foram coletados na IEI, por meio da consulta e análise de questionários e entrevistas que são anualmente realizados com as famílias pelas professoras no início de cada ano letivo. Tais ações, tem por objetivo a atualização dos dados das famílias e crianças matriculadas na unidade educativa e daquelas que ingressam na instituição. Outras informações foram colhidas, tomando como referência o Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade educativa – como anteriormente citado – e as experiências, vivências e diálogos informais que ocorrem no contato diário entre os sujeitos e a pesquisadora no contexto da creche e comunidade.

A análise dos documentos nos indica que a maioria das famílias é atendida pelo SUS (Sistema Único de Saúde), através dos postos de saúde e de hospitais conveniados da região. Muitas já moram em casas do programa Habitar Brasil, financiado pelo BIRD (Banco Interamericano de Desenvolvimento), outras moram em casas de madeira ou alvenaria construídas por conta própria e aos poucos. Grande parte das famílias são numerosas, chegando por exemplo, a 12 pessoas em 4 cômodos.

Os documentos da IEI, assinalam que talvez a pior problemática enfrentada pelas famílias nessa comunidade seja na área de segurança pública. Não existe posto policial e as rondas não resolvem o problema. Geralmente quando a polícia aparece é para fazer buscas ou outras

operações como batidas que servem apenas para assustar, intimidar mas não resolvem os problemas.

Os tiroteios entre as gangues rivais que lutam pelos pontos de vendas de drogas são constantes, colocando inclusive a creche em risco de balas perdidas, como já aconteceu por muitas vezes. Segundo os documentos da unidade educativa, a morte infelizmente já é rotina na vida dos moradores da comunidade.

As famílias em sua maioria, reafirmam cotidianamente o incômodo quanto a limitação do direito de ir e vir na própria comunidade e entre comunidades vizinhas, causado tanto pelos traficantes de drogas, quanto pelos policiais. Elas sentem-se “prisioneiros da violência”; segundo relatos de pais de crianças da creche, com os profissionais da unidade.

Na área da educação, a comunidade do Novo Horizonte dispõe de uma creche pública municipal, sendo que nas comunidades vizinhas também existem outras, mesmo assim, não é o suficiente para atender a demanda, pois, existem muitas crianças nessa comunidade. Próximo a creche, fica uma escola pública estadual, que atende o ensino fundamental. Além disso, várias ONGs atuam juntamente com crianças adolescentes em programas de reforço escolar, música, artesanato entre outros, porém, os problemas são apenas minimizados.

A origem das famílias das crianças que frequentavam a creche até 2009 eram predominantemente do Planalto Serrano de SC. Porém, observado esse dado nas entrevistas a partir de 2012, verifica-se que ainda mesmo sendo grande o número de famílias provenientes do Planalto Serrano, a predominância passou a ser novamente de Florianópolis.

Outro dado importante destaca que atualmente, cada vez mais percebe-se a chegada de um número considerável de famílias oriundas de estados das regiões Norte e Nordeste. Isso significa que existe uma rotatividade grande das famílias no que diz respeito ao atendimento na creche, motivo pelo qual, há também uma grande rotatividade de crianças nesse espaço.

Sobre a situação socioeconômica das famílias, o PPP nos indica que muitas sobrevivem com uma renda mínima. Dentre as 127 que tem matriculado seus filhos na creche, apenas 37 famílias<sup>58</sup> recebem o benefício do projeto do governo “Bolsa Família”, sendo que grande parcela dos pais, exercem trabalhos informais, temporários e muitos não tem nenhum vínculo empregatício. As mães em sua maioria, trabalham de diaristas, faxineiras, manicures e algumas se auto denominam “donas de casa”. Muitas delas exercem duplo papel, pois, sem a figura paterna, várias casas são chefiadas por mulheres, devido as mudanças nos arranjos familiares.

---

<sup>58</sup> Dados obtidos por meio de entrevistas realizadas com as famílias pela IEI, no início do ano letivo de 2018.



O próprio contexto socioeconômico em que as famílias estão inseridas torna-se um facilitador nas mudanças dos arranjos familiares. Pois, quando o pai não reconhece o filho e abandona a mãe, quando o pai morre ou quando os pais dissolvem a família pela separação ou divórcio, geralmente é a mãe que se torna totalmente responsável pela casa e pelos filhos. Ademais, lembramos que em um contexto de violência em que o tráfico de drogas é intenso, os homens são notoriamente mais dizimados do que as mulheres.

Segundo sínteses de indicadores sociais do IBGE, divulgadas em 2015, tem aumentado o índice de famílias monoparentais nas últimas décadas. Em 2004, 67,7 % das famílias eram chefiadas por homens em relação a 3,6% por mulheres, já em 2014 esse índice mudou, 54,9% das famílias eram chefiadas por homens e 15,1% por mulheres.

A falta de escolaridade é outro agravante na comunidade, alguns pais são semianalfabetos e a grande maioria não terminou nem mesmo o ensino fundamental. Os documentos da IEI nos indicam – segundo as informações repassadas pelas próprias famílias através das entrevistas – que devido à esse fator, as dificuldades em encontrar emprego são visíveis e portanto, as necessidades dos moradores dessa comunidade se acumulam frente ao descaso do poder público.

Sobre as relações educativas creche, famílias e comunidade, o PPP nos informa que a Lei de Diretrizes e Bases a (LDB de 1996), no qual a unidade se fundamenta, tanto especifica a educação infantil como primeira etapa da educação básica, quanto ressalta o papel de complementaridade das famílias, com características distintas das exercidas pela instituição educativa.

Segundo o PPP, a creche precisa conhecer as famílias para poder complementar a educação das crianças, sendo prioridade da instituição a organização de momentos que possibilitem a aproximação e interação entre as famílias e os educadores.

O reconhecimento de que a educação infantil é dever do estado e opção da família implicam o estabelecimento de um vínculo de confiança e parceria, mantendo uma comunicação periódica e sistemática com os pais (reuniões, relatórios, entrevistas...) incorporando reivindicações nas decisões tomadas, reconhecendo interesses e saberes dos mesmos.

Desta forma, a partir dos princípios do PPP, as famílias poderão e deverão conhecer as propostas educativas da instituição, que deixa de ser apenas um lugar de cuidado, uma vez que as famílias passam a ser parceiras neste processo e atuantes na vida escolar das crianças.

Com esse fim, a creche organiza encontros com as famílias de acordo com as datas que são previstas no calendário letivo entre reuniões gerais e específicas, entrevistas com as famílias, entrega dos relatórios de avaliação, mostras pedagógicas, entre outras festas e

confraternizações<sup>59</sup> que acontecem aos sábados e são planejadas e organizadas de acordo com disponibilidade de tempo e aceitação do grupo de profissionais da IEI.

Ademais, ao deixar de ser uma instituição à parte, a creche passa a ser vista pela comunidade como um espaço estruturado, devendo ser cuidado e respeitado pelos moradores pois, representa um local de encontros e acolhimentos em que as famílias procuram diante dos mais variados problemas que enfrentam no cotidiano. É também o espaço onde as famílias solicitam as vezes a utilização da máquina de xerox e onde buscam orientações sobre consultas médicas, funerais, questões jurídicas, psicológicas, dentre outras.

Após a verificação e observação dos dados no PPP da unidade educativa e em outros referenciais que nos nortearam até esta etapa da pesquisa, passaremos – ainda que de forma preliminar – a caracterizar o lócus e os sujeitos da mesma, como uma primeira aproximação. Para tanto, nas linhas abaixo, de maneira introdutória, apontaremos alguns indicativos que caracterizam a infância na comunidade Chico Mendes.

#### 1.4.5 Caracterização do lócus e sujeitos da pesquisa

Neste primeiro capítulo nosso olhar procurou se deter precisamente em um único enfoque; o de investigar e explicar a constituição da comunidade e creche Chico Mendes e contextualizar o local de investigação, bem como reconhecer o perfil socioeconômico das famílias e a infância que até esse momento se configura nesse contexto.

No entanto, por mais que dados a esse respeito estejam anunciados e explicitados em muitos referenciais e documentos até mesmo da IEI, reconhecemos que nosso percurso é longo e ainda temos um bom caminho à trilhar, pois, compreendemos segundo GUZMÁN, (1996, p. 209), que; *[...] para aproximar-se da problemática é indispensável conhecer a realidade socioeconômica e cultural do bairro, da comunidade, [...] não somente por meio de documentos e referenciais bibliográficos [...]mas intervindo nesse espaço e tendo contato direto com os sujeitos da pesquisa e [...] o contexto em que interagem os sujeitos.*

Porém, somos conscientes de que a realidade nem sempre está disponível à nós em um primeiro momento, visto que a atitude primordial e imediata que temos em face à realidade,

---

<sup>59</sup> Momentos de encontros com as famílias em que acontecem os brechós, os bingos, as apresentações de danças e teatros, as homenagens e os sorteios de brindes e rifas.

segundo Kosik (2002), não é de um ser pensante que examina a realidade especulativamente, e sim de um ser que age objetiva e praticamente de acordo com a sua própria vida.

A ideia de compartilharmos algumas vivências com as crianças e famílias por meio da creche Chico Mendes, nos inspira, nos move e nos enche de anseios por acreditar que “tais vivências” serão capazes de nos auxiliar, – mesmo que em parte – no desvelamento das relações sociais que acontecem nesse contexto, nos dando indicativos sobre a forma pela qual as crianças vivem sua infância e se constituem, enquanto filhos da classe trabalhadora.

Apesar de reconhecer que a atual realidade socioeconômica e política que o país atravessa, tem atingido em totalidade a classe trabalhadora de forma avassaladora e que a tensão social que permeia o cotidiano brasileiro está sendo vivenciada por todos, destaco – com base nos dados até aqui analisados, como já dito – que na periferia, em comunidades empobrecidas assim como a Chico Mendes, essa problemática, ganha uma dimensão ainda maior em função da intensificação desse processo na sociedade atual.

Ao nos aproximarmos do lócus e sujeitos da pesquisa, ainda que de forma sucinta, importa-nos considerar a materialidade histórica que permeia a constituição das áreas periféricas e aqui nos referimos a comunidade Chico Mendes. Tais considerações, leva-nos a uma realidade que *à priori* se ancora no contexto social e demais condicionantes subsequentes que determinam tanto a infância vivenciada, quanto qualquer forma de análise sobre a mesma.

Nos termos da nossa cidade – referindo-nos à Florianópolis – que se diz amparar suas crianças. O IDI (Índice de Desenvolvimento Infantil) mostra que a “atenção à criança” em idade pré-escolar coloca Florianópolis em destaque quando comparada a outras cidades do país. Os indicadores que geram o índice oferecem informações significativas para a caracterização da cidade perante o estado e o Brasil.

No entanto, os que se referem à “saúde da criança” são muito semelhantes àqueles encontrados na média do estado e do Brasil (SINAIS VITAIS, 2016). Nos componentes do IDI relativos a educação nos primeiros anos de vida das crianças, as taxas de Florianópolis são elevadas quando comparadas as do estado e do Brasil pois, em Florianópolis, entre os anos de 2010 a 2015, a oferta de vagas em creches cresceu 46%. No entanto, essa ampliação se deve sobretudo ao aumento da oferta da rede privada que criou 2.472 novas vagas, um crescimento de 119%, uma vez que na rede pública, a ampliação foi de apenas 16%, totalizando 823 novas vagas (SINAIS VITAIS, 2016).

O acesso público à creche é um dos grandes desafios para a educação municipal de Florianópolis. A meta estabelecida no PNE (Plano Nacional de Educação) para 2024 é ampliar

a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos. No entanto, em 2015, 2.781 crianças aguardavam vagas nas creches da rede pública municipal de Florianópolis e atualmente essa fila ainda corresponde a 1600 crianças aproximadamente.

A universalização do acesso de crianças às creches e pré-escolas ainda é uma meta que demandará tanto um grande esforço da cidade (Poder Público e sociedade), quanto de decisões políticas a esse respeito, pois, os dados do IDI não permitem estabelecer se estes indicadores incidem de maneira homogênea sobre todos os habitantes da cidade ou não. Essa questão nos remete a pensar empiricamente, não apenas deduzindo, mas afirmando que existem grupos sociais e regiões da cidade onde as referências do IDI têm impactos muito diferentes.

Para o Relatório Sinais Vitais de 2016, de acordo com o princípio da não-discriminação, a efetivação dos direitos não pode ser afetada por distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, gênero, cor, idioma, origem, grupo socioeconômico, preferências políticas, etnia, deficiência.

Porém, existe uma distância entre esses princípios e o que acontece de fato. Daí a importância de analisar, desagregar dados e considerar diferenças de gênero, área geográfica, origem étnica e classe, como condicionantes socioculturais determinantes na vida e infância das crianças.

No ranking da *UNICEF*<sup>60</sup> (*United Nations Children's Fund*), Florianópolis está no nível alto o que demonstra uma história de preocupação com a infância. Esta é uma bela marca, no entanto, na comunidade Chico Mendes, entre outras comunidades da região, uma grande parcela de famílias ainda não conseguem vagas nas creches para seus filhos, principalmente para crianças até dois anos.

Outro fator que nos importa citar é a taxa de mortalidade infantil que indica o número de crianças que morrem antes de completar um ano de vida, sendo um dos indicadores mais sensíveis para medir o nível de saúde de uma população. Pois, ele reflete a qualidade de vida e aponta a eficácia dos serviços e de políticas públicas relacionadas a saneamento básico, sistema de saúde, educação, distribuição de renda, entre outros.

---

<sup>60</sup> **UNICEF** é a sigla para Fundo das Nações Unidas para a Infância, em inglês "*United Nations Children's Fund*" e é uma agência das Nações Unidas. A **UNICEF** é a única organização mundial que se dedica especificamente às crianças.

Ao longo dos anos Florianópolis vem apresentando valores abaixo das médias do Brasil e Santa Catarina. Neste sentido, Florianópolis se destaca, pois, em 2015 a taxa de mortalidade infantil foi de 6,9 por mil nascidos vivos (SINAIS VITAIS, 2016).

Entretanto, dados importantes nos revelam que no bairro Monte Cristo, onde mais de 77% dos domicílios tem rendimento de até 2 salários mínimos, ocorreram quase o dobro de óbitos infantis do que nos Altos da Felipe Schmidt, região do centro da cidade, onde mais de 70% dos domicílios ganham acima desta renda, esses dados foram obtidos do Relatório Sinais Vitais de 2016.

A distribuição espacial dos óbitos infantis, exemplifica as diferenças injustas e evitáveis que existem em Florianópolis. Elas estão relacionadas a diversos fatores socioeconômicos, bem como às políticas públicas existentes e precárias que do contrário poderiam minimizar esses dados.

**Figura 13 - Infância e iniquidades sociais**



**Fonte:** Jornal Hora de SC. Foto: Betina Humeres / Agência RBS (2015)

Outros dados que retratam a infância na cidade de Florianópolis são os óbitos<sup>61</sup> que ocorreram entre 2013 e 2015 na faixa etária de 10 a 19 anos por causas externa. Num total de 711 óbitos; 9% dos óbitos ocorridos aconteceram no trânsito que acometeram 192 adolescentes entre dez e dezenove anos. Outros 17% dos óbitos foram de homicídios que ocorreram entre essa faixa etária, totalizando 361 óbitos, sendo que 85% deles foram por arma de fogo. E outros

---

<sup>61</sup> Morte por causas externas Meninas/Meninos. Fonte: Santa Catarina/TABNET/DATASUS (2015). Fonte: Sinais Vitais, Florianópolis/2016.

6% foram suicídios de adolescentes de dez a dezenove anos correspondendo a um total de 158 óbitos (SINAIS VITAIS, 2016).

Segundo dados estatísticos, se analisados por gênero, a mortalidade por causas externas entre essas crianças e adolescentes é maior entre os meninos e geralmente acontece nas periferias, comunidades como a Chico Mendes. Esses óbitos se devem na maioria das vezes à moradores que vivem em zonas de conflito, ou fazem parte deles, mediante as rivalidades entre as facções do tráfico de drogas.

Destaca-se ainda o contexto violento em que a maioria desses óbitos ocorreram devido aos incidentes, extermínios e conflitos entre policiais e traficantes, ações que se perpetuam nas periferias por conta das desigualdades sociais cada vez mais intensificadas na sociedade de classes. Segundo relatos de moradores da comunidade Chico Mendes, é muito triste pensar que os perigosos traficantes que atualmente chefiam as poderosas facções, ligadas à comandos interestaduais, são chamados de “meninos ou guris” por muitos dos moradores do bairro Monte Cristo.

Não por conta de uma admiração pelo poder do crime organizado, mas por terem ainda viva a lembrança de que muitos desses rapazes, quando crianças, estiveram no colo das lideranças comunitárias. Não apenas no colo dessas lideranças, mas também das professoras da creche Chico Mendes, assim como esta pesquisadora que por muitos anos conviveu nessa comunidade, compartilhando dessa mesma realidade. E hoje depara-se com notícias e informações vindas dos moradores, de adolescentes, jovens, pais de famílias que antes eram as “crianças” da creche e comunidade e atualmente são reféns do tráfico e quando não mais, passam a fazer parte das estatísticas de óbitos.

É nesse ímpeto que nos questionamos acerca de como tem sido vivenciada a infância dessas crianças, enquanto filhos e filhas da classe trabalhadora? Como tem se constituído essa infância, mediante esse contexto? Como tem sido a rotina dessas crianças?

Ao analisarmos os referenciais, observamos que a infância da comunidade Chico Mendes, bem como a rotina de vida dessas crianças, não se difere em nada das crianças das demais comunidades periféricas. Os problemas enfrentados são na maioria das vezes idênticos. Pesquisas realizadas em instituições educativas situadas em regiões periféricas das cidades, nos revelam que a conduta das famílias e crianças estão basicamente atreladas ao contexto social em que elas estão inseridas.

Outra questão que nos remete a pensar sobre os espaços disponibilizados para as brincadeiras nas comunidades é a quantidade, qualidade e estrutura dos mesmos, pois, além de

serem raros, geralmente estão deteriorados pelo tempo e não recebem manutenção. Espaços muitas vezes que não oferecem segurança às crianças e que somente são revitalizados por meio de reivindicações dos moradores, manifestações, abaixo-assinados e ou com interesses outros, – políticos angariando votos, promessas antigas da prefeitura – pois, o poder público se desresponsabiliza por esses espaços na pretensão de que as *ONGs* e entidades filantrópicas se comprometam por eles.

Vimos isso de fato acontecer na comunidade Chico Mendes, através da operação “Ordem e Progresso” articulada entre a Polícia Civil e a Polícia Militar que ocorreu em agosto de 2015, demonstrando que até mesmo as formas de “viver a infância”, por muitas vezes estão condicionadas aos interesses do poder público, uma vez que os mecanismos de controle e estratégias políticas de pacificação desprezam as reais necessidades das famílias.

Outro fator que denota preocupação na comunidade Chico Mendes é o contexto de violência em que vivem as crianças, uma vez que os espaço da comunidade assim como os espaços de brincadeiras se confundem:

O espaço do parquinho revela-se pela intensidade de quem o vive. Na sua efervescência, as crianças sobem e descem no escorregador na mesma intensidade em que a venda e o consumo de drogas acontece na boca de fumo. Aqui tudo é possível. A intimidade da comunidade revela-se diante da infância. Seus corpos viciam-se de imagens que passam a ser comuns no seu cotidiano. A brincadeira das crianças mistura-se com a seriedade do mundo dos adultos. Fronteiras borradas? Nas ruas, tudo parece estar em tudo! (ROSA, 2016, p.80).

Diante dessa realidade que se apresenta, constata-se que as crianças não possuem liberdade para brincar, quando não estão sendo vigiadas por policiais que tiram sua privacidade e causam desconforto com sua presença, estão sujeitos aos líderes do tráfico que são aqueles que determinam os territórios e limites em que elas podem transitar. Geralmente a fala das crianças se repete nesse sentido: *Quem é da Chico não pode ir pra pracinha do Novo e as crianças daqui também não podem ir pra lá.*

A política de segurança, pelo viés da onipresença da polícia, se apresenta de uma maneira peculiar, no governo de condutas das crianças com intuito de evitar riscos e perigos à sociedade (LEMOS, 2015). Ou seja, as crianças estão sujeitas à todo tempo às limitações dos adultos e em extrema vigilância. Ademais, não é por acaso que segundo Arenhart & Silva (2014), as crianças de segmentos sociais mais empobrecidos e considerados “marginais”, sofrem processos mais densos de controle e disciplinamento do corpo. E nesse ímpeto, que segundo Rosa, (2016, p.102):

A infância indaga a sociedade. Com toda a sua inteligibilidade as crianças convocam a pensar sobre as formas de contenção dos seus corpos atravessadas pelo discurso dos seus direitos. O que está para a criança pobre que não está para a criança rica e vice-versa? Quais políticas de mobilidade são colocadas para ambas? As crianças atualizam sobre as formas de conduta que as aprisionam em sua própria comunidade, mesmo que essa aparentemente, não tenha porta trancada para sair.

Essas políticas de controle estão intensamente ligadas ao cotidiano dessa comunidade de modo que substancialmente as crianças e famílias já sabem como devem agir e quando vão acontecer os tiroteios. Os próprios traficantes avisam e um morador passa a informação para outro, iniciando momentos de muita tensão entre as famílias. São pais se apressando em buscar seus filhos na creche e escola, ligando para os familiares que estão fora da comunidade informando-os sobre os riscos em voltarem para casa e assim é a rotina na comunidade.

As problemáticas enfrentadas pela comunidade são muitas; falta de infraestrutura que não oferece nenhuma segurança e nenhum conforto às famílias; falta de saneamento básico, instalações precárias das moradias, cômodos pequenos que abrigam famílias compostas de um número elevado de membros e que vivem sem nenhuma privacidade, instalações elétricas que oferecem riscos aos moradores, sem falar no perigo de balas perdidas que a todo tempo os moradores estão sujeitos.

O que traz um pouco de estabilidade e alívio às famílias em relação aos filhos, são a creche, a escola e outras entidades de filantropia e projetos assistenciais, – muito bem aceitos pelo poder público que com efeito se exime de suas responsabilidades – que as auxiliam em suas dificuldades. A creche e a escola servem como espaços de acolhimento e as famílias se sentem em parte confortadas quando seus filhos conseguem vaga para frequentarem esses espaços. Pois, além dessas instituições transmitirem segurança e tranquilidade à elas, as crianças recebem a devida alimentação e cuidados necessários.

No entanto, essas instituições não são suficientes para atender a demanda da comunidade, passando também por dificuldades financeiras. Segundo alguns funcionários e líderes dos projetos; *Às vezes, mesmo sem a devida condição, nós somos levados à atender, visto as necessidades das famílias. Não por termos uma estrutura ideal, mas por se preocuparmos com as crianças e garantirmos à elas um lugar de acolhimento enquanto seus pais trabalham.*

Grande parte das famílias vivem de maneira precária, sobrevivem com uma renda mínima, algumas recebem o benefício do projeto do governo “Bolsa Família” dentre elas,



156<sup>62</sup> são da comunidade Chico Mendes e a grande maioria dos pais exercem trabalhos informais, temporários e sem nenhum vínculo empregatício. Geralmente as mães trabalham como diaristas, faxineiras, manicures e outras tantas se auto denominam “donas de casa”, sendo não poucas as casas chefiadas por mulheres, devido as mudanças nos arranjos familiares.

Com relação as formas de mobilidade urbana, não podemos precisar exatamente, mas, as famílias da comunidade Chico Mendes em sua maioria não possuem condução própria e portanto, utiliza-se do transporte público coletivo para se locomoverem, irem para o trabalho, escola, entre outros.

No entanto, a forma como o transporte público nessa região foi implementado, demonstra a preocupação do poder público sobre dois aspectos que se transformam em estratégias; a primeira é de ocupar o tempo dos moradores oferecendo-lhes a possibilidade de utilizarem o transporte público prioritariamente para o trabalho e estudo, privando-lhes do lazer. E a outra estratégia tem a ver com o confinamento dos moradores na comunidade, uma vez que para Rosa (2016), dessa forma, essa população, em específico, oferece menos riscos para aqueles que estão pro lado de fora dos muros da comunidade.

Seria essa, uma estratégia de confinamento prevenindo um suposto risco para aqueles que estão do lado de fora? O que explicaria tamanha redução nas possibilidades de acessar outros lugares por meio desse transporte público? Onde fica o direito à cidade? (ROSA, 2016, p.104).

Além das muitas problemáticas que acometem a comunidade Chico Mendes, o confinamento das famílias nesse espaço, enquanto resultado de estratégias de controle da população, intensifica ainda mais os modos de exclusão e preconceito, como engrenagens de um mecanismo que está mais do que nunca, nítido e coadunado ao cotidiano dessa comunidade.

---

<sup>62</sup> Número fornecido pela escola América Dutra Machado. Ver sobre: Modos de ser criança no cotidiano da comunidade Chico Mendes- Dissertação de Mestrado (ROSA, 2016). Disponível em: < <http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/82>>

## **2 UM BALANÇO SOBRE A INFÂNCIA DA CLASSE TRABALHADORA NAS PESQUISAS**

### **2.1 OS CAMINHOS DA COLETA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA**

O presente capítulo se reserva ao balanço de produção científica, que tem por intuito mapear o que está sendo produzido academicamente no Brasil sobre a temática da “infância no contexto da classe trabalhadora”, no período de 2006 a 2016.

A intenção centra-se na ampliação das discussões de forma crítica acerca do tema, com objetivo de saber como essas produções científicas tratam do objeto infância, das relações estabelecidas entre as demais categorias no âmbito da sociedade capitalista e se as mesmas são capazes de nos auxiliar, na compreensão das manifestações e vivências da infância da família trabalhadora, mediante determinações e expressões de classe e cultura.

Nesta direção, propomos uma análise que considere a classe social como principal fator de diferenças e desigualdades e o estudo sobre a forma pela qual as crianças reagem a estes condicionantes sociais – reproduzindo-os e inovando-os – e se esses elementos de classe se expressam e como se expressam em seu contexto de vida, sua rotina e seu cotidiano.

Ademais, ressaltamos a importância do balanço das produções acadêmicas como possibilidade de uma maior aproximação do objeto e das respectivas discussões que estão ocorrendo sobre o mesmo no meio acadêmico.

O processo de coleta dos materiais foi permeado por vários refinamentos e alguns critérios foram estabelecidos para a seleção das produções a serem analisadas. Além de alguns resumos não apresentarem elementos que explicitassem as problemáticas de suas pesquisas e outros a ausência de indicativos que esclarecessem o objeto da pesquisa, ao longo de inúmeras buscas, constatamos que o tema; “a infância na família trabalhadora” de maneira específica, mostrava-se ausente em pesquisas e publicações de 2005 a 2017, período em que se realizou as buscas nas bases de dados.

Os procedimentos utilizados na coleta de teses e dissertações, se basearam no sistema de Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), bem como o Repositório Institucional-UFSC.

Para a busca dos artigos, contamos com as plataformas de Periódicos da CAPES, o portal *Scientific Electronic Library Online- ScIELO* e para o levantamento dos trabalhos realizados nos GTs, nas reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), utilizamos seu *site* oficial.

Na medida em que as palavras-chave eram associadas e trocadas, as produções começaram a surgir, porém, poucas em específico ao tema. Observamos que num período de dez anos, os resultados nos traziam pesquisas que tratavam da infância vinculada à outras temáticas<sup>63</sup>. Tanto para a busca das teses e dissertações, quanto para os artigos, foram utilizados os mesmos procedimentos<sup>64</sup>.

No levantamento realizado inicialmente que considerava de forma indireta o objeto de pesquisa, observamos um número bastante expressivo de publicações. Entretanto, a partir das correspondências feitas entre as verbetes e palavras-chave, direcionadas especificamente ao objeto e dos refinamentos que consideraram inclusive as duplicações, as publicações diminuíram significativamente.

Após a coleta das publicações encontradas no Banco de Teses e Dissertações - CAPES, foram constatados um total de 46 produções entre teses e dissertações e, após o primeiro refinamento, permaneceram 25 produções, das quais oito teses e 17 dissertações. A busca realizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD, trouxe-nos após o primeiro refinamento, um resultado de 19 produções, das quais três teses e 16 dissertações. No Repositório Institucional-UFSC, após o primeiro refinamento, permaneceram um total de 19 produções, nas quais quatro eram teses e 16 dissertações.

Em relação aos artigos, nos Periódicos CAPES, obtivemos um resultado de 41 unidades que, após o primeiro refinamento, permaneceram 16. Na base de pesquisa *ScIELO*, constatamos um número de 102 artigos, porém, permaneceram 16 produções.

Sobre os trabalhos apresentados nas reuniões anuais da ANPEd, as pesquisas se concentraram nas produções de grupos específicos para o tema, na qual os GTs (Grupo de Trabalho) escolhidos foram; GT3 – Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos, GT7 – Educação Para Crianças de 0 à 6 Anos, GT9 – Trabalho e Educação. Dentre esses grupos de

---

<sup>63</sup> As produções sobre Infância da família trabalhadora estavam relacionadas à saúde pública, trabalho infantil, educação infantil, políticas assistencialistas e pesquisas na área da assistência social e estudos vinculados a instituições de educação infantil. As produções não tratavam da infância por si mesma, mas articulada a outras temáticas.

<sup>64</sup> As palavras-chave foram sendo apresentadas em poucos agrupamentos, também de maneira isolada e destacadas por aspas; “infância”, “infância pobre”, “família trabalhadora”, “família empobrecida” “desigualdade social”, “classe social”.

trabalhos, foram selecionadas 18 produções, entretanto, após o primeiro refinamento permaneceram sete produções. As produções ficaram dispostas da seguinte maneira; GT3 uma, GT7 quatro e GT9 duas.

Enquanto resultado preliminar, nesta primeira triagem permaneceram um total de 25 produções; quatro teses, nove dissertações, nove artigos e três trabalhos dos grupos de estudos da ANPEd. Após as produções previamente escolhidas, tornou-se necessário um olhar mais observador e, portanto, um novo refinamento com base em critérios mais específicos, uma vez que, considerando as dificuldades no decorrer do processo de busca, para essa seleção final, realizou-se a leitura dos resumos, introduções e considerações finais dos trabalhos. Por fim, chegamos a um total de nove produções selecionadas; uma tese, três dissertações e cinco artigos, datados e publicados nos períodos<sup>65</sup> de 2006 a 2016, sendo que as produções em totalidade estão vinculadas às universidades das regiões Sul e Sudeste e das nove produções, oito são resultado de pesquisas realizadas em universidades públicas.

Abaixo, segue o quadro 3 que apresenta as produções selecionadas e seus aspectos gerais.

### PRODUÇÕES SELECIONADAS NO PERÍODO DE 2006-2016.

**Quadro 3 - Aspectos gerais das produções**

<b>Tipo produção</b>	<b>Título</b>	<b>*Autor(a) **Orientador(a)</b>	<b>Ano</b>	<b>Fonte</b>	<b>Instituição Região</b>
<b>1ª Tese</b>	Entre a favela e o castelo: Efeitos de geração e classe social em culturas infantis	*Deise Arenhart **Prof. <sup>a</sup> Dr <sup>a</sup> Léa Pinheiro Paixão	2012	Banco de Teses e Dissertações- CAPES	Universidade Federal do Fluminense (Sudeste)
<b>2ª Dissertação</b>	A proteção social no âmbito da família: Um estudo das famílias do Monte Cristo.	*Eliéte Maria de Lima. **Prof <sup>a</sup> Dr <sup>a</sup> Regina Célia Tamasso Miotto	2006	Repositório Institucional-UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina (Sul)

<sup>65</sup> Tese datada em 2012, dissertações em 2006, 2008, 2016 e artigos, dois em 2010 e os demais em 2013, 2015 e 2016.

(Continuação)

<b>3ª Dissertação</b>	Modos de ser criança no cotidiano da comunidade Chico Mendes: Um estudo etnográfico	*Ivana Martins da Rosa **Prª Drª Patricia de Morais Lima	2016	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações-BDTD	Universidade Federal de Santa Catarina (Sul)
<b>4ª Dissertação</b>	Educação infantil e família: A complementariedade na perspectiva das famílias de baixa renda	*Eloísa Helena Teixeira Fortkamp **João Josué da Silva Filho	2008	Banco de Teses e Dissertações-CAPES	Universidade Federal de Santa Catarina (Sul)
<b>5ª Artigo</b>	Os lugares da infância na favela: Da brincadeira à participação	*Beatriz Corsino Pérez *Marina Dantas Jardim	2015	Periódicos CAPES-Revista Psicologia & Sociedade	Universidade Federal do Rio de Janeiro (Sudeste)
<b>6ª Artigo</b>	Culturas infantis em contextos desiguais: Marcas de geração e contextos sociais	*Deise Arenhart	2013	Periódicos CAPES-36 reunião.anped.org.br	Universidade Federal Fluminense (Sudeste)
<b>7ª Artigo</b>	Entre a favela e o castelo: Infância, desigualdade social e escolares	*Deise Arenhart *Maurício Roberto da Silva	2014	<i>Scientific Electronic Library Online- SCIELO - Cadernos CERU</i>	Universidade de São Paulo (Sudeste)
<b>8ª Artigo</b>	A Organização do trabalho e as repercussões na saúde do trabalhador e da sua família	*Priscila Vitaca Rodrigues *Maria Isabel Barros Bellini	2010	<i>Scientific Electronic Library Online- SCIELO Revista;Textos &amp; Contextos</i>	Pontifícia Universidade Católica do Rio Gr. do Sul (Sul)
<b>9ª Artigo</b>	Um olhar sobre o conceito de abandono de crianças	*Scheila Daniela Medeiros dos Santos	2010	Periódicos CAPES <i>Acta Scientiarum. Human and Social Sciences</i>	Universidade de São Paulo (Sudeste)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2017

Em sequência, segue o quadro 4 abaixo que apresenta as produções selecionadas, destacando os aspectos específicos das mesmas.

**Quadro 4** - Aspectos específicos das produções

<b>Problemáticas</b>	<b>Objetivo geral</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Perspectiva teórica</b>
<p><b>1<sup>a</sup></b></p> <p>As condições sociais da infância contemporânea, emergentes de processos culturais e que tendem a empurrar a infância precocemente à idade adulta e as econômicas que têm acirrado a produção das desigualdades sociais.</p>	<p>Analisar como crianças de dois diferentes contextos socioculturais, produzem suas culturas e o que indicam sobre: seu pertencimento geracional- relativo à (Infância) e o social – relativo às condições de vida diferenciadas e desiguais.</p>	<p>Observação e registro em diário de campo, entrevista, fotografia e trocas de fotografias. Entrevistas e questionários com familiares das crianças, professores e profissionais que atuam na direção das escolas.</p>	<p>Construtos teóricos de geração, classe social, culturas das crianças, contextos sociais, desigualdade social e produção cultural. (Kramer, 2006), (Marcassa, 2012), (Marchi e Sarmento, Mèzàros, 2011), (Saffioti, 1999) Nogueira, 1991; Silva, 2009) Diversidade e desigualdade</p>
<p><b>2<sup>a</sup></b></p> <p>A naturalização da família num lugar central de proteção social, assumindo o que vem sendo delegado pelo Estado e pela sociedade.</p>	<p>Conhecer a organização estabelecida pelas famílias do Bairro Monte Cristo, para o exercício da proteção social.</p>	<p>Pesquisa social do tipo descritiva, de caráter qualitativo.</p>	<p>Proteção social, família, ambiente doméstico. (Almeida, 1987, Áries, 1981, Harvey, Heller, 1986), (Cerqueira, 2004, Ferreira, 1987, 2000, 2003), políticas públicas, infância, (Nogueira, 2001, Pilotti &amp; Rizzini, 1995).</p>
<p><b>3<sup>a</sup></b></p> <p>Os discursos em torno das infâncias sobre a normatização em comunidades empobrecidas enclausuradas diante das práticas sociais de contenção de risco.</p>	<p>Descrever as práticas sociais vividas por crianças nas ruas da Comunidade Chico Mendes na cidade de Florianópolis.</p>	<p>Pesquisa etnográfica, investigativa, anotações do caderno de campo, imagens, fotografias, entrevistas com as famílias, recortes de jornais, vivências com as crianças nas ruas.</p>	<p>Governamento, (BUJES, 2005, territorialização da pobreza, (DAMICO, 2016) e pedofiliação (FELIPE, 2006). Infância pobre, (CORAZZA, 2000, 2016, FOUCAULT, 2002).</p>
<p><b>4<sup>a</sup></b></p> <p>As transformações da sociedade marcada pela desigualdade social, a vida das crianças e adolescentes e da família, diante do capitalismo e a mulher na sociedade, sua inserção no mundo do trabalho.</p>	<p>Compreender a relação entre a educação infantil e a família, percebendo se e como, do ponto de vista da família, ocorre a “complementaridade” nessa relação.</p>	<p>Pesquisa orientada por uma perspectiva qualitativa, etnográfica, análise de documentos, entrevistas dirigidas com as famílias e diário de campo.</p>	<p>Determinações econômicas, políticas e sociais, autores que discutem a educação infantil: Campos (1998, 1999, 2003), Cerisara (1999); Haddad (1987, 1997, 2005), Kuhlmann (1998), Rocha (1999) e Rosemberg (1989), a família: Ariès (1981), Goldani (1994, 2002), Gomes (2003).</p>

<p><b>5<sup>a</sup></b></p> <p>Indicativos de que crianças das camadas populares crescem numa família e cultura que impedem o desen. de suas potencialidades intelectuais e cognitivas, vistas como desvio.</p>	<p>Compreender como as crianças se apropriam dos espaços da favela, identificando os problemas que as afetam, suas opiniões sobre eles e possibilidades de participação nesse contexto.</p>	<p>Pesquisa de campo, pautada em registros de vídeo, fotografias, oficinas e relatórios que reuniam informações precisas que consideravam as impressões, os afetos e os sentimentos emergentes durante o processo de intervenção</p>	<p>Processo de produção e reprodução da cultura: (Castro,20016), (Sarmiento, 2007) (Pereira, Cerdeira, Andreiuolo, &amp; Souza, 2005, cidadania: (Pérez, Póvoa, Monteiro, &amp; Castro, 2008), infância das camadas populares: (Gouvea, 1993; Patto, 1983).</p>
<p><b>6<sup>a</sup></b></p> <p>As condições sociais da infância contemporânea, os processos culturais que tendem a empurrar a infância precocemente à idade adulta e a ordem estruturalmente econômica que têm acirrado a produção das desigualdades sociais.</p>	<p>Investigar culturas infantis, além da perspectiva dos estudos socioantropológicos da infância, evidenciando processos de produção cultural, para compreender a relativa autonomia e indicar elementos de alteridade geracional e cultural.</p>	<p>Pesquisa de campo de cunho etnográfico, observação e registro em diário de campo, entrevista e/ou questionário com algum familiar da criança, “entrevistas” com as crianças e fotografias.</p>	<p>Conceitos centrais; culturas infantis (Corsaro, 1997; Ferreira, 2002; Sarmiento, 2004). Classes sociais (Bourdieu, 1964; Nogueira, 1991; Silva, 2009) Diversidade e desigualdade Kramer, (2002, 2006), produção interpretativa e agência infantil</p>
<p><b>7<sup>a</sup></b></p> <p>As determinações de classe social que, por sua vez, termina por estreitar as relações entre desigualdades sociais e escolares.</p>	<p>Investigar culturas infantis, analisando condicionantes estruturais como; classe social e geração, produção de processos de identificação/diferenciação e desigualdade, entre crianças e suas culturas.</p>	<p>Estudo etnográfico, observação e registro em diário de campo, entrevista e/ou questionário com algum familiar da criança, “entrevistas” com as crianças, fotografia e troca de fotografias.</p>	<p>Categorias sociais que constroem a infância e a condição de desigualdade a ela associada: geração (diversidade) e classe (desigualdade social). (Kramer, 2006), (Marcassa, 2012), (Marchi e Sarmiento, Mèzàros, 2011), (Saffioti, 1999)</p>
<p><b>8<sup>a</sup></b></p> <p>Agravos à saúde, exclusão social, precarização das condições e relações de trabalho, perda de direitos sociais, vulnerabilidade social</p>	<p>Ampliar a reflexão para o âmbito do trabalhador adoecido e de suas relações familiares, buscando compreender o processo de saúde e doença nos grupos de famílias.</p>	<p>Pesquisa bibliográfica</p>	<p>Transferência em curso no mundo do trabalho e seu impacto na vida da sociedade urbano-industrial incluindo a família, das desigualdades sociais, contr. social. Harvey (1992), Tavares (2009)</p>

(Continuação)

<p>9ª</p> <p>As aparências e as ilusões no desvelar dos pressupostos ideológicos que possam estar implícitos no uso dos termos ‘abandono’ e ‘criança abandonada’.</p>	<p>Analisar a origem do fenômeno do abandono de crianças, bem como o impacto desse fenômeno nas relações que se instauram na sociedade contemporânea.</p>	<p>Pesquisa bibliográfica.</p>	<p>Defende a (re)interpretação do fenômeno do abandono de crianças, do contexto social, político, econômico e cultural, políticas governamentais em referenciais teóricos marxistas. (Oliveira, 1997), (Rizzini, 1993), (Ribeiro, 1987), (Marx; Engels, 1989), a família, sociedade, (Pino, 1989), (Marx, 1988, 2004)</p>
---	---	--------------------------------	---

**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora, 2017.

A partir das próximas linhas, delineados em três tópicos, procuraremos explicitar de maneira mais detalhada os achados e as contribuições das pesquisas que consideramos fundamentais para o nosso estudo.

## 2.2 DO PROBLEMA SOCIAL AO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO: A INFÂNCIA COMO OBJETO DA PESQUISA

### 2.2.1 O modo de vida da família trabalhadora observada nas pesquisas: relações de classe e desigualdade social

Neste primeiro tópico estaremos tratando a respeito do modo de vida das famílias trabalhadoras e as relações de classe e contexto social à que pertencem.

Para Pérez & Jardim (2015), o modo de vida, cotidiano das crianças e suas famílias – na comunidade em que realizaram a pesquisa – perpassa pelas redes de relações construídas na vizinhança, na escola, na família. Os autores destacam que os principais problemas que afetam tanto o modo de vida familiar, quanto coletivo na favela, revelados durante o estudo, são o lixo, as valas, os ratos e a situação das casas em áreas de risco, vista como uma da “coisas ruins”, com as quais as crianças convivem.



Segundo Santos (2010) em seu artigo; *Um novo olhar sobre o conceito de abandono de crianças e Lima (2006)*, em sua pesquisa;<sup>66</sup> *A Proteção Social no Âmbito da Família: um estudo sobre as famílias do Bairro Monte Cristo em Florianópolis*, um dos maiores problemas encontrados nas comunidades e revelado em suas pesquisas é a ausência dos serviços assistenciais de saúde e educação de qualidade, para as famílias trabalhadoras.

A situação de vulnerabilidade e insalubridade em que vivem essas famílias, segundo a análise das produções, são fatores que tipificam os locais na sociedade – que se constituíram historicamente desde os séculos passados – em que vive a classe trabalhadora, evidenciando o descaso por ela e potencializando a desigualdade social. Ademais, as políticas assistencialistas para esses contextos, segundo Rosa (2016), trazem discursos que se ancoram em um saber/poder, e que se estratificam no cotidiano dessas favelas por meio da polícia, religião e dos projetos sociais, colocando-se como dispositivos pedagógicos que se arranjam sobre as crianças e comunidade.

Portanto para Rosa (2016), são formas de moldar, de pensar, de ser e estar no mundo, de controle sobre as crianças e sujeitos de modo geral que segundo a autora, se apresentam a princípio como zelo e manutenção da vida e logo adiante como possibilidade de se tornarem úteis social e economicamente.

Segundo Fortkamp (2008), a região onde se localiza a creche em que ela realizou a pesquisa<sup>67</sup>, *Educação infantil e família: a complementaridade na perspectiva das famílias de baixa renda*, está entre uma das nove comunidades que se concentra o maior número de famílias em situação de pobreza e precariedade em relação a infraestrutura urbana.

Para Arenhart & Silva (2014), as pesquisas revelaram, que a comunidade e creche, estão inseridas em contexto de extrema pobreza e que a creche funciona como uma “válvula de escape”, para amenizar alguns dos problemas sociais, supridos na maioria das vezes, como fruto do trabalho árduo e coletivo de profissionais que se desdobram para dar conta da pesada demanda.

A partir das entrevistas e observações no e do contexto em que ocorreu a pesquisa,<sup>76</sup> Lima (2006), assinala que as novas relações e arranjos familiares, surgem nos espaços da

---

<sup>66</sup> Realizada no Bairro Monte Cristo em Florianópolis SC, tendo como objeto de estudo a relação família e proteção social, com o objetivo de conhecer a organização estabelecida pela família para o exercício da proteção social.

<sup>67</sup> Comunidade do Monte Cristo, local em que foi realizada esta pesquisa, no qual, o diagnóstico indicou situação de extrema pobreza nessa região.

comunidade, a ponto de atualmente encontrarmos uma multiplicidade de formas de famílias e de convivências que sobrevivem em meio a precariedade e desassistência.

Com base na análise do artigo de Rodrigues & Bellini (2010), *A Organização do Trabalho e as Repercussões na Saúde do Trabalhador e de sua Família*, observamos que as autoras defendem que em função dessa nova ordem social, da obrigatoriedade/necessidade do trabalho, ocorreram transformações significativas nas relações familiares retratadas pela inerente condição de fragilidade, instabilidade e precariedade que é acrescida de fatores que se inter-relacionam e se configuram no contexto familiar. As autoras, afirmam que as condições da população frente aos efeitos do sistema capitalista, claramente evidenciam o aumento do número de famílias de trabalhadores que infelizmente se encontram cada vez mais distantes dos meios de inclusão social.

Na pesquisa<sup>68</sup> desenvolvida com famílias trabalhadoras na comunidade do Monte Cristo, Lima (2006), destaca que a família se mantém como sujeito indispensável no tocante ao processo de proteção social, demonstrando-se ao longo do tempo, obrigatoriamente responsável por algumas funções, em específico com seus filhos, mediante e desresponsabilização do Estado.

Rosa (2016), afirma que as histórias relatadas nas entrevistas com as crianças e imagens revelaram que as famílias desejam muito ter acesso a bens de consumo, vencer na vida, residir em outro lugar, porém, para a classe trabalhadora dessa comunidade, o obter bens materiais está associado exclusivamente ao “trabalhar” para conquistá-los.

No entanto, precisamos considerar que o fato de terem trabalho, não lhes garante a obtenção desses bens, uma vez que a desvalorização da força de trabalho e expropriação dos trabalhadores lhes tiram essa possibilidade.

Na pesquisa<sup>69</sup> realizada por Santos (2010), a autora afirma que os problemas familiares existem em todas as classes sociais, embora eles não tenham a mesma significação e o mesmo impacto social em todas elas e que as famílias que passam por situações de vulnerabilidade social e são constantemente cobradas e responsabilizadas pela função de cuidar-se e proteger-se geralmente são as famílias mais pobres que sobrevivem de projetos assistenciais e as mais sujeitas à exclusão social.

---

<sup>68</sup> A pesquisa foi desenvolvida com quinze famílias de crianças que frequentam a escola pública de referência do Bairro Monte Cristo, em Florianópolis, SC.

<sup>69</sup> Artigo que apresenta uma pesquisa bibliográfica tendo por objetivo analisar a origem do fenômeno do abandono de crianças, bem como o impacto desse fenômeno nas relações que se instauram na família e sociedade contemporânea.

Para Santos (2010) e Lima (2006), tais projetos assistenciais que alcançam essas famílias, não passam de uma falsa garantia de ‘cidadania’. No entanto, ao nosso ver, perpassam a falsa garantia de cidadania e se ancoram na própria limitação desses ‘direitos’ para a classe trabalhadora, uma vez que as próprias políticas de Estado, atentando para a pacificação e controle social, determinam a extensão de tais ações.

No debate acerca das desigualdades sociais, Fortkamp (2008) e Lima (2006), assinalam que nas sociedades contemporâneas, a maioria das famílias trabalhadoras não tem acesso aos bens necessários à manutenção da vida e conseqüentemente no interior das mesmas não há transmissão de patrimônio e portanto, as formas de obrigatoriedade social em que se pautam as relações familiares se debilitam e se dissolvem.

No tocante as relações familiares e desigualdade social, assinalamos que a transformação na vida do trabalhador e de sua família, se iniciou pela própria condição em que se colocou historicamente e está colocado o “trabalho” em sociedade, isso se iniciou segundo Marx (2014), desde os séculos passados, com a Revolução Industrial e maquinaria moderna, com o advento da propriedade privada que culminou na divisão entre proprietários e não proprietários e conseqüentemente na divisão de classes.

Segundo Manacorda (2007), antes o trabalho era a garantia da manutenção da vida familiar, porém, submetido a sociedade mercantilizada, torna-se sinônimo de desigualdade social, pobreza, divisão de classes, que retira o acesso das famílias trabalhadoras aos bens de consumo, pelos direitos que nesse tempo tornam-se desiguais.

No entanto, as transformações que ocorreram com a sociedade e as relações de trabalho estabelecidas por ela, não podem ser naturalizadas, pois Marx (2014), defende que as mudanças não são naturais, mas elas dependem dos seres humanos e são externadas nas suas manifestações, interações, intervenções.

Portanto, para Manacorda (2007), a família trabalhadora é resultado de uma sociedade cindida em classes, sua humanidade não se produziu e nem se produz naturalmente, mas é produto dessas mesmas manifestações e intervenções que ocorrem no contexto social em que ela se insere e o mesmo vale para a criança que está incluída igualmente nesse contexto.

A respeito das categorias classe social e geração, os autores Fortkamp (2008) e Arenhart & Silva (2014), destacam que quando nos propomos a analisar a infância articulada à classe social e geração, é porque partimos do princípio de que as crianças, ou melhor, uma grande parcela das crianças brasileiras sofre, além da exclusão gerada pelo pertencimento geracional, a negação ao direito da infância como consequência das desigualdades de classe.

Para os autores, importante é realizarmos possíveis articulações entre desigualdades sociais (questões de classe) e diversidades (aspectos geracionais e de alteridade) pois, se a geração confere um lugar de pertencimento comum às crianças, essas categorias sociais, vão consecutivamente construir fatores de diversidade e desigualdade entre elas que precisam ser considerados ao analisarmos a infância.

Para Arenhart & Silva (2014), é imprescindível salientar a centralidade da categoria classe social quando se pensa em desigualdade, isso porque segundo seus estudos, a sociedade dividida em diferentes classes está na base da origem das desigualdades sociais “[...] essa categoria é central na produção das desigualdades sociais, que afetam diretamente a infância e são exacerbadas em países do terceiro mundo como o Brasil” (ARENHART, 2012, p. 20).

Nestes termos, cabe ainda reconhecermos, com base nessa autora, que a sociedade capitalista é extremamente desigual no ponto de vista da concentração e distribuição da riqueza e portanto, as crianças da classe trabalhadora vivem e constroem a vida cotidiana, mergulhadas na duplicidade dos constrangimentos de classe e geração.

Sobre a rotina e vida das famílias, tanto Rosa (2016), quanto Rodrigues & Bellini (2010), afirmam que durante suas pesquisas, constatou-se que as favelas apresentavam os mesmos problemas de estrutura física e que as famílias estavam vulneráveis à violência, carência, falta de acesso a assistência médica, precariedade na educação e segurança.

Ainda Fortkamp (2008), Rosa (2016) e Lima (2006), destacam que em decorrência da ausência e do abandono pelas políticas sociais e a submissão às leis do mais forte,<sup>70</sup> houve uma instalação da violência gerando preconceito com todos os que moram nesses lugares e indignação dos próprios moradores diante do estigma que sofrem em decorrência da violência e de outros fatores como carência, desassistência. A violência em que a classe trabalhadora está submetida, vai além da visível convivência diária de inúmeras privações, são questões estruturais da sociedade.

A análise realizada por Fortkamp (2008, p. 114), lhe permitiu constatar que;

[...] as condições sociais da população pesquisada estão vinculadas às questões estruturais da sociedade, que convive cada vez mais com extremos patamares de desigualdade social, o que delega às populações de baixa renda a convivência diária com inúmeras privações.

---

<sup>70</sup> Durante suas pesquisas, Fortkamp (2008) e Rosa (2016), destacaram de que maneira a violência tem se instalado nas comunidades, mediante ao tráfico de drogas e as constantes buscas e abordagens policiais nesses locais, submetendo os moradores às “leis dos mais fortes”.

Para além dos fatores socioeconômicos e políticos, marcados pela era industrial que para Fortkamp (2008), Lima (2006) e Santos (2010), geraram as transformações caracterizando a precariedade em que vivem as famílias da classe trabalhadora, devemos compreender as dificuldades e conflitos vividos por elas, considerando essas transformações como questões estruturais da sociedade.

### 2.2.2 Cultura infantil e as formas de viver a infância no contexto familiar e comunidade

Neste segundo tópico, trataremos a respeito de como se constitui a infância das crianças no contexto familiar e na comunidade, observando e analisando como elas expressam seu contexto de vida, sua rotina e seu cotidiano.

A primeira análise parte da experiência de duas pesquisadoras Pérez & Jardim (2015), que realizaram uma investigação na favela Babilônia<sup>71</sup>, no qual, a respeito das brincadeiras no contexto pesquisado, assinalam que as crianças pareciam exercer um “viver criativo” no momento das brincadeiras, pois, transformavam um espaço qualquer, em um lugar de afeto seu e do seu grupo.

Segundo Pérez & Jardim (2015), em sua pesquisa intitulada *Os lugares da infância na favela: da brincadeira à participação*, perceberam que pelas brincadeiras as crianças se apropriavam do espaço da favela e o transformavam num lugar “seu”, permeado de afetos e histórias, porém, elas também entravam em contato com os diferentes problemas desse contexto. As autoras citam que através das brincadeiras as crianças resignificam o seu entorno, estabelecem relações, constroem suas opiniões e inclusive exteriorizam seus desejos e anseios sobre novas possibilidades de brincar.

A seguinte análise, refere-se a pesquisa<sup>72</sup>, de Arenhart (2012), *Entre a favela e o castelo: efeitos de geração e classe social em culturas infantis*, cujo resultado indicou expressões que se destacaram e que ao contrário da brincadeira, o corpo foi o principal recurso das culturas infantis, justamente no contexto que prima seu controle e disciplinamento, a

---

<sup>71</sup> O Morro da Babilônia está localizado na cidade do Rio de Janeiro, Abriga duas favelas: a do Morro da Babilônia e a do Chapéu.

<sup>72</sup> A pesquisa foi delimitada pela análise de culturas infantis produzidas por dois grupos de crianças de quatro a seis anos de idade em instituições de educação infantil e na escola: um grupo de crianças pobres, moradoras de uma favela do Rio de Janeiro e outro oriundo da classe média/alta, filhos(as) de pais com expressivo capital cultural de classe média / alta intelectualizada que frequenta uma escola que tem como arquitetura um castelo.

“favela”. A autora cita que pelo corpo, foi possível perceber a expressão das culturas das crianças numa série de práticas, significados e modos de uso que era comum entre elas na luta por seus interesses. E a transgressão, parecia ser para as crianças uma atitude comum, coletiva, compartilhada e cultuada em cumplicidade

Arenhart (2013), afirma por meio de seu artigo *Culturas infantis em contextos desiguais: marcas de geração e classe social*, que no contexto da favela, as crianças não encontravam tempo, espaço, materiais e não lhes era dada autonomia para organizarem suas brincadeiras. Por isso, a brincadeira do faz-de-conta pouco era vivenciada pelas crianças, não se manifestando como uma cultura do grupo. O brincar era vivenciado pelas crianças nos subterfúgios que encontravam na cultura escolar, sendo caracterizado por experiências relacionadas às explorações e desafios corporais.

No entanto, ainda que as crianças na favela não tinham na brincadeira a base de suas culturas de pares porque esta não encontrava possibilidade de ser vivenciada coletivamente por elas, era o desejo de brincar que as levava a construir uma regra social que denominei como *cumplicidade na transgressão*<sup>73</sup> (ARENHART, 2013 p. 8).

Arenhart (2013), destaca que o grande achado da pesquisa foi no que se refere à necessidade de reconhecer o quanto a cultura, e no caso a cultura infantil, é produzida pela imbricação da relação entre ação e estrutura e que as brincadeiras acontecem exclusivamente de acordo com os contextos sociais em que se inserem, uma vez que todas as crianças têm em comum serem crianças e essa condição é construída socialmente.

Nessa perspectiva, em relação a produção da cultura infantil, considerando que a condição de ser criança é construída socialmente, podemos observar segundo Vigotski (1998), que as mudanças históricas na sociedade e na vida material produzem mudanças na consciência e no comportamento humano, a atividade social, a vida, estão diretamente ligados aos fenômenos psíquicos e esses mantem uma relação de dependência com as condições objetivas de vida, com a educação, a classe e a cultura.

Portanto, a cultura infantil ou seja, as brincadeiras e manifestações infantis, são produtos da atividade cerebral, tem base biológica, mas, fundamentalmente segundo Facci (2004), são resultados da interação do indivíduo com o mundo. Interação esta, mediada por objetos

---

<sup>73</sup> Termo usado pela autora que corresponde ao comportamento das crianças, expressões corporais no ato de violar individualmente as normas escolares para manifestar desacordos. Durante a pesquisa, para a autora, a transgressão parecia ser, para as crianças, uma atitude comum, coletiva, compartilhada e cultuada em cumplicidade através do corpo.

construídos pelos seres humanos, num processo em que os interlocutores participam de forma ativa, constituindo-se enquanto pessoa humana e constituindo o outro, num movimento dinâmico de ação-relação, em que as representações e significados vão se construindo.

As brincadeiras, o lúdico, o faz de conta, são atividades que se produzem a partir dos processos de comportamento devido as condições sociais e influência educativa dos adultos e como resultado do desenvolvimento a partir das relações e atividades consideradas “principais” determinadas pela interação da criança no contexto em que está inserida.

Por isso, considerando os estudos de Vigotski, chamamos atenção para a importância das brincadeiras no tocante ao desenvolvimento das funções superiores e formação da personalidade da criança, pois o ato de brincar em uma situação imaginária, permite à criança orientar seu comportamento não somente pela ação imediata do mundo que vê ao seu redor, mas fundamentalmente pelo significado dessa situação produzida em sua consciência (FACCI, 2004).

Destacamos ainda, nas palavras de Mello (2007), que as brincadeiras das crianças não são instintivas, e o que determina seu conteúdo é a percepção de mundo e dos objetos humanos pelos quais ela se apropria, portanto, compreender a relação da criança com a sociedade construída historicamente a partir das necessidades humanas, implica superar a visão positivista ultrapassada que considera seu intelecto como um mecanismo de adaptação frente ao mundo das coisas e das pessoas.

Na pesquisa<sup>74</sup> realizada por Rosa (2016), *Modos de ser criança no cotidiano da comunidade chico mendes: Um estudo etnográfico*, a pesquisadora observou que para garantir os espaços de brincadeiras, as alternativas eram os projetos assistenciais, a creche e a escola, uma vez que a rua representava risco, devido à violência em decorrência da atuação do tráfico de drogas e da constante ronda da polícia. Porém, tais projetos, para a autora, apresentam uma agenda curricularizada, organizada por tempos inscritos por um dispositivo pedagógico, na qual, a liberdade do tempo e do espaço tornavam-se quase inexistentes.

Em se tratando das temáticas propostas para esse primeiro tópico, no debate sobre a cultura infantil, Arenhart & Silva (2014), por meio do artigo “*Entre a favela e o castelo: infância, desigualdades sociais e escolares*”, afirmam que a criança participa tanto do processo de produção, quanto de reprodução da cultura pelo seu agir, sua maneira de intervir no mundo,

---

<sup>74</sup> A pesquisa aconteceu na Comunidade Chico Mendes, nome usado para dizer da Região Chico Mendes que compreende 3 comunidades: Chico Mendes, Novo Horizonte e Nossa Senhora da Glória, situados no Município de Florianópolis, SC.

assim como os adultos e que as ações das crianças são singulares e únicas como forma de ser e de estar, mas também coletivas na medida em que são contextualizadas e situadas histórica e socialmente.

E, por isso, salientamos que segundo Mello (2007), ao criar a cultura humana, os objetos, instrumentos, a ciência, os valores, os hábitos e costumes e as diversas linguagens, criamos a nossa humanidade e da mesma forma acontece a produção da cultura infantil.

Portanto, ao considerarmos a criança um ser social, segundo Mello (2007), estendemos a ela a possibilidade de ser produtora e reprodutora da cultura. No entanto, para Arenhart (2012), é importante lembrar que a criança nasce em uma sociedade e em determinado grupo social, sendo inserida na cultura progressivamente através das relações coletivas e vivências societárias com as gerações mais velhas, por isso, não há reprodução cultural, sem produção, uma vez que para a criança reproduzir, primeiramente precisa se apropriar da produção existente.

Para além disso, destacamos como fator importante a classe social, pois na sociedade capitalista a origem da criança enquanto classe, determina sua condição de infância e tanto a produção, quanto a reprodução cultural, estão imbricadas e determinadas pelos processos de apropriação das formas históricas, sociais e geracionais em decorrência de cada classe.

Arenhart & Silva (2014), defendem em sua pesquisa, que a infância é um tempo que independente das crianças; estas entram e saem da categoria, sem no entanto alterá-la, o que afeta a infância nesse aspecto, são igualmente efeitos estruturais tais como os econômicos, demográficos, sociais e políticos.

Para tanto, destacam a ideia da infância como um projeto humanizador, dispondo ao menos de um tempo de sua vida, livre da necessidade de trabalhar para garantir sua sobrevivência – uma vez que na sociedade capitalista, o insere em relações de exploração do trabalho – para poder viver experiências mais marcadas pela lógica da cultura lúdica, da brincadeira, da imaginação, viver o tempo da brincadeira enquanto processo de emancipação, independentemente de classe social.

Arenhart & Silva (2014), também assinalam que enquanto produtoras de culturas, as crianças se destacam como possibilidade na construção de um novo estatuto social para a infância e como possibilidade de emancipação.



Essa possibilidade de “emancipação<sup>75</sup>” está presente ao destacar as crianças como produtoras culturais, contribuindo para o movimento de construção de um novo estatuto social para a infância, cujas bases se assentem na consideração das crianças como sujeitos de direitos e como atores sociais e culturais e no desvelar os processos de desigualdade social intencionando contribuir na implementação de ações políticas e pedagógicas que busquem a superação dos limites e a ampliação das possibilidades de as crianças se exercerem como sujeitos de direitos e atores sociais (ARENHART, 2012, p. 21).

Sobre as afirmações acima, devemos considerar que numa sociedade classista, não que elas não existam, mas, são resumidas as possibilidades de construção de um novo modelo de sociedade, uma vez que o processo de desumanização é consequência crescente e inevitável da sociedade mercantilizada. No entanto, a educação pode ser considerada um dos elementos fundamentais para a constituição de um novo modelo de sociedade, que vise o lúdico e uma infância emancipadora.

A respeito da concepção de infância na família trabalhadora, Santos (2010), Arenhart & Silva (2014), Arenhart (2013), salientam que a condição de classe sempre afetou e até os dias atuais, afeta desigualmente a conduta humana, conferindo-lhe uma significação social também desigual, isso se refere tanto a própria infância, quanto a concepção que a família e sociedade tem sobre ela.

Para Silva (2003), essa questão implica pensar sobre qual é o significado da infância atualmente em nossa sociedade, e o lugar que nela é reservado às crianças da classe trabalhadora, especificamente aquelas que vivem em condições de vulnerabilidade.

Não podemos, segundo o autor, desconsiderar que tanto a concepção de infância, quanto a infância vivenciada são produtos e estão articuladas às manifestações e interações de determinada geração. No entanto, a constituição e concepção da infância pobre, precisam ser analisadas a partir da materialidade histórica que sempre as acompanhou, uma vez que tal infância foi e ainda é determinada por tais fatores decorrentes da divisão de classe e consequentemente da desigualdade social que é concebida erroneamente por muitos como algo naturalizado e inevitável, como se sempre tivesse existido

Para Arenhart & Silva (2014), a infância segundo os autores, se constitui em consonância à estrutura familiar em que está inserida e neste caso, a desigualdade social tornase determinante na concepção dessa infância desigual.

---

<sup>75</sup> Expressão utilizada pelos autores como referência ao ato e tempo de brincar com autonomia, com liberdade, independência e como produção cultural e social, independente da classe geracional.

Pérez & Jardim (2015) e Arenhart (2013), consideram que tanto o poder público, quanto as políticas sociais e muitas vezes a família não reconhecem a importância do tempo da infância e nem respeitam os espaços de brincadeiras e momentos livres para que elas aconteçam.

Ademais, Arenhart & Silva (2014), Santos (2010), Pérez & Jardim (2015), afirmam que além das crianças enfrentarem inúmeras adversidades relativas a sua condição de miserabilidade que lhes rouba a infância, assim como dentro da escola e sociedade de modo geral, também parece que o direito de brincar não está garantido no contexto familiar.

As afirmações desses estudiosos nos remetem a pensar que nas comunidades pobres, pela condição de miserabilidade em que as famílias vivem e pelo próprio conceito que se constituiu da condição desnecessária do brincar – fator apontado na maioria das pesquisas – a infância é pensada de forma secundária frente ao primordial que são as necessidades familiares, os afazeres domésticos, a busca de recursos financeiros. Além desse fato, a infância é cerceada por vários outros fatores que interferem nos momentos e espaços de brincadeiras; a violência, a falta de estrutura física e os afazeres domésticos que muitas vezes se confundem segundo Conde & Vendramini (2014), entre deveres e necessidades, expropriando o tempo do brincar.

Para além disso, podemos considerar que para essas famílias o mais importante, devido às suas necessidades imediatas, perpassa as brincadeiras e se ancora na condição e preparação dos filhos para o mercado de trabalho, uma vez que para a família o ato de brincar não modifica sua condição social, mas a inserção mais rápida possível de seus filhos no mundo de trabalho unindo forças na captação de renda.

Na pesquisa realizada por Pérez & Jardim (2015), se constatou que as brincadeiras aconteciam livremente pela favela e a rua era o lugar de encontros, pois em casa as crianças se sentiam vigiadas e observadas pelos adultos.

No entanto, Rosa (2016), assinala que na favela em que realizou a pesquisa, as crianças demonstraram que a sua liberdade era “cuidada”, ou seja, que os projetos assistenciais, a escola, a creche e a igreja, procuravam tirar as mesmas das ruas (condição de risco, vulnerabilidade) e conduzi-las para espaços onde seriam vigiadas, privando-lhes da liberdade de se manifestar, sujeitas as regras, horários e brincadeiras determinados pelos adultos.

De acordo com a análise, percebemos que mesmo marcada pela vulnerabilidade visível em todas as pesquisas, de um lugar para o outro, a infância se diferenciava em alguns aspectos, tanto no que tange aos espaços apropriados para as brincadeiras, quanto às condições de segurança que eram determinadas por situações específicas de cada favela. As brincadeiras e manifestações infantis nas diferentes favelas pesquisadas e analisadas, segundo as

pesquisadoras, acontecem pelo viés da estrutura e cotidiano de regras e normas criadas e conduzidas e ou impostas pelos moradores da própria favela – considerando a “lei do mais forte”<sup>76</sup> – ou seja, determinadas pela condição de vida local.

Ainda sobre as manifestações infantis, tanto Arenhart (2013), quanto Arenhart & Silva (2014), assinalam que o “mau comportamento” ou as transgressões por parte das crianças se constituíam justamente como formas de resistência na busca de estratégias para vivenciar a própria condição infantil. Segundo os autores, isso ocorre principalmente pela mobilização da agência das crianças na busca por interesses comuns, uma vez que as crianças aprendem que brincar não lhes é uma garantia dada, mas depende da conquista desse direito através de seus comportamentos.

Afirmam ainda, que para os adultos que captavam o grande desejo e luta das crianças por brincar, a brincadeira se convertia em moeda de troca pelo bom comportamento das crianças e era justamente sobre esses interesses que os processos punitivos mais se baseavam.

Arenhart (2013), Arenhart & Silva (2014) e Rosa (2016), destacam que não é por acaso que crianças de segmentos sociais mais pobres e considerados “marginais”, sofrem processos mais densos de controle e disciplinamento do corpo; assim como também não é de forma passiva que elas aceitam esse controle, pois, a ideia da produção de um corpo vai na contramão daquilo que buscam viver corporalmente: que é o movimento, a interação e a brincadeira.

Para além desse fato, os autores observaram que nas comunidades pobres, a transgressão se faz presente nas manifestações infantis, demonstrando que essa é sem dúvida a forma pela qual as crianças vítimas da desigualdade social usam o corpo como instrumento na sua própria condição de viver a brincadeira.

Por fim, Arenhart (2013), Arenhart & Silva (2014) e Rosa (2016), consideram que o corpo para a criança, em especial, em situação de miserabilidade, torna-se o único instrumento que nesse embate, serve como resistência e transgressão; como linguagem e interação, como experiência lúdica e como fonte de agência e poder.

### 2.2.3 Políticas públicas de assistência à família trabalhadora e à infância

---

<sup>76</sup> Termo usado por Rosa (2016), que se refere as forças opressoras do tráfico de drogas, da polícia armada que frequentemente faz rondas nas favelas e dos constantes conflitos entre elas.

Neste terceiro e último tópico, trataremos sobre as políticas públicas de assistência às famílias trabalhadoras e a infância, projetos, leis e estatutos firmados com o propósito de beneficiar as crianças enquanto sujeitos de direitos.

Iniciamos a análise, destacando que as produções nos indicam que na maioria das comunidades pesquisadas, a desatenção do poder público e o descaso com os moradores desses contextos são notáveis. Ademais, as formas de auxílio às famílias conotam a pretensão do controle dos sujeitos, formas de conter os conflitos e manter a ordem nas comunidades.

Durante a pesquisa, Pérez & Jardim (2015) observaram que as obras do programa de urbanização da prefeitura Morar Carioca<sup>77</sup> desconsideraram o modo de vida local e a opinião dos moradores, prejudicando as condições de locomoção dos mesmos e também os espaços de brincadeiras das crianças. Segundo as autoras, os órgãos responsáveis pela obra em execução, tão pouco se preocuparam em saber o que de fato era necessário e útil aos moradores e as crianças. O descaso demonstrado com aqueles que residem nessas comunidades nos remete a pensar sobre a insignificância da classe trabalhadora e da sua voz para o poder público.

Na pesquisa realizada por Arenhart & Silva (2014), os pesquisadores afirmam que por intermédio das políticas públicas, a “inclusão precária ou excludente” pode ser facilmente identificada tanto pelas condições estruturais, como pelas ações pedagógicas de entidades filantrópicas voltadas às crianças da comunidade em que realizaram a pesquisa.

Os autores acima, destacam que a pesquisa revela que tanto a comunidade, quanto a creche, estão inseridas em contexto de extrema pobreza e que a creche funciona como uma “válvula de escape”. Para amenizar alguns dos problemas sociais, os profissionais exercem várias funções e na maioria das vezes, as soluções são fruto do trabalho árduo e coletivo dos mesmos que se desdobram para dar conta da pesada demanda.

Como consequência, para sobrepor à tantas dificuldades, as professoras e diretoras investem, as vezes da renda própria, em brinquedos, jogos, materiais didáticos e a escola básica se abre para inúmeros projetos financiados por programas compensatórios do governo, ONGS e entidades filantrópicas que atuam junto à Secretaria Municipal de Educação. Tais ações, demonstram mais uma vez, segundo Arenhart & Silva (2014), que por meio de políticas assistencialistas e compensatórias, o governo mascara os problemas da escola pública e prolifera

---

<sup>77</sup> Obras do programa de urbanização da prefeitura “Morar Carioca”. Essa intervenção na favela da Babilônia teve início em 2011 e causou um grande impacto no cotidiano dos moradores, despertando o interesse e a curiosidade nas crianças.

a sociedade dividida em classes, ou seja, as desigualdades sociais se reproduzem pelas desigualdades escolares.

Segundo Rosa (2016), a pesquisa realizada por ela revelou que através do trabalho voluntário/filantrópico, centrado na caridade e não no direito, o Estado isenta-se da sua responsabilidade, transferindo a demanda de assistências para a sociedade civil. E portanto, em concordância com a autora, afirmamos ainda que ao avaliar as políticas e práticas sociais instauradas nas comunidades, essas por sua vez, moldam as formas de pensar das crianças, de ser e estar no mundo, além de controlar suas ações.

Para Rodrigues & Bellini (2010) e Santos (2010), essas práticas, modificam o papel do Estado, o qual se torna mero regulador tanto da economia, quanto da própria vida das famílias trabalhadoras. Ademais, para Rosa (2016), ao observar essas ações na comunidade pesquisada, afirma que a viabilidade desses investimentos se concretizam, pelo controle e governo das condutas infantis que se apresentam a princípio como zelo e manutenção da vida e logo adiante como possibilidade de se tornarem úteis social e economicamente.

*O governo das crianças da Comunidade Chico Mendes através dos dispositivos pedagógicos da polícia, da religião, dos projetos assistenciais e da musicalidade, aqui anunciados, recaem na captura do corpo da infância enredando seus modos de ser.* (ROSA, 2016, p. 163, grifo do autor).

E portanto para Rosa (2016, p. 163), “[...]o arcabouço de cuidado e proteção montado para as crianças pobres ao longo da história reverbera ainda na comunidade Chico Mendes sob outras vestes”. O governarmento<sup>78</sup> às crianças nessa comunidade, segundo a autora, formula discursos que se passam por verdadeiros, que agem sorrateiramente nas fissuras cotidianas e se proliferam por toda a sociedade.

Discursos que segundo ela, se ancoram em um saber/poder, e se estratificam no cotidiano dessas favelas por meio da polícia, da religião e dos projetos sociais, colocando-se como dispositivos pedagógicos que se arranjam sobre as crianças e comunidade.

E portanto, sobre as políticas assistencialistas, embora já citadas, vale enfatizar que podemos considerá-las como formas de controle e pacificação, ou seja, estratégias de empoderamento sobre a vida da comunidade e de controle das ações dos sujeitos.

---

<sup>78</sup> Expressão utilizada pela autora, como referência a postura de controle e governo das condutas dos sujeitos “crianças” e “famílias”, que se apresentam a princípio como zelo e manutenção da vida e logo como controle social e possibilidades úteis economicamente.

Ademais, a extrema necessidade de obter o mínimo possível para a subsistência, na maioria das vezes tornam as famílias dependentes dessas políticas, que se distinguem como escassas e humilhantes pela maneira de implementação. Segundo Rodrigues & Bellini (2010) e Lima (2006), um dos maiores problemas encontrados nas comunidades, em se tratando de políticas públicas é a ausência dos serviços assistenciais de saúde e educação para as famílias trabalhadoras.

Em suas pesquisas, assim como citam os demais autores, destacam ainda que o Estado atribui essas responsabilidades às famílias se eximindo de tais ações e apenas intervém com medidas paliativas e compensatórias, com intuito apenas de controlar e manter a ordem social.

As autoras defendem, que essas ações são modos governistas que sempre se beneficiaram da participação autonomizada e voluntarista da família na provisão do bem-estar de seus membros e das filantropias e voluntariados da sociedade (mesmo diante do que diz a Constituição Federal (1988) sobre a família e dos direitos à ela definidos), também se referem às transformações em curso no mundo do trabalho, repercutindo significativamente na vida das pessoas.

Para Rodrigues & Bellini (2010), essas práticas, trazem para o centro da discussão o comprometimento da sociedade e da família, o que possibilita perceber características do retrocesso histórico que desvincula da proteção a noção de direitos sociais, tornando a família socialmente desprotegida, pois a proteção social a qual o trabalhador tem acesso é temporária, o que leva o trabalhador e sua família à situação de insegurança frente as dificuldades enfrentadas.

Segundo Santos (2010), tanto as condições das famílias trabalhadoras, quanto a própria condição que as crianças consideradas abandonadas vivenciam é produto das estruturas social, econômica e política do país, geradoras do rebaixamento brutal das conquistas materiais das classes trabalhadoras.

Nessa perspectiva, e para além dela, precisa-se considerar as transformações históricas dessas categorias. Na história da infância, eventos foram cruciais para a desmoralização e precarização no trato à criança, a medicina higienista, a forte influência na filantropia brasileira, a criação de estereótipo da criança ideal, idealizada pelos juristas como promessa de virtudes.

Santos (2010), cita que na grande maioria, as iniciativas políticas de assistência à infância, empreendidas pelo Estado até o ano de 1980, por visarem a princípio uma reformulação em seus programas de ação, com a intenção de retomar a integração social através do trabalho, acabaram sendo realizadas apenas no sentido promocional. O Estado na prática, deu

continuidade ao atendimento massificado às crianças e aos adolescentes, segregando-os em instituições fechadas e deixando-os alheios à tessitura social e à vida comunitária.

Por outro lado, Santos (2010), destaca que na década de 1980, o cenário político nacional entrou em ebulição, fazendo com que as Pastorais do Menor, as organizações não governamentais (*ONG'S*), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Comissão dos Direitos Humanos se organizassem com o objetivo de além de defender e legitimar os direitos da infância e da juventude, denunciasses toda a violência e os arbítrios praticados contra as crianças e os adolescentes que eram colocados, intencionalmente, à margem pela sociedade em todo o País.

No bojo das mudanças democráticas, após a Constituição Brasileira de 1988, a autora destaca a criação do estatuto que foi elaborado e sancionado no Brasil, em 13 de julho de 1990. O ECA, instrumento jurídico, foi construído com a intenção de empreender uma revisão sobre o tratamento dispensado à população infanto-juvenil, dando-lhe a possibilidade de passar para a condição de cidadão com direitos e deveres.

Porém, Santos (2010), defende que, apesar dos espaços conquistados pela infância dentro da legislação brasileira, e alguns progressos apresentados no Estatuto da Criança e do Adolescente, no âmbito de ação de tal Documento é possível perceber as restrições e a pouca visibilidade, pois há muito a se fazer para que de fato se efetivem as diretrizes de uma política de governo de alcance nacional, uma vez que nos dias de hoje, práticas de marginalização e exclusão social da criança, estão bem presentes em nossa sociedade, bem como as formas de assistencialismo que perpetuam a condição de pobreza e as desigualdades sociais de grandes segmentos da classe trabalhadora.

Referindo-se no entanto às políticas públicas, para Fortkamp (2008) e Santos (2010), é de suma importância considerar que o nascimento das instituições de educação infantil e sua extensão enquanto direito de todas as crianças, estão intimamente atrelados a garantia da mulher no mercado de trabalho assegurado na Constituição Federativa da República de 1988 e nas legislações complementares (ECA,<sup>79</sup>1990 e LDB<sup>80</sup>, 1996).

Segundo Fortkamp (2008), Santos (2010) e Arenhart & Silva (2014), embora os direitos para “todas” as crianças tenham sido evidenciados no início do século XX, as conquistas para as crianças brasileiras da faixa etária de zero a seis anos, em termos de legislação, são recentes

---

<sup>79</sup> **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)** conjunto de normas do ordenamento jurídico brasileiro que tem como objetivo a proteção integral da criança e do adolescente, marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes criado em 1990.

<sup>80</sup> **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)** define e regulariza a organização da educação brasileira com base nos princípios presentes na constituição.

e conforme em muitos casos, são direitos apenas no papel, porque inexistem para a maioria das crianças brasileiras, principalmente para as crianças da classe trabalhadora.

Para Rodrigues & Bellini (2010), as políticas sociais consideram, que as famílias através do trabalho são capazes de atender suas próprias necessidades, resguardando ao Estado apenas uma intervenção temporária quando estas vias não cumprem satisfatoriamente seu papel. Percebemos no entanto, de acordo com as pesquisas, que além das famílias serem parcialmente e precariamente atendidas por programas assistenciais, tal assistência torna-se apenas paliativa e ou parcial, se efetuando apenas em casos de extrema necessidade.

Na pesquisa <sup>81</sup>realizada com famílias trabalhadoras no bairro do Monte Cristo, Lima (2006), trata da relação família e proteção social, destacando que diferente do século passado em que os meios predominantes de geração de bem-estar estavam centrados na família e outras instituições, como por exemplo, as Igrejas, neste século XX, a proteção recebeu o status de direito, passando a ser reconhecida como responsabilidade pública e direito de todos.

A partir disto, segundo Lima (2006), a proteção social adquire relevância, sendo desenvolvido todo um aparato público e legal para a operacionalização do bem-estar familiar. A autora destaca ainda que as antigas práticas continuam a conviver com as formas complexas de proteção social e a família se mantém como sujeito fundamental e indispensável no tocante ao processo de proteção social, demonstrando-se ao longo do tempo, também responsável por algumas funções com a ausência e responsabilização do Estado.

Contudo, desde a década de 1990 “[...]os princípios neoliberais, vem influenciando a política econômica e social do país. Dessa forma, “[...]a centralidade da família no desenvolvimento das políticas de proteção social adquire ainda mais importância nesse contexto, acentuando o caráter familista [...]” da política social brasileira (Lima, 2006, p.10).

Nessa perspectiva, segundo a autora, há uma retrocesso ou revalorização dos antigos mecanismos de proteção, e a família é colocada novamente à frente do Estado na garantia do bem-estar, considerando que no país não houve a instalação de um modelo de Estado de Bem Estar Social e portanto:

O Estado neoliberal ao deixar de assumir a função de “garante” da proteção social em âmbito universal, mantém como critério de execução das políticas sociais a seletividade e volta-se para os mecanismos tradicionais de solidariedade social, como meio de assegurar a proteção para a manutenção da coesão social (LIMA, 2006, p. 10).

---

<sup>81</sup> A pesquisa foi desenvolvida com quinze famílias de crianças que frequentam a escola pública de referência do Bairro Monte Cristo, em Florianópolis, SC.



Lima (2006) e Santos (2010), citam que essa função por parte da família de exercer sua própria proteção social, não é um processo natural mas, na medida que a sociedade e o Estado se eximem desta responsabilidade, a família se obriga a carregá-la em seus ombros, numa maior ou menor intensidade dependendo da atuação e ou ausência do Estado nessa esfera.

Trata-se, portanto, de um processo complexo construído pela sociedade, e permeado por muitas contradições, para o qual a família emite “respostas próprias”, singulares, de acordo com as funções que historicamente lhe são outorgadas dentro das suas especificidades de classe, de cultura, de educação fazer da família uma unidade econômica e política, de resolução dos problemas da racionalidade do mundo globalizado, operando soluções familiares e diminuindo sua dependência dos serviços coletivos (LIMA, 2006, p. 11).

Os autores Arenhart & Silva (2014), assim como Lima (2006) e Santos (2010), afirmam que no Brasil apesar de alguns avanços em termos de programas e projetos das políticas públicas e sociais, a distribuição desigual da renda, da escola, da riqueza e da terra, ou seja, a forma desigual de acesso aos bens de consumo essenciais na questão da qualidade de vida, a “inclusão excludente”, enquanto uma das formas de determinação de desigualdade, segue ainda seu curso.

Não podemos desconsiderar as desigualdades sociais como determinantes na vida dos trabalhadores, porém, as formas de exploração da força de trabalho, sempre foram o problema central na desigualdade social em decorrência das transformações do próprio trabalho e do surgimento das classes sociais na sociedade capitalista. As ideologias que adotam o assistencialismo, a caridade e a filantropia como possíveis soluções no combate à pobreza, se revestem de discursos positivistas fazendo parecer que assim como em um passe de mágica, tudo se resolveria se na sociedade atual a renda fosse distribuída igualmente.

No entanto, frente a nova configuração do mercado de trabalho e considerando o desemprego como o mal do século, uma camada cada vez maior de trabalhadores, encontra-se na informalidade, desempregado ou em trabalhos precários, sempre à espera de promessas de emprego, melhores salários, melhoria de vida. O trabalhador se vê diante de uma sociedade da produção que se consolidou por meio de promessas e discursos no qual, seria possível empregar à todos (MANACORDA, 2007).

Em meio as suas próprias contradições, o capitalismo se vê impossibilitado de resolver os problemas que ele mesmo causou e, conseqüentemente, as famílias trabalhadoras são as que mais

sofrem com o impacto na renda, com as políticas assistencialistas minimalistas a que se submetem e que não atendem as suas reais necessidades básicas.

A partir da análise das produções e considerações acerca do posicionamento dos autores a respeito da concepção de infância, cultura infantil, modo de viver e produzir a infância no contexto familiar e comunidade de modo geral, podemos ressaltar que os mesmos, apresentaram reflexões pertinentes a respeito dessas categorias, fazendo-nos pensar sobre aspectos importantes na compreensão do objeto da pesquisa.

No entanto, notoriamente, observamos a ausência de pesquisas que tratem especificamente da temática “infância da família trabalhadora”, que considerem com ênfase os aspectos socioeconômicos dos contextos em que a infância se insere como elemento fundamental e condição determinante na sua constituição, mediante a sociedade capitalista.

Sobre a concepção de infância analisada nas produções e nos contextos familiares, destacamos a insuficiência de elementos em algumas pesquisas que explicitassem as transformações dessa categoria, fundamentadas a partir das mudanças históricas na sociedade, mudanças na consciência e no comportamento humano. E portanto, mudança da concepção da cultura infantil, na constituição das brincadeiras e manifestações infantis na forma de produzir a vida e viver a infância, mediante determinações sociais.

Ademais, as contribuições de alguns autores que realizaram suas pesquisas no bairro Monte Cristo, – contexto em que se insere a comunidade “Chico Mendes”, em conjunto com mais oito comunidades, na qual ocorrerá esta pesquisa – reforçaram o nosso posicionamento frente a alguns conceitos que enfatizamos como primordiais para a atual pesquisa. Em destaque estão as considerações a respeito das formas pelas quais as crianças se utilizam para produzirem e viverem suas vidas, observadas nas pesquisas, como atividades que se produzem a partir dos processos de comportamento mediante as condições sociais e influência educativa dos adultos.

Ao analisarmos, o debate/embate e demais considerações em torno da rotina, do modo de vida da família trabalhadora nas comunidades pobres e demais desafios enfrentados por elas em decorrência da classe e desigualdade social, verificamos que na maioria das produções, em se tratando de enfatizar o vínculo entre as categorias e compreendendo-as no contexto histórico-social, o assunto emergiu com ênfase.

Porém, sentimos a ausência em algumas pesquisas como Rosa (2016), Pérez & Jardim (2015), de um estudo mais apurado das categorias; família trabalhadora, infância, classe social e a compreensão conceitual destas, capazes de nos revelar as relações de poder do modo de produção e reprodução social e outras questões sociais determinadas pela sociedade burguesa,

dentre as quais a infância. Pois, defendemos que o fato de não considerar com relevância a articulação entre infância e demais categorias como; classe, geração e o movimento histórico-dialético, nos torna incapazes de realizar a relação necessária para compreender as transformações que ocorreram com a infância ao longo da história.

A análise dos dados nos mostra que alguns autores como Lima (2006), Rodrigues & Bellini (2010), deram mais ênfase sobre as formas de vida das famílias, as dificuldades que elas enfrentam em relação a precariedade dos serviços públicos na área da saúde, educação, segurança, falta de saneamento, insalubridade, péssima infraestrutura das moradias e a rotina de violência em decorrência do tráfico de drogas. Situações observadas e apontadas como comuns nas comunidades pesquisadas no bairro Monte Cristo em específico na comunidade “Chico Mendes”.

Nessa perspectiva, considerando o debate a respeito das políticas públicas de assistência às especificidades da família trabalhadora e da infância, podemos ressaltar que as produções na totalidade discutem sobre as diretrizes e práticas políticas do Estado como mero regulador tanto da economia, quanto da própria vida, fazendo-nos refletir sobre as estratégias de controle e pacificação da atual sociedade capitalista. Inclusive sobre o descaso e negligência com as necessidades básicas da família trabalhadora, pois segundo observações, resultados das pesquisas indicam que a precariedade econômica e social das comunidades pesquisadas está vinculada às questões estruturais da sociedade, na qual, desencadeia extremos patamares de desigualdade social, ficando para os pobres a convivência diária com inúmeras privações.

Destacamos ainda que as pesquisas Fortkamp (2008) e Rosa (2016), realizadas no mesmo contexto em que pretende-se realizar esse estudo, “comunidade Chico Mendes” nos revelaram alguns indicadores importantes sobre a viabilidade dos investimentos que ocorre por meio das políticas de assistência às famílias e se concretizam pelo controle e governo das condutas infantis, que a princípio se apresentam como zelo e manutenção da vida e logo adiante como possibilidade de se tornarem úteis social e economicamente.

Para Rosa (2016), o arcabouço de cuidado e proteção organizado estrategicamente para alcançar tanto as crianças, quanto as famílias de modo geral dessa comunidade pobre, a “Chico Mendes”, denota traços de continuidade do governo dos sujeitos e desresponsabilização do Estado, que tem ocorrido ao longo da história na sociedade capitalista, se perpetuado e propagado por intermédio das formas assistenciais filantrópicas/voluntariadas.

E por fim, em relação as condições de vida dessas comunidades, as pesquisas apontam outro aspecto a ser considerado; as determinações que ocorrem pela interação da criança no

contexto em que está inserida e neste caso em específico, em comunidades periféricas pobres como é o caso da comunidade “Chico Mendes”. Para as pesquisadoras que realizaram suas pesquisas nesse bairro, a contemplação dos aspectos geracionais e de classe na qual a criança é pertencente são fundamentais na compreensão da constituição de sua infância.

A partir da análise das produções e considerações acerca do posicionamento dos autores a respeito da temática infância, destacamos que as mesmas nos revelaram indicadores importantes e fundamentais do objeto da pesquisa, nos orientando na compreensão de como as transformações na vida do trabalhador e de sua família se inicia pela própria condição em que está posto o “trabalho” em sociedade. Condição que na sociedade capitalista, transforma-se em instrumento que perpetua a desigualdade social, o empobrecimento e a divisão de classes.

Por meio desses elementos, nosso desafio se ancora em transformar o problema social da infância da família trabalhadora em objeto de estudo e investigação. A intenção está em desvelar o mundo dessas crianças, a forma como elas vivem e produzem sua infância no contexto da classe social em que estão inseridas. Analisando e compreendendo como esses elementos se configuram no cotidiano familiar e da comunidade, contextos marcados pela pobreza e pela necessidade de trabalhar.

Portanto, considerando a importância dos aspectos socioeconômicos e culturais para compreender as mudanças que ocorreram com a infância ao longo da história da humanidade e os desafios enfrentados por ela, o capítulo que daqui em diante se configurará, tem por finalidade discorrer sobre os intensos processos dialéticos e contraditórios entre natureza e cultura, ancorado em alguns princípios e teses da Teoria Histórico-Cultural.

### **3 INFÂNCIA E RELAÇÕES DE CLASSE E CULTURA: AS MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS E A COMUNIDADE CHICO MENDES EM DEBATE**

#### **3.1 INFÂNCIA E SEUS DESAFIOS**

Este terceiro capítulo, tem por finalidade apresentar alguns dos desafios enfrentados pela infância ao longo da história e compreender esse intensos processos através de alguns princípios e teses da Teoria Histórico-Cultural. Abordaremos primeiramente a emergência da concepção moderna de infância e as relações de classe, um breve histórico que expõe o tema a nível mundial e nacional com o intuito de entender como de fato se deu a sua emergência e se constituiu o novo lugar social da criança na história.

Na sequência, discutiremos a respeito do processo de humanização/desumanização do homem e conseqüentemente da criança na perspectiva do trabalho; trataremos das determinações sociais, enquanto condicionantes fundamentais para desenvolvimento humano e da unidade dialética contraditória entre natureza-cultura. E por fim, dialogaremos sobre o processo de humanização que a criança vive na infância, mediante a apropriação dos objetos da cultura histórica e socialmente criados.

Iniciaremos essa sessão, destacando primeiramente como elemento central a categoria trabalho, que além de estar vinculada à todos esses eventos centenários que cercam a infância, é por excelência a atividade considerada como primeiro ato histórico, que possibilita ao homem atuar frente a natureza com o propósito de suprir as suas necessidades, da sua espécie e de humanizar-se. Em síntese, o homem se torna “ser social” na medida em que intervém com consciência no meio em que vive transformando-o e humanizando-se.

Do ato social do trabalho de suas transformações e de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas, deriva-se nossa compreensão sobre classe social e cultura.

Contudo, não podemos prosseguir esse diálogo sem nos remeter à pensar na seguinte questão; em que medida as transformações no mundo do trabalho interferem na concepção de infância que se constituiu ao longo da história até os dias atuais? Sobre esta questão, muito se tem discutido, pois o trabalho ao longo da história sofreu mudanças importantes e como consequência a família e a infância também.

As mudanças ocorridas a partir da expansão do capital no século XVII segundo Manacorda (2007), transformaram a natureza do trabalho e Marx, naquele tempo, já apontava para os malefícios que seriam causados pela sua divisão, expropriação<sup>82</sup> dos bens e alienação que os trabalhadores e suas famílias sofreriam diante do cenário que começara a ser escrito em prol do lucro e do mercantilismo. Acentuadas essas relações nos séculos passados e com as transformações ao longo da história, destacamos que a mudança nas relações de trabalho e as transformações históricas mediadas por ela, fizeram emergir a concepção moderna de infância.

O fato de que os movimentos que permeiam a infância são construções históricas e sociais são defendidos por Àries (1981), assim como a própria construção histórica dos últimos duzentos anos da “história infantil”. Para esse autor, os desafios da infância não se traduzem apenas pelo advento da utilização da mão de obra das crianças nos tempos da maquinaria mas, segue com acontecimentos bárbaros que marcaram profundamente esses indefesos.

Concordamos que a infância seguiu enfrentando muitos desafios considerados bárbaros pela história, no entanto, afirmamos, que os acontecimentos que foram cruciais para a constituição da infância enquanto fato histórico e objetivamente constituído em destaque para a classe trabalhadora, estão atrelados incontestavelmente às relações sociais de produção advindas dos séculos passados, com a maquinaria e a indústria moderna (KLEIN, 2009).

A história nos revela que a infância passou por muitos processos desumanos; podendo ser considerados segundo Corazza (2004), como um período indecível entre “a-vida-amorte”, tempo do infanticídio, determinado pela exposição das crianças, das “Rodas”, das “Casas de Misericórdia” mais tarde se revelando na criação de um conjunto de normas e regras que no século XVIII principiou a se constituir enquanto práticas culturais e educativas destinadas a modificar definitivamente o sentido da infância.

Para Klein, Silva & Silva (2010), vivemos ainda na pré-história humana e constatamos facilmente que o direito à infância não está consolidado e não o será senão pela luta contra a concentração de riqueza, saber e poder. Lutas que permanecem desde a aproximação entre os fenômenos da “Infância e da Indústria Moderna”, e segundo a autora, atingem com prioridade os sujeitos das classes mais baixas, a classe trabalhadora.

---

<sup>82</sup> Base social que permite a exploração da força de trabalho, ao enrijecer-se como condição natural da existência do capital p. 4. Ver sobre: Marx, expropriações e o capital monetário: notas para o estudo do imperialismo tardio. (Artigo de Virgínia Fontes para a intervenção no 3º Colóquio Marx e Engels, realizado em Campinas em nov. de 2003). Disponível em: < [www.odiarario.info/b2-img/critmarx.pdf](http://www.odiarario.info/b2-img/critmarx.pdf)>. Acesso em 19 de jul. de 2018.

A não consolidação desse direito, não envolve apenas a questão da origem e da situação de classe social, – por mais que esses fatores ao nosso ver tem destaque e estão diretamente atrelados ao objeto de estudo em questão, – mas a organização de práticas que tem transformado precocemente “a criança” independente de classe social, que tem apressado seu desenvolvimento psíquico preparando-a para o trabalho e contraditoriamente encurtado ou negado sua infância

Eventos históricos nos revelam que as transformações no modo de produção geraram a necessidade de reconhecer a criança e protege-la do trabalho. E mediante a essa necessidade, nasce a infância para a classe trabalhadora.

O sentimento de infância foi se constituindo e se transformando, diretamente relacionado a ideologia social de determinada época e a criança desde esse tempo, foi e segue sendo uma “história nova e original” que se desenvolve alimentada pelas relações sociais e materiais em que vive em cada época histórica (NOSELLA, 2002).

## 3.2 A EMERGÊNCIA DA CONCEPÇÃO MODERNA DE INFÂNCIA NA PERSPECTIVA DO TRABALHO E DAS RELAÇÕES DE CLASSE

### 3.2.1 A infância contada na história: breve resgate sobre as transformações na família

A infância constitui-se objeto de investigação e análise de diferentes áreas do conhecimento versando sobre várias temáticas, no entanto, para o aprofundamento na apreensão de quaisquer questões referentes à ela, torna-se fundamental a priori, a compreensão da constituição da infância enquanto um fenômeno histórico e objetivamente constituído.

A análise que cerceia as crianças segundo Conde (2012), pressupõe a compreensão da infância a partir de definições arraigadas de múltiplas determinações históricas. Bem como de conceitos baseados e construídos a partir das relações sociais e dos modos de produção e reprodução da existência da vida, que estão determinados por fatores econômicas, políticas, culturais e sociais. Sobre esse aspecto ela defende que:

“[...]nossa análise evidencia que é preciso ir além da aparência e compreender as relações sociais em que a atividade da criança faz parte, pois as formas de produção da existência têm se transformado, submetendo-se à lógica capitalista e prescindido de tecnologia “de ponta”. Além disso, [...]o problema da exploração infantil moderna reside na exploração humana, iniciada nos primórdios do capitalismo e na negação da

possibilidade de humanização de todas as pessoas. Desde sua origem, o modo capitalista de produção combina formas familiares e artesanais de produção com tecnologia sofisticada, sendo apenas a montagem final do produto que seja realizada no chão de fábrica. (CONDE, 2012, p. 28)

Estudos a respeito da criança e da família já foram desenvolvidos, com destaque para as obras de Philippe Ariès (1981), *História social da criança e da família*, inaugurando a história da infância num detalhado levantamento e análise de obras de artes e documentos produzidos entre os séculos XIII e XVIII, a obra; *O Desaparecimento da infância*, de Neil Postman (1999), no qual o autor evidencia o surgimento da ideia de infância e como após 350 anos, tal ideia está desaparecendo.

Contudo, por mais que se concentrem estudos que direcionem a dimensão histórico sociológica da emergência da infância na modernidade, tais investigações segundo Klein, Silva & Silva (2010), permanecem limitadas à superfície do fenômeno. A ausência de discussão das relações sociais de produção próprias da sociedade capitalista enquanto determinantes na concepção da infância moderna, sem dúvida, são a causa de ainda persistirem lacunas referentes a esse pressuposto essencial e basilar para o estudo do tema de forma exitosa.

Segundo Klein (2009), a concepção da infância moderna precisa ser compreendida a partir da sua constituição histórica e sob as determinações do trabalho, considerando a conexão de eventos determinados pelas relações sociais de produção que culminaram na sua emergência. O entendimento da infância nessa dimensão, supera a visão limitada de mera condição “biológica” afirmando-se enquanto “artefato social”, no entanto, sem essa análise, ficaríamos estagnados em discursos limitados pelas teorizações assentadas exclusivamente na esfera ideológica.

Os fundamentos materiais que contribuíram e foram cruciais para a emergência da ideia moderna da infância, estão atrelados à mais relevante determinação material que distingue a infância da adultidade: a condição de dependência e a de participar ativamente das tarefas destinadas a reprodução da existência e também reprodução da prole e dos meios de existências. Estes, são marcos definidores da infância em todas as épocas históricas, desde as sociedades primitivas até hoje, que não se alteraram substancialmente, visto que as crianças da contemporaneidade têm necessidades e cuidados essenciais até perto de seis ou sete anos, assim como as crianças das demais épocas (KLEIN, 2009).

No entanto, por mais que consideremos o conjunto das contribuições de Ariès (1981) e Postman (1999), enquanto um levantamento detalhado e bastante significativo de aspectos sociais para a compreensão do conceito moderno de infância, os demais eventos apontados por



eles como responsáveis por essa mudança, “[...]não satisfazem ao anseio de resposta que a questão suscita” (KLEIN, 2010, p. 13).

Ademais, o sentimento amoroso atribuído enquanto um dos argumentos para a emergência da infância moderna, desmorona diante da tragédia cotidiana da esmagadora maioria das crianças vítimas na passagem da feudalidade para a forma consolidada do capitalismo. Klein (2009), destaca que a passagem do modo de vida majoritariamente rural para a vida urbana industrial, lança a família - antes camponesa e agora proletária - para os becos, para viverem amontoados em meio a imundícia e de forma horrivelmente precária, sem nenhuma privacidade.

A própria condição em que se encontravam as crianças da classe trabalhadora no século XVIII ao XIX na Inglaterra, exploradas nas fábricas de tecelagens e minas de carvão, além das casas de correções, instituições penais e ausência de escolarização, por si só, denunciava as desigualdades sociais em decorrência do surgimento das classes sociais enquanto determinantes na constituição dessa infância, nesse tempo.

Portanto, o rol de razões pretendo à justificar a emergência da infância moderna que ocorreu durante o século XIX, carece de explicações, uma vez que, visualizam e se apoiam num cotidiano de uma pequena minoria da população, trazem discursos rasos que não satisfazem aos anseios de respostas precisas, mas, respostas que atendem mais a uma perspectiva idealista do que uma visão real da época.

Na vida cotidiana pré-capitalista, segundo Silva (2003), tanto o tempo de trabalho, quanto o tempo de lazer, pertenciam ao próprio trabalhador.

[...]Assim, os trabalhadores viviam uma experiência em geral suportável e levavam uma vida honesta e tranquila, em tudo piedosa e honrada; a sua situação material era bem melhor que a dos seus sucessores; não tinham necessidade de se matarem para trabalhar, não faziam mais do que desejavam, e, no entanto, ganhavam para suas necessidades e tinham tempo livre para um trabalho no jardim ou no campo, trabalho que era para eles uma forma de descanso e podiam, por outro lado, participar das distrações e jogos dos seus vizinhos; e todos esses jogos, malhas, bola etc., contribuíam para a manutenção da saúde e para o desenvolvimento físico (ENGELS, 1985, p. 12).

Essa forma de vida, trazia em seu bojo uma outra concepção de trabalho, na qual a família e conseqüentemente a criança, estavam fortemente envolvidas em atividades coletivas e familiares com vistas a suprir suas necessidades. Mas, sobretudo segundo Silva (2003, p. 55), “[...]existia o tempo de lazer rico em jogos, e outras culturas, que contribuíam para uma sociabilidade centrada na liberdade do lúdico.”

No entanto, devido as constantes transformações nas relações de trabalho e a consolidação do advento da propriedade privada capitalista, aconteceram mudanças significativas na estrutura familiar.

Como consequência do desenvolvimento do capitalismo, a alienação ao trabalho e a precarização do lazer, a individualidade, foram cada vez mais incorporadas na vida do trabalhador e de sua família. Para Lima (2006), o cuidado, tempo desprendido com a criança e sua educação, os momentos de brincadeiras coletivas, foram trocados por longas e exaustivas jornadas de trabalho realizadas pelos pais e as vezes pelos próprios filhos e os momentos de lazer tornaram-se algo pensado de maneira secundária pelas famílias.

Nas sociedades capitalistas segundo Forrester (1997), o que norteia e gerencia a vida, o trabalho, a educação e até mesmo o tempo de lazer da população é basicamente os interesses políticos e empresariais. E com um único objetivo, adquirir lucro por meio da indústria cultural, do mercado de produtos, das novas tecnologias, associadas à hábitos consumistas. No entanto, sobre esse aspecto, devemos considerar que as desigualdades sociais, colocam as famílias em maior ou menor vantagem frente ao acesso aos bens materiais e simbólicos necessários à garantia da subsistência familiar e consequentemente infantil.

As desigualdades sociais não se constituíram de fatos isolados, mas, como consequência de uma sociedade cindida por “abismos sociais”. Portanto, é de suma importância compreender as transformações que ocorreram com as relações familiares e a forma coletiva de prover a sua subsistência em decorrência das relações de produção.

Segundo Marx (2014), tais “abismos sociais” se configuraram a partir das relações de produção e do surgimento das classes sociais antagônicas, pois, anteriormente, o homem juntamente com sua família produzia sua subsistência. No entanto, com a expropriação das terras, a implementação da maquinaria e da indústria moderna e as novas configurações do trabalho na sociedade capitalista, além de separar os trabalhadores dos meios de produzir sua existência e de sua família, eles passaram a ser classificados conforme seu poder aquisitivo. Entre aqueles que detinham os meios de produção e aqueles que não detinham os meios de produção, como se é classificado até nos dias atuais.

Portanto, para Marx (2014), na sociedade capitalista, aqueles que detém os meios de produção apropriam-se do trabalho daqueles homens que não possuem esses meios, sendo que os últimos precisam vender sua força de trabalho, perpetuando a exploração. A luta de classes nada mais é do que o confronto inevitável entre as classes antagônicas.

E portanto, as consequências provenientes desses fenômenos, transformaram as formas de trabalho e transfiguraram a maneira do homem produzir sua subsistência, dando outros sentidos à vida, à família e inevitavelmente contribuiu para o novo lugar social em que a criança passou a ocupar na história.

### 3.2.2 A infância e o novo lugar social da criança na história

As mudanças e transformações que ocorreram tanto com a família quanto, com a infância, não são fatos isolados, mas, assim como já citamos, são históricos, atrelados às demais transformações que ocorreram historicamente em sociedade ao longo dos séculos, determinadas pelas relações de poder estabelecidas pela própria sociedade.

Essas mudanças e transformações históricas que desde sempre acompanharam a humanidade, não são naturais, segundo Marx (2014), elas dependeram e sempre dependerão dos seres humanos, sendo externadas nas suas manifestações, interações, intervenções.

Sobre os acontecimentos históricos que acompanharam e transformaram a história da humanidade, destacamos que as mudanças que ocorreram na transição da manufatura à indústria moderna no século XVI ao século XVII, – a expropriação das terras, a expulsão dos camponeses, a exploração dos trabalhadores, as condições sub-humanas que eles passaram a sofrer, – são acontecimentos que mudaram o rumo da história da família e da criança. Essas manifestações socioeconômicas trouxeram consequências imediatas à família e portanto à infância dessa determinada família.

Segundo Marx (2014), o trabalho obrigatório para a família em prol do capital, tomou o lugar dos “folgedos infantis” e do trabalho livre, realizado em casa com e para a própria família, dentro de limites estabelecidos pelos costumes da época. O pai que deveria ser o provedor da família passou a vender a força de trabalho de todos de sua casa, inclusive a dos filhos pequenos.

Enquanto mercador que o pai de família se torna, de maneira inconsciente, também inaugura nesse tipo de relação social, o contexto da moderna propriedade privada que segundo Marx (2007, p. 36), “já tem seu embrião, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem”.

Segundo Miranda (1997), a família moderna que se estabeleceu a partir do surgimento das classes sociais e com a ascensão da burguesia a partir do século XVIII, se consolidou com a extinção das formas comunitárias tradicionais, reorganizando-se em função da ordem

capitalista e a organização da produção nessa sociedade, bem como suas relações de trabalho, foram determinantes em conceber à criança uma categoria social exclusiva e distinta de acordo com sua condição de classe.

A aprendizagem social no século XVII, foi deixando de se realizar através do convívio direto com os adultos, sendo substituída pela educação escolar e a criança que anteriormente convivia diretamente com os adultos, e em contato com eles aprendia os valores e costumes, agora recebem segundo Miranda (1997), a “sólida formação” anunciada pelo pensamento moralista da época. Desta forma, o movimento de moralização, a cumplicidade sentimental da família e o processo de escolarização, redefiniram o lugar da criança em sociedade.

O Estado passou a deter o direito de agir como “protetor das crianças”, de modo que aos poucos a autoridade que antes era absoluta dos pais se modificou devido a adoção de padrões mais humanitários, e nesse processo todas as famílias, independente de classe social, “[...] viram-se forçadas a assumirem em parceria com o governo a responsabilidade pela educação da criança” (POSTMAN, 1999, p. 70).

A partir desses eventos segundo Klein (2009), fica claro que tanto a família moderna, quanto a infância foram atravessadas pelo novo regime de produção e pela condição de classe dos sujeitos, uma vez que a classe trabalhadora se formou com a ascensão da burguesia à condição de classe dominante. Desde então, a formação da unidade familiar moderna já estava fadada ao fracasso.

Portanto, a infância passou a se constituir primeiramente pela condição social de ser criança e simultaneamente baseada no sentimento de família e no desenvolvimento da educação escolar, ou seja, processos resultantes da organização das relações sociais de produção da sociedade industrial.

Segundo Klein (2009), essa época se destacou como a de maior descaso com a infância, na qual as mesmas eram forçadas a realizar longas jornadas de trabalho. A exaustão desses pequenos e indefesos, foi a causa de um grande número de crianças precocemente mortas, ocasionando por um lado a revolta dos trabalhadores e de outro, a possibilidade assustadora de não reprodução da força de trabalho.

Em relação ao desenvolvimento da educação escolar, estudos de Postman (1999), consideram que o surgimento das leis fabris de proteção à criança, a proibição do trabalho infantil e mais tarde o desenvolvimento tecnológico que passou a dispensar a força de trabalho da criança, ou seja, as mudanças sociais que ocorreram ao longo desse processo, trouxeram

consigo pela primeira vez na história a necessidade de um espaço específico para a criança, a necessidade de uma instituição social, “a escola”.

Conde (2012), afirma que a escola enquanto necessidade para o ensino de generalidades às crianças da classe trabalhadora, se deu a partir da legislação fabril. Nesse ímpeto, ela surge para retirar a criança da fábrica, em princípio com aparência de um grande avanço, no entanto, redefinido seu papel em sociedade, teve por intuito regular a exploração dos mesmos.

[...] a educação da classe trabalhadora é um dos elementos necessários à manutenção das estruturas sociais do capital. [...] a escola, assim como a legislação fabril, é o meio pelo qual o capitalismo regula a exploração e, assim, afasta crianças da degeneração precoce sem abrir mão, totalmente, de explorá-las ou de prepará-las à expropriação da mais valia no futuro (CONDE, 2012, p. 41).

Para Klein, Silva & Silva (2010), a escola tinha como meta, garantir a disciplina e por meio do manejo da idade e do acolhimento das crianças, assegurá-las como forma de proteção. Elas, “as crianças”, precisavam ser consideradas “socialmente úteis” e não deveriam ficar “vagando à toa pelas ruas”, essa era a principal preocupação da época, a garantia da ordem social. Portanto, ao final do século XIX, a *Escola* segundo Alves (2005), passa a ser o lugar de acolhimento da criança desempregada.

A ex-criança de fábrica, tendencialmente, se metamorfoseia em criança da escola. A escola transformou-se ao se constituir numa instituição social que prometia atender, além dos filhos dos capitalistas, também aos filhos recém-desempregados dos trabalhadores (ALVES, 2005, p. 140).

A criança pobre que agora estava só, em decorrência das longas jornadas de trabalho da sua família, não está mais sob o teto das fábricas e tão pouco vagando pelas ruas, mas, sob a responsabilização do Estado que responde a esse problema através de políticas de cunho assistencialistas. De acordo com Klein (2009), essas estratégias políticas foram criadas a partir deste “novo lugar social da criança que precisa ser educada e formada”, segundo as normas e regras da sociedade vigente.

O novo modo de vida da sociedade industrial, atribuiu a escola também um novo papel que desvinculado da igreja, passou a objetivar a formação humana pautada nas novas formas de produção da vida, que segundo Conde (2012, p. 62), “[...] deixa de ser artesanal e individual e passa a ser coletiva”. A própria condição de especialização do trabalho, transformou os objetivos

da educação que agora se voltam para definir e organizar ao seu modo a relação entre trabalho e educação, colocando a criança em uma categoria diferenciada da dos adultos.

Apesar do “novo sentimento de infância” e a “nova família” surgirem do mesmo processo pelo qual se desenvolveu o “sentimento de classe social da burguesia”, Àries (1981) destaca que as crianças que frequentaram as primeiras escolas de caridade e colégios eram ricas, filhos da classe ascendente. Portanto, segundo Miranda (1997), as ações presentes durante esse período já se pautavam nas desigualdades sociais, definidas para determinada classe social e pelos interesses dessa mesma classe ascendente: a burguesia.

Ademais, para Klein, Silva & Silva (2010), a responsabilização do Estado frente a educação pública destinada à massa da população se deu de forma lenta e não universal como se pensava, inclusive em condições precárias.

As considerações sobre esses fatos históricos nos permitem compreender como a ideia moderna de infância e sua emergência, foi determinada pela organização social capitalista que tem por regra implementar espaços educativos que disponibilizem uma educação diferenciada e um lugar definido em sociedade para as diferentes classes sociais.

### 3.2.3 A história da infância no Brasil

A história da infância brasileira se depara primeiramente com a época da escravidão na qual, o destino das crianças que sobreviviam em decorrência de diversos fatores, – os infanticídios praticados pelas próprias mães com intuito de livrarem seus filhos da escravidão, abortos, alta mortalidade infantil, em virtude das péssimas condições de higiene, maus-tratos, – era o de se tornarem propriedade. As crianças eram transformadas em mão de obra e sofriam muitas humilhações.

[...]sofriam muito, eram muitas as humilhações, maus-tratos e abusos sexuais, e, no entanto, não havia muitas crianças escravas abandonadas, uma vez que sua sina estava traçada como propriedade individual, patrimônio e mão de obra. (FALEIROS, 1995, p. 224).

No século XVII, segundo Faleiros (1995), os moldes de atendimento às crianças brasileiras eram ditados pela Corte portuguesa. Neste período, devido ao número de crianças abandonadas nas portas das casas, das igrejas, nas ruas e até mesmos em montes de lixo, surgiram grandes problemas e a partir deles, – como possibilidade de cuidar dessas crianças

abandonadas num sentido voltado a saúde e caridade aos pequenos – passou a se destacar o papel da Irmandade de Nossa Senhora, conhecida popularmente como Santa Casa de Misericórdia.

A função dessa instituição enquanto sistema de proteção formal, tornou-se muito importante no trato e cuidado com os chamados “expostos”, em especial com as meninas pobres que eram as mais rejeitadas. Porém, a instituição não tinha objetivo de educar as crianças acolhidas, mas, de criá-las até aproximadamente sete anos de idade e entregá-las às câmaras municipais que as deixariam expostas para o trabalho escravo.

Nesta época, poderia haver a possibilidade de alguma criança exposta ser criada por determinada família e neste caso, na maioria das vezes, a criança “acolhida” representaria um complemento ideal de mão de obra gratuita na residência familiar, independente da pouca idade.

Mesmo diante dos abusos e da forma de escravidão em que viviam essas crianças, o fato delas serem “acolhidas” por uma família, lhes dava uma maior garantia de condições de sobrevivência – diferente das crianças que permaneciam nas instituições – e por serem criadas em um lar, podia significar maiores oportunidades de quando adultas, estabelecerem relacionamentos e até de se casarem (POLLETO, 2012).

Estudos de Rizzini (2000), destacam que na segunda metade do século XIX, anunciavam-se leis que tratam do ensino e o estabelecem obrigatoriamente à todos os meninos maiores de sete anos e portanto, a pobreza passou a não ser mais empecilho para o acesso ao ensino, pelo menos para as crianças que não eram escravas, que não tivessem doenças contagiosas, que fossem vacinadas e também que fossem meninos. Portanto, as crianças “escravas” e as “meninas” estavam fora do sistema de ensino, inclusive as crianças do sexo feminino não eram nem mencionadas nas exceções.

Essa situação só começou a se modificar após os filhos dos escravos serem citados e contemplados pela Lei do Ventre Livre que começou a vigorar em 1871. Mesmo ela sendo motivo de polêmica por estabelecer uma liberdade condicionada à vontade do Senhor, esta lei citada por Rizzini (2007), representou um marco importante em direção à Abolição da Escravatura, pois, esses movimentos vieram acompanhados de rápidas e importantes transformações consequentes da urbanização.

Nesse novo contexto de urbanização, os higienistas se destacam trazendo vários conhecimentos médicos sobre higiene e controle de epidemias, moléstias, doenças contagiosas que até então, assolavam a infância da época. A partir da intervenção desses profissionais, Pasetti (1995), conforme citado por Poletto (2012), assinala que os adultos passaram a ter mais

conhecimentos sobre os cuidados com as crianças, sobretudo com a criança pobre que de certa forma passa a ser parcialmente alcançada por essas práticas.

As primeiras medidas tomadas pelo poder público para minimizar a situação das crianças pobres se concretizaram no período do Brasil Império. A preocupação surgiu pelo fato de que as crianças, agora não mais escravas, mas sem ter para onde ir, sem rumo, vagavam pelas ruas e acabavam tirando o sossego, causando desconforto à população (POLETTTO, 2012).

Por esses fatos e com evidências de mascarar a segregação das crianças e retirá-las do convívio social, surgem os primeiros asilos mantidos pelo governo imperial, que tinha por objetivo ministrar o ensino elementar e também internatos que foram criados com intuito de recolher e educar crianças de seis a doze anos, denominados como “Asilo de Meninos Desvalidos”. Santos (2010), afirma ainda que; ao preocupar-se em oferecer a educação elementar, a formação cívica e a capacitação profissional para as crianças, a fim de ‘prevenir e eliminar a desordem’ nos centros urbanos, criaram ainda, uma linha invisível que separava a ‘criança pobre’ da ‘criança rotulada como menor’.

Enquanto a ‘criança pobre’ deveria receber o atendimento de cunho preventivo, sendo resguardada, protegida e educada com base em princípios filantrópicos e higiênicos, ‘o menor’, percebido consensualmente pelos especialistas como ser desviante, deveria ser afastado do convívio social, para que se isolassem os problemas que dele poderiam advir, ou seja, para que o mesmo não cometesse atos que pudessem pôr em risco a sociedade circundante (SANTOS, 2010, p. 72).

No final do século XIX, as crianças pobres, desvalidas passaram a ser tratadas como “menores abandonados”, as instituições se proliferavam com o objetivo de recolher e cuidar dessas crianças, mas, elas se multiplicavam rapidamente e podiam ser vistas em todos os lugares das cidades, inclusive cometendo delitos.

O século XX, por sua vez, é caracterizado pelas contradições do sistema capitalista, que se consolida no Brasil e se expande como modo de produção. A população que passa a fazer parte do exército industrial de reserva e, portanto, parte do sistema, se expande e se evidencia por conta das nossas práticas de organização dessa nova sociedade (POLETTTO, 2012).

As crianças passam a ser orientadas e disciplinadas e os asilos passam a ser casas correccionais mantidas pelas entidades privadas, vinculadas à Igreja Católica que crescem rapidamente com a necessidade de dar atenção aos órfãos, abandonados e delinquentes, com o intuito de discipliná-los, prepará-los para o trabalho e ensinar doutrinações sobre moral. Com o passar do tempo, estudos de Gohn (1995), citados por Poletto (2012), assinalam que esses asilos



se tornaram edificações similares a quartéis, com muros altos, muita disciplina, isolamento das crianças e uniformes severos.

Como se todos esses eventos não bastassem para a desmoralização da infância, em 1927 instituiu-se o Código de Menores, no qual tem destaque “[...] a criminalização da infância pobre, caracterizada como abandonada e delinquente” e a partir dessa perspectiva, “[...]o “termo menor” foi sendo popularizado e incorporado na linguagem comum, para além do círculo jurídico” (RIZZINI, 2000, p. 41).

Com a necessidade da elaboração de um Código que disciplinasse as condutas passíveis de penalização de crianças e adolescentes, foram constituídas diversas organizações para o atendimento a infância; em 1940 o governo instituiu o Departamento Nacional da Criança, em 1941 o SAM (Serviço de Assistência aos Menores) com caráter correccional-repressivo, que adotava internações semelhante ao sistema penitenciário. Em 1942 foi criada a LDB (Legião Brasileira de Assistência). Dessas o SAM criado em 1941, – que atendia adolescentes que cometiam atos infracionais e menores carentes abandonados, segregados em instituições que visavam a correção/repressão – ao longo do tempo mostrou-se uma ameaça às crianças que eram recolhidas. Esse sistema intensificou a violência sobre as crianças e adolescentes no seu interior onde “os castigos corporais eram prática rotineira nas instituições, chegando a assumir proporções de escândalo público em algumas, quando a extrema violência da surra levava à morte do interno.” (RIZZINI, 2011, p. 278).

Destaca-se ainda nesta mesma década, representando um movimento internacional de reconhecimento da relevância da questão da infância, a criação da *UNICEF*<sup>83</sup> pela Organização das Nações Unidas, que se estabeleceu no Brasil após dois anos de sua existência. Essa Fundação exerceu a liderança e apoiou algumas das mais importantes transformações na área da infância.

Em 1965, diante da saturação do modelo em torno do SAM é inaugurada a FUNABEM (Fundação Nacional de Bem Estar ao Menor) e a FEBEM (Fundações Estaduais de Bem Estar ao Menor) com a proposta de diminuir a internação e atualizar os métodos de reeducação. Porém, com o Golpe Militar de 1964, o que se assistiu foi a internação desenfreada de menores nos mesmos moldes do antigo SAM, onde o menor passou a ser entendido como problema de segurança nacional. Até 1979, quando houve a revisão do Código de Menores, o modelo carcerário para menores ancorava-se na reintegração de jovens, através de métodos

---

<sup>83</sup> O Fundo das Nações Unidas para a Infância (em inglês: *United Nations Children's Fund - UNICEF*) é um órgão das Nações Unidas que tem como objetivo promover a defesa dos direitos das crianças, ajudar a dar resposta às suas necessidades e contribuir para o seu desenvolvimento.

extremamente violentos. O novo Código de Menores de 1979<sup>84</sup>, depois de muito debate, não foge da linha arbitrária instituída pelo antigo Código de 1927.

Adaptado aos novos tempos, ele dispõe sobre a assistência, proteção e vigilância a menores. E segundo Rosa (2016), traz em seu bojo, o governo das crianças e adolescentes pobres, que tem seus direitos extirpados e que pagam duplamente por essa condição de repressão e assistência em troca da sua domesticação.

A problemática da atenção à infância, passou a ser alvo de discussões na sociedade no final da década de setenta e através de manifestações de massa, houve um movimento de repulsa e rejeição à ordem autoritária da época. As famílias já não concordavam com as formas pelas quais as crianças e adolescentes vinham sendo tratados e com as instituições que foram sendo criadas para assistir a população pobre, que segundo Poletto (2012), além dos maus tratos, raramente ofereciam uma educação necessária para a inclusão dos mesmos em sociedade, com vistas à constituição de uma sociedade letrada.

Ademais, as próprias necessidades familiares, de maneira a buscar a sobrevivência, remetiam as crianças e adolescentes ao mercado de trabalho, desmerecendo o papel da educação escolar.

As famílias pobres, por sua vez, apesar do desejo de que seus filhos se escolarizassem, sendo essa uma das únicas formas de inserção social, perceberam, aos poucos, que deixar seus filhos na escola não era útil e eficaz, mas sim, “uma perda de tempo e dinheiro”, porque o conteúdo das aulas era afastado de sua realidade cultural e inadequado às suas necessidades sociais. Sem falar das famílias que viam-se forçadas a tirar seus filhos da escola para que pudessem trabalhar, como forma de cooperar com seus pais no sustento familiar (POLETTI, 2012, p. 7).

Nos anos 80 do século XX, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (1985) constituiu-se importante movimento na direção da mudança das leis endereçadas à elas. É a partir das vozes desses meninos e meninas, que ecoam outras denúncias em relação à violação dos seus direitos, mobilizando assim diversos setores da sociedade, contribuindo para um amplo debate nacional, assim como para o texto final do Artigo 227<sup>85</sup> da Constituição de 1988 e a revogação do Código de menores, sendo esse substituído pelo ECA de 1990. As novas leis

---

<sup>84</sup> Lei 6.697 de 10 de outubro de 1979.

<sup>85</sup> “É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

emanam um novo paradigma para a condição da infância. A assistência passa a dividir o espaço com o direito e as crianças e adolescentes passam a ser vistos perante a lei como sujeitos sociais de direitos. Nasce a “criança cidadã”, com direito à proteção, provisão e participação (ROSA, 2016).

Dessa forma, a politização da infância implanta cenários que vibram ecos sobre esse sujeito que agora se convencionou pela assistência e pelo direito e que se estabelece por narrativas contemporâneas que transitam nas esferas *jurídico-normativo, médico-patológico e pedagógico-assistencialista* (SOUSA e LIMA, 2004).

Com a Constituição de 1988, a infância recebe um olhar mais contemplativo e a partir desse evento, dá-se início a proteção da infância, – uma vez que vem para garantir alguns benefícios à família, sobre direitos e deveres dos pais quanto aos seus filhos, – com a oficialização em lei específica de proteção integral à criança com a promulgação do ECA<sup>86</sup>.

O estatuto em linhas gerais, surge para assegurar por meio de seus 267 artigos, todos os direitos inerentes ao desenvolvimento da criança e do adolescente, independente de classe social. Para Poletto (2012), a forma como o estatuto foi pensado e elaborado, envolvendo diversos atores sociais, obteve considerável credibilidade no início de sua implementação. Entretanto, após décadas em que o mesmo foi sancionado, observou-se que na prática seus resultados se resumiram em tímidas conquistas em termos de proteção integral à criança, pois, segundo a autora:

A reafirmação dessa proteção, desconfigura a concepção de incapacidade infantil presente em diversos contextos brasileiros como forma de restrição aos direitos. Desfaz também a noção de desigualdade, de autoritarismo e hierarquização, e estabelece a diferenciação de condições e de estágios de desenvolvimento (SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS, 2010 apud POLETTTO, 2012, p. 10).

Nestes parâmetros, segundo Poletto (2012), precisamos considerar que muitas crianças da classe trabalhadora encontram-se em condições desfavoráveis, onde o risco de terem um crescimento e desenvolvimento abalado é notável, pois, nos espaços em que elas estão inseridas,

---

<sup>86</sup>Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual foi fruto de mobilizações sociais em reação a violência, a qual as crianças eram submetidas. Surgiu objetivando mudar a Política Nacional de Bem-Estar do Menor no Brasil, tendo como base doutrinária a Proteção Integral à todas as crianças e jovens do país, que passaram a ser considerados “sujeito de direitos”, não mais “objeto de proteção”. Ver mais sobre: BRASIL, *Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA*

não existe nenhuma possibilidade de uma promoção do equilíbrio entre fatores que influenciam o seu desenvolvimento.

Destacamos ainda que as bibliografias abordadas, nos revelaram análises importantes dessa infância desvalida, que nos levam a refletir sobre a sua concepção em sociedade e a forma pela qual ela acontece nos contextos desiguais mediante determinações sociais. Por isso, a partir das linhas que se seguem faremos um estudo a respeito do processo de humanização da criança na sociedade de classes.

### 3.3 O PROCESSO DE (DE)HUMANIZAÇÃO DA CRIANÇA NA SOCIEDADE DE CLASSES

#### 3.3.1 A criança, sua humanização, classe e a cultura

A relação do homem com a natureza deve ser o ponto de partida para iniciarmos a discussão sobre o processo de humanização e o modo pelo qual ele passou por um imenso salto evolutivo, transformando-se de um ser biológico e totalmente dependente da natureza a um ser social, capaz de modificar a si mesmo e ao meio natural onde se insere.

Enquanto ser natural e biológico não especializado, o homem depende da natureza e possui necessidades físicas fundamentais à sua existência e reprodução. Para consumá-las, interage com o mundo natural transformando-o, e assim, produzindo sua subsistência. Nesse sentido, Marx e Engels afirmam que:

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que todos os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter moradia, vestir-se e algumas coisas a mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam que haja satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato esse é um ato histórico (Marx & Engels 2006, p. 53).

Segundo Saviani (2007), a ação de transformar a natureza para suprir as necessidades humanas é o que denominamos de “trabalho”. Para o autor, o trabalho é a essência do homem e a forma pela qual ele se humaniza. Essência que não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência humana, mas, ao contrário, ela é produzida pelos próprios homens.

Para Engels (2004), o trabalho é a condição básica fundamental para a existência humana. Pelo trabalho o homem é capaz de interagir com a natureza, modificá-la, subsistir e reproduzir-se por meio dos produtos gerados nas modificações realizadas. Ao agir sobre a natureza, o homem, também se modifica, desenvolvendo novas funções em sua estrutura física (cérebro, mãos etc.). Nesse processo, ele descobre novas formas de utilização dos instrumentos de trabalho e altera a sua forma de relação com os outros homens. Segundo Engels,

[...] em face de cada novo progresso, o domínio sobre a natureza, que tivera início com o desenvolvimento da mão, com o trabalho, ia ampliando os horizontes do homem, levando-o a descobrir constantemente nos objetos novas propriedades até então desconhecidas [...] o desenvolvimento do trabalho, ao multiplicar os casos de ajuda mútua e de atividade conjunta [...] tinha de contribuir forçosamente para agrupar ainda mais os membros da sociedade (ENGELS, 2004, p. 15).

Nessa perspectiva teórica, assegura-se que o trabalho é uma atividade específica do ser humano e que de acordo com Marx (2004, p.30), em relação ao mundo objetivado, ele é “[...] uma forma exclusivamente humana e o elemento fundante do ser social, ou seja, “[...]sua forma originária. Constitui a primeira forma de atividade humana: “[...]um processo entre o homem e a natureza, em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza”.

Nesse sentido, o homem se diferencia dos outros animais, que ignoram a finalidade de sua ação, pois, ao agir sobre a natureza, o faz de forma intencional. Seus atos são voluntários e conscientes da finalidade pretendida.

Esse “agir sobre” desenvolve novas habilidades e conhecimentos em uma causalidade posta, uma causa criada pelo homem, a qual podemos chamar de “produto do trabalho”, ou seja, a ideia objetivada, que altera uma realidade já existente (LUKÁCS, 1979). Tal processo leva a novas determinações que, por sua vez, criam novas necessidades que só poderão ser supridas com outros conhecimentos e habilidades a serem adquiridos. Disso segundo Lukács (1979), resulta uma acumulação social que tem a finalidade de atender às necessidades humanas em uma ação teleológica, ou seja, uma atividade adequada a um fim. Tais conhecimentos e técnicas, são transmitidas de geração em geração, a partir do desenvolvimento e fixação das técnicas de meios de trabalho em cada tempo (SAVIANI, 2007).

Ao refletirmos sobre as relações sociais construídas historicamente pelo homem para garantir sua sobrevivência, percebemos que as diferenças nas configurações sociais, ao longo do tempo, são determinadas pelas formas de relacionamento dos homens entre si e com a natureza, definidas por meio do trabalho.

No entanto, num primeiro momento, segundo Saviani (2007), não há uma divisão institucionalizada da organização do trabalho, e as atividades de modo geral recaíam sobre todos os membros da comunidade, não existindo uma divisão social definida. Assim, todos trabalhavam e tinham acesso ao produto do trabalho. Não havia a propriedade privada dos meios de produção e nem produtos excedentes, pois a produção visava o uso.

Com uma nova forma de estruturação social, baseada na propriedade privada e na divisão dos homens em duas classes sociais, a dos proprietários e a dos não proprietários, segundo Marx e Engels (2006), principiou-se a subordinação do trabalho ao capital que resultou da sobreposição da divisão técnica do trabalho por outra forma de partilha; a divisão social do trabalho em níveis hierárquicos, tendo como princípio a máxima valorização do capital.

Dentro do sistema capitalista, segundo Marx (1996, p. 169) “[...]o trabalho foi desnudado de sua característica criadora e humanizada, revestido por uma estrutura alienadora que o transformou em mercadoria”. E nas sociedades em que ocorreu o domínio do modo de produção capitalista, suas riquezas passaram a se caracterizar por uma “[...]imensa coleção de mercadorias”.

Assim, aquela base teleológica do trabalho, seu caráter de ação consciente, intencional e deliberada, foi substituída por uma força alienadora, que expropriou o trabalhador dos meios de produção e apropriou-se das potencialidades e habilidades conquistadas, ao longo do tempo, por meio do trabalho. De ser social, criador, o trabalhador se transformou em uma mercadoria.

Tirar do homem a condição originária de se produzir enquanto homem – ou seja, de todo homem poder apropriar-se pelo trabalho em relação com os demais homens, da natureza para transformá-la em seu benefício, ou romper com esta relação originária sob a forma capitalista privada de apropriação – é tirar e eliminar as condições de existir do homem (FRIGOTO, 1989, p. 73).

Nesse processo, o produto final do trabalho assumiu um caráter de mercadoria alheia ao trabalhador, visto que a motivação para o trabalho não se encontra mais na sua objetivação final, na apropriação natural do objeto pensado e realizado pelo homem. Isso porque tal bem não lhe pertence mais.

O capital abstraiu do homem o produto do seu trabalho, impedindo-o de se reconhecer em sua criação e assim, constituir-se em um ser realizado. Essa não realização pelo trabalho, esse estranhamento, é o que Marx (1996) chamou de alienação. A oposição entre trabalhador e o produto do trabalho constitui-se em uma das contradições próprias do capitalismo, independentemente da forma e das características que historicamente veio a assumir.

O “trabalho” e as mudanças e relações no seu mundo, determinaram as novas configurações da formação no processo de humanização/desumanização dos seres humanos e por meio dessas transformações em sociedade, as formas de conceituar a criança e a infância também tomaram outras feições, bem como a maneira de conceber o desenvolvimento infantil e o processo de humanização das crianças.

Sobre esses aspectos, estudos nos revelam que para compreender o desenvolvimento infantil, precisamos à princípio, tomar como eixo de raciocínio a unidade dialeticamente contraditória entre natureza e cultura que vai além de meras simplificações naturalistas e consideram os determinantes sociais e culturais como fundamentais nesse processo (CHEROGLU & MAGALHÃES, 2016).

Assim sendo, com base nos estudos de Engels (1999), Cheroglu & Magalhães (2016), afirmam que a formação da humanidade é o resultado do entrelaçamento do desenvolvimento evolutivo que é biologicamente guiado, com o desenvolvimento social, cultural e historicamente orientado, sendo que o aspecto cultural tem papel fundamental nessa formação. Para as autoras, através de um processo ativo, tal entrelaçamento se expressa resultando na unidade natureza-cultura, transformando em essência tanto as condições externas, quanto as condições internas do desenvolvimento social de cada ser humano, assim como já foi citado anteriormente.

Para os autores da psicologia histórico cultural, as condições sociais não são mero amparo a fim de que o biológico cresça, mas segundo Cheroglu & Magalhães (2016, p. 94), “[...]condições para a vida humana, sem a qual não há desenvolvimento”. Desde o feto, o desenvolvimento evolutivo já está entrelaçado com as condições de desenvolvimento impostas pela sociedade, ou seja, o desenvolvimento do bebê é influenciado diretamente pelas condições de vida da gestante.

Ainda dentro do útero de sua mãe, o bebê inicia o seu desenvolvimento fisiológico e conseqüentemente as condições para a formação de seu psiquismo. O sistema orgânico está sendo formado, e desde o início o seu funcionamento está submetido às condições sociais da gestante, expressão do movimento dialético entre organismo e cultura, entre o feto e as condições de vida da mãe (CHEROGLU & MAGALHÃES, 2016, p. 94)

Estudos de Vigotski (1998), asseveram que o primeiro fundamento em analisar o desenvolvimento da criança se baseia na negação da existência de fases naturais e universais, válidas para todos os seres humanos, em qualquer contexto, em qualquer tempo.

A observação empírica cotidiana do crescimento das crianças a nossa volta, à princípio se mostra com aparência de um desenvolvimento que acontece de maneira natural e espontânea, e que segue um ciclo vital, natural e universal. No entanto:

[...] a análise científica (antropológica, histórica e sociológica) leva ao entendimento de que o psiquismo não é guiado pela natureza e que as funções psíquicas exclusivamente humanas têm gênese histórico-cultural. A depender das circunstâncias histórico-sociais nas quais se processa o desenvolvimento do indivíduo[...] (PASQUALINI, 2016, p. 66).

Sem dúvida, a criança é um ser em formação biológica, não plenamente constituído do ponto de vista maturacional. Entretanto, a realidade da criança não está centrada apenas no seu desenvolvimento biológico, uma vez que o aspecto biológico se caracteriza como componente da totalidade do desenvolvimento que sofre as determinações da condição social do ser. Nessa perspectiva, sem desconsiderar a condição biológica, pois de certa forma ela é um aspecto fundamental, destacamos que o que caracteriza de fato o ser humano é a condição de ser social. Conforme Engels, em seus escritos *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, o ser humano é síntese da relação dialética entre o que é herdado geneticamente e a realidade social onde ele está inserido e cita que:

Graças à cooperação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro, não só em cada indivíduo, mas também na sociedade, os homens foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas, a propor-se e alcançar objetivos cada vez mais elevados. O trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez a novas atividades (ENGELS, 1999, p. 18).

O próprio aparato biológico humano é transformado pela experiência social em milhares de anos. Durante seu desenvolvimento, a criança passa por um processo de maturação biológica, no qual seu desenvolvimento depende de outros seres humanos onde as gerações mais velhas ocupam papel fundamental. Essa mediação se dá de diferentes formas, mediante a condição social do contexto em que a criança está inserida independente de sua origem social de classe. Para Miranda (1997), desde o nascimento, até mesmo no útero ou na própria história de vida da sua mãe, a criança já sofre um processo de socialização que acontece por meio de sua origem social de classe e que determina a sua condição enquanto ser social. A existência social da criança, segundo Martins (2006), já se revela desde os vínculos biológicos mais diretos criança-mãe, realizando as mediações entre os homens.



Assim sendo, sua condição social e seu desenvolvimento se entrelaçam estabelecendo relações entre a realidade externa e a satisfação de suas necessidades mais imediatas.

[...] não existe portanto, uma natureza infantil, mas uma condição de ser criança, socialmente determinada por fatores que vão do biológico ao social, produzindo uma realidade concreta. Assim, a dependência da criança é um fato social e não um fato natural (MIRANDA,1997, p.128).

Essa mesma condição social, desde sua origem, comporta as possibilidades para o desenvolvimento futuro das demais atividades afirmadas a todo momento pelo seu caráter histórico-social.

Não há dúvidas de que mesmo não correspondendo a total realidade da criança, o conceito de natureza infantil encontra seu fundamento na crença biológica do seu desenvolvimento. Porém, a distinção entre natureza e condição infantil esclarece o uso ideológico da ideia de natureza infantil para a disseminação das diferentes condições a que são submetidas as crianças em função de sua origem de classe. Para Miranda;

Falar do que é natural da criança supõe a igualdade de todas as crianças, a idealização de uma criança abstrata. Pelo contrário, falar da condição de criança remete à consideração de uma criança concreta, socialmente determinada em um contexto de classes sociais antagônicas (MIRANDA 1997, pg. 129).

A definição dessa ideia de natureza infantil em sociedade, arquitetada pela própria sociedade capitalista, transmudou as especificidades da infância e da criança ocultando seu fundamento histórico, atribuindo um conceito eterno, universal e natural que reifica a dimensão social da relação; criança-adulto-sociedade.

A partir do ocultamento da dimensão social da criança e da constituição da concepção moderna de infância que surgiram como consequência das transformações sociais, a naturalização da infância se instituiu e a justificação de todas as concepções comuns sobre a infância e a criança se consolidaram em sociedade como meio e função ideológica de ocultar a desigualdade social. Uma vez considerada essa naturalização e excluída a possibilidade dela ser vista como ser social, a criança passaria a não ser produto do meio social, da educação e da cultura onde está inserida e, portanto todas as suas características seriam consideradas naturais, inatas, herdadas e impossíveis de serem modificadas (MIRANDA, 1997).

Dessa forma, legitima-se a desigualdade social, cultural, intelectual, entre outras, como dádivas etéreas e naturais. Subestima-se o papel da educação, da classe social e da cultura. Diminui-se a importância das transformações sociais para a constituição de condições sociais e econômicas iguais.

Cabe ressaltar que apesar da ideia de infância ser uma representação dos adultos e da sociedade, a criança tende a internalizar este modelo e acaba por torná-lo sua realidade, em parte se identificando e em parte se rebelando contra os preceitos naturais que negam sua condição social. Enquanto a assimilação corresponde às aspirações dos adultos e da sociedade, a rebeldia corresponde ao temor da não-assimilação que a todo custo deve ser evitada. De acordo com Charlot (1979, p. 109) conforme citado por Miranda (1997, p. 128), “[...] a criança é assim, o reflexo do que o adulto e a sociedade querem que ela seja e temem que ela se torne” Nesse processo, afirma Miranda (1997, p. 128), “[...] ideologicamente fica legitimada a necessidade de auxiliar a criança em seu processo de assimilação das normas e de penalizar aquelas que se recusam em cumpri-las”. Segundo a autora, independente das situações, ambas são plenamente justificadas em nome de uma condição natural de ser criança, imposta pelas regras de doutrinação do capital.

Desde as últimas duas décadas do século XX, estudos a respeito da Infância vem demarcando um novo lugar epistemológico para a infância e as crianças. Uma nova compreensão dessa categoria, segundo Sarmiento (2008), citado por Arenhart (2012), resultou na revisão do conceito da infância, como *categoria social* – que permite evidenciar os lugares e representações que a sociedade moderna tem construído historicamente sobre a infância, a qual é demarcada pela ideia equivocada de negatividade e incompletude frente a geração adulta. E as crianças como *sujeitos sociais* – perspectiva que toma as crianças como participantes, reconhecendo-as com capacidades de interpretar e agir no mundo – e tais categorias, passaram a ser estudadas a partir de si mesmas, contrapondo-se a perspectiva tradicional que toma as crianças como sujeitos passivos frente a sua socialização.

Partindo do pressuposto de que as crianças, assim como os adultos, se socializam, aprendem e produzem cultura com referências no que constroem e partilham entre si. Verificamos que esses estudos enfatizam a importância das relações ao citarem que as crianças se constituem nas trocas de experiências com o outro (ARENHART, 2012).

Devido ao reconhecimento de que as visões sobre a infância são construídas social e historicamente e a inserção concreta das crianças e seus papéis variam com as diferentes formas de organização social, a análise sobre as crianças e a infância tomam uma dimensão mais focada e concreta da realidade vivenciada (KRAMER, 2000).

Por meio dos fatores de diferenciação, segundo Arenhart (2012), passa-se a reconhecer as crianças como produtoras de cultura e consideram-se portanto, os fatores sociais como construtores dessas diferenciações culturais entre as crianças. Tanto a relação com o lugar de moradia, a classe, a etnia, o gênero, a religiosidade, a mídia, quanto as relações que os adultos estabelecem com as crianças e o lugar que se reserva para as crianças nas relações sociais, são aspectos que passam a ter importância na e para a constituição da infância e suas especificidades.

A criança se apropria dos elementos da cultura por meio da educação. Nas relações e trocas de experiências – que estabelece com os adultos e outras crianças e por meio dessa apropriação e das necessidades que surgirem no decorrer desse processo, – de um jeito específico seu, produz cultura e a reproduz conforme vivências individuais e coletivas, submetidas aos construtos sociais. Tais fatores de diferenciação caracterizam as expressões e ações concretas na vida dos seres humanos, ou seja, a realidade vivenciada de fato. Nessa perspectiva, assinalamos que desde o ventre materno a criança já sofre influência desses fatores que compõem o meio externo e desde que nasce, já está inserida em um contexto social.

Logo, se depara com determinantes naturais, sociais e culturais e por meio do processo de humanização que ocorre por intermédio das relações, intervenções e interações que estabelece com os adultos, a criança se apropria desses elementos.

Por isso, desde muito cedo, ela vive o processo de humanização. Ao nascer, o bebê reage ao entorno, ao mesmo tempo em que provoca reações naqueles com os quais se relaciona. Segundo Corsini (2006, p. 06), “[...]as ações da criança são simultaneamente individuais e únicas, no entanto, [...] para se desenvolver ela precisa interagir com o outro”.

O processo de humanização com base na Teoria Histórico-cultural<sup>87</sup>, segundo Mello (2007), é um processo de formação das qualidades humanas, na qual, a teoria destaca que o ser humano e sua humanidade são produtos da história criada pelos próprios seres humanos ao longo da história.

Nessa perspectiva, no processo de criar e desenvolver sua cultura, o ser humano formou um conjunto de gestos adequados ao uso de objetos e instrumentos, a esfera motriz, que a partir dela, criou também as funções intelectuais envolvidas nesse processo. Ao criar a cultura humana, – os objetos, instrumentos, valores, hábitos, costumes, a ciência, as linguagens –

---

<sup>87</sup> Teoria cuja origem tem base nos estudos de Lev Semenovitch Vygotsky, que desenvolveu pesquisas demonstrando a mediação social no desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Ver mais sobre - Estudando Vygotsky » Teoria Histórico-Cultural e aprendizagem ... Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/.../2011/.../teoria-historico-cultural-e-aprendizagem-contextualiza>>

criamos nossa humanidade que é determinada pelo conjunto das características e das qualidades humanas que se expressam por intermédio de habilidades, capacidades, aptidões que se formaram ao longo da história, por meio da própria vida humana (MELLO, 2007). A autora cita em seus escritos, que Marx foi o pioneiro em realizar uma análise teórica que percebesse a natureza social e histórica do ser humano. Para ele, o ser humano se apropria das qualidades humanas ao se apropriar dos objetos da cultura histórica e socialmente criados.

Todas as suas relações com o mundo – ver, ouvir, cheirar, saborear, pensar, observar, sentir, desejar, agir, amar – em suma, todos os órgãos que são de forma diretamente comunal, são, em sua ação objetiva (sua ação com relação ao objeto) a apropriação desse objeto, a apropriação da realidade humana. (MARX, 1962, p. 126 apud MELLO, 2007, p. 87).

O desenvolvimento do ser humano está intimamente imbricado na relação com o outro, ou seja, nas relações que se estabelecem entre os sujeitos, atividades, experiências e vivências sociais, o homem se humaniza e elabora sua própria existência (MELLO, 2007).

De acordo com essa análise, o desenvolvimento da inteligência, da personalidade, das emoções, da consciência e do relacionamento com as outras pessoas, acontece na vida do homem por meio da atividade infantil, a partir das condições dadas já no início da vida e dos processos de educação que acontecem por meio das relações sociais.

Portanto, para Silva (2015), citado por Vicentini & Ferreira (2017), o desenvolvimento cultural se constitui por meio da atividade humana que é mediada pelas relações e objetivações humanas, social e historicamente produzidas. Isso significa afirmar que a natureza humana é social, uma vez que o homem torna-se verdadeiramente homem durante as experiências que obtém no meio em que vive.

O ser humano, não nasce pronto, acabado, as características humanas são extrínsecas à ele ou seja, são motivações externas, o desenvolvimento de sua humanidade, depende e está relacionado ao ambiente, às situações e aos fatores externos desde o seu nascimento. Na troca com o outro e por meio da experiência social, ocorre a experiência individual.

Estudos de Facci (2006), afirmam que tanto a conduta da criança, quanto os processos de comportamentos começam a aparecer por intermédio das condições sociais e a influência educativa das pessoas que a rodeiam, onde destacam-se, as mais experientes.

A partir do início de sua vida, a criança está inserida na “[...]herança cultural da humanidade que é partilhada pelo grupo social do qual ela participa e que se faz presente no momento da história em que vive” (FARIAS 2010, p.55).

Esta herança cultural é repleta de saberes, hábitos, costumes, objetos, formas de pensar, linguagens, etc., as quais fazem parte da cultura elaborada pelas gerações anteriores (MELLO, 2010).

E, portanto, a criança se apropria dessa cultura, por meio de aprendizagens que promovem o desenvolvimento de sua consciência em processo de formação

[...] ao se relacionar com a cultura, a criança atribui um sentido pessoal ao que conhece. Esse sentido conforma a concepção com a qual a criança, a partir daí, se dirige à cultura para novas apropriações e aprendizados que são promotores do desenvolvimento de sua consciência em processo de formação. Em outras palavras, esse sentido produzido pela criança condiciona seus processos de aprendizagem (MELLO, 2010, p. 183).

Neste processo, pode-se afirmar que as relações com outras pessoas desempenham um papel primordial na formação humana. Mello & Teixeira (2012), citam que a compreensão acerca do desenvolvimento humano não pode ser justificada apenas por fatores biológicos. Apesar deles criarem condições absolutamente necessárias para que de fato o desenvolvimento aconteça, o mesmo resulta de um processo complexo de ordem social e cultural que ocorre a partir de inúmeros elementos e ações que se estabelecem ao longo da vida, num dado contexto social. Nas palavras de Zaporozhets (1987), citado por Mello (2007, p. 99), podemos dizer que:

Compreender a complexidade do processo de humanização exige perceber que o desenvolvimento humano, que tem como base a apropriação da experiência histórica e socialmente acumulada, tem, simultaneamente, uma base orgânica que, ainda que não seja suficiente para tal desenvolvimento, cria as condições indispensáveis para essa apropriação e desenvolvimento.

No entanto, as relações com outras pessoas são fundamentais para que a criança aprenda de forma coletiva a cooperar com o outro, a compreender a importância da convivência, da reciprocidade, do auxílio mútuo, do compartilhamento e também para o seu desenvolvimento qualitativo no que diz respeito às emoções, satisfações e relações morais mais complexas que ainda acontecerão.

O enriquecimento da experiência de vida social – a atividade coletiva que ensina as crianças a colaborar entre si e com os adultos, a considerar não apenas seus próprios interesses, mas também as necessidades e os interesses do outro com quem convive, as emoções e as aspirações envolvendo as alegrias e as dificuldades do outro – constitui a base necessária e eficiente para as relações morais mais complexas que acontecem posteriormente (ZAPOROZHETS, 1987 apud MELLO 2007, p.99).

A partir das palavras de Elkonin e Leontiev, Mello (2007) assinala que a criança passa por estágios de desenvolvimento, – que possuem certa sequência de tempo, porém não são imutáveis por dependerem das condições concretas e influências histórico-sociais – esses estágios são caracterizados por uma relação determinada, por uma atividade principal<sup>88</sup> que desempenha a função central na forma da criança se relacionar com a realidade, ou seja, com o mundo.

Conforme estudos desses autores, a partir do desenvolvimento dessas atividades e de acordo como elas, se formam as condições concretas dadas da sua vida. A criança adapta-se à natureza, modificando-a, criando objetos e meios de produção desses objetos, com intuito de suprir suas necessidades. Ao realizar tais atividades, se relaciona com o mundo e em cada estágio formam-se nela necessidades específicas em termos psíquicos.

No entanto, Vicentini & Barros (2017) defendem, que como todas as atividades dominantes aparecem enquanto elementos da cultura humana, é a sociedade que determina o conteúdo e a motivação na vida da criança.

Para Leontiev (2001, p.65), a atividade principal não é necessariamente aquela que a criança realiza com maior frequência ou a qual dedica maior tempo, mas “[...] a atividade cujo desenvolvimento governa as mudanças mais importantes nos processos psíquicos e nos traços psicológicos da personalidade da criança, em certo estágio de seu desenvolvimento”.

É na infância que a criança adquire suas primeiras vivências e experiências, tanto no contexto familiar, como fora dele. Ela se relaciona com outras crianças e com os adultos, entrando em contato com a cultura elaborada, e é neste processo que as relações grupais se intensificam.

Com base nos estudos de Vigotski, Facci (2006), dá ênfase à relação entre aprendizagem e desenvolvimento, destacando a importância do desenvolvimento próximo, ou “zona de desenvolvimento proximal”, caracterizada pela distância entre aquilo que a criança consegue fazer sozinha e o que ela faz com auxílio de outra pessoa mais experiente.

Conforme estudos de Vigotski (1998), para que ocorra a realização da atividade, a criança necessita de um auxílio mais experiente, isso demonstra que no processo de humanização é o ensino que deve promover e criar as condições e premissas do desenvolvimento

---

<sup>88</sup> Caracteriza-se por atividade dominante. Atividade cujo desenvolvimento governa as mudanças mais importantes nos processos psíquicos e nos traços psicológicos da personalidade da criança em certo estágio de seu desenvolvimento (LEONTIEV, 2001).

psíquico. Pois, em condições favoráveis de vida, assevera Mello (2007, p. 90), “[...]as crianças são capazes de assimilar conhecimentos, dominar procedimentos mentais, desenvolver intensamente diferentes capacidades práticas, intelectuais, artísticas e formar as primeiras ideias, sentimentos e qualidades morais”.

A partir dessa análise, salientamos que a natureza social do desenvolvimento de capacidades e traços de identidade e caráter, também dependem exclusivamente da trama de relações sociais nas quais a criança encontra-se inserida e das condições de experiências e aprendizagens, que ela vivenciará na infância. A formação de sua personalidade, se constitui por inter-relações e influências mútuas:

Os traços de caráter formam-se e se desenvolvem na relação do indivíduo com o meio, isto é, unicamente na coletividade, que institui os modelos de reação que se vão firmando perante situações idênticas ou semelhantes. Nas relações sociais estabelecidas, o homem assimila modelos de reação orientados por normas, regras, costumes, exigências morais, etc. próprios do grupo ao qual pertence. Portanto, a vivência social institui não só os modelos de reações às circunstâncias, mas também os parâmetros para a autoanálise, fornecendo os pontos de orientação pelos quais as pessoas conduzem seus comportamentos (MARTINS, 2006, p. 37)

Nessa perspectiva, a relação social, na Teoria Histórico-Cultural, desempenha um papel central para o desenvolvimento da criança, uma vez que ela se apropria da cultura grupal e produz cultura infantil por intermédio das relações com o outro e com o meio em que vive, possibilitando-a viver experiências no seu cotidiano, sejam elas formais ou informais, favorecendo o seu desenvolvimento e a formação de sua identidade e personalidade.

Uma das teorias de Vigotski (1998), que nos importa destacar através das palavras de Facci (2006), afirma que o aprendizado se antecipa ao desenvolvimento e por isso, quanto mais eficaz ele for, mais a criança se desenvolverá qualitativamente. O ensino é elemento fundamental na vida da criança, portanto, a amplitude qualitativa do aprendizado determinará o nível de qualidade do seu desenvolvimento.

Em síntese, nas palavras de Vicentini & Barros (2017), com base em estudos de Vigotski (1998), podemos dizer que todo seu desenvolvimento dependerá da qualidade das experiências e das vivências que ela terá, sendo que o mesmo somente se dará, quando existirem avanços qualitativos no nível e na forma das capacidades e tipos de atividades de que ela se apropria.

Para esses autores, os avanços qualitativos, dependerão das relações reais que a criança estabelece com o mundo e de sua apropriação. São determinados pelas condições históricas concretas, sociais, pela maneira que ela se desenvolve e forma sua vida nessas condições e de

como ela se apropria das objetivações já produzidas histórica e culturalmente, transmitidas por meio da educação, pelos membros mais experientes no contexto em que ela está inserida.

Em se tratando da inserção da criança em determinada cultura, destacamos que a relação social é um processo que acontece por meio da troca de experiências, de intervenções e manifestações de vários membros de um determinado grupo, nação, tribo, mais experientes, menos experientes, com modos de agir condicionados historicamente, culturalmente (VICENTINI & BARROS, 2017).

Em relação as dimensões afetivas e cognitivas dessas interações, bem como as dimensões dos planos psíquico e fisiológico do desenvolvimento dos membros desses grupos, segundo análise de Vicentini & Barros (2017), as mesmas não podem ser pensadas e analisadas de forma desintegrada.

Nos processos interativos, nas relações de troca e vivências, Vicentini & Barros (2017), citam que as crianças não somente se apropriam da cultura, mas também produzem cultura e a transformam, contribuindo com a sua formação. Suas ações são de certa forma a reelaboração e recriação do mundo.

Partindo dessa perspectiva, assinalamos que as relações sociais possuem um papel bastante importante no desenvolvimento da mente. A partir delas, criança-criança e criançaadulto, segundo a teoria, são estabelecidos processos de aprendizagem e, por consequência, o aprimoramento das estruturas mentais existentes, que ocorre desde o nascimento (MELLO & TEIXEIRA, 2012).

Para a Teoria Histórico Cultural, as condições de aprendizagens ideais para a realização das possibilidades potenciais dos pequenos, que visam seu desenvolvimento partem do:

“[...] desenvolvimento amplo e o enriquecimento máximo do conteúdo das formas especificamente infantis de atividade lúdica, prática, plástica e também da comunicação das crianças entre si e com os adultos. Sobre sua base deve realizar-se a formação orientada daquelas propriedades e qualidades espirituais para cujo surgimento se criam as premissas mais favoráveis na pequena infância e que constituem o mais valioso da personalidade humana madura” (ZAPOROZHETS, 1987, p. 247) apud (MELLO, 2007, p. 100).

Portanto, a infância é um tempo em que a criança deve se introduzir na riqueza da cultura histórica e socialmente criada, reproduzindo para si qualidades específicas humanas. Para Mello (2007), se compreendermos que a criança é capaz, desde que nasce, de se relacionar com o entorno e que o acesso rico e diversificado à cultura lhe permite a reprodução das máximas



qualidades humanas, entenderemos a real importância dos estímulos ao enriquecimento máximo das vivências propostas à elas.

No entanto, sem tornar o contexto em que a criança estará inserida, uma fonte rica e diversificada do desenvolvimento e sem fazer dos adultos ou dos parceiros mais experientes, mediadores que permitam a apropriação da cultura, o desenvolvimento possível das máximas qualidades humanas não se efetivará. A concepção de infância que os adultos possuem, a forma como eles consideram as especificidades do aprender nesse tempo, o lugar que a criança ocupa nas relações sociais, são elementos primordiais na educação das crianças.

Nas palavras de Leontiev, referenciadas por Mello, o autor assevera que:

[...] o lugar que a criança ocupa nas relações sociais de que participa tem força motivadora em seu desenvolvimento, e esse lugar é condicionado pela concepção de criança e de infância dos adultos, e a concepção de infância como sujeito, e não como objeto do desenvolvimento, é elemento-chave (LEONTIEV, 1988 apud MELLO, 2007, p. 91).

Estudos deste autor, apontam que na infância o que está em processo é a formação e o desenvolvimento da inteligência e da personalidade, portanto, a observação sobre as condições adequadas para possibilitar a máxima apropriação das qualidades humanas e o imprescindível conhecimento das formas necessárias para a aprendizagem cultural da criança enquanto sujeito social, devem ter relevância.

O que nos parece pois essencial compreender em relação a educação e a apropriação da cultura, é seu papel potencialmente humanizador e seu valor como experiência. Para Mello (2007), importa que os adultos proporcionem às crianças, experiências que servem para o desenvolvimento das qualidades positivas da personalidade em formação – o controle da vontade, os valores, os sentimentos, a iniciativa, a autoimagem positiva – e não experiências e práticas educativas que servem apenas para o disciplinamento dos corpos, mas que acima de tudo, enfoquem o processo de humanização.

Segundo Arenhart (2012), em se tratando da infância e a autonomia das culturas infantis frente à dos adultos, destacamos que essas categorias, devem ser sempre analisadas levando em conta o contexto social de vida daquele determinado grupo, território, tribo. Para Delalande (2001), conforme citada por Arenhart (2012), a cultura infantil, advém da aprendizagem das

crianças em decorrência dos adultos, da cultura maior<sup>89</sup>, e das relações com elementos da cultura global, nacional e local.

No entanto, as autoras defendem que ao se apropriarem desses modelos, as crianças o fazem do seu jeito e de acordo com seus interesses, reinventando e agregando elementos novos àquilo que aprendem dos adultos. Ademais, constroem diferentes práticas lúdicas e novas regras sociais, reconhecendo-as como sendo suas e nas relações entre crianças, as respeitam, instituindo, pois, regras e práticas de uma cultura singular de pares.

A cultura lúdica vai sendo reinventada pela apropriação das crianças, de modo que estas participam na transformação progressiva dos jogos. Portanto, a ação das crianças frente à reprodução da cultura lúdica, é uma das formas de manifestação da cultura infantil (DELALANDE apud ARENHART, 2012, p. 35).

Para Arenhart (2012), a cultura infantil, a ludicidade, não foge de sua marca histórica social, pois, para muitas crianças ela simplesmente não existe, por que a infância lhes é negada. Se levarmos em conta os diferentes contextos atuais – econômicos, sociais e culturais – veremos que a miséria acompanha a história humana e infantil, desde sempre marcada por injustiça social e desigualdade.

Nas palavras de Arce & Duarte (2006, p. 8), observamos a infância hostilizada pelas determinações sociais quando os autores assinalam que “[...] a brincadeira não é algo natural e espontâneo, inerente ao ser infantil, podendo não se desenvolver dependendo da inserção que a criança possui em nosso mundo”.

As possibilidades de avanços no período infantil, segundo Chaves & Franco (2016, p. 122), “[...]estão diretamente relacionados à qualidade da situação social de desenvolvimento em que a criança se encontra” e “[...] a intervenção educativa do adulto é decisiva para o seu desenvolvimento”.

Contudo, torna-se importante destacar a categoria classe, considerada nessa pesquisa como principal fator na produção das diferenças e desigualdades entre os grupos sociais. Nas palavras de Arenhart (2012, p.47), a categoria “[...]deve ser devidamente situada dentro das

---

<sup>89</sup> Delalande não ignora o risco de se fazer uma diferença exagerada entre as culturas das crianças e as dos adultos, porém, entende que se trata de uma subcultura no interior de uma cultura maior que à ela está relacionada.

especificidades de cada realidade e da articulação com as principais instâncias de socialização que conformam as experiências de vida das crianças em cada contexto”.

Importa enfatizar sobre esta categoria que, estudos de Arenhart (2012), assinalam que atualmente tem havido certa confusão e disseminação sobre a ideia de classe social, concebida apenas como mais uma diferença. Contrapondo-se a essa ideia, a autora destaca que as diferenças de classe expressam, antes de tudo, a condição de desigualdade social e explicita a importância de considerarmos a diferenciação entre desigualdade social e diferença/diversidade.

Amparada nessa compreensão, localizamos a criança enquanto grupo social que historicamente têm sido vítima de diferenciações nos processos sociais e culturais, na qual tem se perpetuado as desigualdades. Pois, para Arenhart (2012, p. 51)

[...]tanto as desigualdades sociais – que as colocam em maior ou menor vantagem frente ao acesso aos bens materiais e simbólicos necessários à garantia da infância – quanto as diferenças socioculturais, produzidas pela relação com a raça/etnia, o gênero, a cultura familiar, local, etc., devem ser analisadas a partir das crianças e em confluência com a identidade geracional.

Com base em estudos na perspectiva da materialidade histórica e finalizando esse terceiro capítulo dissertativo, assevero que a condição social da infância deve ser analisada à luz dos contextos concretos e das classes sociais das crianças. Da apreensão de como elas significam e vivem a infância utilizando-se das condições que dispõem e de como se apropriam da cultura humana a partir do lugar social em que ocupam na estrutura de classes da sociedade capitalista.

Com base nesse entendimento, o capítulo que a partir desse momento se configurará, tem como propósito discorrer sobre as experiências e vivências que ocorreram no contexto de investigação, entre pesquisadora/famílias/profissionais/crianças, destacando como as mesmas aconteceram, mediante as formas e recursos previamente estabelecidos para a pesquisa.

Ademais, o quarto capítulo apresentará os dados coletados por meio das observações e intervenções com as famílias e crianças e a análise de todos esses elementos acerca da infância, como maneira de responder as questões pertinentes da pesquisa.

#### **4 “EU NEM TENHO MEDO DA POLÍCIA, PORQUE JÁ TÔ GRANDINHA, TÔ ACOSTUMADA COM TIRO, NEM DOU BOLA, DURMO EM PAZ”: A INFÂNCIA CONFINADA NA COMUNIDADE CHICO MENDES**

O capítulo a seguir, **“Eu nem tenho medo da polícia, porque já tô grandinha, tô acostumada com tiro, nem dou bola, durmo em paz”**: a infância confinada na comunidade **Chico Mendes**, tem por objetivo, relatar as aproximações e intervenções que ocorreram no contexto de investigação, destacando como as mesmas aconteceram, mediante as formas e recursos previamente estabelecidos para a pesquisa. Apresentar as vivências da pesquisadora no espaço institucional, os dados coletados por meio das observações e intervenções com as famílias e crianças e por fim, a análise de todos esses elementos acerca da infância. Nesse sentido, este capítulo está subdividido na seguinte ordem:

O subtítulo, **Entre vozes e silêncios: a aparência e a essência da infância que surge**, traz uma breve introdução de como aconteceram as primeiras aproximações com o campo, no qual se deu a pesquisa e também sobre o momento em que se iniciou a intervenção, do acolhimento da pesquisadora pela equipe de profissionais da creche Chico Mendes, da explanação dos objetivos e dos primeiros contatos com a turma que efetivamente participou da pesquisa.

**Dando voz aos sujeitos da pesquisa**, tem como objetivo levantar dados qualitativos a partir dos documentos da creche, que nos auxiliem no estudo da temática. A princípio, esse momento se deu por meio da análise documental, das “fichas de matrículas e entrevistas”, enquanto documentos específicos da creche sobre as famílias atendidas, das informações dos profissionais que ali trabalham. Dos relatos das famílias pesquisadas a partir das entrevistas realizadas pela pesquisadora, das observações e vivências no e do grupo pesquisado, anotações em diário de campo, enquanto procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos da pesquisa.

**“Conta de novo a história do menino vendedor de chicletes prof.?”**, tem como objetivo expor as vivências e experiências compartilhadas da pesquisadora/crianças/profissionais no cotidiano da creche. Explorar os relatos espontâneos – os desejos, sonhos, medos e anseios – das crianças, que ocorreram durante o período de vivências da pesquisadora na creche, em especial durante as rodas de conversas, após as

contações de histórias, na busca de compreender o contexto em que as crianças vivem, como elas vivem, e qual o cenário em que diariamente elas constroem sua cultura e sua infância.

E por fim, **Os lugares da infância na comunidade Chico Mendes**, tem por objetivo, analisar todos os dados encontrados. Apresentar o que a pesquisa nos revelou, durante a intervenção que ocorreu na instituição, com base nas vivências e experiências compartilhadas da pesquisadora, crianças e profissionais no cotidiano da creche e no contato com as famílias. Sobre os relatos das crianças e famílias pesquisadas a partir das entrevistas e rodas de conversas, em relação ao modo de vida das famílias e crianças na comunidade.

Este último tópico, tem por intuito, analisar o contexto em que vivem e que diariamente essas famílias se constroem, se consolidam, têm seus filhos e organizam suas vidas e de como a infância dessas crianças se constitui socialmente e culturalmente nesse cenário. Enfim, aspectos que nos possibilitaram a formação de um panorama geral do contexto em que essas crianças e famílias estão inseridas, tendo como premissa, o reconhecimento da organização estabelecida pelas famílias, perfil, vivências e rotina de vida das crianças.

Enfatizamos que a análise dos achados da pesquisa, leva em conta os condicionantes sociais que se apresentam nesse contexto e a forma pela qual, os mesmos têm influenciado na vida das crianças dessa comunidade. Por fim, nos revelando de que forma a infância, ou seja, as crianças dessa comunidade, tem se constituído enquanto filhos e filhas na classe trabalhadora.

#### 4.1 ENTRE VOZES E SILÊNCIOS: A APARÊNCIA E A ESSÊNCIA DA INFÂNCIA QUE SURGE

Após os primeiros contatos no final do mês de novembro de 2017, com a IEI e com o grupo que faria parte da pesquisa, ficou acordado com as crianças, profissionais do grupo, supervisão e direção, que voltaríamos no ano seguinte para a coleta de dados da pesquisa.

De fato, após o parecer favorável à pesquisa da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Florianópolis, sua aprovação no Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e carta de apresentação da pesquisadora devidamente autorizada por sua orientadora, iniciou-se a coleta de dados da pesquisa.

A primeira visita à IEI, foi no início do ano letivo, em treze de março de 2018. Num primeiro diálogo com a diretora e supervisora, fomos surpreendidos quando as mesmas nos

relataram que por ordem da Secretaria de Educação do Município de Florianópolis, a inserção das crianças na creche, a partir de 2018, estaria condicionada à uma entrevista que obrigatoriamente, deveria ser feita pelos professores das turmas com cada família ou um responsável pela criança.

Uma surpresa muito boa, pois, no ano anterior, uma das questões que preocupou-nos, durante uma visita à IEI – quando analisados os dados das crianças e famílias nas entrevistas que estavam nas salas, à disposição dos profissionais da creche – foi a ausência de informações sobre elas, uma vez que é de suma importância, o conhecimento da história de vida das crianças, o perfil das famílias e suas especificidades, no intuito de melhor compreendê-las e atendê-las. Desta forma, durante os primeiros dias de convivência na creche, nos detemos em observar o cotidiano das crianças, bem como obter o máximo de dados das famílias por meio do contato com os documentos e as entrevistas, em especial daqueles que iriam participar ativamente da pesquisa.

Portanto, nas linhas que se seguem, estaremos explanando aspectos específicos das famílias, bem como as entrevistas concedidas por elas, durante o percurso da intervenção.

#### 4.1.1 Dando voz aos sujeitos da pesquisa

No tocante ao perfil das famílias atendidas na creche, os dados levantados a partir das 127 entrevistas que estavam subdivididas e à disposição em cada sala, revelaram que a grande maioria das famílias atendidas na creche são consideradas jovens. A idade e escolaridade dos entrevistados, representados nos gráficos um e dois<sup>90</sup>, indicaram que grande parte dos pais de famílias, tem idade superior a vinte e cinco anos, porém, bem inferior aos sessenta anos. A parcela que caracteriza acima dessa idade, denomina-se como avós que moram na mesma casa e ou são responsáveis pelas crianças.

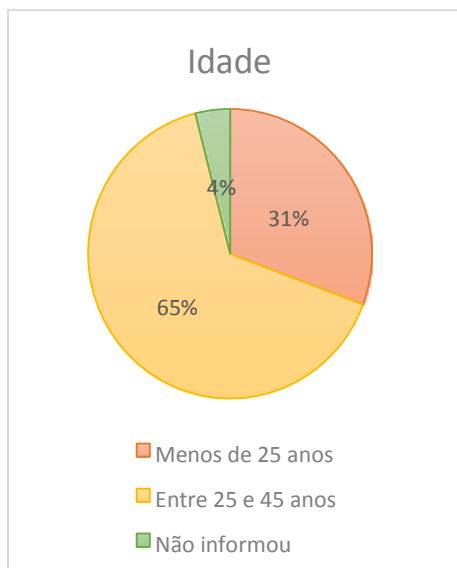
Os dados também apontaram que mesmo sendo jovens, a maioria dos pais não estudam, demonstrando uma escolaridade considerada muito baixa. Desses, 31% se declararam apenas letrados e 33% que tinham somente o ensino fundamental.

---

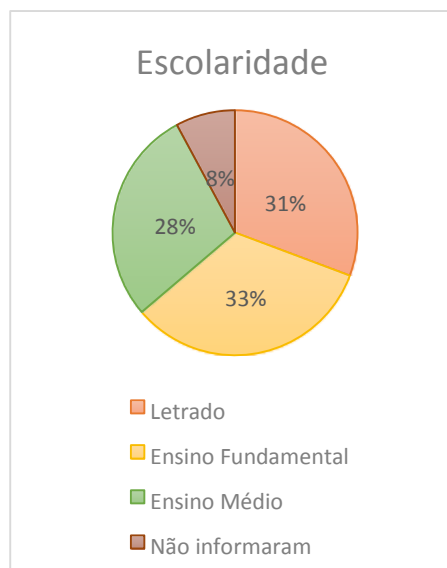
<sup>90</sup> Os gráficos estatísticos apresentados no texto, foram elaborados pela pesquisadora durante o segundo semestre de 2018, de acordo com a coleta de dados das entrevistas realizadas pelos profissionais da creche no início do ano letivo de 2018. Os mesmos, contam com dados de um total de 127 entrevistas.

**Gráfico 1 - Idade**

(pais entrevistados pela creche)

**Fonte:** Pesquisa de campo (2018)**Gráfico 2 - Escolaridade**

(pais entrevistados pela creche)

**Fonte:** Pesquisa de campo (2018)

As entrevistas revelaram que um grande percentual de pais, em média 27% se quer possuem alguma ocupação. Para além disso, constata-se que em torno de 21% tem alguma ocupação informal, ou seja, “emprego” temporário, sem nenhuma segurança empregatícia, estabilidade e ou vínculo profissional.

Por mais que a renda mensal de grande parcela das famílias, em torno de 60% é apontada – nas entrevistas realizadas com as famílias pelas profissionais da IEI – acima do salário mínimo, segundo dados levantados durante as entrevistas realizadas com a pesquisadora, não ultrapassa a renda de um salário mínimo e meio.

Os gráficos três e quatro a seguir, apresentam esses dados de maneira bastante detalhada, inclusive demonstrando o grande número de familiares que citaram ter alguma função informal<sup>91</sup> e aqueles que se declararam ter uma função formal.<sup>92</sup>

Alguns indícios, segundo as famílias, mostram que as causas da baixa renda mensal, podem estar associadas à dificuldade de encontrar emprego e à falta de qualificação profissional, que atendam as vagas que surgem no mercado de trabalho.

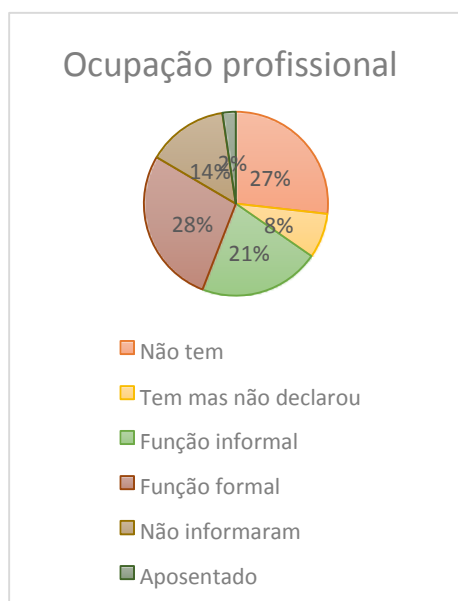
<sup>91</sup> Atividades exercidas sem nenhum vínculo empregatício, ou seja, sem recolhimento de Fgts (Fundo de garantia por tempo de serviço), sem registro em carteira profissional e nenhum tipo de estabilidade profissional.

<sup>92</sup> Compreende-se como atividades que são exercidas mediante a garantia de todos os direitos trabalhistas: Registro em carteira de trabalho, estabilidade profissional, direito à férias remunerada, licença para tratamento de saúde, entre outros.

É bastante comum na comunidade, as famílias desde cedo incentivarem seus filhos a trabalhar para auxiliar nas despesas mensais. No entanto, suas reclamações se concentram nas dificuldades em encontrar emprego para eles, pelo fato também de morarem na comunidade.

**Gráfico 3 - Ocupação profissional**

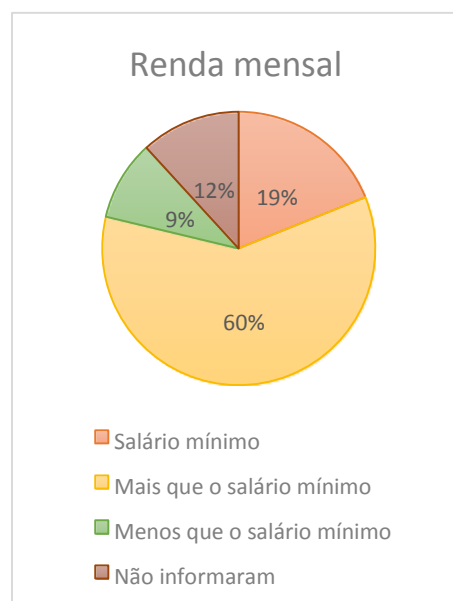
(pais entrevistados pela creche)



**Fonte:** Pesquisa de campo (2018)

**Gráfico 4 - Renda mensal**

(pais entrevistados pela creche)



**Fonte:** Pesquisa de campo (2018)

Por mais que os dados das entrevistas apontem que a maioria das famílias não sofram nenhum tipo de preconceito, ao dialogarmos com as mesmas sobre o assunto, muitas delas acabam nos revelando o contrário. A necessidade de serem aceitas até mesmo pelos profissionais da creche, faz com que essas famílias neguem a sua própria condição de vida. Não existe nenhum benefício em se vitimar, em denunciar suas aflições, uma vez que elas geralmente se envergonham da situação em que vivem, dos muitos preconceitos que sofrem, porém, o desejo de serem integradas e “bem vistas” é extremamente importante e no caso da creche, essa importância “para as famílias” tem a ver com a forma de acolhimento de seus filhos.

Como exemplo disso, notamos que a maioria dos entrevistados fazem questão de destacar que suas moradias são compostas por cômodos diversos, espaços distintos, citando garagem, pátio. No entanto, “aparentemente” desconsideram o fato dessas moradias serem autoconstruídas de forma bastante precária e por uma extrema necessidade de espaço para o amparo de todos os membros da casa.

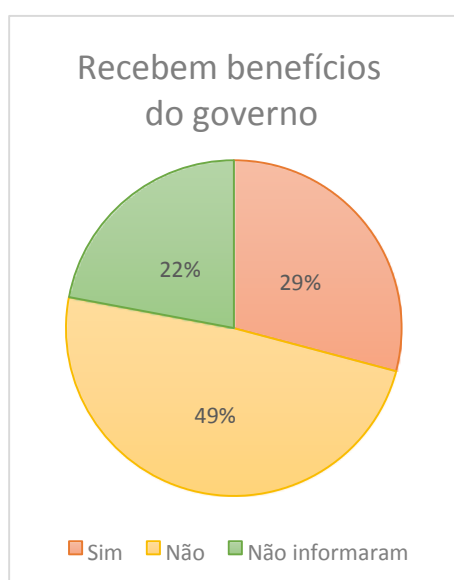
Tal aspecto, demonstra a necessidade que essas famílias tem de serem vistas e reconhecidas e para elas ter uma casa própria, carro, independente das condições e estados



desses bens, as tornam “alguém”, lhes dão *status*. Ou seja, o acesso à bens de consumo, significa a ascensão para essas famílias trabalhadoras.

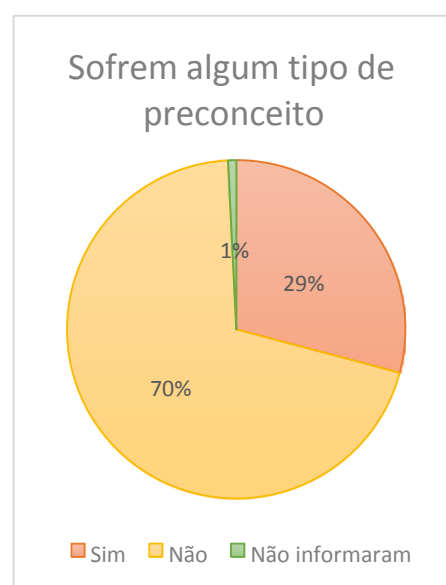
O negar o local de residência, pode significar maiores oportunidades de conseguir um emprego. Nesse caso, o trabalho parece ser, então, compreendido erroneamente como o único e desejável meio de acesso à esses bens de “maior valor”, podendo lhes trazer um certo conforto e ou quem sabe uma forma de ascensão social (MÉSZÁROS, 2005). Sobre esses aspectos, os gráficos demonstram esses percentuais em detalhes.

**Gráfico 5 - Recebem benefícios**  
(pais entrevistados pela creche)



**Fonte:** Pesquisa de campo (2018)

**Gráfico 6 - Sofrem preconceito**  
(pais entrevistados pela creche)



**Fonte:** Pesquisa de campo (2018)

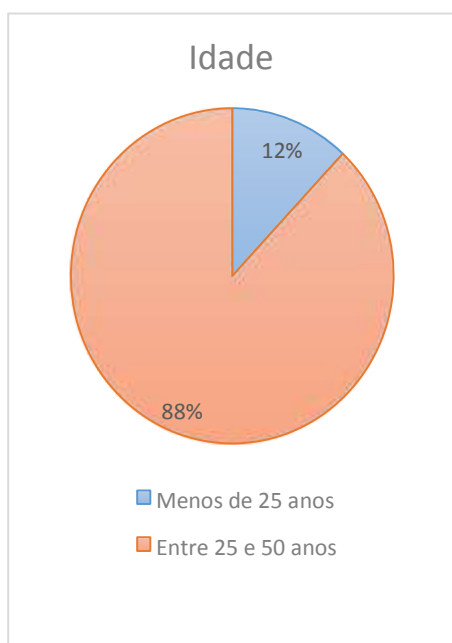
Entretanto, poucas são as famílias que recebem algum tipo de benefício do governo, como exemplo o “Bolsa Família”. Algumas se constrangem em dizer que recebem, outras recebem o benefício e dizem que o valor é irrisório diante das necessidades básicas da família. Por isso, tanto as que recebem, quanto as que não recebem, padecem por conta das muitas dificuldades socioeconômicas. Sobre as famílias que participaram ativamente da pesquisa, os gráficos específicos<sup>93</sup> serão apresentados na sequência.

<sup>93</sup>Os gráficos que se seguem, dizem respeito à informações especificamente das 25 famílias das crianças do grupo 5/6 misto, que participaram diretamente da pesquisa. A elaboração dos mesmos se deram a partir de um levantamento de dados, por meio das entrevistas que aconteceram no início do ano de 2018, realizadas pelas professoras da turma. Todos os gráficos apresentados nesse capítulo foram elaborados pela autora, de acordo com os dados levantados nos documentos da creche Chico Mendes.

Em relação à idade e escolaridade informadas pelos entrevistados, destacam-se o grande número de pais com idade acima dos vinte e cinco anos. No entanto, mesmo constatado baixa escolaridade, o grupo pesquisado apresentou um percentual de pais que concluíram o ensino médio, acima do índice apresentado dos demais grupos que é de 28%.

**Gráfico 7 - Idade**

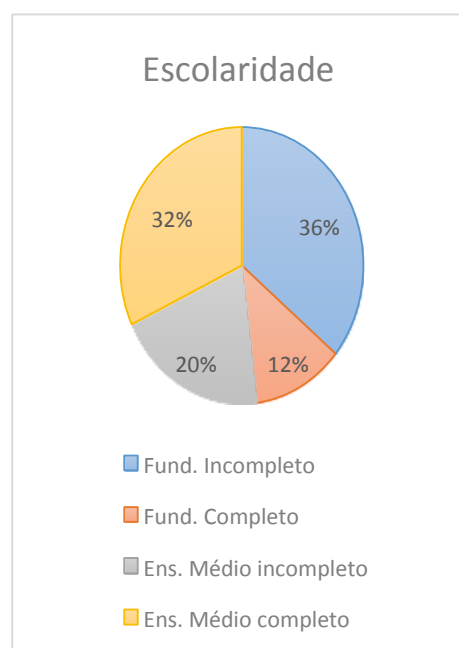
(pais participantes da pesquisa)



**Fonte:** Pesquisa de campo (2018)

**Gráfico 8 - Escolaridade**

(pais participantes da pesquisa)



**Fonte:** Pesquisa de campo (2018)

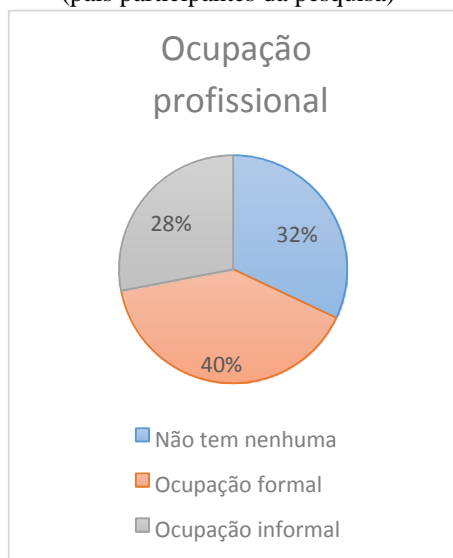
Quanto a ocupação profissional e renda mensal das famílias, as entrevistas deste grupo destacaram que o percentual de pais com ocupação formal está acima do percentual dos demais grupos que é de 28%. Porém, grande parte das famílias ainda permanecem atuando em funções informais.

Dentre essas funções, muitas mães exercem atividades de diaristas, manicures, auxiliares de serviços gerais e os pais; mecânicos, pedreiros, serventes de obras, latoeiros, lavadores de carros, borracheiros, entre outros. No entanto, o percentual da renda mensal (acima do salário mínimo) é inferior ao percentual dos demais grupos que é de 60%.

Assim como já especificado anteriormente, vale salientar que mesmo as famílias se declarando receber uma renda mensal superior ao salário mínimo, a análise dos dados constatou que esse valor não chega a equivaler um salário e meio.

**Gráfico 9 – Ocupação profissional**

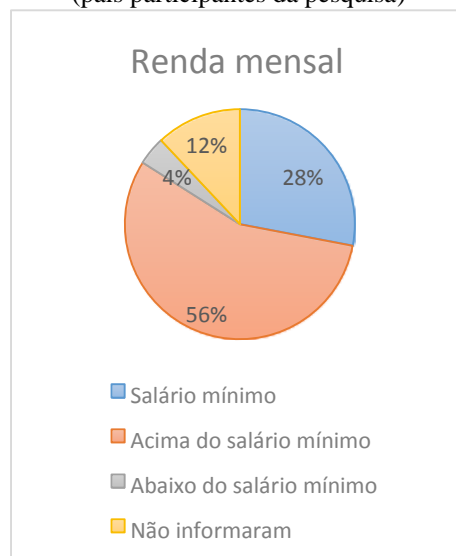
(pais participantes da pesquisa)



**Fonte:** Pesquisa de campo (2018)

**Gráfico 10 – Renda mensal**

(pais participantes da pesquisa)



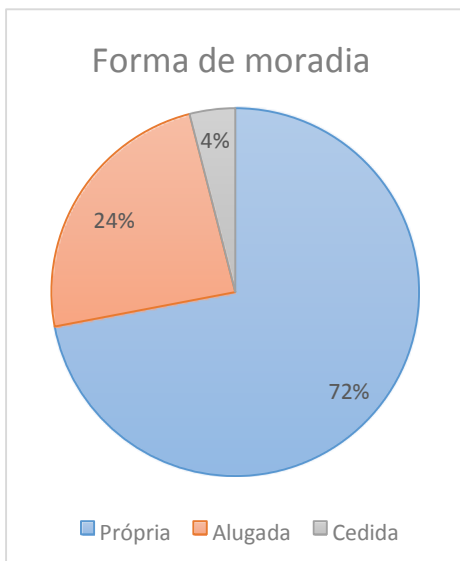
**Fonte:** Pesquisa de campo (2018)

As entrevistas apresentaram índices altos quanto a ter moradia própria. No entanto, há de se considerar a precariedade das mesmas, a forma como elas são ampliadas e os riscos que os moradores correm em decorrência da falta de planejamento, falta de materiais necessários e de mão de obra qualificada para a construção.

Quanto aos benefícios concedidos pelo governo, as famílias em sua maioria não informaram se são favorecidas ou não, uma vez que as mesmas tem o direito de se recusarem a declarar. Entretanto, daquelas que informaram, – mesmo o benefício sendo considerado como um valor irrisório – observamos que um número considerável de famílias, segundo as entrevistas e questionários realizados na IEI, é contemplado com o mesmo.

**Gráfico 11 - Forma de moradia**

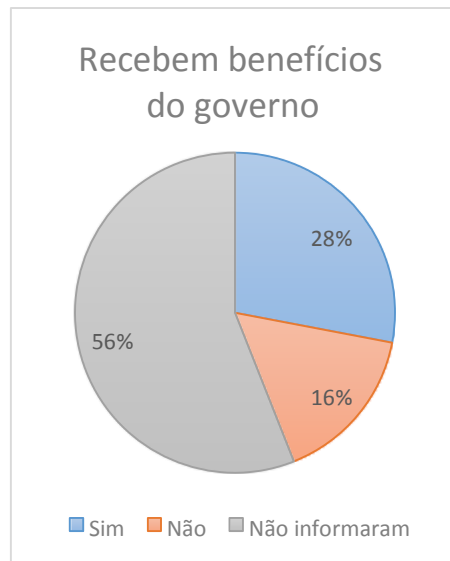
(pais participantes da pesquisa)



**Fonte:** Pesquisa de campo (2018)

**Gráfico 12 - Recebem benefícios**

(pais participantes da pesquisa)

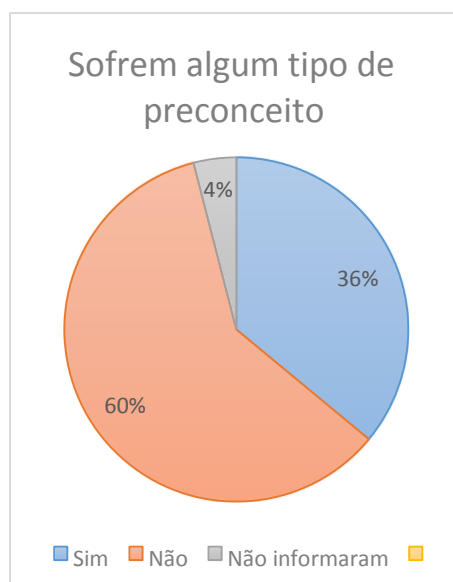


**Fonte:** Pesquisa de campo (2018)

Em se tratando de sofrerem ou não algum tipo de preconceito, o índice das famílias que informaram na entrevista anual que sim, está além do índice dos demais grupos que é de 29%.

**Gráfico 13 - Sofrem preconceito**

(pais participantes da pesquisa)



**Fonte:** Pesquisa de campo (2018)

Das vinte e cinco famílias entrevistadas, quinze famílias responderam que não, e nove famílias que sim. Dentre as famílias que responderam que não sofrem e nem sofreram nenhum

tipo de preconceito, uma delas, relatou-nos posteriormente em entrevista específica da pesquisa, que sente bastante dificuldade em conseguir emprego para sua família devido morar nesse local. Segundo uma das mães entrevistadas, seus filhos já foram discriminados por informarem em seus currículos que residem na comunidade Chico Mendes.

Considerando esses relatos, constata-se que em se tratando de sofrer ou não algum tipo de preconceito, algumas famílias não sentem-se à vontade em expor essas experiências.

Por fim, salientamos que todos os gráficos apresentados, foram elaborados com base nas entrevistas realizadas com as famílias no início do ano letivo de 2018, pelas profissionais da sala. No entanto, reconhecendo a importância de dar voz aos sujeitos da pesquisa e do contato direto da pesquisadora com as famílias/crianças/profissionais da creche, nas linhas que se seguem, estaremos relatando as questões mais pertinentes e essenciais que foram abordadas durante as entrevistas que ocorreram no contexto da IEI, realizada pela pesquisadora com as três famílias selecionadas.

As entrevistas aconteceram durante o segundo semestre de 2018, as três famílias selecionadas e convidadas, foram recebidas na creche para que as mesmas ocorressem. Com base em preceitos teórico-metodológicos, as entrevistas realizadas, apesar de norteada por questões semiestruturadas, relacionadas aos objetivos deste estudo, não impediram a livre expressão do sujeito e o diálogo aberto entre pesquisador e participante.

A pesquisa e a intervenção que aconteceram na IEI, foram bem aceitas e acolhidas por parte das famílias, bem como, a disposição para a participação e resposta aos questionamentos, o que proporcionou à pesquisadora o material para análise apresentado neste estudo.

Ao selecionar as famílias e realizar o convite, observamos que a maioria das crianças eram deixadas e buscadas na creche pelas mães, identificando que a figura materna nesse contexto é bem mais presente que a paterna e portanto, todas as três famílias foram representadas pelas mães das crianças. As mães entrevistadas sentiram-se bem à vontade, demonstrando segurança em expor suas opiniões e confiança na pesquisadora. As mesmas ocorreram mediante a assinatura das participantes no termo de Consentimento Livre e Esclarecido, bem como a autorização para a utilização de seus nomes reais na exposição dos dados.

Num primeiro momento, foi solicitado as entrevistadas que contassem um pouco sobre suas vidas e de suas famílias na comunidade. Sobre a sua rotina de vida diária, algumas experiências positivas e negativas vivenciadas naquele contexto, suas necessidades, reclamações e aflições.

Após relatarem de modo geral essas questões, solicitamos à elas que nos falassem sobre a história de vida de seus filhos, as necessidades do cotidiano, limitações, dificuldades na educação e cuidado com eles, seus medos, inseguranças, suas experiências na creche e comunidade. Além de pedir para que as mesmas expressassem seus sonhos e desejos para o presente e futuro, informamos à elas que sobre as próximas questões decorrentes do diálogo, elas teriam liberdade para respondê-las ou não, devendo sentirem-se à vontade.

A primeira mãe entrevistada,<sup>94</sup> nos contou que nasceu na comunidade e tem trinta e cinco anos. A mesma relatou-nos que desde sempre exerce alguma atividade “trabalho” fora de casa, é casada e tem dois filhos um de cinco e outro de quinze anos. Atualmente trabalha na função de serviços gerais na creche Joel Rogério de Freitas que fica no mesmo bairro, no Monte Cristo.

A mãe citou que sua rotina de vida não se restringe a ficar só dentro da comunidade, que de uns tempos pra cá, o fato do casal estar empregado, possibilitou à eles condições para adquirirem um carro e assim poderem sair mais para passear com os filhos. Disse-nos que sua família é composta por quatro irmãos, que todos trabalham, são casados, tem família, filhos e gostam de morar na comunidade, são bem unidos e felizes. *Mesmo morando aqui, a gente é bem feliz!* Ela relatou.

No entanto, segundo ela, existe um sentimento de incômodo gerado pela violência na comunidade. E nela em particular, o medo de seus filhos serem alvos dessa criminalidade.

A entrevistada nos contou que muitas vezes suas vidas se resumem em ir trabalhar e ficar dentro de casa, devido a insegurança em andar pela comunidade e de deixar as crianças brincarem nas ruas. E essas situações de violência incomodam à todos:

Teve momento da gente ter que ir trabalhar e ficar dentro de casa, os filhos dentro de casa, a gente não podia ficar na rua. O medo de bala perdida, os filhos brincando entendesse? Então, tem as vezes esses momentos de incomodação? Tem! Porque a gente não é dessa vida, então a gente ia do trabalho pra casa e as vezes a gente quer fazer uma baguncinha na rua, os filhos querem andar de bicicleta, querem brincar de correr, então tem hora que não dá, tem que ficar dentro de casa né. Ai incomoda, incomoda bastante sim! (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

A segunda mãe entrevistada<sup>95</sup> nos informou que tem vinte e sete anos, disse que mora na comunidade há muitos anos e tem dois filhos que desde muito pequenos frequentam a creche.

---

<sup>94</sup> A mãe entrevistada foi Angélica Lemos da Cruz. A entrevista concedida à pesquisadora Mirtes Aurélio Boaro Santos no segundo semestre de 2018, com duração aproximada de 25min.

<sup>95</sup> A mãe entrevistada foi Débora Eduarda Rodrigues. A entrevista concedida à pesquisadora Mirtes Aurélio Boaro Santos ocorreu no segundo semestre de 2018, com duração aproximada de 28min.

Ao pedirmos à ela que nos relatasse sobre como é viver na comunidade Chico Mendes, a mesma respondeu imediatamente que gostava de morar na comunidade, porém, que tudo havia mudado bastante e que antes não era tão perigoso.

Antes a gente conseguia andar sem medo, sem virar a esquina e encontrar alguma coisa, antigamente era assim. Agora, meu Deus eu tenho medo de andar por aqui, tenho mesmo! De deixar o meu filho aqui e acontecer qualquer coisa sabe, durante o dia. A noite mesmo, a gente nem sai de casa, quando eu chego do trabalho, chego apressada pra entrar dentro de casa. Antigamente essa comunidade era bem boa, bem tranquila, agora meu Deus! (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

A terceira mãe entrevistada<sup>96</sup> nos informou que tem trinta e oito anos, mora há quatorze anos na comunidade e tem quatro filhos com idades entre vinte e um e cinco anos. Logo no início da entrevista, a mesma nos disse que gostava de morar na comunidade, que é uma comunidade boa de morar, porém, perigosa.

Na sequência, dialogamos a respeito dos espaços para as crianças e sobre os parques que foram revitalizados há pouco na comunidade. Perguntamos à primeira mãe entrevistada se ela se sentia segura em levar os filhos brincar nesses espaços e se as demais famílias tem o hábito de frequentar os mesmos com seus filhos. Sua resposta foi que não. Indagando-a ainda sobre o assunto, a mesma respondeu de maneira enfática: *Não, eu não me sinto segura de ir ali, nem as outras famílias vão ali.* Continuamos. *Nem com a presença da polícia? Não, porque se “eles”<sup>97</sup> tiverem que fazer qualquer coisa, eles fazem, entendesse? Com a polícia ou sem a polícia “eles” fazem! Tipo assim; “eles” aqui são a polícia no caso. Entendeu? Então prefiro levar os meus filhos brincar em outro lugar.*

A segunda mãe entrevistada nos respondeu: *Agora não, antes sim, depois de todas essas coisas que aconteceram aqui, eu não levo mais. E eles me incomodam que querem ir, porque eles gostam de brincar. É triste mais!* Diante de suas falas, concluímos que os parques construídos e/ou revitalizados, acabaram não atingindo seu objetivo diante da violência presente que marca a vida e a realidade dessas famílias.

As respostas incisivas das mães, além de nos trazer um alerta, desnudam a infância que aqui se constitui. Infância esta, determinada pelas condições desfavoráveis da classe que a insere,

---

<sup>96</sup> A mãe entrevistada foi Adriane Domingues da Rosa. A entrevista concedida à pesquisadora Mirtes Aurélia Boaro Santos ocorreu no segundo semestre de 2018, com duração aproximada de 25min.

<sup>97</sup> O termo “eles”, é utilizado pela entrevistada para referenciar os traficantes que atuam nas localidades da comunidade Chico Mendes.

da violência, da precariedade, da cultura infantil que se constitui, como uma cultura da criança enfiada pelas constantes formas de violência, entre elas a armada.

Referente à esse mesmo assunto, a terceira mãe entrevistada relatou-nos que seus filhos não frequentam os parques por que tem medo e não os deixa. Segundo a mãe entrevistada, eles ficam em casa, assistindo televisão. Pois, a mesma não gosta de maneira alguma que fiquem na rua. E assim, comprova-se novamente o enclausuramento da criança na comunidade Chico Mendes. Citou-nos que já ocorreram situações muito sérias e que ela se preocupa muito com os tiros que podem acontecer à toda hora. Na sequência mencionou um episódio em que seu filho se envolveu:

O meu filho mais novo foi brincar com um amiguinho lá no parquinho, esses dias agora e quando chegaram lá, os “guris” disseram pra eles; Vocês somem daqui que nós vamos meter bala em vocês, porque vocês não são da Novo, os coitadinhos pegaram a bola e saíram correndo, chegaram em casa mais brancos do que um pavio. Daí tu vai solta eles pra brincar aonde? Não tem como né! (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Diante dessas revelações logo de início, observamos o quanto a atuação do tráfico de drogas, os embates das gangues com a polícia, tem afrontado a vida dessas famílias e assombrado, intimidado a infância e a cultura infantil dessa comunidade. Se já não bastasse a própria condição social em que essas crianças vivem, a falta de acesso à bens de consumo e outras questões que tentam aniquilar sua infância todos os dias, ainda são expostas à “leis dos mais fortes”<sup>98</sup> que dominam a região, impedindo-as de brincar, correr, socializar na rua, no parque, tornando-as confinadas/isoladas em casa. Neste caso, não somente elas mas, suas famílias.

Na sequência, passamos a dialogar sobre o número de famílias que residem na comunidade, e a primeira mãe entrevistada nos relatou que muitas famílias saíram e foram morar em outro lugar, por causa da violência, mas a maioria não tem para aonde ir, outras não querem sair porque gostam de morar ali, assim como é o seu caso. Ela reclamou da falta de segurança e dos demais problemas que os moradores enfrentam na área da saúde e educação.

Citou ainda que a polícia é bastante ausente, só aparece para fazer as vezes alguns enfrentamentos e quando os conflitos armados entre as gangues se findam, fazendo vítimas

---

<sup>98</sup> Termo utilizado por (ROSA, 2016), que denota as leis e normas impostas pela atuação do tráfico de drogas na região



fatais. *“Quando acontece os tiroteios aqui, que era para ela aparecer na comunidade ela não aparece, ai quando acalma tudo ela aparece.”*

Lhe questionamos sobre as gangues rivais e a entrevistada nos contou que existem duas bem fortes, que é a gangue da Novo e outra a da Chico e que os tiroteios acontecem a qualquer hora do dia ou da noite, e desabafou:

Por isso que é bem perigoso, a gente tem que ficar bem atenta! Pra mim a pior coisa da comunidade é isso. Que nem, ontem mataram um ali na frente, em pleno dia, acho que era de meio dia. Um monte de gente já morreu aqui de bala perdida, famílias honestas, isso é bem triste! (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Perguntamos à ela se antes de acontecerem os tiroteios, “eles” avisam. E sua resposta foi: *É até engraçado!* E em risos continuou: *Eles avisam, [...]até se a gente tá na rua, que a gente costuma ficar no barzinho. Eles dizem; oh, oh, oh, entram! [...] entendesse assim, eles mandam a gente sair.* Lhe indagamos sobre as razões pelas quais ela acha que eles agem assim e a mesma respondeu: *Sei lá, acho que é pra gente se proteger, porque se os outros vir, eles vão atirar, aí pra não pegar em pessoas inocentes.*

Questionamos a segunda mãe entrevistada sobre a presença da polícia, se a mesma não seria capaz de trazer mais segurança para as famílias, para que as crianças pudessem brincar mais livremente pela comunidade. Sua resposta foi imediata:

A polícia só aparece aqui quando realmente precisa. Tipo, mataram um na esquina, daí ela aparece, ela não aparece pra dar uma ronda, pra ver se tá tudo bem. Sabe, ela só aparece quando já aconteceu alguma coisa e quando a televisão tá por aqui pra dizer que estão andando pra lá e pra cá.

Que nem o ano passado, tinha carro da polícia todos os dias na frente da escola, ali eu deixava minha filha com segurança, agora não tem mais. E eu nem sei porque que não tem mais, sabe! É isso, ela só vem aqui quando precisa mesmo e pra aterrorizar né, com as armas pra fora, com aquela coisa muito louca, acelerando carro, moto. Ah sei lá! Lá na frente de casa acontece muita coisa assim, sabe! O ano passado mataram um na frente de casa, nós ficamos uma semana praticamente sem sair de casa (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Entre uma fala e outra, perguntamos à entrevistada como essa situação de violência repercute na vida cotidiana dos filhos. E ela desabafa:

Se não tivesse tanta violência, eles estavam soltos ai, criados como eu fui criada. Eu fui criada solta por aqui, brincando na rua [...] das minhas amigas irem lá em

casa e todas irem brincar na rua de pega-pega, esconde-esconde e sei lá, de bola. Meus filhos não sabem o que que é isso, brincar na rua. Eles só sabem o que é isso dentro da escola, da creche (PESQUISA DE CAMPO, 2018)

Ainda sobre esse aspecto, a terceira mãe entrevistada, citou que com a presença da polícia no bairro, as situações de violência são amenizadas, mas, declarou que antes as rondas eram mais constantes e os moradores ficavam mais tranquilos. No entanto, segunda ela, as rondas foram ficando cada vez mais raras e atualmente só acontecem quando ocorrem incidentes e brigas de facções com vítimas.

[...] Querendo ou não, quando eles (**referindo-se aos policiais**) estão, tem mais respeito, eu acho. Por mais que as vezes eles dão tiro também, a comunidade, as pessoas se sentem mais tranquilas. E quando não estão, fica isso aí (PESQUISA DE CAMPO, 2018, **grifos nossos**).

A respeito da segurança pública, os relatos denunciam o quão intenso é o problema relacionado ao tráfico de drogas na região e o quanto as famílias são afetadas e sofrem as consequências da atuação das facções na comunidade. Além do mais, observa-se que a atuação da polícia, – mesmo as vezes com ‘aparência’ um pouco ameaçadora – traz segurança aos moradores. No entanto, sua ausência é bastante notada em todas as falas e o descaso à respeito da segurança pública de modo geral com a comunidade também.

Dando prosseguimento, questionamos a primeira mãe entrevistada sobre o modo de vida das famílias da comunidade, o perfil e as possibilidades delas adquirirem um carro para passearem em outros lugares, com intuito de fugirem da violência ao menos nos finais de semana, assim como ela citou que fazia com sua família, no início da entrevista.

A mãe nos falou que muitas famílias na comunidade não tem carro próprio e muito menos condições de comprar um e que nos finais de semana nem transporte público disponível tem, – uma vez que o Chiquinho, ônibus que faz a linha, só percorre a mesma até as quatorze horas do sábado – voltando a fazer a linha na manhã da segunda-feira.

Partindo das informações sobre o transporte público, lhe perguntamos o que fazem nos finais de semana as famílias da comunidade. Sua resposta foi: *Ficam por aqui, sentados na beira da rua, conversando com os vizinhos. Fazem um churrasquinho, quando a coisa está mais calma.* Continuamos os questionamentos e lhe perguntamos sobre as famílias que não possuem carro próprio se as mesmas são obrigadas a ficar em casa, sem poderem sair da comunidade. Ela nos respondeu: *Sim, assim é a vida por aqui!*

Surpreendentemente, a resposta dessa mãe, nos indaga sobre; como é a vida e como ela passa para as famílias da comunidade Chico Mendes? Para outros pode passar despercebida, mas,

não por aqueles que à vivem nas formas mais cruéis possíveis. Ela passa, pouco observada, com indiferença por aqueles que não querem se incomodar, nem querer notá-la, pois: *“Donde no se puede amar... hay que pasar de largo”* (NIETZSCHE)<sup>99</sup>

Na sequência das entrevistas, questionamos a primeira mãe acerca de como acontece a assistência médica na comunidade. Se a família, em especial os filhos frequentam regularmente e são atendidos pelo posto de saúde. A mãe nos explicou que o posto de saúde não é suficiente pra suprir as necessidades da comunidade e que geralmente quando precisa de atendimento médico para os filhos, se obriga a procurar em outros locais ou fazer uso de clinicas particulares.

Não! Eu nem gosto de ir no posto de saúde na verdade, eu prefiro ir lá na UPA, lá no centro. [...] quando é urgente, a gente paga particular, melhor do que ir no posto de saúde. Aqui é bem complicado, bem complicado mesmo! Pra consultar ali. Ai se tu precisar de um exame vai ali e demora uns três, quatro meses, é tudo bem demorado. Mas a maioria das famílias tem que esperar, ficar na fila né (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

A segunda mãe entrevistada, assim como a mãe anterior, relatou-nos igualmente que o posto não supri as necessidades de sua família:

Não, não supri, falta bastante coisas, muita coisa, muita coisa! Aquele posto é grande, eu mal vou lá, mal levo as crianças, prefiro ir no particular, prefiro pagar e ser bem atendida do que ir lá. Aquele posto é grande, tem uns dez médicos, mas a gente é bem mal atendido lá. Um dia eu precisei pro meu ombro que eu tenho tendinite, eu tô há três anos esperando uma ultrassom, agora em agosto vai fazer três anos. Eu desisti, fiz particular, mas ainda não me chamaram (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

No entanto, a terceira mãe entrevistada, disse-nos que o posto de saúde consegue atender de forma parcial as famílias da comunidade. Citou que poderiam atender melhor, e que muitas confusões entre funcionários e moradores acontecem por causa disso. Falta de informações, de esclarecimentos aos moradores, falta de remédios, filas muito extensas, dificuldades para realizar exames, marcar consultas.

Em relação aos serviços prestados na área saúde, nota-se segundo os relatos, que o poder público se exime de suas responsabilidades transferindo-as às famílias, que por sua vez padecem por falta de atendimento, se endividam na busca de recursos particulares sem terem condições e ou permanecem a espera nas imensas filas.

---

<sup>99</sup> Filólogo, crítico cultural, poeta e compositor prussiano do século XIX, de nacionalidade alemã.

A respeito dos projetos assistenciais que acontecem na comunidade, perguntamos à primeira mãe entrevistada se a mesma tem conhecimento de como eles acontecem e se seus filhos frequentam esses espaços. A mãe contou-nos que não tem muito conhecimento a respeito e que seus filhos não participam, porque o menor de cinco anos fica o dia todo na creche e a maior de quinze anos estuda em uma escola pública estadual fora da comunidade de horário integral.

Questionamos a mãe, sobre quando ela precisa de ajuda com os filhos ou algum auxílio financeiro, a quem recorre. Nos disse que recorre aos irmãos que moram na comunidade. Citou que os familiares são bem unidos e sempre se ajudam e que ninguém deles recebe benefício do governo.

A segunda mãe entrevistada, nos disse que não tem muito conhecimento sobre os projetos assistenciais e que seus filhos não participam, porque o menor fica na creche o dia todo e a maior estuda na escola pública Américo Dutra próximo a creche e que no contraturno, a filha fica no espaço escolar, com atividades extracurriculares.

Entretanto, a terceira mãe entrevistada, contou-nos que seus filhos foram bastante ajudados nos projetos do bairro e que até hoje, um deles estuda no SENAI.<sup>100</sup>

Na continuidade das entrevistas, perguntamos à primeira mãe sobre a creche, se a mesma atende as expectativas da família e se ela se sente segura em deixar o seu filho naquele espaço. Ela nos relatou que sente-se tranquila, porque sabe que o filho está sendo bem cuidado e em segurança. No entanto, sobre as demais famílias nos revela que:

As famílias que moram lá na Chico lá em cima, não se sentem seguras, porque precisam descer até aqui pra trazerem seus filhos. E também quando acontecem os tiroteios, fica difícil de vir buscar as crianças aqui embaixo. [...] elas confiam no trabalho da creche, mas tem medo dos tiroteios que acontecem aqui (PESQUISA DE CAMPO, 2018)

A segunda mãe entrevistada assim como a primeira, relatou-nos que sente-se bastante segura em deixar seus filhos no espaço da creche e exclamou:

Eu sinto que é seguro! Por isso que eu trago tranquila aqui, deixo e vou trabalhar tranquila. Quando me ligam, oh! Tá acontecendo algo na comunidade, mas tá tranquilo dentro da creche. Eu sei que lá fora tá aquele terror, mas dentro da creche tá

---

<sup>100</sup> Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Instituição privada brasileira de interesse público, sem fins lucrativos que oferece programas de capacitação profissional, viabilizados por meio das modalidades de aprendizagem, habilitação, qualificação, aperfeiçoamento, técnico, superior e pós-graduação.

tranquilo, eles estão mantendo as crianças calmas aqui dentro. Aqui é um espaço que eu confio e sei que as crianças estão sendo bem tratadas e cuidadas (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Ao ser perguntada sobre as formas de acolhimento na creche, a terceira mãe entrevistada, enquanto expressão de gratidão abriu um leve sorriso e falou:

Eu sei que envolta tem perigo, que a creche não tá num lugar muito bom, mas aqui dentro eu confio. Eu sei que tudo que elas puderem fazer pelas crianças elas vão fazer. O meu do meio (referindo-se ao filho) foi criado aqui, saiu um menino ótimo né, não tem envolvimento com nada graças à Deus, e a menor, se ela tá aqui dentro, pra mim é a melhor coisa, é mais segurança (PESQUISA DE CAMPO, 2018)

Dando sequência, lhe indago se mesmo com as reformas e ampliações nas creches ainda faltam vagas. Ela disse que sim. Que faltam vagas nas creches e não são poucas.

Todas as entrevistadas destacaram a importância da creche para a vida das famílias e crianças. Nesse sentido, observamos que por mais que ambas reconheçam os tipos de violência que se revelam no contexto dessa comunidade, é notável a expressão de gratidão das mães, pelas formas de acolhimento da creche.

A terceira mãe entrevistada, foi a que mais sentiu necessidade de expor seus medos, desejos, anseios. Acreditamos que isso se deva, pelo fato dela ter dois filhos adolescentes em casa, uma vez que filhos nessa idade, causam preocupações devido à perspectiva de vida futura. A mãe contou-nos sobre a vida cotidiana da família, citou que antes recebia bolsa família, [...] *que são em cinco, o marido é doente, e só ela é pra tudo*. Disse-nos que a vida era difícil, mas ela desde que chegou na comunidade se sentiu bem acolhida.

*Eu logo que cheguei aqui na comunidade, já consegui vaga pros meus filhos na creche, consegui trabalho, mas, tem muita gente daqui que não consegue vaga na creche, porque aqui tem muita criança.*

Dialogando sobre as crianças da comunidade, lhe perguntamos sobre como ela vê a vida dessas crianças e ela respondeu que não podia falar sobre os filhos dos outros, mas relatou-nos detalhes sobre a rotina de vida dos seus filhos, enfatizando que:

Os meus não ficam na rua né, eu não deixo na rua, porque eu tenho muito medo né, medo de tiro. Os meus ficam mais presos dentro de casa mesmo, da escola pra casa e assim, [...] nos finais de semana eu nem procuro ficar em casa pra não deixar eles presos, porque eles saem da uma voltinha de bicicleta e já começa dar tiros, alguma coisa, daí já tem que colocar eles pra dentro de casa (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

A mãe declarou-nos que algumas crianças até brincam na rua, mas, os filhos dela não, por ter medo da violência. Contou-nos que as crianças reclamam por ficarem presas dentro de casa e que um dos filhos, até as vezes foge dela para poder ir pra rua brincar. *“O meu de seis anos ele foge, foge pra ir pra rua brincar! Foge de bicicleta, foge pra jogar bola. Ele não gosta de ficar dentro de casa de jeito nenhum.”*

Sobre os relatos da mãe, interessa-nos observar que em meio a um contexto de insegurança, violência e de agressividade, a infância reclama um tempo para si e as crianças muitas vezes não se submetem às imposições dos adultos, porque diante da ânsia em brincar, arrumam subterfúgios, formas de transgredir e satisfazer essa necessidade.

Ademais, mesmo estando vulneráveis à essas situações adversas, encontram maneiras de brincar e o fazem do seu jeito e de acordo com as condições, possibilidades e seus interesses, reinventando e agregando elementos novos àquilo que aprendem com os adultos. E a indisciplina, a desobediência aos pais, nesse caso, são formas de protesto, inconformismo, denúncia.

Nessa perspectiva, nos baseamos em Delalande (2012), que afirma que as crianças constroem diferentes práticas lúdicas e novas regras sociais, reconhecendo-as como sendo suas e nas relações entre elas, as respeitam, instituindo, pois, regras e práticas de uma cultura singular de pares. Não abrem mão facilmente da busca da liberdade, da brincadeira, de seus espaços exclusivos, de seu universo lúdico, lugar somente delas no qual podem extrapolar, longe dos olhares dos adultos, da vigília constante, do observar de julgamento.

Mesmo diante de sua marca histórica social, de injustiça e desigualdade, a cultura infantil, a ludicidade se mantem utilizando-se das condições que dispõem e das formas pelas quais se apropriam da cultura humana, a partir do lugar social em que ocupam na estrutura de classes da sociedade capitalista (ARENHART, 2012). E desta forma que as crianças da comunidade Chico Mendes vivem sua infância, condicionadas às determinações concretas do contexto e classe social em que estão inseridas.

Na sequência, a mãe entrevistada, prossegue relatando-nos sobre a vida de seus filhos. Nos contou que os mesmos sempre conviveram no contexto da comunidade, mas, nunca se envolveram com o tráfico de drogas. Que quando crianças, estiveram ocupados participando dos projetos na comunidade e isso os ajudou muito.

O meu de quatorze anos também participa do projeto do CEDEP, também joga bola aqui na escola. Eu nunca tirei eles da convivência do bairro. Eu tenho meu menino de 21 anos, ele se criou no meio dos “guris”, nunca se envolveu com droga, nunca se

envolveu com arma, nunca me incomodei com ele. O outro filho estava no projeto do vôlei e de futebol porque ele gosta de jogar de goleiro, mas agora ele vai dar uma acalmada porque ele começou a trabalhar né, ele pegou serviço agora de jovem aprendiz, agora ele vai ter que dar uma sossegada até ele equilibrar os estudos e o serviço (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Diante da ânsia de falar-nos sobre a criminalidade da região e do interesse de nos relatar as mais diversas ocorrências, achamos pertinente questioná-la acerca do que poderia estar levando aqueles adolescentes e jovens a se envolverem com o tráfico. Nesse instante, ela começou a contar-nos a história de vida de sua família, nos disse que os filhos precisaram desde muito cedo trabalhar para ajudar em casa e na sequência do diálogo se manifestou com franqueza:

O Meu filho tem quatorze anos, ele teria tudo pra ter entrado no mundo da droga. Por quê? Ele quer um tênis bonito, uma roupa bonita tá, eu não tenho condições de ir lá e dizer; filho vai e compra um tênis de 500 reais, eu não tenho condições de pagar isso. Mas assim, eles se criaram sozinhos porque eu precisava trabalhar, os meus dois mais velhos se viraram sozinhos dentro de casa, porque eu tinha que fazer faxina, tinha que trabalhar, porque a casa aqui eu comprei, dei na época mil de entrada e quatro mil eu parcelei, então eu tive que batalhar pra pagar, o meu marido também, mas de uns dois anos pra cá ele tá doente. Então assim, tem tudo pra essas crianças daqui, hoje em dia entrar no mundo das drogas, por quê? Porque você vai ali, ah se você levar uma mochila, lá pra tal fulano, eu te dou cem reais, ah se você fizer isso eu te dou mais tanto (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

A mãe continuou nos relatando sobre as dificuldades socioeconômicas da comunidade, a pobreza enfrentada pelas famílias e as facilidades do tráfico em recrutar adolescentes e jovens por meio da oferta de dinheiro fácil e poder. Segundo ela, ofertas aceitáveis e muito favoráveis aos anseios desses jovens, diante das reais necessidades de vida dos mesmos.

No entanto, essa condição de vida dos jovens da comunidade Chico Mendes, além de denunciar as formas pelas quais o tráfico de drogas os recruta, nos revelam as iniquidades, impossibilidades, deficiências, desfiliações, vivenciadas por esses adolescentes na infância. Não somente eles, mas as possibilidades de ser criança, de construir-se culturalmente nesse contexto, diante de uma muralha de dificuldades socioeconômicas, da criminalidade e descaso do poder público.

Nesse ímpeto, nos reportamos a pensar nas reais situações da infância que esses adolescentes viveram, nas necessidades não sanadas, nas vontades e desejos frustrados. Para tanto, nos apegamos nos estudos de Harvey (2014), que apontam o problema como sendo a própria situação de pobreza em que essas famílias vivem. Para o autor, um adolescente ou jovem em situação de insegurança de renda e ou frequentes dificuldades financeiras, ou seja, –

“vulnerabilidade social”<sup>101</sup> – pode ser facilmente persuadido por essas ofertas e consequentemente estigmatizado pela desigualdade social.

Infelizmente, aquelas necessidades – desejos e sonhos impossíveis de serem alcançados de outras formas, segundo suas convicções e realidade de vida – os levam não somente para o mundo do crime, mas, os carregam também para as listas e estatísticas de encarcerados e mortos. Ao prosseguirmos com a entrevista, por um instante ficamos caladas, à pensar sobre o que havíamos dialogado e sobre as questões que ainda deveríamos discorrer. A mãe parecendo-nos querer permanecer no mesmo assunto, por um tempo, pensativa, firmou o seu olhar na pesquisadora. E nesse ínterim continuou:

Ai, olha o que acontece que eu ia falar. Muitos chegam em casa querem comer um bolo, uma comida diferente e a mãe não tem pra oferecer, ai fica com pena da mãe, fica com pena dos irmãos. É aonde muitos dos amigos do meu mais velho de vinte e um, hoje estão mortos, porque se envolveram. Meninos que eu conhecia de dentro da minha casa, de dá pra eles comida, café. Eles ficavam jogando videogame dentro da minha casa, eram crianças e foram crescendo, eu nunca toquei eles de dentro da minha casa, hoje eles estão mortos por quê? Foi roubar, levou uma droga pra fulana e sumiu, mataram. Sabe, é triste. É triste pra gente que mora aqui, sabendo que muitos vão por esse lado.

Ah, minha mãe não tem leite pra dar pro meu irmão, a minha mãe não tem um feijão pra cozinhar. Muitas famílias aqui, a gente já cansou de ajudar, por mais que é pouco pra gente, mas a gente sempre foi de ajudar os outros sabe. Então eu acredito que muitos vão pra droga pela falta de condição financeira, com certeza. Igual o bolsa família eu dei o exemplo, esses duzentos reais que vinha, fazia diferença e tem uns aqui que contam só com esse dinheiro (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

No momento em que ouvíamos atentamente à todas essas declarações, iniciou-se uma fala a respeito de educação e trabalho na comunidade. A mãe novamente citou as dificuldades financeiras da família, afirmando que um de seus filhos ainda hoje estuda no SENAI, porém, reclamou sobre a falta de oportunidades que os jovens tem de estudar e conseguir emprego. As dificuldades e os preconceitos que sofrem ao dizer que são moradores da comunidade Chico Mendes. E ela desabafou:

Existe, existe preconceito. Se você contar que mora aqui na comunidade Chico Mendes você não consegue emprego. Eu vejo pelo meu filho mais velho, ele começou a trabalhar lá pelos dezessete anos, por quê? A gente levava currículos e nunca chamavam, eu paguei um curso de computação pra ele, na época era mil e pouco, ele tinha uns quatorze anos, pra ajudar ele, pra ele pega um serviço de jovem aprendiz, levei currículo em mercado, ele nunca conseguiu serviço, nunca. Ele conseguiu serviço no B. M. só com dezessete anos, porque eu tinha um menino lá dentro que disse que eles estavam precisando de gente pra trabalhar, mas não ia ser fichado, o trabalho era

---

<sup>101</sup> Mesmo cientes de que o termo abre precedente para contrariedades em relação à preceitos da teoria marxista, na falta de um termo adequado, optou-se pelo seu uso, como maneira de conceituar a condição dos grupos, pessoas ou famílias que estão em processo de exclusão social, principalmente por fatores socioeconômicos.



por dia e o menino disse que se ele quisesse poderia ir lá. Ai com muito esforço dele, durante quatro meses ele conseguiu pegar fichado, primeiro ele teve que mostrar serviço pra depois ser fichado, ainda ia daqui até lá perto da ponte à pé, não tinha passe de ônibus. Hoje ele tá lá e eu tenho certeza que ele é um bom funcionário, senão não estava ainda lá.

O outro meu filho do meio, já conseguiu serviço lá na C. porque o meu irmão trabalha lá, ai já levou o currículo dele (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

A mãe deixou evidente na entrevista a atribuição a conquista dos empregos dos filhos à terceiros, que não moravam na comunidade. E surpreendentemente, continuou nos contando a respeito das orientações que dá à eles em relação a ocultarem informações sobre o fato de residirem na mesma.

O meu filho faz curso no SENAI, eu sempre digo pro meu filho, tu não fica dizendo que mora no Monte Cristo, na Chico Mendes, que mataram um lá. Não! Não fala nada, falei pra ele... tu fica quieto, tua amizade é o curso, teu futuro tá ali, vamos aprender o que tem pra aprender, por quê? Como que eu vou te pagar um curso de administração, tá ganhando um curso, então esse é o teu futuro, então mete a cara e vai com tudo, né. Porque se você começar a dizer: Ah eu sou daqui, sou de lá... [...] daqui à pouco tá uma rivalidade, não pode ir pra cá, pra lá porque tu é do Monte Cristo, da Chico Mendes. Eu sempre digo isso pra eles; boca fechada não entra mosquito, eu sempre falo! (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

E mais uma vez, os relatos dessa mãe, como das demais anteriormente entrevistadas, nos levam a observar o quanto essas famílias são vítimas de preconceito por residirem na comunidade Chico Mendes. Uma comunidade que sofre, estigmatizada pela violência e desassistência. Que de modo estratégico está excluída do restante da cidade, esta que se divide entre “seres humanos” classificados como sujeitos intimidados e intimidadores, entre os espaços considerados ameaçados e aqueles que se constituem uma ameaça à ordem pública e ao poder político (HARVEY, 2014).

Ao finalizarmos as entrevistas com as mães, pedimos à elas que citassem o que mais gostariam que mudasse na comunidade enquanto prioridade, e a primeira entrevistada nos disse:

Gostaria que mudasse muita coisa, que fosse sem essas guerras né, ia ser meu Deus, ia ser um paraíso se não fosse essas guerras! Sem essa preocupação, será que vai dar tiro. [...] dos nossos filhos tá brincando na rua bem como era no começo né, que não era isso, a gente podia ficar até tarde na rua [...] a gente gosta de beber, de escutar uma música, sabe assim na estrada, oh se não fosse essas brigas dessas gangues oh, ia ser muito legal! (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Indagamos a mãe sobre como seria a vida dos filhos se houvessem essas mudanças, então a mesma continuou:

Ah, meus filhos iam poder brincar e eu não ia tá preocupada, podia tá ali na minha televisãozinha e eles lá fora brincando. Poderia brincar com os vizinhos como antigamente que nós jogava taco, brincava de esconde-esconde, principalmente à noite. Então né, seria muito bom seria um paraíso se não fosse essas brigas (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Dissemos à ela que quem sabe isso ainda acabe e ela nos respondeu: *Acho que não, acho que isso não tem fim!* E com está frase em tom de descrença e de incertezas sobre o futuro se encerrou o nosso diálogo.

Sobre esse aspecto, a segunda mãe entrevistada foi incisiva em sua resposta:

Ah, um monte de coisas! A violência, o posto de saúde, o jeito das pessoas aqui, que pra eles é tudo na violência, no xingar, falar palavrão e eu não gosto disso sabe. Se eu pudesse eu moraria bem longe daqui com os meus filhos. Eu falo assim por tudo isso, mas eu gostava daqui antes.

Eles poderiam fazer algumas coisas boas pra comunidade, mas eles estão “se lixando” pra gente aqui, digo isso porque eu moro aqui. Eles tão pouco “se lixando” pra gente aqui, que “se ferrem” lá, que “se virem”, já são acostumados nessa situação! Porque, existem as famílias que se envolvem com o tráfico sim, mas a maioria das famílias são trabalhadoras, famílias que lutam pra ter uma vida digna, uma vida melhor (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Dentre esses assuntos, questionamos sobre se ela imaginava a razão pelo qual certas famílias, jovens e adolescentes se envolviam com o tráfico. Qual seu ponto de vista, – enquanto moradora desde sempre da comunidade – sobre quais seriam as motivações que estariam levando-os a se envolverem com a criminalidade. Sendo que temos ciência de que a maioria dos jovens que se envolvem com esse tipo de atividade ilícita, tem um fim trágico. Ela respondeu:

*Então... É o dinheiro fácil, é o poder, é o ser grande na comunidade sabe. É ter o respeito dos outros.* Perguntamos à ela se existia isso na comunidade e sua resposta foi: *Existe, existe muito isso aqui.* Disse ela. E continuou:

Como eu ia falar agora... eu tinha amigos, amigos de infância, vários amigos, a gente brincava juntos quando era criança, a gente cresceu juntos. Se eu for contar todos que seguiram o caminho certo, bem poucos, bem poucos mesmo, a maioria já tá virado assim oh... Pergunta por quê? [...]Ah, não querem trabalhar, o dinheiro fácil[...]. **E fez uma prece:** [...]Ah, obrigada Senhor porque eu nunca me envolvi nessas coisas[...] **Continuou:** [...] Eu acho também que vai muito da educação dos pais né, sei lá o que houve, não sei, não sei explicar (PESQUISA DE CAMPO, 2018, **grifos nossos**).

Dessa forma, com as lembranças de sua infância brincante, junto daqueles que outrora, também viviam um tempo de paz e alegrias e que agora são parte das estatísticas dos jovens e

adolescentes da Chico Mendes que engrossam as listas de desempregados, ex-estudantes, detentos e mortos vítimas do tráfico, é que se encerra a nossa conversa.

Ao finalizarmos a entrevista com a terceira mãe, de maneira semelhante, perguntamos à ela acerca do que gostaria que melhorasse na comunidade. Sua primeira reação foi suspirar e na sequência, logo dizer:

Que os filhos tivessem mais liberdade pra brincar, mesmo que a gente tivesse que ir junto sabe, uma praça pra eles poderem correr com segurança. A situação do posto melhorar, mais remédio, mais vagas na creche. Mais policiamento. Antes tu vinha da igreja, tu sentava, tomava um chimarrão na beira da estrada, as crianças ficavam brincando na rua. Hoje em dia não dá mais (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Em meio as palavras dessa mãe, assim como das outras mães entrevistadas, que representam a grande maioria das famílias da comunidade Chico Mendes, o que vem à memória é o passado. Momentos de alegrias, de confraternização, de liberdade, em que a comunidade podia usufruir do mínimo, mas seguro espaço à eles destinado.

No entanto, ainda existe em alguns poucos, a esperança de um futuro diferente, em que renasça a liberdade, a paz. Na fala, surge enquanto expressão de um “sonho” a esperança de dias melhores, que no momento para essas famílias, mais parece uma ilusão.

Eu acredito que o nosso bairro ainda vai melhorar! Eu acredito, uma hora vai ter que melhorar! Mas não depende só da creche, da escola, depende de todos. Mas a gente vê que as vezes não tem união entre as comunidades, não sei se é por causa da rivalidade das gangues, por medo, porque um mora aqui, outro mora lá, sei lá (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Com base nos fatos relatados sobre o modo de vida das famílias e crianças da comunidade Chico Mendes, e mediante às atrocidades do cotidiano, denunciadas por meio das entrevistas, nos reportamos à pensar com propriedade sobre a infância enquanto objeto desta pesquisa. Ancorada na teoria Histórico-Cultural, que traz argumentos sólidos sobre a apropriação e construção da cultura, em específico aqui, a cultura infantil, uma vez que para Vigotski, a cultura é algo não dado geneticamente, mas que se constitui nas relações sociais e no meio onde se vive, sendo perpetuada nas formas de educação.

Nesse caso, nos questionamos acerca da cultura infantil que tem se constituído nesta comunidade, atemorizada pelo medo da violência, do isolamento em casa e no bairro, esse, que corresponde tanto pela criminalidade, quanto pela falta de transporte.

Ademais, torna-se importante enfatizar, que de acordo com os relatos das mães entrevistadas, – em meio à todos os obstáculos e dificuldades enfrentadas no cotidiano da IEI, em decorrência às políticas de precarização, contrárias a qualificação desse espaço, adotadas pelas vias do poder público nos últimos anos – o que de fato ficou unanimemente explícito, foi a creche ser considerada um espaço de amparo para os filhos dessas famílias trabalhadoras. Mediante o contexto de violência em que elas estão inseridas, a creche tornou-se um lugar de cuidado e segurança, uma vez que os próprios muros que a separam da comunidade, servem de escudo contra o mal que aterroriza essas famílias, “os tiroteios”. Não só considerada pelas famílias, mas, pelas crianças também, que tem a oportunidade de interagir com seus pares, com os adultos, vivenciar, experimentar, relacionar-se, criar vínculos.

Desta forma, destacando as crianças enquanto protagonistas, nas linhas que se seguem, estaremos explanando as experiências obtidas durante a intervenção e contato diário com as mesmas no cotidiano da IEI, a partir das primeiras aproximações, contações de histórias e rodas de conversas.

#### 4.1.2 Os lugares da infância na creche Chico Mendes

Em relação as vivências e experiências no cotidiano da creche, logo nas primeiras aproximações com o grupo, percebemos que ainda estava muito nítida para as crianças, a presença da pesquisadora. Elas lembravam à todo tempo sobre as visitas que a mesma havia feito no ano anterior. A aceitação da presença e permanência da pesquisadora em sala foi quase que imediata. Logo, já estava fazendo parte da rotina da turma e inclusive sendo procurada por algumas crianças na busca de um colo, de um carinho que era mútuo, pois, as meninas à procuravam para mexer em meus cabelos e elogiá-la – com intuito de obter atenção e aceitação – em todo tempo.

Nos primeiros diálogos com as professoras da sala, percebeu-se uma notável necessidade que as mesmas apresentavam de relatar as vivências que ocorriam naquele espaço. Elas expressavam um desejo intenso de compartilhar as mais variadas histórias que aconteciam no contexto da creche e comunidade, histórias relacionadas às crianças e suas famílias. Pela ânsia em relatar o maior número de informações possíveis, ficava visível o quanto elas estavam envolvidas não só profissionalmente mas, humanamente e emocionalmente com aquele contexto.

Na ocasião, uma delas começou a explicitar fatos sobre a atuação da polícia na comunidade. Relatou que os policiais, cotidianamente andam de armas em punho sem o mínimo

respeito pelos moradores e que as vezes passam em frente à creche apontando suas armas pra todos os lados sem se preocupar com as crianças que estão lhes vendo, como se aquilo fosse natural. E terminou seu relato dizendo: [...] *eu tenho muito mais medo da polícia aqui do que “deles”*, referindo-se aos traficantes. (Diário de campo, 2018).

Logo nos primeiros dias de observação em sala, notamos que as crianças eram bem assíduas e geralmente chegavam antes das oito horas da manhã na creche. Não somente os pais as levavam e buscavam, mas outros membros da família, como irmãos mais velhos e avós, tios e até mesmo vizinhos, demonstrando que existe um espírito de coletividade na comunidade.

Em alguns momentos, observamos que muitos conhecidos das famílias, inclusive vizinhos, se comprometiam em levar recados para pais de outras crianças, quando os mesmos precisavam vir à creche para dialogar com as “profs”, assim como as profissionais de sala são chamadas. Existe uma cooperação entre os membros da comunidade escolar que visivelmente ultrapassa os muros da creche se estendendo para a comunidade. Mesmo que exista entre as comunidades da “Novo” e da “Chico”, gangues rivais, os moradores das mesmas, procuram viver em harmonia se ajudando mutuamente.

Em uma manhã ensolarada, após atividade pedagógica realizada em sala, a professora convidou as crianças para irem brincar no parque externo, as mesmas logo foram se organizando e após algumas tomarem água e irem ao banheiro, – regras e combinados estabelecidos no grupo – foram para esse espaço. A alegria era notável, as crianças corriam, escorregavam, gritavam, balançavam, cantavam, brincavam com brinquedos na areia. Até parecia que aquele momento era único, na verdade único não era, porém prazeroso pelo fato de caracterizar-se como um momento de “liberdade”, mesmo que essa fosse uma “liberdade condicionada” pelo contexto.

Enquanto o espaço estava sendo observado pela pesquisadora, tentando imaginar o que se passava pela cabecinha daqueles pequenos e compreender por que eles se agitavam tanto durante as brincadeiras, a professora da turma veio se aproximando e começou a relatar algumas vivências do grupo. Disse que elas “as crianças”, tinham formas distintas de se manifestarem e que as vezes suas brincadeiras se caracterizavam pela imitação dos adultos. Por elas não se sentirem vigiadas nesse espaço é que sentiam-se tão livres. (Diário de campo, 2018)

Falou ainda sobre o modo como as crianças reagiam diante da observação do adulto, – especialmente daquele que não faz parte desse contexto – que é determinado pelo estranhamento e constrangimento, tendo que adquirir a confiança delas.

Pensando sobre o que ela dissera, logo veio-nos à cabeça a ideia de que ali as crianças sentiam-se realmente à vontade e podendo fazer o que quisessem, ou seja, brincar de todas as formas possíveis.

Das experiências dessa pesquisadora, nos tempos de docência nessa creche, existem muitas recordações, no qual, as crianças brincando de várias situações imaginárias, percebendo que estavam sendo vigiadas sentiam-se constrangidas, coagidas, interrompendo o brincar. Da mesma forma, durante a pesquisa, dentre as várias brincadeiras que aconteceram nos espaços da creche, em especial nos espaços externos, – em que as crianças sentiam-se mais à vontade e menos vigiadas pelos adultos – elas se permitiam ter algumas posturas que para o adulto, em se tratando de nós educadoras, eram ações questionáveis.

Algumas brincadeiras surgiam carregadas de “realidades da vida cotidiana”, no qual as crianças brincavam de polícia e bandido, de vender pedrinhas pegas na areia, de brincar de fazer de conta que estavam “fumando”, com um galhinho de árvore ou graveto entre os dedos. De certa forma, para elas suas brincadeiras caracterizavam as próprias vivências e experiências do convívio familiar, ações muito naturais do seu ponto de vista e de suas famílias inseridas no contexto dessa comunidade, uma vez que a criança se apropria da cultura do adulto.

Ademais, a cultura por sua vez não é inata, e o fato de não ser inata lhe concede um caráter de aprendizado. Por isso, a criança se desenvolve, se produz a partir das relações que estabelece, apreende a se comportar, falar e fazer, conforme a apropriação desses conhecimentos.

No entanto para nós, a forma pelo qual essas crianças brincam, está diretamente atrelada ao fato delas nascerem “mergulhadas nessa cultura”, uma vez que este aspecto influencia profundamente o seu desenvolvimento, sendo determinante na constituição também da sua cultura.

Por mais que consideramos que a criança não internaliza simplesmente a cultura, mas age em sua produção e transformação, atribuindo significado ao mundo e construindo sua própria cultura, salientamos que para Vigotski, além do desenvolvimento humano se dar em relação as trocas entre parceiros sociais, ele também acontece mediante os processos de interação e mediação. Por isso, as experiências de aprendizado de uma criança que vive em uma determinada cultura são moldadas pela sua participação e ou sua observação dos adultos e suas práticas em detrimento as atividades culturalmente pertinentes aquele contexto. Assim, as crianças, coletivamente, constroem a cultura infantil a partir de uma cultura mais ampla e em diálogo com essa cultura (CORSARO, 1997).

No entanto, para nós adultos, não deixam de ser ações questionáveis no que tange a ser contrária à infância. Isso inclui poder brincar e se divertir, mas também ter uma condição de vida que atenda às necessidades básicas para que tal aconteça, não sendo objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Sendo punido na forma de lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

As declarações acima, estão previstas no artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, mas, a garantia das mesmas, pelo menos em contextos de vulnerabilidade social não se concretizam, sendo alvo de discussões há muitos anos. No tocante às brincadeiras e a forma como elas acontecem, enfatizamos que as mesmas necessariamente precisam ser observadas e analisadas. Pois, o que nos parece é que em contextos que as expõem à situações de risco e vulnerabilidade, podem significar igualmente, contextos de negação da infância ou pelo menos abreviação.

Neste caso, as crianças e a infância que se constituem a partir dessas relações, segundo Marx (2007), devem ser analisadas de acordo com o contexto de suas condições e situações sociais, [...] considerando suas vivências e experiências com os membros mais velhos [...] já que produzem sua existência em grupo.

Ao deparar-nos com a realidade de vida dessas famílias e crianças bastante semelhante aos tempos de docência da pesquisadora, constatamos que a mesma, além de não se diferir em praticamente nada daquele tempo, se intensificou devido a atuação do tráfico de drogas na região. A distinção fica por conta somente do olhar de observação, antes da professora e agora da pesquisadora. O que de fato nos parece, é que as crianças, mesmo diante de todo esse contexto de violência e insegurança, de certa forma, sentem-se livres para brincar, pelo menos no espaços da creche.

Durante as brincadeiras nos espaços externos, percebíamos que além das crianças sentirem-se livres, usavam seus corpos como instrumento para extrapolar seus sentimentos e desejos, aproximavam-se dos adultos e algumas vezes até os convidavam a participar das suas brincadeiras. A liberdade, mesmo que condicionada aos limites existentes nesse contexto, era muito visível em seus olhares, nas formas de manifestações, nos sorrisos e até mesmo nos conflitos que aconteciam.

**Figura 14** - A borboleta e o observar contemplativo das crianças



**Fonte:** Acervo da pesquisadora. Pesquisa de campo (2018).

Pela amplitude desses espaços, quase tudo estava ao alcance delas, a alegria, o prazer de criar, de imaginar e a liberdade para desfrutar daquilo que o parque lhes oportunizava, – algo que para fora dos muros da creche, era impossível de se alcançar – o contato com a areia, as brincadeiras em meio as sombras das árvores que refrescava o ambiente e outras surpresas vindas da natureza que transformavam a rotina.

No entanto, dentro do espaço que compunha a sala, observávamos que a inquietude das crianças, a ansiedade, a falta de concentração, o fato de não conseguirem esperar sua vez ao falar, ao fazer algo, ao ir em algum lugar, – mesmo sendo características já esperadas nesse contexto – foi outro aspecto que nos chamou atenção.

No início das manhãs, nos momentos de diálogo em sala, na organização da roda, elas mostravam-se bastantes ansiosas, demoravam para se concentrar e para realizar as atividades propostas pela professora. A agitação e o uso do corpo como forma de expressão era notável sendo que os conflitos entre elas também.

O comportamento das crianças nos remeteu a pensar sobretudo no balanço bibliográfico que compõem o segundo capítulo desse estudo e traz consigo referenciais a respeito da infância que se constitui em comunidades periféricas, no qual se fundamenta essa pesquisa. Estudos a esse respeito de Arenhart (2012), destacaram que pelo corpo, foi possível perceber a expressão das culturas das crianças numa série de práticas, significados e modos de uso que era comum entre elas na luta por seus interesses.



Ao observarmos essas expressões corporais, notamos que a transgressão, parecia ser para as crianças uma atitude comum, coletiva, compartilhada e cultuada em cumplicidade. Para elas, nos espaços em que os adultos continuamente lutam pelo controle e disciplinamento de seus corpos, atitudes de inquietude, impaciência e até de enfrentamento à eles (adultos), refletem a própria necessidade “dessas crianças de comunidades pobres” serem vistas e chamarem a atenção.

O que para a maioria dos adultos, em especial alguns professores que atuam na IEI é caracterizado por atitudes de indisciplina, agressividade, violência e falta de educação, na verdade nada mais é do que a própria forma dessas crianças se manifestarem, de expressarem seus desejos e discordâncias, diante de um contexto que naturaliza esse tipo de comportamento e muitas vezes dá condições para que de fato eles se intensifiquem.

Diferentemente do uso do “corpo”, quando reunidas na roda de conversas, ao serem questionadas em alguns momentos sobre determinados assuntos, as falas das crianças anunciavam uma perceptível timidez, – a menos que tenham um relacionamento estimado com o adulto em questão, a ponto de confiarem seus segredos, anseios – principalmente sobre alguns temas intocáveis, elas simplesmente não se posicionavam. Segundo a professora, em se tratando de assuntos “intocáveis”<sup>102</sup>, como ela mesmo cita, [...] *elas (as crianças) são treinadas a ficarem quietas.* (Diário de campo, 2018).

No decorrer dos dias, já mais familiarizados na turma, presenciamos momentos em que na roda, – entre uma fala e outra – algumas crianças começaram a relatar tranquilamente para o grupo ocorrências que aconteciam em casa. Citando eventuais conflitos familiares e a presença da polícia em suas residências, de forma bastante espontânea. Porém, outras, ao serem indagadas sobre eventuais episódios que acontecem na comunidade, se intimidavam em dar maiores informações.

Diante dessa experiência, o que de fato nos parece é que enquanto algumas crianças sentem-se livres em falar sobre esses acontecimentos, outras sentem desejo de se expressar no entanto, sabem que isso não lhes é permitido.

Tanto a liberdade, quanto a coação, características nas expressões das crianças, estão relacionadas a linguagem em detrimento a cultura, essa que desempenha papel principal no

---

<sup>102</sup> Termo utilizado pelas professoras da turma e incorporado à pesquisa, devido ao cuidado na forma de exposição de assuntos como: os conflitos gerados pelo tráfico de drogas, as guerras de facções rivais, envolvimento de familiares no tráfico de drogas, conflitos entre policiais e traficantes e conflitos familiares diversos.

desenvolvimento sócio emocional, uma vez que estimula ou desencoraja certos comportamentos (BAKHTIN, 1997).

Ademais, segundo o autor, todas as esferas da atividade humana em determinado contexto sociocultural, estão sempre relacionadas à utilização da linguagem, independente se falarmos ou permanecermos em silêncio. Ou seja, indiferente de qual seja nossa forma de expressão e o tipo de linguagem utilizada, – verbal ou não verbal – ela compreende a expressão do pensamento por meio de elementos comunicativos diversos. Segundo Bakhtin (1997), não falamos ou deixamos de falar no vazio, não produzimos enunciados ou deixamos de produzi-los fora das múltiplas e variadas esferas do agir humano. Portanto, o comportamento das crianças, ao nosso ver, é fruto e reflexo das próprias vivências e experiências em que as mesmas são submetidas no contexto familiar e na comunidade.

No decorrer dos dias, em uma certa manhã, nos sentamos para as primeiras conversas na roda, as crianças estavam bastante agitadas e a professora como sempre tentava controlar esses momentos pedindo que as mesmas “acalmassem seus corações” – frase usada com frequência pela professora, na intenção de atenuar os momentos de maior agitação do grupo – mas, a ânsia em falar acabava por vezes, sendo maior que a própria capacidade da professora de controlá-los. Por isso, a mesma na tentativa de organizar as falas, solicitava àqueles que desejavam se pronunciar, que erguessem a mão e esperassem sua vez.

Nessa oportunidade, uma das crianças nos relatou que na noite passada, aconteceu uma briga entre seus pais. A necessidade de expor o que estava sentindo era visível e então a professora pediu aos colegas que escutassem o que o amigo tinha à falar. A criança contou-nos tudo nos mínimos detalhes, parecendo-nos já estar habituada com tal situação. *Minha mãe pegou uma pedra e jogou nele e ela também ficou machucada, porque ele também bateu nela.* (Diário de campo, 2018)

Em meio as falas que surgiam no dia a dia, ficava evidente as situações de conflitos familiares, como algo bastante corriqueiro e naturalizado. As crianças nos pareciam já estarem acostumadas com esses fatos, no entanto, seus relatos sempre enfatizavam o desgosto pelo ocorrido, o desejo de que eles não voltassem a acontecer.

Quando questionadas sobre o que seria ter uma vida feliz, cada um, da sua maneira, expressava enfaticamente que uma vida feliz se caracterizava também pela harmonia em família e isso se evidenciava cada vez com maior intensidade nos diálogos: *Quando os pais voltam junto sabe! (referindo-se aos seus pais que estão separados) [...] Ah, que o meu pai e a minha mãe não se briguem mais* (Diário de campo, 2018, **grifos nossos**). E assim, as crianças nos

demonstram que a família é o seu “porto seguro” e que o bem estar da mesma é condição para se ter ou não uma vida feliz.

No entanto, sabemos que a harmonia e a forma de convivência familiar se deve à muitos fatores e que um deles é a condição socioeconômica da mesma. Uma família que vive de maneira precária em que os pais não tem o mínimo para manter seus filhos, estará mais suscetível à esses conflitos, uma vez que as preocupações com as formas de subsistência da família, enquanto fundamentais, muitas vezes não são alcançadas.

Durante os meses em que a intervenção ocorreu, muitos foram os momentos em que nos deparamos com situações conflitantes e indignações por parte dos pais que por fim, acabaram sendo consideradas habituais.

Em uma certa manhã, eram pouco mais que oito horas, quando um pai parecendo-nos bastante indignado, aproximando-se da porta da sala de seu filho para o deixá-lo, iniciou um diálogo com a professora. Citou o descaso do poder público com os espaços que antes eram usados para os projetos realizados na comunidade e que segundo ele, agora estão abandonados. O pai, deu como exemplo o prédio do antigo CEC<sup>103</sup>, espaço que fica próximo a creche, bastante utilizado no passado pelas profissionais para compartilharem vivências entre as crianças. *Tá tudo furado à bala, eles* (referindo-se ao poder público) *não se importam com ninguém, aquilo ali tá um horror.* Na sequência a professora respondeu: *É, aquele espaço já foi muito útil pra comunidade, agora ficou só na lembrança, uma pena!*

E assim a conversa terminou, demonstrando mais uma vez, o quanto essas famílias são indignadas e desrespeitadas, porém, sem nada poder fazer, sofrem com o descaso do poder público.

Neste mesmo dia, levamos a turma ao parque para brincar como de costume e após alguns momentos nesse espaço, percebemos que uma das meninas, sentada sob a sombra de uma árvore, em cima de um pneu, ali permanecia por um bom tempo observando seus colegas a brincar. Sutilmente a pesquisadora se aproximou e perguntou para a criança o motivo dela não estar brincando com os demais. Ela disse que não queria brincar e pediu para ficar sentada ao seu lado.

---

<sup>103</sup> Centros de Educação Complementar - serviço desenvolvido à crianças e adolescentes no horário extra escolar, tendo como foco a construção de espaços de convivência preferencialmente na própria comunidade, para oportunizar experiências que favoreçam a socialização e o desenvolvimento das potencialidades. As atividades desenvolvidas nos CEC'S são: artísticas, culturais, esportivas e recreativas, envolvendo dança, música, teatro, jogos, brincadeiras, desenho e pintura, além do apoio pedagógico.

Sentada em cima de um tronco de uma árvore, a pesquisadora ficou a observar, sobre suas pernas estavam o caderno “diário de campo” e um lápis. Sem se intimidar e se aproximando vagarosamente, a criança retirou aquilo que estava sobre as pernas da mesma e sentou-se em seu colo, querendo lhe dizer, mesmo sem falar, “eu preciso de alguém” que me ouça. Nos primeiros segundos, o pensamento que veio à mente da pesquisadora era de qual postura adotar, o que fazer, uma vez que não sabíamos ao certo o que estava ocasionando aquela situação e também não queríamos causar constrangimentos à criança.

No entanto, ao iniciarmos um diálogo, ela nos revelou que estava bastante chateada com sua mãe. Disse que na noite anterior, ao acordar no meio da madrugada, percebeu que estava sozinha em casa, que seus pais haviam saído e a deixado só. E por isso, estava muito triste, porque ficou por horas acordada com medo: *Eu fiquei com muito medo e voltei para cama, mas não consegui dormir mais, nem vi quando chegaram não! [...] fiquei bem triste com a minha mãe.* (Diário de campo, 2018)

**Figura 15** - A infância e suas fragilidades



**Fonte:** Acervo da pesquisadora. Pesquisa de campo (2018).

Além dessas situações se demonstrarem muito comuns nesse contexto, elas exemplificam a fragilidade da estrutura familiar. Destacam o quanto esses pais atribuem aos seus filhos

responsabilidades que estão bem além de suas capacidades e que de certa forma, contribuem para que o fim da infância seja antecipado.

O fato de ficarem sozinhos em casa, cuidarem de seus irmãos menores e exercerem tarefas domésticas devido as várias necessidades e carências que surgem no cotidiano do convívio familiar, são atividades consideradas “normais” nas famílias da classe trabalhadora. As crianças são responsabilizadas por muitos afazeres que são específicos do adulto, uma vez que as mesmas sem outra opção, mesclam a sua rotina diária entre o fazer as tarefas e o brincar.

Tal movimento pode ser percebido quando observamos que os valores e comportamentos do mundo adulto estão misturados ao mundo infantil. No caso de comunidades assim como a Chico Mendes, essas situações são ainda mais frequentes, pois, não raras às vezes, as crianças participam ativamente de todas as vivências familiares, tanto dos bons, quanto dos maus momentos, dos conflitos e eventuais necessidades familiares. Muitas vezes são tratadas e cobradas como adultas, fazendo com que essas crianças não tenham uma infância vivenciada em totalidade, mas do contrário, uma infância abreviada.

Ademais, estudos de Facci (2006), afirmam que tanto a conduta da criança, quanto os seus processos de comportamentos começam a surgir a partir das condições sociais e a influência educativa das pessoas mais experientes, as que a rodeiam, nesse caso em específico primeiro a família. É na infância que a criança adquire suas primeiras vivências e experiências, tanto no contexto familiar, como fora dele e é neste processo que as relações grupais se intensificam na sua vida.

Convivendo por mais tempo com o grupo pesquisado, foi possível observar situações bastante corriqueiras que caracterizavam os comportamentos adultizados das crianças. No decorrer dos dias, a presença da pesquisadora passou a ter uma importância significativa para o grupo. Eles se aproximavam dela à todo tempo. Era notada e até mesmo cobrada. *Oh “prof” porque você não veio ontem? “Prof” conta de novo aquela história do menino pra nós?*

E assim, a mesma foi construindo um contexto no qual, essas relações lhe oportunizaram fazer parte da vida desses pequenos. Assisti-los e ouvi-los em suas mais diversas experiências naquele “mundo” ambíguo, repleto de controversas. Mundo de insegurança, medo, mas também de sorrisos, de lamento, mas não menos de esperança.

**Figura 16** - Os espaços da infância na Comunidade Chico Mendes



**Fonte:** Acervo da pesquisadora. Pesquisa de campo (2018).

Em meio à tantas incertezas que se vislumbram nesse contexto, a certeza irrefutável pode ser contemplada em seus olhares, seus gestos, suas formas de ser, de estar, de brincar, de não brincar, de falar e de não falar, – eventos e experimentos – certezas que se constituem em suas histórias de vida, essência de vida, que tem o poder de nos revelar como é ser criança na comunidade Chico Mendes.

As características específicas do ser criança no contexto da comunidade Chico Mendes e as diferentes histórias de vida das famílias não estão alheias aos problemas corriqueiros que envolvem de modo geral comunidades pobres e isso fez-nos perceber a causa de todas as manhãs serem repletas de surpresas.

A adultização no modo de falar das crianças era bastante perceptível, uma vez que, inseridas precocemente no mundo dos adultos, em seus conflitos e experiências, tornava-se evidente tal comportamento.

Em certa manhã, estávamos no parque e uma das meninas, se aproximando perguntou à pesquisadora aonde a mesma morava. Antes mesmo que ela respondesse, outras colegas se achegando a esse espaço, se juntaram ao diálogo. Logo, estavam ali algumas meninas e começamos a conversar sobre aonde cada uma morava e como eram suas casas. Em meio ao assunto que se desenvolvia, perguntamos à elas com que frequência as mesmas passeavam na ilha e visitavam os pontos turísticos de Florianópolis, como por exemplo, as praias.

Num primeiro instante, observando suas falas, o que pareceu-nos de fato, foi que elas visitavam esses espaços com frequência, porque falavam com bastante naturalidade sobre. As mesmas foram incisivas ao nos revelarem que iam para as praias aos finais de semana e que passeavam regularmente no centro da cidade com suas famílias.

No entanto, quando questionadas de forma mais específica, sobre quais meios de transporte utilizavam para a locomoção, quais os nomes dos locais que frequentavam, entre outras questões, percebeu-se que na realidade elas não visitavam esses espaços com tanta frequência quanto citavam.

A maneira como falavam entre si, suas indagações, nos revelaram que o desejo, a vontade de conseguir ou fazer algo, de estar ou ir à algum lugar, muitas vezes, se sobrepõem a realidade de vida. Para a criança, as vezes, realidade e fantasia se misturam. A fantasia torna-se meio de satisfação de necessidades e subjetividades não atendidas. O faz de conta permite que se faça tudo o que se deseja, servindo como uma grande alívio libertador para as crianças das classe trabalhadora, transformando-se num brincar revolucionário. No caso da creche, sabe-se que as crianças conhecem outros espaços a partir das oportunidades oferecidas pela unidade, algumas poucas vezes durante o ano letivo, ônibus cedidos pela Prefeitura da cidade garantem alguns passeios. Muitas delas, durante os passeios, relatam que dificilmente passam a ponte e algumas se quer conhecem as praias e outros pontos turísticos da capital.

No entanto, a escassez de recursos específicos, por vezes, cria situações que propiciam o desenvolvimento das brincadeiras de faz-de-conta, por meio destas, a criança reinventa elementos para enriquecer suas brincadeiras, vislumbra um mundo diferente, dá asas à imaginação, fantasia seus desejos. Para Silva e Koller (2002, p. 213):

A criança, talvez por ter um menor acesso a brinquedos ou menos oportunidades de estar em lugares onde gostaria de estar, termina por desenvolver fortemente esta habilidade simbólica. É neste contexto que se insere a brincadeira do faz-de-conta fortemente presente nas atividades cotidianas dessas crianças.

Em um outro momento, dialogando sobre o que as crianças faziam em casa, se brincavam, como e com quem brincavam e se elas tinham brinquedos legais. Elas nos apontaram que até brincavam em casa, geralmente com seus irmão, no entanto, nenhuma citou que as brincadeiras envolviam a presença dos pais. Algumas destacaram que preferiam brincar na creche, nas áreas externas principalmente, outras que gostavam de pintar, colar, entre outras atividades manuais que acontecem nesse espaço.

**Figura 17** – As brincadeiras no contexto da creche Chico Mendes



**Fonte:** Acervo da pesquisadora. Pesquisa de campo (2018).

Entre uma fala e outra, algumas crianças disseram-nos que tinham brinquedos sim, como bonecas, bolas, mas não deram maiores destaques à esses objetos. No entanto, o que ficou bastante evidenciado nas falas das mesmas, está relacionado ao tempo em que elas não estão na creche e que acaba sendo ocupado pelo assistir desenhos na televisão. Tal situação não acontece por acaso, isso acomete as crianças por viverem confinadas pela violência e privadas de brincar nas ruas e nos grupos por falta de segurança. Portanto, vivem em casa assistindo televisão e quem sabe na creche, não assistam mais televisão?

Quanto aos brinquedos, mesmo nos espaços da creche, as crianças brincam com objetos diversificados. São incentivadas a utilizarem em suas brincadeiras objetos diferentes, utensílios domésticos e elementos da natureza.

No entanto, isso não significa que as mesmas não apreciam brinquedos industrializados como boneca, bola, bicicleta, entre outros. Até porque, uma grande parte dessas crianças tem contato com brinquedos desse tipo somente no espaço da creche e ou nos finais de ano, no qual algumas empresas privadas lhes presenteiam através de pedidos e cartinhas enviadas pelas próprias crianças ao “papai Noel”.

De certa forma, tais ações trazem alegria para as crianças e alívio para os pais, sendo momentos bastante esperados pelas famílias. Para os pais, porque na maioria das vezes os mesmos não tem condições de comprar um presente para o filho e para as crianças, por ser um dia especial, quem sabe o único durante o ano todo em que elas terão a oportunidade de ganhar



um presente, quem sabe dois, roupa, calçado, brinquedo novo. O prazer de retirá-los da embalagem, um ou mais presentes, comprados e pensados para elas, para esse momento.

No entanto, por mais reais que sejam as necessidades dessas famílias e a forma precária no qual elas vivem, não podemos ser negligentes ao ponto de não considerar que essas práticas são ações assistencialistas de controle e pacificação, uma vez que tentam amenizar a pobreza e conduzir as ações da comunidade, enquanto dispositivos pedagógicos (ROSA, 2016). Políticas e ações paliativas que asseguram de forma parcelar e momentânea suas necessidades, sem garantir melhorias eficazes e permanentes, das quais realmente elas precisam.

Ademais, compreendemos que a problemática se sobressai aos benefícios assistencialistas. Entre os “generosos e os necessitados”, os que doam e os que recebem a doação, existe um abismo de contradições no qual a vulnerabilidade social se intensifica.

Ao localizarmos a criança dessa comunidade, assim como das demais comunidades periféricas, enquanto grupo social que historicamente têm sido vítima de diferenciações nos processos sociais e culturais, também localizamos a perpetuação das desigualdades. Pois segundo Arenhart (2012, p. 51), “[...]as diferenças de classe [...]expressam antes de tudo a condição de desigualdade social que as colocam em maior ou menor vantagens frente ao acesso aos bens materiais e simbólicos necessários na garantia da infância”.

Durante o tempo em que a intervenção ocorreu junto ao grupo, muitos foram as vezes em que tivemos a oportunidade de dialogarmos com as crianças sobre suas histórias de vidas e de suas famílias, suas vivências dentro e fora do contexto da IEI.

No entanto, após estarmos juntos por um longo período, percebemos em conjunto com as demais professoras da sala, que já era momento de iniciarmos as contações de histórias previamente selecionadas para a pesquisa, tendo por intuito, envolver as crianças em uma atmosfera de imaginação e fantasia e proporcionar ainda mais significado aos nossos encontros.

#### 4.1.3 “Conta de novo a história do menino vendedor de chicletes prof.?”

Os contos de histórias e as rodas de conversas, – no qual, a infância que hora se busca observar e analisar, tem a chance de ser desvelada em sua essência e não mais só na aparência – foram usadas como formas de captar dados para a pesquisa, uma vez que possibilitam à criança

liberdade para se expressar e falar de assuntos que muitas vezes ela não consegue ou tem dificuldades de compartilhar (BETTELHEIM, 2002).

Assim como o adulto, a criança está sujeita à sentimentos de solidão e isolamento, de medo e frustrações, e na maioria das vezes, incapaz de expressar estes sentimentos em palavras, podendo fazê-lo indiretamente.

Além de entretenimento, os contos enriquecem as experiências infantis, estimulam a imaginação e ajudam a criança a desenvolver seu intelecto. A autoimagem, os medos, a curiosidade e inquietações naturais que surgem espontaneamente na infância, podem ser respondidas indiretamente por meio dos contos de histórias. Sobre esse aspecto, Coelho (2000, p. 54) afirma:

[...] o maniqueísmo que divide as personagens em boas e más, belas ou feias, poderosas ou fracas, etc. facilita à criança a compreensão de certos valores básicos da conduta humana ou do convívio social. Por meio de sua intuição, a criança compreenderá que estas histórias, mesmo sendo irreais ou inventadas, não são falsas, pois em suas experiências pessoais, elas são semelhantes.

Portanto, a criança é impulsionada a identificar-se com o belo e bom, não devido a sua beleza ou bondade, mas por encontrar nele a personificação de seus problemas infantis. Ademais, as histórias que trazem aspectos da realidade da vida, oferecem o suporte exemplificado necessário para a criança assimilar e compreender, principalmente valores que são complexos demais para seu entendimento. Além de tantas outras finalidades, as mesmas podem ainda mostrar à criança o quanto é necessário suportar as dores, enfrentar dificuldades e correr riscos para se conquistar a identidade própria.

Por meio dos exemplos contidos nas histórias, as crianças adquirem maior vivência. O contato com os impulsos emocionais, as reações e os instintos comuns aos seres humanos e o reconhecimento dos fatos e efeitos causados por estes impulsos, são exemplos de vida. Coelho, (2010, p. 116) acrescenta que: “[...] há uma identificação essencial entre as invariantes que estruturam essas narrativas maravilhosas e as exigências básicas que a vida faz de cada um de nós, para que nos realizemos plenamente como indivíduos e seres sociais”.

Portanto, nossa intenção se pauta em fazer uso desse instrumento pedagógico, enquanto ferramenta metodológica, para abordar questões relevantes à pesquisa, escutar as indagações das crianças e assim compreendê-las.

As contações se iniciaram no segundo semestre de 2018. Em uma manhã, como havíamos combinado, – pesquisadora e demais professoras da turma – aconteceu o primeiro momento de

intervenção junto às crianças, no qual, trouxemos para elas a história do “pequeno vendedor de chicletes”<sup>104</sup>. A história contava a vida de um menino pobre, morador de uma comunidade da periferia, no qual desde muito cedo teve que trabalhar para ajudar sua mãe no sustento da família, necessidade essa que se pautava na ausência da figura paterna e nas muitas dificuldades econômicas que a mesma sofria.

Ao principiar a intervenção, convidamos as crianças a sentarem-se em roda para ouvirem a história, mas, verificamos que algumas delas apresentavam dificuldades para se concentrar, estavam inquietas. Entretanto, no decorrer da apresentação da história, quando a mesma passou a revelar as amarguras vividas pelo personagem, as crianças se entusiasmaram e começaram a prestar mais atenção.

Concluída a história, foram iniciadas as questões que os levariam a pensar sobre a situação vivida pelo menino, o contexto em que a mesma aconteceu e os motivos que determinaram o seu trágico fim.

Após várias indagações, relacionando os aspectos citados às suas próprias vidas, iniciou-se um diálogo bastante aberto, espontâneo, porém intenso, no qual, as crianças demonstraram-se bastante incisivas nas respostas nos deixando bem surpresas.

Dialogamos sobre a estrutura familiar que o menino vendedor de chicletes tinha e logo surgiu o primeiro questionamento referente a família do garoto que se tratava da mãe, irmãos menores, avô e avó materna. O primeiro questionamento se pautou em sobre o que será que havia acontecido com o pai do menino que não morava com a família? Várias foram as hipóteses elaboradas pelas crianças: *Mãe e pai separaram. Acho que os pais dele se brigaram e ele foi embora lá pra bem longe, lá pra Bahia. Acho que eles separaram e o pai dele foi namorar com outra mulher.* Outras crianças diziam: *Eu acho que o pai foi preso porque fumava maconha.*

E as questões continuaram até que dissemos: Mas será que os pais saem de casa só porque brigam com as mães? A resposta veio muito rápido e em coro: *Não!* Uma das crianças logo respondeu: *Meu pai saiu de casa pra ir pra cadeia, [...]ele deu um soco na janela e cortou a mão e minha mãe deu um soco bem aqui na barriga dele.*

Logo, os colegas começaram a contar cada um sua história, mas o menino sem hesitar continuou: *[...] também porque ele se brigou com minha mãe e a polícia tinha que pegar ele e*

---

<sup>104</sup> Uma das histórias selecionadas e previstas enquanto instrumento metodológico para o momento de intervenção direta da pesquisadora com as crianças.

*ele estava com uma camisa preta e ele vestiu uma máscara de ladrão, daí quando ele foi pro beco fumar maconha e escutar música de funk, daí a polícia levou ele* (Diário de campo, 2018).

Ficamos a imaginar que, assim como a vida nada fácil do personagem da história contada pela pesquisadora, estavam ali, logo a nossa frente, crianças com histórias diversas, relatos de conflitos familiares, situações inimagináveis, vivências e experiências que agora passavam pela cabecinha daqueles pequenos – no qual, por meio da história do pequeno menino que vendia chicletes – não mais sentindo-se sozinhos em suas aflições, viam-se à vontade em expor suas dores, como forma de se manifestar e de se esvaziar de si mesmos.

Ao escutar suas indagações e hipóteses, veio-nos a mente alguns relatos em que as crianças de forma espontânea sentiram-se seguras em socializar conosco, – nos dias que antecederam esse momento da contação, durante as brincadeiras no parquinho, na quadra – a respeito de conflitos familiares, percebidos com mais frequência que o esperado ou desejado nesse contexto. Lembramo-nos também, da própria estrutura das famílias que durante as entrevistas se mostraram bastante distintas, monoparentais, comunitárias e extensas.

Quando questionados sobre como era a vida do menino vendedor de chicletes, nos apontaram como sendo uma vida difícil, ruim, infeliz. Destacaram que ele deveria ter tempo para ir pra creche, brincar, ter comida, tudo que uma criança deveria ter para ser feliz. E se assim não fosse, ele teria uma vida infeliz.

Ao perguntar-lhes o que era ter uma vida infeliz. Nos responderam, que era não ter comida, ficar de castigo, não brincar e nem assistir televisão. Uma das crianças citou que ter uma vida infeliz era para ela; [...] o seu [...] *pai pegar a arma* [...] e assim continuou; [...] *e brigar com a minha mãe*.

Quando os questionamos sobre o que é ser uma criança feliz e se eles eram felizes; a grande maioria disse que sim, eram felizes. No entanto, alguns em seus relatos, apontaram que ser feliz se resumia em [...] *ter brinquedos, tempo para brincar, ter comida, assistir televisão, ir pra creche; brincar, jogar bola*.

Outros que ser feliz seria; [...] *ter vida boa pra comer, pra brincar, pra ficar saudável*. Duas falas nos chamaram a atenção, dos quais; uma das crianças destacou; [...] *que pra criança ser feliz, o pai e a mãe tem que volta de novo* [...] (referindo-se aos seus pais que estavam separados). E a outra relacionou a sua felicidade ao pai e nos disse; [...] *quero que ele saia da cadeia e não pegue mais arma*, (referindo-se ao pai que está preso).

Interessante pensar que o ter uma vida feliz para essas crianças está diretamente atrelada não somente a ter comida, brincar, mas, a resolução principalmente de conflitos familiares e

outras situações que envolvem a intervenção policial. A soltura de seus pais da cadeia e a esperada mudança de comportamento dos mesmos. A família para essas crianças, nos pareceu significar sua principal referência e se ela (a família) está bem, quase tudo para elas está bem!

Questionados sobre se gostavam ou não de vir para a creche, de estar na creche, foram incisivas em nos dizer que sim. Que gostavam de brincar no parquinho, na quadra, de pintar, desenhar. Ao perguntarmos sobre o que menos elas gostavam na creche; disseram ser dos “tiros” que acontecem [...] *no parquinho, lá fora*. E continuaram relatando que quando isso acontece, [...] *a gente sai correndo aqui pra sala e se abaixa*.

Na sequência, perguntamos às crianças acerca de quem estaria atirando e porquê. Uma delas respondeu: *Os ladrões!* [...] e outra rebateu: *Não é ladrão não é ladrão, é os “guris” da Chico. Eles dão tiro na polícia!* Então uma terceira criança, parecendo-nos saber em detalhes o que ocorre nesse contexto nos relatou: [...] *dão tiros nos daqui. É que tem que ver qual dos “guris”, se é lá de cima ou daqui de baixo, tem uns que são amigos, daí eles protegem a gente entendeu, todo mundo que mora lá, os da Mateus*.

É Interessante perceber o quanto as crianças reconhecem as regras e elas se destacam em suas falas, inclusive aspectos sobre os limites territoriais impostos pelos grupos rivais, como sendo regras normais, devendo ser expressamente seguidas na comunidade.

Assim como a fala, o comportamento das crianças é igualmente conduzido pelo viés da estrutura e cotidiano de regras e normas criadas e ou impostas pelos moradores da própria comunidade, – considerando a “lei do mais forte”<sup>105</sup> – determinados pela condição de vida local (ROSA,2016). Ou seja, assim como a forma de vida dessas famílias está condicionada às carências socioeconômicas e deficiências nos serviços públicos, está da mesma forma condicionada às formas de organização do tráfico de drogas da região.

Na sequência, outra criança entrou na conversa e disse: [...] *Mas eles matam as pessoas!* [...] referindo-se aos “guris” da Mateus. E a criança que estava falando anteriormente, destacandose pelos detalhes citados, replicou: [...] *Não é não. É os “guris” da Chico que matam*.

Questionadas sobre o porquê, suas respostas foram: [...] *por que eles são bandidos e tem armas, eles matam os outros*. E a criança que estava argumentando anteriormente continuou: -

---

<sup>105</sup> Termo usado por Rosa (2016), que se refere as forças opressoras do tráfico de drogas, da polícia armada que frequentemente faz rondas nas favelas e dos constantes conflitos entre elas.

*Oh! Não é bandido, é os “guris” da Chico. - Quem? Perguntei novamente: Os “guris” aqui da Chico (Diário de campo, 2018).*

Sobre o termo “guris”, consideramos importante retomar algumas considerações feitas no primeiro capítulo desse construto sobre o contexto da comunidade Chico Mendes a partir dos depoimentos de moradores mais antigos, que fazem referências sobre os “meninos ou guris” do tráfico como sendo filhos da comunidade. No entanto, nos impressiona ainda mais ao constatarmos que assim como na linguagem dos adultos, as referências e termos “guris ou meninos” da Chico ou da Novo, enquanto personagens do tráfico, estão de maneira semelhante explícitas no vocabulário das crianças. Nisso, observa-se o quanto a linguagem é uma atividade humana, histórica e sociocultural.

Ao analisarmos o uso desses termos linguísticos pelos adultos e posteriormente pelas crianças, verificamos que a linguagem, – enquanto um dos aspectos da cultura, em específico nessa comunidade – é apropriada pelas crianças, uma vez que no convívio com seus pares, familiares e outros membros mais experientes, habitualmente esses termos são utilizados durante os diálogos.

É na e pela linguagem segundo Bakhtin (1997), que o ser se constitui, pois, o que pensamos e o que falamos é a expressão do que vivemos e a ação humana se faz pela linguagem, entendida aqui, como um mecanismo de ação do sujeito, uma vez que todas as esferas da atividade humana estão sempre relacionadas a sua utilização. Nessa perspectiva o autor destaca que:

[...] na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida. (BAKHTIN, 1997, p.99).

Tais eventos são expressões da inserção delas nesse contexto sociocultural, da interação com membros de seu grupo e de sua participação em práticas sociais historicamente já construídas e consolidadas em sua família e nessa comunidade.

Lembramos ainda que, segundo Vigotski (2001), a criança incorpora ativamente as formas de comportamento, de linguagens já consolidadas na experiência humana dos membros mais experientes de seu grupo e nesse caso, as crianças da comunidade Chico Mendes agem dessa forma porque já incorporaram culturalmente esses conceitos, transformando-os em maneiras de ser e viver.

Para algumas crianças, tudo que se diz respeito a violência na comunidade assusta e o medo é visível ao ponto delas terem receio até mesmo de tecer comentários sobre o assunto. No entanto, outras crianças, – supondo ser as que tem suas famílias mais envolvidas nesses movimentos, ou as que participam em casa dos assuntos, junto aos adultos – são enfáticas em relatar acontecimentos e contar em detalhes como eles ocorrem, inclusive às vezes, defendendo uma das partes, em específico e de acordo com o lugar em que sua família reside.

Numa certa manhã, durante uma roda de conversa, nosso diálogo prossegue e novamente as crianças voltam a comentar sobre os tiros. Contam-nos que no domingo, um homem foi morto aqui na comunidade. Disseram que a polícia veio. Aproveitando o ensejo, perguntamos: E vocês, tem medo da polícia? Em coro, disseram: *Não, não*. Continuamos. Por quê? Logo todas quiseram falar ao mesmo tempo, no entanto as falas que se destacaram foram as de três crianças que responderam; *não [...] porque a polícia protege nós. [...] E a outra disse; [...] A polícia cuida das crianças [...] E a última completou; [...] polícia dá beleza pra nós.*

Quando já estávamos nos distanciando desse assunto, uma das crianças se aproximou e exclamou: *Sabe prof. [...] eu nem tenho medo da polícia, porque já tô acostumada com tiro, nem do bola, durmo em paz [...] e continuou [...] Eu não tenho medo porque eu já tô grandinha e eu não preciso ter medo.* (Diário de campo, 2018). Por um instante, ficamos estarecidos com as declarações. Não sabíamos o que responder e muito menos como continuar o diálogo. Sem ação, somente dissemos à ela que não deveríamos nos acostumar com coisas ruins e tiro era coisa ruim.

Mais tarde, após encerrada a roda de conversas, o grupo foi ao parque. Ali, sentada sobre um toco de árvore encostado no muro, observando as crianças brincarem, a pesquisadora ficou a pensar sobre tudo que havia escutado. Eram tantas falas, tantas revelações. A mesma, sempre achara que seria bem difícil passar credibilidade e confiança às crianças ao ponto delas se revelarem, de abrirem seus corações sem reserva de contarem seus anseios, tribulações e desejos.

Diante de tantas revelações, o desafio de agora em diante se ancorava não mais na busca de elementos a respeito da infância que hora se revelara, mas, nas formas mais fidedignas possíveis de como falar, escrever, detalhar e analisar tudo que se tem visto, ouvido e observado sobre.

Ademais, a respeito das reais necessidades dessas crianças e do comprometimento que devemos despender em prol das mesmas, torna-se importante destacarmos dois aspectos relevantes para esta pesquisa; a tentativa de diagnosticar, – pelo menos alguns – condicionantes sociais no contexto em que elas se inserem, e depois em compreender em que medida esses condicionantes influenciam positivamente ou negativamente suas vidas e infância.

Apesar de levarmos em consideração a análise dos dados e a conclusão dessa pesquisa em totalidade, de imediato, logo nas primeiras aproximações com o contexto social e sujeitos da mesma, foi-nos possível constatar que as maiores problemáticas que envolvem essas famílias, estão interligadas à sua condição socioeconômica. Ademais, ao abandono do poder público e a não garantia mínima dos seus direitos, em específico às crianças e a infância, que legitimamente estão se constituindo enquanto filhos e filhas da classe trabalhadora, em meio a um contexto de extremo enclausuramento, risco, vulnerabilidade e de extrema violência.

Não somente a violência que se constitui a partir do tráfico de drogas, – entendendo que a mesma também tem aspectos diretamente ligados à ordem socioeconômica – mas, a violência que cotidianamente se constata no bojo das famílias em decorrência da miserabilidade em que vivem por conta das desigualdades sociais e que de certa forma acaba sendo naturalizada em sociedade. Das condições sub-humanas de como vivem, da falta de estrutura de suas moradias, falta de serviços públicos de qualidade; saúde, segurança, educação, das condições psíquicas dos pais e crianças que sentem-se abandonados pelo poder público (FORTKAMP, 2008).

Num certo dia, ainda no período da manhã, nos sentamos à roda. Ao recordar as crianças sobre a história contada “o pequeno vendedor de chicletes”, a pesquisadora inicia uma conversação, deixando-as à vontade para suas indagações. Algumas pediram para que a história fosse recontada e a mesma assim o fez. Após abordados vários aspectos da mesma, foi proposto à turma, que a partir de sua imaginação, construíssem novos enredos e versões diferentes da original. A pesquisadora, enquanto uma opção, começou a apresentar às crianças a sua nova versão.

A história com novo enredo, trazia o menino, – antes um personagem de futuro trágico – como uma criança persistente, audaciosa, corajosa, destacando a capacidade que o mesmo tinha de criar formas para voltar a estudar, conseguir emprego e com o passar do tempo, ingressar em uma universidade, transformando-se em um professor que logo passaria a ministrar aulas na comunidade de origem, na escola Américo Dutra.

A história gerou grande repercussão no grupo, dando início a um diálogo sobre o futuro e as profissões que cada um gostaria de exercer quando adulto. Começamos a falar a respeito das profissões dos pais, mas as crianças queriam mesmo era falar sobre o que cada uma queria ser quando crescesse.

Iniciados os questionamentos, perguntamos à elas se gostariam ou não de continuar estudando quando adultas. Em coro responderam que sim. Que queriam estudar bastante, algumas arriscaram inclusive citar o nome do colégio que queriam frequentar quando saíssem da creche, já que este é o último ano delas nesse espaço educativo.



Indagadas sobre quando crescessem o que queriam ser, surgiram em suas respostas várias profissões; *Eu quero ser dona de mercado*. A outra; *Eu quero ser bombeiro*. E continuaram; *Eu vou ser veterinária... Eu, piloto de helicóptero... Eu quero ser médico... professor*. Uma das crianças disse em meio as falas que se entrecruzavam: [...] *eu quero ser advogado*. Rapidamente um colega levantando o braço apreensivo em falar continuou; [...] *eu também quero ser advogado pra tirar meu pai da cadeia e depois eu vou estudar de novo pra jogar futebol*.

Mais uma vez surge em meio aos diálogos, a intenção de se tornar alguém que possa auxiliar a família. Em meio a essas situações e falas, constatamos que as vontades próprias ficam em segundo plano. Ou seja, o filho que cresce, antes de se tornar um jogador de futebol, enquanto seu sonho, torna-se um profissional capaz de tirar o pai das amarras da prisão. Histórias bastante comuns na comunidade. (Diário de campo, 2018)

Logo no início de uma das manhãs, a professora da turma, na roda, dialogando com as crianças, cita que uma das professoras está ausente e que por um tempo a pesquisadora ficaria com eles enquanto a mesma faria o seu horário de lanche. Quando a professora se ausentou da sala, permanecendo sentados em roda, começamos a cantar alegremente algumas canções. No entanto, inesperadamente uma das crianças, em meio a pausa entre uma canção e outra, disse: *Prof. conta pra gente uma história!* Nesse instante, percebemos que seria o momento ideal para contar-lhes a última história, o conto do “Chapeuzinho Amarelo”, então assim o fizemos. A história que fora contada, refere-se a vida de uma menina que tinha medo de tudo, paralisada pelo medo, ela não comia, não brincava, não sorria, não se divertia. Mas, do que ela mesmo tinha medo era do Lobo Mau. Certo dia, ela decidiu enfrentar seus medos e reagindo com ousadia e coragem fez com que o lobo ficasse decepcionado e fosse embora. Então a menina começou a desfrutar de tudo que estava ao seu redor, com coragem enfrentava todos os medos, passando a ter uma vida mais feliz.

A história foi selecionada por trazer em seu enredo fatos muito semelhantes entre a vida da personagem e as histórias de vida das crianças que residem na comunidade Chico Mendes. Num contexto de medo e insegurança, a contação tem como propósito, desafiar e encorajar as crianças a enfrentarem suas dificuldades e os seus medos a exemplo da menina.

Ao término da história, as crianças espontaneamente começaram a falar sobre seus medos. Medo de monstros, de criaturas de outro mundo, do boneco assassino. Dialogamos sobre medos da imaginação e medos reais. Elas começaram a falar sobre ter medo de dentista, de injeção, de tirar sangue, de barata, de cobra.

Então, uma das crianças disse: *Eu fui no dentista, e lá ele colocou uma massinha no meu dente e eu fiquei esperando, fiquei, e nem doeu e nem fiquei com medo não.* Outra disse: *Eu tenho medo de bandido!* Quando questionada por quê, ela respondeu: *Porque eles matam a gente!* Logo, uma das crianças falou: *É a polícia que mata os bandidos! E os bandidos matam a polícia!* Nesse momento várias falas se entrecruzam e dentre elas uma criança disse: *Eu não tenho medo não, eu fico paradinho aqui oh, eu não choro, eu não grito! A Júlia tem medo né?*

*Mas porque ela é menina!*

Dando prosseguimento ao diálogo, perguntamos às crianças do que elas tinham medo e uma delas erguendo o dedo, pedindo consentimento pra falar e disse: *Da polícia!* Uma coleguinha rebateu: *Ah, ah, a polícia não mata a gente [...] a polícia não tem nada a ver, porque aquele dia eu estava saindo ali e eu dei tchau pra polícia e eles me deram tchau! Eles são bonzinhos, eles não são ruins.* (Diário de campo, 2018)

Perguntadas sobre se em casa elas tinham medo de alguma coisa, uma das crianças disse: *Eu tenho medo de noite, quando vou dormir de sonhar com alguma coisa perigosa.* Questionados sobre se eles sabiam se os pais tinham medo de alguma coisa. Eles nos disseram que seus pais não tinham medo de nada. Algumas disseram que tinham medo do escuro. Perguntadas sobre o que elas achavam que tinha no escuro. *Muitas coisas!!* Foi a resposta.

Continuamos questionando-as acerca dos medos. Perguntamos se as mesmas tinham medo de alguma coisa na comunidade. Uma criança respondeu: *Eu tenho medo, aqui da tiro!* Novamente as questionamos sobre o porquê delas terem medo de tiro e uma criança respondeu: *A minha mãe mora na ponta* (referindo-se a morar no limite dos territórios entre as gangues rivais), *ai ela coloca a minha irmã dormir comigo na cama. Eu com a cabeça pra cá e ela pra lá, quando começa os tiros.* Uma das crianças falando sobre o amigo que acabara de relatar a situação, complementou: *Oh, prof. ele disse que quando dá tiro a irmãzinha dele se agarra na barriga dele e fica toda se tremendo, parece um gato, né?* E terminou sua fala, buscando a afirmação do amigo citado que finalizou o diálogo com a seguinte frase: *É mesmo, ela fica toda se tremendo. E além do mais, ela mijá na minha cama.* (Diário de campo, 2018)

Ainda falando sobre a comunidade, lhes perguntamos se elas brincam pelas ruas da mesma. A resposta veio rapidamente em tom exclamativo e assustador: *Não maluca! E se começa os tiros?!* A criança nos respondeu nesse tom, achando que estávamos nos referindo a brincar pelas ruas no período noturno.

Como forma de possibilitar um momento para o grupo compartilhar algo que lhes trouxesse alegria e não medo, mudamos de assunto. Na sequência, as questionamos sobre qual seria o sonho delas e o que cada uma gostaria que acontecesse de bom em suas vidas e na

comunidade. As respostas foram variadas: *Ah, que eu andasse de bike na rua. Queria ficar na rua soltando pipa. O meu sonho era ter um monte de gente aqui na frente, de crianças brincando aqui na rua e eu andando de bicicleta no meio da rua.* Continuamos: E porque você não faz isso, não anda de bicicleta na rua? Ela respondeu: *Ué, porque não né, maluca! Não dá pra andar de bicicleta na rua! É perigoso!* Perguntada novamente sobre o assunto ela disse: *Lógico que não né! Tá tudo quieto, quando tá tudo quieto, fica tudo meio suspeito.*

Perguntamos às crianças sobre o que elas gostariam que acontecesse em suas vidas, que as deixariam mais felizes naquele momento. *Pra ser bem feliz eu queria que quando fosse o meu aniversário eu ganhasse um presente e comesse bolo lá na casa da minha tia.* A colega continuou: [...] *Eu queria ir lá na casa da Lavínia, no dia do aniversário dela pra levar um presente pra ela.* Outra criança falou; [...] *Eu queria ganhar uma prancha.* E por último; [...] *Eu queria ganhar uma bicicleta.*

Algumas crianças continuaram nos dizendo que quando crescessem, queriam estudar muito e morar fora da comunidade. Quando ganhassem dinheiro queriam comprar comida e uma casa longe dali.

A maioria das crianças citaram que iriam ganhar dinheiro e morar em outro lugar. Uma das crianças destacou em seus relatos o porquê de não querer mais morar na comunidade e nos disse: *Quando eu ganhar dinheiro, vou alugar uma casa e morar fora daqui, longe daqui, por causa que aqui da tiro. Eu vou ter dez filhos e a vida deles vai ser; comer doce e brincar. [...] Eu vou comprar uns brinquedinhos de bebê pra eles né?!* (Diário de campo, 2018)

Para finalizar o momento, lembramos as crianças de que às vezes o medo vem da nossa cabeça, que a gente pode controlar alguns medos, mas outros não. Dissemos à elas que igualmente na história, em nossa vida também sempre teremos medos para enfrentar e como a Chapeuzinho Amarelo, nós não devemos nos intimidar diante deles.

Afirmamos que cada um era especial e capaz de superar muitos medos e desafios, independentemente de quais forem. Atentas ao que estávamos falando, elas concordaram com um balançar de cabeça e nossa roda de conversas se encerrou. (Diário de campo, 2018) Enfim, as contações se encerram e as rodas de conversas também, o que fica são as reações, as falas, as declarações sobre o modo de vida dessas crianças e suas famílias diante desse contexto. As formas de expressão captadas e registradas no diário de campo, nos áudios, nas imagens fotográficas e especialmente em nossa memória. Vivências de momentos contraditórios que nos trazem à tona denúncias, feitas tanto por meio da fala, quanto do silêncio.

Momentos em que a alegria e tristeza se misturavam, em que a imaginação, a fantasia e a realidade se confundiam diante de um contexto surpreendente, em que tudo é possível, tudo pode acontecer, nada é realmente controlável, nem mesmo previsível, inclusive o modo de viver.

#### 4.2 OS LUGARES DA INFÂNCIA NA COMUNIDADE CHICO MENDES

As diversas construções histórico-sociais do conceito de infância que se constituíram ao longo dos tempos, retratam os perfis de criança delineados nas esferas científicas, políticas, artísticas e principalmente econômicas, construindo e desconstruindo imagens.

No entanto, a conceituação de infância deve estar clara para a compreensão das particularidades e a diversidade das condições de vida das crianças brasileiras, uma vez que a mesma, evidencia múltiplas realidades na atual sociedade. Baseados nessa tese, defendemos que o aspecto socioeconômico as coloca em condições diferentes umas das outras, ainda que seus direitos estejam assegurados juridicamente e por isso, afirmamos que elementos de gênero, raça, cultura, sob a forma capitalista de produção e da estrutura classista da sociedade, ao mesmo tempo em que transbordam a classe social se encontram em grande medida determinados por ela. Portanto, a origem da criança em relação aos diferentes contextos socioculturais é determinante na produção de sua cultura, sendo condição específica para sua infância.

Ademais, é importante considerar que a própria condição em que o trabalho se encontra na sociedade, as relações e as transformações históricas que o constituem, e que fizeram emergir tanto a divisão de classes, quanto a concepção moderna de infância, já apontadas anteriormente nesse estudo, reverberam a posição em que se encontram a família trabalhadora, bem como a infância.

As vivências no espaço da IEI, as observações, os relatos das crianças, profissionais e famílias, nos apontaram, que as mesmas vivem em um contexto de inúmeras dificuldades socioeconômicas. Durante as entrevistas com as famílias e os diversos diálogos com as crianças, verificou-se que o sentimento de abandono e desfiliação é evidente em seus discursos, sendo ele, relacionado à situação socioeconômica das famílias, bem como às políticas públicas inexistentes e ou precarizadas direcionadas à comunidade.

Para além disso, estão o medo, a insegurança, – muito presentes nas falas tanto das famílias entrevistadas, quanto das crianças – decorrentes dos conflitos gerados pelo tráfico. E não menos pela polícia que ao tentar cumprir seu papel de “pacificadora”, – devido a sua forma

de abordagem – passa a ser considerada “ameaçadora” Nesse embate as famílias tornam-se reféns nesse contexto e a infância confinada à ele.

Na análise dos dados, constatou-se o grande desejo que elas têm de brincar nas ruas com seus amigos, jogar bola, andar de bicicleta livremente, sem medo dos “tiros” – termo usados por elas – e quanto às famílias, ficou evidente o mesmo desejo, de sentirem-se mais à vontade nas ruas, – durante as entrevistas, as famílias citaram como era no passado, a tranquilidade, a liberdade que elas tinham em andar pela comunidade – em poderem se sentar à frente de suas casas para baterem um papo com a vizinhança e observar seus filhos brincando livremente nesse espaço. No entanto, a forma pelo qual elas acreditam que poderia vir essa mudança, se pauta em políticas públicas que garantam mais segurança para a comunidade, na presença ostensiva da polícia, na permanência da mesma em pontos estratégicos e no combate mais eficaz da criminalidade.

Outra questão importante a considerar, são os conflitos familiares que envolvem as crianças e o processo de adultização que elas vem sofrendo. A partir das rodas de conversas com as mesmas e entrevistas com as famílias, constatou-se que essa característica se dá mediante a própria organização da estrutura familiar. As poucas possibilidades, a falta de acessibilidade e oportunidade, as formas de confinamento, – maneira pela qual, elas tem sido cuidadas pelo poder público – acabam refletindo conseqüentemente nos relacionamentos familiares e isso tem sido fator determinante no modo de vida deles e das crianças.

Na maioria das vezes, famílias em situação de vulnerabilidade social, são levadas a imporem à seus filhos responsabilidades que estão além de suas capacidades e os expõem aos conflitos e dificuldades familiares, tornando-os partícipes de assuntos próprios dos adultos. Tal comportamento familiar, faz com que o fim da infância seja antecipado, uma vez que ao tratar as crianças como adultos, cria-se a impossibilidade delas viverem a totalidade da sua infância. Percebemos este movimento quando observamos que os valores e comportamentos do mundo adulto estão se misturando ao mundo infantil, assim como acontece nesse contexto.

Desta forma, as crianças constroem sua cultura mediada pela vida delas e dos adultos e isso pôde ser constatado também na maneira pela qual, elas brincam com seus pares, resolvem conflitos e se relacionam no grupo. Às vezes, passando até mesmo a imagem de indisciplinadas e mal educadas, devido ao uso excessivo do corpo como instrumento e possibilidade de extrapolar seus anseios, romper limites e vivenciar a infância.

A intervenção no campo, o contato direto com os sujeitos da pesquisa, o ouvir suas vozes, revelam um mundo bastante peculiar das periferias. Há uma grande diferença entre ficarmos a

par dos índices de exclusão social – fome, falta de moradia, ausência de infraestrutura sanitária, exclusão e situações de fracasso escolar, desemprego – através da mídia televisiva ou impressa e testemunharmos estas situações a partir do contato mais estreito com estas pessoas, estes sujeitos.

Isso muda a perspectiva, pois, para compreender como as crianças se constituem e constituem sua infância, enquanto filhos e filhas integrantes da classe trabalhadora, foi preciso “a priori”, superar as teses que responsabilizam essas famílias pelo engrossamento da violência, do crime e tráfico de drogas ou os caracterizam como individualistas, desinteressados e apáticos politicamente.

Interpretando-as a partir de suas percepções de vida, mundo, sociedade, em seu “lócus”, dialogando com as mesmas e tomando como base o espaço de convivência diária e cotidiana da creche Chico Mendes, foi possível perceber que a existência da fome, do desemprego, de situações de fracasso escolar, da falta de moradia, não é senão, resultado da própria desigualdade social, bastante presente em sociedades capitalistas, – nas periferias, comunidades pobres como é o caso da Chico Mendes – que acomete essas famílias, tornando-as vulneráveis socialmente.

Entretanto, a questão não se centra apenas na condição desfavorável em que se encontram essas famílias, mas no poder público tentando se eximir de suas obrigações, e as responsabilizando por viverem nessa condição. Por isso, essa questão, não pode redundar apenas em denúncia, mas repercutir em mudanças concretas e na construção de políticas públicas que possam reverter este quadro, apontando para os movimentos sociais. Não se trata de ser a solução, porém essas políticas podem retirar um pouco da carga e a responsabilidade que tem recaído sobre a família.

Certamente o que podemos constatar é que a infância que se constitui nessa comunidade, além de ser o retrato, o reflexo das relações familiares, ou seja, socioculturais que se apresentam nesse contexto, também se caracteriza principalmente pelas desigualdades sociais que as expõem à viver uma infância enclausurada, alienada à esse contexto. Baseado na análise dos dados, nas observações e conseqüentemente no que a pesquisa nos revelou, afirmamos que esses são os lugares da infância na comunidade Chico Mendes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos este estudo, nossas concepções eram baseadas em naquilo que de certa forma ouvia-se falar da comunidade Chico Mendes, das opiniões alheias, do senso comum. E portanto, de opiniões distantes desse contexto.

As experiências de docência oportunizaram alguns ensaios para que de maneira ainda rudimentar, pudéssemos observar esse território a partir de “novas lentes”. Entretanto, o papel “peculiar” de educadora, mediante a realidade vivenciada, esbarrava nas vias do sentimento que inevitavelmente, – por vezes – ocultava o que de fato era real. Porém, diante do olhar observador de pesquisadora e da análise dos dados coletados, desvelou-se uma infância notadamente confinada, refém do medo, da “lei dos mais fortes”, estigmatizada pelo descaso e exclusão. Infância que historicamente tem sido determinada segundo protocolos de sociedades sufocadas pelas amarras da desigualdade e da divisão de classes.

Os aspectos que desvelaram a infância da comunidade Chico Mendes, se ancoraram primeiramente nos referenciais bibliográficos e documentos da IEI, no entanto, efetivamente se consolidaram a partir da análise dos dados da intervenção junto às crianças, profissionais e famílias, das experiências e vivências na rotina diária da creche e das várias situações que denotam a organização de vida das famílias e as formas pelas quais as crianças vivem a infância, mediante sua condição de classe.

Ao nos aproximarmos do lócus e sujeitos da pesquisa, da realidade vivenciada pelas famílias e crianças, – com base na compreensão das teses marxistas e da Teoria Histórico Cultural – nos deparamos com uma realidade que impreterivelmente, nos remete a pensar sobremaneira no contexto sociocultural, mediante a qualquer situação de análise prévia sobre a infância.

Nessa perspectiva, nos reportamos à Vigostki (2001) e à seus estudos, que atribui enorme mérito ao papel das relações sociais no desenvolvimento infantil, alegando que a principal razão de seu interesse no estudo da infância não é pressupor, mas explicitar que o processo de desenvolvimento humano é socialmente constituído (REGO, 2011).

Dada a importância desta tese, que fundamentalmente considera esses elementos como indicadores e condicionantes socioculturais, que tanto influenciam na organização da vida das famílias trabalhadoras e na constituição social da infância, quanto são influenciados por elas,

nossas considerações finais a respeito desse construto se debruçam enfaticamente sobre aspectos que se orientam a partir da história e constituição social da comunidade Chico Mendes.

Sobre esse aspecto, estudos de Vigotski, apontam que quando inserida em um dado contexto cultural, a criança a partir de sua relação com membros de seu grupo e de sua participação em práticas sociais historicamente construídas, incorpora ativamente as formas de comportamento já consolidadas na experiência humana. Pois, a cultura não é pensada por Vigotski (2001) como algo pronto e acabado, sistema estático, no qual o indivíduo se submete mas, segundo Oliveira, 1993, p. 38; “como uma espécie de palco de negociações em que seus membros estão em constante movimento de recriação e reinterpretação, de informações, conceitos e significados”.

Nesse ímpeto de negociações é que os indivíduos recebem influências e influenciam nas relações sociais “tornadas econômicas” e assim, realiza-se o conhecimento da natureza e do ser humano. Contudo, as eventuais mudanças históricas que ocorreram tanto com o trabalho, quanto com a família, em decorrência da emergência das relações capitalistas de produção e as condições objetivas de produção da vida humana, segundo Klein (2009), modificaram a criança, o seu status e os métodos essenciais que dizem respeito à educação dos filhos da classe trabalhadora.

Por conta dessas transformações e de eventos históricos que nortearam essas categorias, as formas de se constatar algo científico na sociedade atual, não podem se deter apenas em estudos teóricos detalhados sobre a concepção de infância, classe social e família trabalhadora. Mas, uma análise dessas categorias, das relações sociais de produção e de sua distribuição, tendo a categoria trabalho como central na constituição do ser social. E fundamentalmente um olhar de observação e análise em direção [...] às condições produtoras da “riqueza e da miséria”, [...] uma vez que tal concepção conduziu Marx ao estudo da economia burguesa “não para legitimá-la, mas para pô-la sob suspeita” (MEKSENAS, 2002, p. 85).

Desta forma os contextos econômicos definidores do capitalismo devem ser analisados a partir da revelação de suas próprias contradições enquanto sistema, pois, ao tempo que agem como condicionantes sociais, apontam também para sua superação, visto que:

[...] não somos em sociedade apenas membros de classes sociais. O pertencer a uma classe social traduz que as estruturas econômicas agem sobre os indivíduos, organizando-os em dois grandes segmentos principais: burguesia e proletariado [...] O significativo é entender que Marx admitia a influência dessas classes na vida de cada indivíduo e, do mesmo modo, cada indivíduo poderia influir sobre elas (MEKSENAS, 2002, p.89).



A opção por ‘esta’ concepção de mundo, – considerando relevante o fato de que todo indivíduo, seja ele proletário ou burguês, sofre influências e influencia diretamente na classe social a que faz parte – por “*este* jeito” de olhar a sociedade e, conseqüentemente as famílias e crianças da comunidade Chico Mendes, apoia-se na crença de que as ações humanas, tanto individuais, quanto coletivas, não acontecem isoladamente, e não são somente fruto de condicionantes políticos e socioeconômicos, mas para além disso, denotam resistência e apontam para uma necessária mobilização social.

Ainda nesse sentido, enfatizamos que as diversas construções histórico-sociais do conceito de infância retratam os perfis de crianças delineados nas esferas científicas, políticas, artísticas, mas prioritariamente econômicas, construindo e desconstruindo imagens. Nessa perspectiva, torna-se imprescindível apreender e refletir sobre a infância, considerando a diversidade das condições de vida das mesmas, enquanto evidências das múltiplas realidades na atual sociedade.

As construções conceituas de infância ao longo do tempo histórico são inúmeras, no entanto, a Teoria Histórico-Cultural, defende que o histórico funde-se com o cultural, uma vez que os instrumentos são inventados e aperfeiçoados ao longo da história social do homem e as análises nesta perspectiva consideram os fenômenos em constante processo de mudança. Portanto, dependendo das condições objetivas de vida, do contexto social em que a criança está inserida, é possível perceber ainda nesse tempo, que existe infância “sem valor”, infância “de direito” e crianças que “nem infância tem”, desde que a mesma seja analisada à partir da posição em que essa criança se encontra, ou seja, considerando a classe social em que ela é pertencente.

Ademais, gênero, raça, cultura, de acordo com o materialismo histórico dialético e sob a forma capitalista de produção e da estrutura classista da sociedade atual, são elementos que ao mesmo tempo em que perpassam à classe social, em grande medida estão determinados por ela. Nessa mesma linha de pensamento, Miranda (1997), afirma que a origem da criança em relação aos diferentes contextos sociais, econômicos e culturais é determinante na produção de sua humanização, sendo condição específica de sua infância.

Ao tempo que existem crianças que descobrem o mundo através da fantasia, da arte, da linguagem, do movimento, existem também aquelas que o descobrem pelas experiências do afeto e do desafeto, do respeito e da agressão, do prêmio e do castigo. Crianças que descobrem o mundo através da própria existência, na pluralidade sociocultural e histórica da sua realidade.

Desta forma, o reconhecimento do local de investigação, da história da comunidade e creche, os relatos dos moradores mais antigos e líderes comunitários – sujeitos participantes da

pesquisa – que enfaticamente se orgulham em fazer parte da história da comunidade, fez-nos enxergar uma comunidade que desde o início de sua constituição até os dias atuais, persiste na luta pelos seus direitos, mesmo diante de tantos desafios ocasionados pela violência, confinamento e pelo descaso do poder público.

O contexto que se desenhou a partir da análise dos dados, – as famílias e infância que surgiram para além das aparências – mostrou-nos que a grande maioria das famílias que residem na comunidade, vivem de maneira absolutamente instável e se auto definem com “perfil sócio econômico” bastante fragilizado. Mesmo diante das dificuldades socioeconômicas por elas enfrentadas devido aos empregos informais e desemprego, poucas são as famílias que se declararam receber algum benefício do Governo Federal. A baixa escolaridade é um fator preocupante na comunidade e juntamente com esse aspecto, está a dificuldade em obter emprego.

Os dados nos revelaram que por conta dessas características e também por residirem em uma comunidade estigmatizada pela criminalidade e violência em decorrência do tráfico de drogas, as famílias vivem um processo cada vez mais intenso de confinamento e exclusão. Os moradores da comunidade em sua maioria, devido à escassez de recurso financeiro, fazem uso dos serviços públicos, como posto de saúde, creche, escola, entre outros, no entanto, os mesmos nos revelaram que esses serviços são insuficientes e precarizados. Além de que, dados estatísticos apontam que existe uma incidência maior de óbitos infantis nessa região, inclusive de adolescentes devido ao envolvimento e motivações de ordem do tráfico de drogas.

As formas pelas quais diariamente as famílias se constroem, se consolidam, têm seus filhos e organizam suas vidas, são bastante instáveis, devido à contextualização da comunidade embrutecida pelo risco constante das balas perdidas, das ameaças, do medo.

O cenário que se descreve, também é o contexto em que as crianças da comunidade Chico Mendes estão se constituindo e vivendo sua infância, mediante as condições de classe impostas à elas, que além de confiná-las nos espaços da casa ou creche, nega-lhes o direito da liberdade e prazer de brincar.

As contradições nesse contexto são notáveis. Ao tempo que a revitalização dos espaços públicos, trouxe beleza e colorido à comunidade, não assegurou às crianças a possibilidade de explorá-los, uma vez que os mesmos são monitorados pelas “gangues do tráfico” que os tornam exclusivos dos moradores da comunidade de origem, privando-lhes das relações e convivências entre as famílias e crianças das comunidades Chico Mendes e Novo Horizonte. Entretanto, a análise dos dados nos revelou que ao lembrarem do passado, dos bons tempos de tranquilidade na comunidade, as famílias, durante as entrevistas, se mostraram confiantes sobre a superação

dessas problemáticas. Elas acreditam que “dias melhores virão” e consideram importante e essencial a atuação do Poder Público para esse fim.

A insegurança, o medo, é um constante na vida dessas famílias. Porém, da forma como as políticas públicas tem sido implementadas na comunidade Chico Mendes, faz supor que todas as dificuldades enfrentadas pelos moradores estão centralizadas na segurança, uma vez que o poder público tem em seu discurso, ações pontuais voltadas quase que em absoluto nessa área. No entanto, os dados nos revelam que esta é a ponta do *iceberg* que se formou devido à vários outros fatores; falta de oportunidade de emprego para os jovens, baixa escolaridade, pobreza, oferta de serviços públicos precários, entre outros desajustes sociais, causados pela desigualdade de classes.

Sobre esse aspecto, ao examinar a produção acadêmica brasileira a respeito da temática da “infância no contexto da família da classe trabalhadora”, as poucas pesquisas encontradas, nos revelaram de forma unânime que geralmente, as dificuldades que as comunidades pobres e favelas enfrentam são as mesmas. As condições de vida dos moradores e os problemas enfrentados por eles, são exatamente idênticos; a vulnerabilidade, a falta de estrutura física, violência, precariedade nos serviços de saúde, educação e segurança. (ROSA, 2016; Rodrigues & Bellini, 2010).

Na mesma perspectiva, as produções apontam, assim como a análise dos dados dessa pesquisa, que nesses contextos, as crianças sofrem precocemente um processo de adultização. Desde muito pequenas, são levadas a fazerem parte dos assuntos dos adultos, – sendo de seu interesse ou não – envolvidas em conflitos diversos, da família, da comunidade, do tráfico, no qual, os mesmos passam a fazer parte da rotina de vida dessas crianças e o brincar se confunde em meio a vida adulta de conflitos. Na maioria das vezes, famílias em situação de vulnerabilidade social, são levadas a imporem à seus filhos responsabilidades que estão além de suas capacidades devido as dificuldades familiares. E nesse movimento, os valores e comportamentos do mundo adulto e mundo infantil se misturam, fazendo com que o fim da infância seja antecipado, uma vez que ao tratar as crianças como adultos cria-se a impossibilidade delas viverem a totalidade da sua infância.

Nos espaços da creche Chico Mendes, a partir das observações e das rodas de conversas, constatou-se que o fato das crianças serem envolvidas precocemente na vida dos adultos, tem influenciado em suas condutas. A forma de falar e de se posicionar frente à “esses assuntos”, – que por algumas crianças são considerados “intocáveis”, enquanto para outras soam com normalidade – demonstra que elas tem propriedade e conhecimento sobre o mesmo,

caracterizando-se como um abreviamento ou até mesmo um afastamento das crianças de uma infância lúdica de imaginação e fantasia.

Desta forma, as crianças tornam-se participantes dos problemas e conflitos de suas famílias, assim como da comunidade. Elas organizam suas vidas e constroem sua cultura mediada pelas relações que estabelecem com os adultos, com o mundo e cultura deles e isso pôde ser observado durante as brincadeiras com seus pares, nas resoluções de problemas e maneiras de se relacionarem no grupo, em suas falas nas rodas de conversas. Comprovando que: “[...] a constituição do sujeito, com seus conhecimentos e formas de ação, deve ser entendida na sua relação com os outros, no espaço da intersubjetividade”. (Smolka e Góes, 1993, p. 9)

As falas imaginárias, fantasiosas, observadas durante a intervenção, que demonstram a vontade das crianças de conhecerem outros espaços, lugares diversos, que na realidade atual, são situações possíveis apenas por intermédio da ludicidade, do imaginável, denunciam o desejo das crianças de excederem os limites da comunidade. O modo como elas reagem às situações de conflito, o uso excessivo do corpo como instrumento e possibilidade de extrapolar seus anseios, romper limites e vivenciar a infância, denota uma imagem equivocadamente, de indisciplinada e desobediência.

No entanto, compreende-se que são formas pelas quais elas se apropriam dos elementos socioculturais daquele contexto, naquela família. São elementos da classe social e cultura grupal, enquanto principais fatores de diferenças e desigualdades, em que as crianças, segundo Mello (2007), reagem a estes condicionantes sociais – na apropriação, reprodução e inovação dos mesmos – e se expressam por meio das relações, vivências, brincadeiras e manifestações infantis repletas de realidades do cotidiano vivenciado.

Pois, nas palavras de Mello (2007, p. 87): “[...] o ser humano se apropria das qualidades humanas, na medida que se apropria dos objetos da cultura histórica e socialmente criada pelas gerações anteriores”.

Ademais, enfatizando esse aspecto, nos reportamos a estrutura das famílias dessa comunidade, demonstrando às poucas possibilidades, a falta de acessibilidade e oportunidade, – formas pelas quais elas têm sido cuidadas pelo poder público e responsabilizadas pelos seus fracassos – que acabam refletindo conseqüentemente na maneira de cuidar dos seus membros e isso tem sido fator determinante no comportamento das crianças.

Nosso intuito não é de justificar ou eximir absolutamente ninguém de erros, mas considerar que na maioria das vezes, famílias em situação de vulnerabilidade social, são levadas

a imporem à seus filhos responsabilidades que estão além de suas capacidades e os expõem aos conflitos e dificuldades familiares, tornando-os partícipes de assuntos próprios dos adultos.

O fato da proteção social estar diretamente centrada na família e ela dentro dos seus limites e possibilidades busca corresponder ao papel que lhe é delegado pela sociedade e o Estado, torna o ambiente familiar fracassado, uma vez que sem possibilidades de exercer tal função, a realiza de forma precária.

Não por falta de empenho e vontade, mas principalmente por questões estruturais que privam-na do acesso aos direitos e a melhores condições de vida. Aspectos que confirmam segundo Mészáros (2006), que no período atual do capitalismo, um dos mecanismos ideológicos utilizado para ocultar a natureza destrutiva do sistema social vigente é responsabilizar, exclusivamente, o indivíduo pelo seu “fracasso” ou pelo “sucesso” e assim acontece com os tutores das famílias.

Diante deste quadro que sobrevaloriza a meritocracia, minimamente “os mais trabalhadores, mais dedicados, mais bem dotados intelectualmente” saem em vantagem, porém, a grande maioria das famílias é acometida por uma vida instável, desestruturada, bem como a infância que se constitui nesse contexto. Tais fatores, conduzem e reforçam as ações assistencialistas. Essas que por sua vez, destacam a pobreza em que essas famílias vivem, caracterizam a perda da cidadania e favorecem o governo das condutas da classe trabalhadora.

Essas ações, regulam as vidas das famílias e amenizam as situações de pobreza trazendo um refrigério imediato e temporário, porém não sendo capazes, em hipótese alguma, de resolver os problemas reais da comunidade, dão-lhes uma melhor aparência, com aspecto de ações de bondade e preocupação. Por intermédio dessas ações, segundo Rosa, 2016, p. 115, as crianças sentem-se queridas, auxiliadas, presenteadas, no entanto, contraditoriamente a essa visão “[...] é que as crianças pobres da comunidade Chico Mendes têm sido corrigidas, reguladas, disciplinadas e docilizadas”.

Para além das práticas assistencialistas, as formas de conduzir a vida das famílias dessa comunidade, podem ser observadas através de outras vias de exclusão e confinamento, – mobilidade urbana, regras do tráfico – ações que traçam um muro invisível separando a cidade e negando às famílias que residem na periferia o lazer, a diversão, entre outras possibilidades que as tornam reféns de sua própria comunidade.

Desta forma, a desigualdade de classe enquanto pivô dessas estruturas, se perpetua como nunca nas áreas periféricas das grandes cidades, e isso acontece de forma sorrateira, estratégica, fora das lentes habituais que comumente se utilizamos. E o direito à cidade, se constitui, tornase

extremamente confinado, restrito na maioria dos casos à pequena elite política e econômica, que está em posição de moldar as cidades cada vez mais ao seu gosto, que de certa forma, isola a classe trabalhadora, procurando colonizar o espaço para os ricos (HARVEY, 2014).

A condição imposta por meio dos “limites da comunidade”, – itinerário do transporte público, normas e leis do tráfico – dificultam ainda mais a vida cotidiana dessas famílias e nesse sentido, a creche passa a ser vista como um dos únicos espaços de acolhimento para as crianças.

Mesmo diante de todas as dificuldades que enfrenta, principalmente nos últimos anos com a redução dos recursos e incentivos de ordem pública, a creche ainda corresponde a um espaço de amparo. Além das famílias sentirem-se seguras em deixar seus filhos nesse ambiente, as próprias crianças que brincam ‘livremente’ com seus amigos nesse contexto, relatam essa satisfação, por conta da privação da liberdade que vivenciam fora dos muros da creche.

A creche é o único espaço público na comunidade em que as crianças extravasam, vivem a fantasia, a imaginação, a ludicidade, constroem sua cultura por meio das relações que estabelecem com seus pares. Até porque muitas residências não possuem estrutura para que as brincadeiras aconteçam e a vida das crianças se limita equivocadamente ao convívio adulto, uma vez que o que deveria organizar a vida delas é exatamente o contrário; a brincadeira e a liberdade.

Ademais, o fato das crianças estarem sendo cuidadas e educadas com segurança, torna o espaço da creche uma “válvula de escape” para as famílias, uma vez que além de estarem salvaguardadas, também recebem a devida alimentação.

Por fim, mediante aos estudos realizados e análise dos dados coletados, reafirmamos que nossa intenção desde a elaboração do projeto de pesquisa, sempre se deteve em responder as questões que permeiam a maneira como se constitui a família trabalhadora da comunidade Chico Mendes e a forma como as crianças experimentam e expressam a constituição social de sua infância.

Nessa perspectiva, e em resposta à essas questões, somos enfáticos em destacar novamente a condição de vulnerabilidade social e confinamento em que se encontra a família e infância da comunidade Chico Mendes. Condição essa que nos remete a pensar tanto no processo sonegador do lúdico, da brincadeira para a criança, que segundo Silva (2003), caracteriza-se como um “assalto à infância”, que é impositivo e condicionado pela realidade do contexto social em que essa infância está posta, quanto na grande responsabilidade que tem sido imposta e direcionada à família e a criança, no tocante ao viverem da maneira como vivem.

Nesse ímpeto, ressaltamos que para além dessa responsabilização, o pensamento liberal segundo Meszáros (2006), assume sua finalidade prática, a de fazer com que o sujeito se

enxergue como espectador da realidade, naturalizando o fracasso e ocultando as origens das mazelas sociais, exatamente como tem ocorrido nesse contexto.

Entretanto, contrariar essa lógica perversa, numa atual conjuntura de acirramento das contradições sociais de crescente exclusão e de naturalização da pobreza, implica uma perspectiva de luta pela defesa dos direitos tanto dessas famílias, quanto das crianças.

Portanto, nosso intuito se firma em dar visibilidade à infância da classe trabalhadora, tornando possível desvelar as relações que asseveram sua naturalização e universalização, tendo em vista uma dimensão emancipatória e articulada à outras lutas no campo democrático popular, uma vez que o padrão de proteção social para a infância no Brasil, na medida em que se organiza sob o binômio exclusão–confinamento, priva os pobres da infância.

Para tanto, avaliamos que as reflexões levantadas nesse trabalho, podem contribuir particularmente com a pedagogia exercida principalmente nas áreas periféricas, oferecendo elementos para um melhor reconhecimento da infância da família trabalhadora.

Ademais, por meio da análise conceitual das categorias; trabalho, família trabalhadora, infância, classe e cultura, em relação a sociedade atual e com vistas a uma intervenção profissional de maior efetividade, abre-se a possibilidade de construção de sólidos argumentos que possam vir a contribuir para a elaboração e execução de políticas públicas que venham ao encontro das necessidades destas famílias e infância que está em pauta.

Além do mais, assim como já dito na apresentação deste estudo, salientamos que segundo o próprio CEPESH/UFSC (Comitê de Ética para Pesquisas com Seres

Humanos/Universidade Federal de Santa Catarina), que concedeu parecer favorável à pesquisa, a temática é de extrema relevância, principalmente considerando a escassa atenção que as populações empobrecidas de Florianópolis tem recebido por parte da Universidade.

Destacamos ainda que as questões elencadas e aprofundadas ao longo desta dissertação não objetivam trazer respostas prontas, mas pretendem servir de reflexão para novas abordagens e criações, tanto para os que dedicam-se à área da infância, como para profissionais e estudiosos da área da Educação de modo geral. Nesse perspectiva, torna-se coerente afirmar que este estudo não se limita nessas páginas, mas permanece em aberto à outras proposições que possam ser elaboradas...

## REFERÊNCIAS

ABREU, A. R. P; HIRATA, H; LOMBARDI, M. R. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. Org. Alice Rangel de Paiva Abreu, Helena Hirata, Maria Rosa Lombardi; tradução Carol de Paula. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

ALVES, G. L. **A produção da escola pública contemporânea**. Campinas, SP: Autores associados, 2005.

ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARENHART, D. **Entre a favela e o castelo: efeitos de geração e classe social em culturas infantis**. Tese (doutorado), 2012, 307 f. - Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal Fluminense, 2012. Disponível em <[docs11.minhateca.com.br/69193864,BR,0,0,ENTRE-A-FAVELA-E-O-CASTELO->](http://docs11.minhateca.com.br/69193864,BR,0,0,ENTRE-A-FAVELA-E-O-CASTELO->)>. Acesso em 20 de abr. de 2017.

ARENHART, D. & SILVA, M. R. **Entre a favela e o castelo: infância, desigualdades sociais e escolares**. *Scientific Electronic Library Online- SCIELO* -Cadernos CERU, journals.usp.br, 2014. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/ceru/article/viewFile/89149/92025>>. Acesso em 20 de abr. de 2017.

ARENHART, D. **Culturas infantis em contextos desiguais: marcas de geração e classe social**. *Periódicos CAPES*, 36 reunião. anped. Gt 7, org. br, UFF, p. 17, 2013. Disponível em <[36reuniao.anped.org.br/programaçãogts/gt07programacao\\_2013](http://36reuniao.anped.org.br/programaçãogts/gt07programacao_2013)>. Acesso em 20 de abr. de 2017.

ARIÈS, P. **A História social da Criança e da família** (2ª edição). Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. (IBGE) INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: Família-Amostra**. Disponível em <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em 05 de fev. de 2018.

CHAVES, M. & FRANCO, A. F. Primeira Infância – Educação e cuidados para o desenvolvimento humano. In: MARTINS, L. M & ABRANTES, A. A e FACCI, M. G. D, (org.). **Periodização Histórico-cultural do desenvolvimento Psíquico: do nascimento à velhice** - Coleção Educação Contemporânea – Campinas, SP: Autores Associados, 2016. P. 110 - 126.

CHEROGLU, S. & MAGALHÃES, G. M. O primeiro ano de vida. Vida uterina, transição pós-natal e atividade de comunicação emocional direta com o adulto. In: MARTINS, L. M & ABRANTES, A. A e FACCI, M. G. D, (org.). **Periodização Histórico-cultural do desenvolvimento Psíquico: do nascimento à velhice** - Coleção Educação Contemporânea – Campinas, SP: Autores Associados, 2016. P. 93-108.



CHEPTULIN, A. **Do princípio de partida e dos princípios de edificação do sistema da categoria da dialética In: A dialética materialista: categorias e leis da dialética.** São Paulo: Alfa-Omega, 2004. P. 55-61.

CHICO MENDES E NOVO HORIZONTE, DUAS COMUNIDADES DA PERIFERIA DE FLORIANÓPOLIS, VIVEM ACUADAS ENTRE A POLÍCIA E O CRIME. **Revista Caminhos no Sul do Mundo** – Florianópolis, 2016. Disponível em <<https://caminhosnosuldomundo.wordpress.com/category/reportagem/> de 07 de jul. de 2016>. Acesso em 20 de mar. de 2018.

CHICO MENDES: URBANIZAÇÃO OU FORMALIZAÇÃO? **Revista Habitat Emergent**, dez/2013. Disponível em <https://habitatemergente.wordpress.com/2013/12/01/urbanizacaoou-formalizacao/>. Acesso em 02/02/2018.

CONDE, S. F. **A escola e a exploração do trabalho infantil na fumicultura catarinense.** [tese] / Soraya Franzoni Conte; orientadora: Célia Regina Vendramini. Florianópolis, SC, 2012. 1v.

CONDE S. & VENDRAMINI C. **A escola e a exploração do trabalho infantil na fumicultura catarinense.** *Perspectiva*, Florianópolis, SC v32, n. 3, p. 977-996, set/dez. 2014.

CORMELLI, M. **Chica das Chagas.** *Revista Pobres e Nojentas*. Florianópolis, Ano 1 - nº 06 (p.14-16), mar./abr. 2007. Disponível em <<https://repositório.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/172797/343706.pdf?1>>. Acesso em 04 de abr. de 2018.

CORSINO, P. **O cotidiano na educação infantil.** Autores Associados, Campinas, São Paulo, 2006.

CORAZZA, S. M. **História da Infância sem fim** / 2ª edição – Ijuí: Ed. Unijuí,(Coleção fronteiras da educação), 2004.

COSTA, A. J. F. **Rebatimentos do Familismo na singularidade das famílias do município de Florianópolis/Bairro Monte Cristo.** Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina; 57fls; Florianópolis, dez/2016.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES. **Sinais-Vitais.** Florianópolis, 2016-05.17.pdf Disponível em <[www.icomfloripa.org.br/.../Sinais-Vitais-2016-Florianópolis-Criança-eAdolescente-Q...](http://www.icomfloripa.org.br/.../Sinais-Vitais-2016-Florianópolis-Criança-eAdolescente-Q...)>. Acesso em 12 de fev. de 2018.

CUNHA, G. & LIMA, E. M. **Homens e Mulheres Construindo o Caminho para a Libertação.** Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Florianópolis, 1992.

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Projeto Social – Programa Habitar Brasil/BID.** Florianópolis, 2000. Disponível em <[abc.habitacao.org.br/.../P18-PM-Florianópolis-Chico-Mendes-REGFUND-Apres.pdf](http://abc.habitacao.org.br/.../P18-PM-Florianópolis-Chico-Mendes-REGFUND-Apres.pdf)>. Acesso em 12 de fev. de 2018.

DUCLÓS, N. **Paz no desterro**. Diário Catarinense, Florianópolis, 17 nov. 2004. Suplemento Donna DC.

ELESBÃO, J. C. de A. **Violação de Direitos de crianças e adolescentes e a Política de Assistência Social em Florianópolis: um estudo sobre a demanda reprimida**. TCC (Graduação) -Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Socioeconômico. Serviço Social. 135f. Florianópolis, 2014.

Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/>> Acesso em: 15 de jul. de 2018.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global. 1985.

ENGELS, F. Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. Friedrich Engels. **O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas**. 1999. Disponível em <[www.ebooksbrasil.org/adobeebook/macaco](http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/macaco)>.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, R. L. C. (org). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FACCI, M. G. D. **Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor? Um estudo crítico- comparativo de teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da pedagogia vigotskiana**. Campinas: Autores associados, 2004.

FACCI, M. G. D. **A periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva de Leontiev, Elkonin e Vigotski**. Cadernos Cedes, v. 24, n. 62, p. 64-81, 2004.

FALEIROS, V de P. Infância e processo político no Brasil. In: PILLOTTI, F; RIZZINI, I. (Orgs.). **A arte de governar crianças. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano *Del Niño/Santa Úrsula*/Amais Livraria e Editora, 1995.

FANTIN, M. **Cidade Dividida**, Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

FLORIANÓPOLIS. SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL. **Reprogramação do Projeto de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social- Região Chico Mendes – HBB**. Florianópolis, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança. Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 6ªEd.Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

FORTKAMP, E. H. T. **Educação infantil e família: a complementaridade na perspectiva das famílias de baixa renda**. Dissertação (mestrado), 2008,140 f.- Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis,2008. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91888/254666.pdf?sequence>>. Acesso em: 04 de abr. de 2017.

FORRESTER, V. **O Horror econômico**. São Paulo: Edunesp, 1997.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. São Paulo: Cortez, 1989.

- GUZMÁN, D. P. *De calles, parches, galladas y escuelas: transformaciones em los procesos de socialización de los jóvenes de hoy*. Santafé de Bogotá: CINEP, 1996.
- HARVEY D. **Cidades rebeldes: do direito a cidade a revolução urbana**. 1ª Edição, tradução de Jeferson Camargo, Editora Martins Fontes, 2014.
- HOLANDA, C. B. de. **Chapeuzinho Amarelo**. Ilustrações de Ziraldo. 27. ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 2011.
- INSTITUTO COMUNITÁRIO GRANDE FLORIANÓPOLIS. **Sinais Vitais**: Florianópolis, 2015. Disponível em <[www.icomfloripa.org.br/sinais-vitais/](http://www.icomfloripa.org.br/sinais-vitais/)>. Acesso em: 07 de fev. de 2018.
- KERGOAT, D. O cuidado e as imbricações das relações sociais. In; ABREU, A. R. P; HIRATA, H; LOMBARDI, M. R. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais** / Organização Alice Rangel de Paiva Abreu, Helena Hirata, Maria Rosa Lombardi; tradução Carol de Paula. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.
- KLEIN, L. R. “**A produção do GT Trabalho e Educação e suas interlocuções com a Educação Básica: uma demanda (des)atendida?**” Eventos/ANPEd, Fórum de debates do GT 9. UFPR, 380 – 423 p. 2012. Disponível em <[https://www.ucs.br/ucs/tplAnped2011/eventos/anped\\_sul\\_2012/programacao\\_gts/gt\\_9](https://www.ucs.br/ucs/tplAnped2011/eventos/anped_sul_2012/programacao_gts/gt_9)>.
- KLEIN, R. L, SILVA, G. L. R & SILVA, R. L. **A concepção moderna de infância sob a perspectiva do trabalho**. Texto xerocopiado de caráter didático, 21 f. UFPR: Curitiba. 2010. (artigo no prelo)
- KLEIN, L. R. **O Embate pelas leis fabris do século XIX e a definição das idades do trabalho: um estudo sobre a constituição das noções de infância e adolescência**. Monografia de conclusão de curso. Curitiba: UFPR, 2009.
- KRAMER, S. **Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie**. “Seminário Internacional OMEP. Infância – Educação Infantil: reflexões para o início do século”. Brasil, jul. 2000.
- KRAMER, S. **De que professor precisamos para a educação infantil? Uma pergunta, várias respostas**. Pátio Educação Infantil. Ano 1, nº 2. Ago./Nov. de 2003.
- KRAMER, S e LEITE, M. I. **Infância e produção cultural**. Campinas: Papyrus, 1998.
- KOSIK, K. Reprodução espiritual e racional da realidade. In: KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. P. 27-39
- LAFARGUE, P. **O Direito à Preguiça**. São Paulo: Hucitec. 2000.
- LARAIA, R.B. **Cultura, um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar 14 Ed, 2001.

LEONTIEV, A. **O homem e a cultura. O Desenvolvimento do Psiquismo**. Ed. Horizonte Universitário, 1978.

LEONTIEV, A. N. Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. In: VIGOTSKI L.S., LURIA, A.R.; LEONTIEV, A.N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 9ª ed. São Paulo: Ícone, 2001.

LIMA, D. J. **Só sangue bom: Construção de saberes e resistência cultural como expressões do protagonismo juvenil**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Educação, Florianópolis, 2003.

LIMA, E. M. de, & CUNHA, G. **Homens e Mulheres Construindo o Caminho para a Libertação**. (TCC) Curso de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC, Florianópolis, 1992.

LIMA, E. M. d. **A Proteção Social no Âmbito da Família: um estudo sobre as famílias do Bairro Monte Cristo em Florianópolis**. Dissertação (mestrado), 2006, 150 f. - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2006. Disponível em <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/88435>>. Acesso em 05 de abr. de 2017.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: LECH, 1979.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas, Editora Alínea, 2007.

MARTINS, G. (2009). **Trabalho e infância na literatura infantil e juvenil**. Revista SinproRio, n. 4, p. 40-47, set. 2014. Disponível <[http://www.sinprorio.org.br/download/revista/revista\\_trabalhadores.pdf](http://www.sinprorio.org.br/download/revista/revista_trabalhadores.pdf)>. Acesso em: 03 de jul. de 2017.

MARTINS, L. M. A brincadeira de papéis sociais e a formação da personalidade. In: Arce e Newton (orgs); João Henrique Rossler[et al.] – **Brincadeiras de papéis sociais na educação infantil: as contribuições de Vigtski, Leontiev e Elkonin**. São Paulo: Xamã, 2006 a.

MARTINS, L. M. **As aparências enganam: Divergência entre o Materialismo Histórico Dialético e as abordagens qualitativas de pesquisas**. Faculdade de Ciências – UNESP/Bauru “Estudos Marxistas em Educação” Reunião Anual da ANPED, 2006 b.

MARX, K. **O Capital. Livro 1vol. 1Cap. XIII-A maquinaria e a indústria moderna. Cap. XVII-Divisão do trabalho e manufatura**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2014.

MARX, K. **O Capital. Crítica Da Economia Política**. Livro primeiro: **O processo de produção do Capital**. Vol. 1 8ª Edição. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Editora: Difel Difusão Editorial S.A, 1983.

MEKSENAS, P. **Pesquisa Social e Ação Pedagógica: Conceitos, Métodos e Práticas**. SãoPaulo: Edições Loyola, 2002.

MELLO, E. de F. F. de & TEIXEIRA, A. C. **A interação social descrita por Vigotski e a sua possível ligação com a aprendizagem colaborativa através das tecnologias em rede**. In: IX

Anped Sul – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Anais do IX Anped Sul, Caxias do Sul: UCS, 2012, p. 01-15.

MELLO, A. S. **Infância e humanização: algumas considerações na perspectiva históricacultural**. Perspectiva, Florianópolis, SC v.25, n1, p.83-104 jan/jun. 2007.

MELLO, S. A. O lugar da criança na pesquisa sobre a infância: alguns posicionamentos na perspectiva da teoria histórico-cultural. REFLEXÃO E AÇÃO, v. 18, n. 2, p. 183-197, 2010. Disponível em <http://www.klconcursos.com.br/apoio/eac9965cdf8d1185b8adaf482804a425.pdf>. Acesso em 11 de jul. de 2017.

MELLO, S. A. & FARIAS M. A. **A escola como lugar da cultura mais elaborada**. Educação Santa Maria, v. 35, n. 1, p. 53-68, jan/abr. 2010.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editora. 2005.

MÉSZÁROS, I. **Atualidade Histórica da Ofensiva Socialista: Uma alternativa radical ao sistema parlamentar**. István Mészáros; [tradução; Paulo Cezar Castanheira; revisão técnica; Maria O. Pinassi]. São Paulo: Boitempo, 2010.

MIRANDA, Marília G. O processo de socialização na escola: A evolução da condição social da criança. In: LANE, S. e CODO, W. (org.) **Psicologia Social: O homem em movimento**. 2ª reimpressão, São Paulo; Brasilienses, 1997.

MONASTA, A. **Antônio Gramsci / Atílio Monasta**; tradução: Paolo Nosella. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MONTAÑO, C. **Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento**. Serviço Social, São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n110/a04n110>. Acesso em: 02 de fev. de 2018.

MORAES, M. C. **Indagações sobre o conhecimento no campo da educação**. In: **Perspectiva**, volume 27, n. 2 – Jul./dez. de 2009. Florianópolis: CDE/NUP. 2009.

NARADOWKI, M. **Infância y poder: La conformacion de la pedagogia moderna**. 1ª ed. Editora: Aique, Buenos Aires, 2008.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 13ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NOSELLA, P. A linha vermelha do planeta infância: o socialismo e a educação da criança. In: **Os intelectuais na história da infância**/ Marcos Cezar de Freitas, Moysés Kuhlmann Jr., orgs. –São Paulo: Cortez, 2002.

PASSOS, E. B. **Mapeamento do processo de remanejamento das famílias atingidas pelo projeto de urbanização da comunidade Chico Mendes**. 2004. 65. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) Universidade do Sul de Santa Catarina, Programa de Qualificação e Requalificação Profissional, Florianópolis, 2004.

PÉREZ, B. C. & JARDIM, M. D. **Os lugares da infância na favela: da brincadeira à participação.** *Periódicos CAPES, Revista Psicologia & Sociedade*- ufrgs.br, v 27, 3, p. 494, 2015. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p494>> Acesso em: 04 de abr. de 2017.

POLETTI, L.B. **A (des) qualificação da infância: a história do Brasil na Assistência dos Jovens.** In: IX ANPED Sul, 2012, Caxias do Sul. ANPED Sul, 2012. Disponível em <<https://www.escavador.com/sobre/6490716/leticia-borges-poletto>> Acesso em: 04 de abr. de 2017.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância.** Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS: **Projeto de Urbanização e Desenvolvimento Comunitário da Região da Chico Mendes – Projeto Habitar Brasil/ BID.** Ano 2000.

REGO, T. C. **Vygotsky - Uma Perspectiva Histórico-Cultural da Educação.** Petrópolis: Vozes, 2007.

RIBES, S. C. **Histórias de vida, saberes informais e formais do sujeito jovem da comunidade Chico Mendes.** Dissertação de Mestrado, *115fls.* Programa de Pós Graduação em Educação – CED, Documento parcial do requisito para a obtenção do título de Mestre; Linha de Pesquisa Movimentos Sociais e Educação Florianópolis, abril de 2005.

RIZZINI, I. (Org.) **Acolhendo crianças e adolescentes: experiência de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil.** São Paulo: Ed. Cortez, 2007.

RIZZINI, I. **A criança e a lei no Brasil: Revisitando a história (1822-2000).** Rio de Janeiro: Unicef, Cespi/USU, 2000.

RIZZINI, I; PILOTTI, F. **A Arte de Governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, I. **A Arte de Governar Crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e editora, 2011.

RODRIGUES, P. F. V. & BELLINI, M. I. B. A Organização do Trabalho e as Repercussões na Saúde do Trabalhador e de sua Família. *Scientific Electronic Library Online- SciELO.* Revista; Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 345 - 357, ago./dez. 2010. Disponível em <[www.scielo.br/scielo.php?pid=S003489102001000600007&script=sci...tlnng...](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003489102001000600007&script=sci...tlnng...)> Acesso em: 05 de maio de 2017.

ROSA, I. M. de. **Modos de ser criança no cotidiano da comunidade chico mendes: Um estudo etnográfico.** Dissertação (mestrado), 2016, 190 f. - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2016. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/172797>> Acesso em: 05 de maio de 2017.

- RUMMERT, S.M, ALGEBAIL, E. VENTURA, J. Educação e formação humana no cenário de integração subalterna no Capital-imperialismo. In: SILVA, M. M. et al. (Org.). **Jovens, Trabalho e Educação: A conexão subalterna de formação para o Capital**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2012.
- SANTOS, S. D. M. d. **Um novo olhar sobre o conceito de abandono de crianças**. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, v. 32, n.1- eduem.uem.br, 2010. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.4025/actascihumansoc.v32il.7210>> Acesso em: 03 de abr. de 2017.
- SANDRONI, L. **Ao longo do caminho: seleção de resenhas publicadas no jornal O Globo 1975-2002**. São Paulo: Moderna. 2003.
- SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação. vol. 12, n. 34, p. 152-180, jan/abril de 2007.
- SILVA, R. M. **Trama Doce-Amarga: exploração do trabalho infantil e cultura lúdica**. Ijuí: Ed. Unijuí; São Paulo: Hucitec, 2003.
- SILVA, N.L. & Koller, S. H. (2002). A rua como contexto de desenvolvimento. In: E. R. Lordelo, A. M. Carvalho, & S. H. Koller (Orgs.), **Infância brasileira e contextos de desenvolvimento** (pp. 205-230). São Paulo: Casa do Psicólogo - Salvador: Ed. UFBA.
- SOUSA, A. M. B. & LIMA, P.de M. **Violências e Infância: as políticas de governo do corpo e do cuidado de si**. Texto apresentado ao GT Educação popular da ANPED, 2004. Disponível em <[28reuniao.anped.org.br/textos/gt06/gt06507int.rtf](http://reuniao.anped.org.br/textos/gt06/gt06507int.rtf)> Acesso em: 15 de maio de 2017.
- SPOSATI, A. **Vida Urbana e Gestão da Pobreza**. São Paulo, Cortez, 1998.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa II: a maldição de Adão**/E. P. Thompson; tradução de Renato B. Neto e Claudia R. de Almeida. -2ª Ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2012. p. 223-437.
- TORRIGLIA, P. L. Produção de conhecimento e educação: Considerações para pensar o ser social na sociedade contemporânea. In: LEITE, D., SANTOS, L. E. **Conhecimento, avaliação e redes de colaboração: Produção e produtividade na universidade**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2012. Cap. III, 76 a 96.
- TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. p. 137-173.
- WAJSKOP, G. **Brincar na pré-escola**. São Paulo, Cortez, 1995.
- VIGOTSKY, L. S.; COLE, M. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- VICENTINI, D. & BARROS, M. S. F. **A humanização da criança na educação infantil: implicações da teoria histórico-cultural**. *EDUCAÇÃO*; Revista do centro de educação da UFSM, Santa Maria | v. 42 | n. 1 | p. 163-176 | jan./abr. de 2017. Disponível em < <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao> > Acesso em: 03 de abr. de 2017.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A

#### ROTEIRO DE CAMPO: PROPOSTA DE ROTEIRO PARA A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE-ENTREVISTA JUNTO ÀS CRIANÇAS, FAMÍLIAS E PROFISSIONAIS DA IEI.

Observar e analisar no cotidiano da IEI, os seguintes aspectos:

As formas de brincadeiras e as relações entre as crianças

Os olhares dessas crianças; as expressões corporais; fala/linguagem; musicalidade

A relação com os adultos da unidade (professores, auxiliares)

A organização dos espaços IEI como possibilidade para as brincadeiras (sala, pátio, parque e outros espaços externos)

A relação com a professora de referência.

Os movimentos e relações entre as crianças (momentos coletivos organizados para discutir a vida infantil das crianças por meio de questões semiestruturadas levantadas pela pesquisadora em roda de conversa e a partir de contos de histórias)

O envolvimento das famílias na rotina da creche (por meio de entrevistas).

#### OBJETIVOS

Em consonância com a perspectiva histórico-cultural, compreendemos as crianças enquanto sujeitos ativos e capazes de tecer interpretações sobre a sua realidade. Portanto esta atividade pretende dar voz à ela na pesquisa, colhendo dados a respeito de sua infância baseada nas suas vivências e manifestações que se mostram tanto no cotidiano da creche, quanto nas relações e movimentos familiares, analisando a infância desse território com referência nessa perspectiva.

#### METODOLOGIA

Com relação à pesquisa de campo, a mesma se apoiará na observação e registro escrito em diário de campo, registro sonoro e de imagens fotográficas, – dinâmicas coletivas (roda de conversa), entrevistas com algumas famílias, a partir de um roteiro de questões semiestruturado – com intuito de nos aproximarmos da realidade e do objeto, estabelecer diálogo com os sujeitos e captar pistas para uma mais abrangente e apurada visão da problemática nesse contexto.

Portanto, estaremos:

\*Observando as vivências infantis com intuito de compreender e analisar como as manifestações infantis e brincadeiras ocorrem de forma individual e coletivamente no ambiente institucional e se existem e quais as possibilidades concretas para que elas aconteçam efetivamente.

\*Analisando os documentos da IEI, como; PPP (Projeto político pedagógico), ficha de inscrição das crianças, se elas fazem parte de projetos na comunidade organizados por Ongs em consonância com o município, se essas inscrições demonstram a renda familiar e se as mesmas são ou não amparadas por projetos e programas assistenciais.

\*Estabelecendo diálogo com os sujeitos da pesquisa, partindo do contato diário que acontecerá entre pesquisadora e em concordância com as professoras responsáveis pela turma selecionada – a pesquisadora estará acompanhando os vários momentos da rotina na creche, de 25 crianças de cinco à seis anos, denominado grupo misto, e observará as formas pelas quais elas se utilizam para relatarem a sua rotina diária; (como elas reagem frente as propostas de brincadeiras, músicas e outras manifestações infantis que ocorrem no contexto e como elas relatam essas atividades fora da creche, outros espaços e locais em que as mesmas acontecem).

\*Buscando se orientar à partir de relatos espontâneos e falas que surgem nas atividades coletivas e interações, considerando o que as mais diversas formas de expressão, em específico aqui através da oralidade, nas situações cotidianas, nos revelam e anunciam sobre a cultura infantil.

\*Realizando o registro de todas as observações, falas e demais informações por meio do diário de campo.

\* Organizando uma dinâmica coletiva na qual as crianças e demais professores do grupo que devidamente estarão autorizadas a participar da pesquisa (momento coletivo, organizado nos espaços da IEI), serão convidados a participarem de uma roda de conversa. A partir de contos de histórias (previamente selecionadas), a pesquisadora iniciará um diálogo e fará questionamentos aleatórios às crianças a partir de um roteiro de questões semiestruturadas, relacionadas à história contada.





## APÊNDICE B

### PROPOSTA DE ROTEIRO PARA A ENTREVISTA A SER REALIZADA COM AS FAMÍLIAS <sup>106</sup>

Nome da criança (da família entrevistada) \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**A primeira questão ficará em aberto, as demais, serão direcionadas a partir das falas espontâneas do entrevistado:**

Fale um pouco sobre a rotina em relação a sua vida, família, filhos, moradia, trabalho...

Qual seu nome e idade?

Até que ano você estudou?

Quantos filhos você tem? E qual idade deles?

Quantas pessoas moram na sua casa?

Você trabalha?

Qual é sua ocupação e em que período?

E seu esposo(a) trabalha?

Qual é a ocupação dele(a) e em que período?

Quantas pessoas trabalham na casa?

Qual a renda total da família?

Tem parentes seus morando também na comunidade?

Com quem seus filhos ficam quando não estão na creche?

Quais são as fontes de auxílio a quem sua família recorre com maior frequência?

Quando a sua família passa por momentos de crise, de onde vem a ajuda?

Sua família recebe algum auxílio de projetos assistenciais? Quais auxílios?

Há quanto tempo você e sua família moram na comunidade? E como é viver nessa comunidade?

Como você descreve a comunidade novo horizonte?

O que tem de melhor e o que tem de pior na comunidade?

Você sabe para que existe o posto de saúde da comunidade?

Sua família frequenta o posto?

As necessidades de sua família são sanadas por meio dos atendimentos no posto?

Você gosta do trabalho desenvolvido no posto?

Como gostaria que fosse o atendimento?

Em seu ver, para que existe a creche na comunidade?

Você acha que tem vagas disponíveis nas creches para todas as crianças da comunidade?

Conhece alguma família que não conseguiu vaga na creche para seus filhos? O que pensa sobre isso?

O que você espera da creche?

Qual a sua avaliação do trabalho da creche?

Você acha importante seu filho frequentar a creche? Porque?

Ao seu ver, quais seriam as obrigações da creche com relação à seu filho?

E as obrigações da família (em relação à creche)?

O que mais lhe agrada em relação à creche?

E o que mais lhe desagrada?

Qual a sua opinião sobre o que precisa melhorar nos serviços oferecidos pela creche: E pelo posto de saúde da comunidade?

Você acha que as famílias tem outra(s) alternativa(s) além da escola e creche, para a educação e cuidado de suas crianças da comunidade?

Quais seriam?

O que pensa sobre esses projetos?

Seus filhos participam desses projetos?

Eles gostam de participar? Porquê?

Você acha importante a participação de seu (sua) filho (a) nesses projetos? Por quê?

---

<sup>106</sup> Os integrantes das três famílias convidados para a entrevista, serão selecionados a partir de dados observados, envolvimento da família na comunidade escolar e baseado na opinião dos profissionais da sala pesquisada.

## APÊNDICE C

PROPOSTA DE ROTEIRO PARA AS QUESTÕES A SEREM ABORDADAS DURANTE OS MOMENTOS COLETIVOS DE CONTOS DE HISTÓRIAS (RODA DE CONVERSA COM AS CRIANÇAS<sup>107</sup>)

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Dialogando com o grupo (momentos de socialização) “Questões aleatórias nas rodas de conversas.” **Após contar às crianças um pouco sobre a minha história de vida e lhes dizer como é a minha rotina, farei os seguintes questionamentos:**

Como é a vida de vocês?

Com e de que vocês brincam?

Com quem e em que momentos as brincadeiras acontecem?

De que mais gostam de brincar?

Quais os brinquedos que possuem?

De que brinquedos mais gostam?

Em quais espaços preferem estar durante esses momentos, na creche ou em casa?

De que mais gostam de brincar na creche?

Em quais espaços preferem brincar?

O que acontece de mais legal durante o período que ficam na creche?

Qual o momento que menos gostam durante o período que estão na creche?

Se pudessem mudar alguma coisa na creche, o que mudariam?

Quando estão em casa, com quem ficam e quais atividades realizam?

Quais atividades praticam e em que lugares costumam ir fora do espaço da creche?

O que fazem nos finais de semana?

Passeiam pela comunidade?

Brincam nos espaços que a comunidade oferece?

Gostam desses espaços?

Gostam da comunidade?

O que mais gostam na comunidade e o que menos gostam?

Se pudessem mudar algo na comunidade, o que mudariam?

Passeiam com seus pais durante os finais de semana?

Conhecem Florianópolis, pontos turísticos, praias?

Com que frequência vão para a ilha, para o centro da cidade?

Gostariam de conhecer algum lugar que ainda não conhecem?

Acham isso possível? Porquê?

Do que mais vocês gostariam de falar?

A partir do primeiro conto: **“O pequeno vendedor de chicletes”**

O que vocês acharam da história?

Do que vocês mais gostaram?

Do que menos vocês gostaram?

Porque será que aconteceu isso com o menino?

Porque ele levava essa vida?

Sua história de vida poderia ser diferente?

Como poderia ou deveria ser?

Essa história lembra vocês de alguma coisa?

O lugar aonde ele morava se parece com o lugar em que vocês moram?

Vocês conhecem alguma criança daqui da comunidade que vende alguma coisa, assim como o menino da história?

---

<sup>107</sup> Após vários dias de observação e vivências com o grupo, a pesquisadora, em roda de conversa, iniciará sua fala explicando às crianças o objetivo dela estar os acompanhando e os observando há algum tempo. Ao longo dos dias, estando mais familiarizada na turma, contará histórias variadas e conversará com o grupo a respeito de suas rotinas de vida. Em sequência, se convidará à contar duas histórias previamente selecionadas e a partir dos diálogos posteriores ao conto, introduzirá as questões de relevância à pesquisa.

O que ela vende? Aonde? Pra quem?  
 Você conhece alguma criança que leva uma vida assim como a vida do menino vendedor de chicletes?  
 E a vida de vocês como é? Parecida ou não com a vida do pequeno vendedor?  
 Assim como o menino, vocês gostariam que alguma coisa fosse diferente na vida de vocês?  
 O que por exemplo?  
 Como deveria ser a vida de vocês? Porque?

A partir do segundo conto: **“Chapeuzinho Amarelo”**

O que vocês acharam da história?  
 Do que vocês mais gostaram?  
 Do que menos vocês gostaram?  
 Porque será que acontecia isso com a menina?  
 Porque ela levava essa vida de medo?  
 Sua história de vida poderia ser diferente?  
 Como poderia ou deveria ser?  
 Essa história lembra vocês de alguma coisa?  
 E a vida de vocês como é? Parecida ou não com a vida da menina?  
 Do que vocês tem medo? Porque?  
 Assim como a menina, vocês gostariam que alguma coisa fosse diferente na vida de vocês?  
 O que por exemplo?  
 Como deveria ser a vida de vocês? Porque?  
 Você acharam a menina corajosa quando ela enfrentou seus medos? E vocês se acham corajosos assim como ela?  
 Assim como a menina, vocês teriam coragem de enfrentar seus medos? Como fariam isso?  
 Ao enfrentar seus medos, o que seria diferente na vida de vocês? Isso seria possível?

## APÊNDICE D

TERMOS DE CONSENTIMENTOS LIVRES E ESCLARECIDOS PARA OS  
 ENTREVISTADOS E PARTICIPANTES DA PESQUISA.<sup>108</sup>

Modelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) **Para as professoras e auxiliares:**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
 CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: **“COMUNIDADE CHICO MENDES: a infância da família trabalhadora e as relações de classe na perspectiva Histórico Cultural”**

**Nome do (a) Pesquisador (a):** Mirtes Aurélio Boaro Santos

**Nome do (a) Pesquisador/Orientador (a) Responsável:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Soraya Franzoni Conde

Caro(a) pesquisado(a):

<sup>108</sup> Todos os participantes da pesquisa serão convidados a assinar o TCLE, professores, auxiliares de sala e famílias, responsáveis pelas crianças e crianças.

O/a Sr/Sra. está sendo convidado/a à **participar** da **pesquisa “COMUNIDADE CHICO MENDES: a infância da família trabalhadora e as relações de classe na perspectiva Histórico Cultural”**, que está sendo desenvolvida por mim, Mirtes Aurélia Boaro Santos, pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina em nível de Mestrado na linha de pesquisa Trabalho e Educação, sob orientação da professora Dra. Soraya Franzoni Conde.

A referida pesquisa tem como objetivo compreender como as crianças da comunidade Chico Mendes vivem a infância mediante sua condição de classe.

Como recurso metodológico, o processo de pesquisa se inscreve na perspectiva do materialismo histórico dialético e possui cunho qualitativo. Para a coleta de dados utilizaremos a observação participante, ação/dinâmica/brincadeira/diálogo/bate-papo junto às crianças, diálogos (rodas de conversas com as crianças, e entrevistas com três pais de crianças do grupo em estudo, que acontecerão por meio de um roteiro de questões semiestruturadas), diário de campo e registro áudio visual (fotográficos). A observação tem como foco as relações infantis a partir do ambiente institucional, buscando analisar como se dá essa infância no contexto territorial.

**Para tanto, você está sendo convidado (a), a participar dessa pesquisa, que se orientará a partir de momentos individuais e de interação coletiva, a ser realizado no ambiente da creche entre as crianças/profissionais/família.**

Ao concordar em participar deste estudo, o/a Sr/Sra necessita permitir que o/a pesquisador/a colete, analise e publique os dados obtidos por meio dos registros escritos com vistas a pesquisa para a comunidade científica, bem como para a sociedade civil. Além disso, esta pesquisa necessita da permissão do/a Sr/Sra, para que **a pesquisadora divulgue os dados levantados durante sua atuação no campo com base no estudo** com as crianças/profissionais/famílias, **se utilizando e realizando a publicação dos mesmos no resultado da pesquisa.**

Ressalto ainda, que a pesquisa passou por liberação e autorização da Gerência de Formação Permanente da Prefeitura Municipal de Florianópolis, bem como da Direção da Unidade Educativa e pretende os acompanhar durante o primeiro semestre do ano de 2018.

Os participantes serão as crianças e os profissionais do Grupo 5 e 6, (grupo denominado misto) que fazem parte de uma instituição da Rede Municipal de Educação Infantil Pública do Município de Florianópolis/SC, situada na Comunidade do Novo Horizonte. A pesquisa totalizará; 25 crianças, duas professoras, uma auxiliar de sala e três integrantes das famílias ou responsáveis por crianças pesquisadas.

O/a Sr/Sra **tem liberdade de se recusar a participar em qualquer fase da pesquisa**, sem qualquer prejuízo ou necessidade de justificativa. Sempre que quiser, o Sr/Sra poderá pedir mais informações sobre a pesquisa, através do telefone da pesquisadora do projeto. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e a orientadora terão conhecimento dos dados. Ao participar desta pesquisa, o/a Sr/Sra, não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações e contribuições importantes para a prática pedagógica no tocante ao tema infância, para a formação de professores e diretores de educação infantil e para a análise da infância com vistas a sua constituição mediante a condição social da criança. Dessa forma, a pesquisadora se compromete a divulgar os resultados obtidos como um todo, preservando a privacidade e sigilo dos participantes. Caso tenha algum prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa, poderá recorrer aos seus direitos de acordo com a legislação vigente.

Estamos cientes que a presença de um adulto-pesquisador no contexto educativo pode causar cansaço ou aborrecimento, ou ainda, constrangimento ao se expor durante a realização da pesquisa; desconforto ou alterações de comportamento durante as gravações de áudio e vídeo; dúvidas e questionamentos sobre os procedimentos de registro dos dados do campo. No entanto, nos responsabilizamos, em gestar todos estes riscos dentro dos parâmetros da ética de pesquisas envolvendo seres humanos, com compromisso e cuidado para minimizar eventuais riscos.

O/a Sr/Sra, não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago pela participação. Caso alguma despesa extraordinária **associada à pesquisa** venha a ocorrer e ela seja comprovada, você será ressarcido (a) conforme os termos da Resolução CNS 510/16.

Informamos que duas vias deste documento serão rubricadas e assinadas pelo (a) Sr/Sra e pelo pesquisador responsável, o qual se compromete a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconiza a Resolução 510/16 de 12/06/2012, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa. Guarde cuidadosamente a sua via, pois é um documento que traz importantes informações de contato e garante os seus direitos como participante da pesquisa.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Mirtes Aurélio Boaro Santos  
Mestranda/ Pesquisadora/ UFSC

\_\_\_\_\_  
Soraya Franzoni Conde  
Professora/Orientadora/UFSC

O cumprimento das exigências contidas no item IV.3 do documento: “Informações gerais sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) baseado na Resolução 510/2016” e todos os procedimentos éticos necessários à pesquisa acadêmica é de nossa responsabilidade, enquanto orientadora e pesquisadora principal.

O contato com as pesquisadoras e Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPESH, fica assim estabelecido:

Soraya Franzoni Conde (pesquisadora responsável)

E- mail: [sorayafconde@gmail.com](mailto:sorayafconde@gmail.com)

Mirtes Aurélio Boaro Santos (mestranda/pesquisadora)

Telefone: (48) 984672728

E-mail: [eumirtessantos@hotmail.com](mailto:eumirtessantos@hotmail.com)

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPESH/UFSC

Pró-Reitoria de Pesquisa

Prédio Reitoria II

R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC

CEP 88.040-400

Contato: (48) 3721-6094

E-mail: [cep.propesq@contato.ufsc.br](mailto:cep.propesq@contato.ufsc.br)

#### **Consentimento Livre e Esclarecido**

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto consentimento para participar da pesquisa, e declaro que fui informado (a) dos termos da Resolução nº 466/2012 e suas complementares e compreendi claramente meus direitos em relação à participação na referida pesquisa. Para maior clareza, firmo o presente.

Eu \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Florianópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201 \_\_\_\_.

Assinatura do pesquisado: \_\_\_\_\_

Modelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) **Para as famílias**<sup>109</sup>:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

<sup>109</sup> Dez famílias do grupo pesquisado serão convidadas a participarem de uma entrevista, na qual a pesquisadora se utilizará de um questionário semiestruturado para a realização da mesma. Portanto ao aceitarem o convite precisarão concordar e assinar o termo de consentimento abaixo descrito.

## PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Título da Pesquisa: “COMUNIDADE CHICO MENDES: a infância da família trabalhadora e as relações de classe na perspectiva Histórico Cultural”**

**Nome do (a) Pesquisador (a):** Mirtes Aurélia Boaro Santos

**Nome do (a) Pesquisador/Orientador (a) Responsável:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Soraya Franzoni Conde

Caro(a) pesquisado(a):

O/a Sr/Sra. está sendo convidado/a à **participar** da pesquisa **“COMUNIDADE CHICO MENDES: a infância da família trabalhadora e as relações de classe na perspectiva Histórico Cultural”**, que está sendo desenvolvida por mim, Mirtes Aurélia Boaro Santos, pesquisadora do Programa de PósGraduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina em nível de Mestrado na linha de pesquisa Trabalho e Educação, sob orientação da professora Dra. Soraya Franzoni Conde.

A referida pesquisa tem como objetivo compreender como as crianças da comunidade Chico Mendes vivem a infância mediante sua condição de classe.

Como recurso metodológico, o processo de pesquisa se inscreve na perspectiva do materialismo histórico dialético e possui cunho qualitativo. Para a coleta de dados utilizaremos a observação participante, ação/dinâmica/brincadeira/diálogo/bate-papo junto às crianças, diálogos (rodas de conversas com as crianças, e entrevistas com dez pais de crianças do grupo em estudo, que acontecerão por meio de um roteiro de questões semiestruturadas), diário de campo e registro áudio visual (fotográficos). A observação tem como foco as relações infantis a partir do ambiente institucional, buscando analisar como se dá essa infância no contexto territorial.

Para tanto,  **você está sendo convidado (a), a participar dessa pesquisa, que se orientará a partir de entrevistas com os senhores (as), momentos individuais e de interação coletiva, a ser realizado no ambiente da creche entre as crianças/ profissionais/famílias.**

Ao concordar em participar deste estudo, o/a Sr/Sra necessita permitir que o/a pesquisador/a colete, analise e publique os dados obtidos por meio dos registros escritos com vistas a pesquisa para a comunidade científica, bem como para a sociedade civil.

Além disso, esta pesquisa necessita da permissão do/a Sr/Sra, para que **a pesquisadora divulgue os dados levantados durante sua atuação no campo com base no estudo** com as crianças/profissionais/famílias, **se utilizando e realizando a publicação dos mesmos no resultado da pesquisa.**

Ressalto ainda, que a pesquisa passou por liberação e autorização da Gerência de Formação Permanente da Prefeitura Municipal de Florianópolis, bem como da Direção da Unidade Educativa e pretende os acompanhar durante o primeiro semestre do ano de 2018.

Os participantes serão as crianças dos Grupos 5 e 6, (grupo denominado misto), que fazem parte de uma instituição da Rede Municipal de Educação Infantil Pública do Município de Florianópolis/SC, situada na Comunidade do Novo Horizonte, totalizando 25 crianças, duas professoras, uma auxiliar de sala e três integrantes das famílias ou responsáveis pelas crianças pesquisadas.

O/a Sr/Sra **tem liberdade de se recusar a participar em qualquer fase da pesquisa**, sem qualquer prejuízo ou necessidade de justificativa. Sempre que quiser, o Sr/Sra poderá pedir mais informações sobre a pesquisa, através do telefone da pesquisadora do projeto. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e a orientadora terão conhecimento dos dados. Ao participar desta pesquisa, o/a Sr/Sra, não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações e contribuições importantes para a prática pedagógica no tocante ao tema infância, para a formação de professores e diretores de educação infantil e para a análise da infância com vistas a sua constituição mediante a condição social da criança. Dessa forma, a pesquisadora se compromete a divulgar os resultados obtidos como um todo, preservando a privacidade e sigilo dos participantes. Caso tenha algum prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa, poderá recorrer aos seus direitos de acordo com a legislação vigente.

Estamos cientes que a presença de um adulto-pesquisador no contexto educativo pode causar cansaço ou aborrecimento, ou ainda, constrangimento ao se expor durante a realização da pesquisa; desconforto ou alterações de comportamento durante as gravações de áudio e vídeo; dúvidas e questionamentos sobre os procedimentos de registro dos dados do campo. No entanto, nos responsabilizamos, em gestar todos estes riscos dentro dos parâmetros da ética de pesquisas envolvendo seres humanos, com compromisso e cuidado para minimizar eventuais riscos.

O/a Sr/Sra, não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago pela participação. Caso alguma despesa extraordinária **associada à pesquisa** venha a ocorrer e ela seja comprovada, você será ressarcido (a) conforme os termos da Resolução CNS 510/16.

Informamos que duas vias deste documento serão rubricadas e assinadas pelo (a) Sr/Sra e pelo pesquisador responsável, o qual se compromete a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconiza a Resolução 510/16 de 07/04/2016, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa. Guarde cuidadosamente a sua via, pois é um documento que traz importantes informações de contato e garante os seus direitos como participante da pesquisa.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Mirtes Aurélia Boaro Santos  
Mestranda/ Pesquisadora/ UFSC

\_\_\_\_\_  
Soraya Franzoni Conde  
Professora/Orientadora/UFSC

O cumprimento das exigências contidas no item IV.3 do documento: “Informações gerais sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) baseado na Resolução 466/2012” e todos os procedimentos éticos necessários à pesquisa acadêmica é de nossa responsabilidade, enquanto orientadora e pesquisadora principal. O contato com as pesquisadoras e Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPESH fica assim estabelecido:

Soraya Franzoni Conde (pesquisadora responsável)

E- mail: [sorayafconde@gmail.com](mailto:sorayafconde@gmail.com)

Mirtes Aurélia Boaro Santos (mestranda/pesquisadora)

Telefone: (48) 984672728

E-mail: [eumirtessantos@hotmail.com](mailto:eumirtessantos@hotmail.com)

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPESH/UFSC

Pró-Reitoria de Pesquisa

Prédio Reitoria II

R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade,

Florianópolis/SC

CEP 88.040-400

Contato: (48) 3721-6094

E-mail: [cep.propesq@contato.ufsc.br](mailto:cep.propesq@contato.ufsc.br)

#### Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto consentimento para participar da pesquisa, e declaro que fui informado (a) dos termos da Resolução nº 466/2012 e suas complementares e compreendi claramente meus direitos em relação à participação na referida pesquisa.

Para maior clareza, firmo o presente.

Eu \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Florianópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201 \_\_\_\_.

Assinatura do pesquisado: \_\_\_\_\_



Modelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) **Para que as famílias autorizem a participação das crianças<sup>110</sup>:**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Título da Pesquisa: “COMUNIDADE CHICO MENDES: a infância da família trabalhadora e as relações de classe na perspectiva Histórico Cultural”**

**Nome do (a) Pesquisador (a):** Mirtes Aurélia Boaro Santos

**Nome do (a) Pesquisador/Orientador (a) Responsável:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Soraya Franzoni Conde

Caros Responsáveis:

O/a seu/a filho/a está sendo convidado/a à participar da pesquisa **“COMUNIDADE CHICO MENDES: a infância da família trabalhadora e as relações de classe na perspectiva Histórico Cultural”**, que está sendo desenvolvida por mim, Mirtes Aurélia Boaro Santos, pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina em nível de Mestrado na linha de pesquisa Trabalho e Educação, sob orientação da professora Dra. Soraya Franzoni Conde.

A referida pesquisa tem como objetivo compreender como as crianças da comunidade Chico Mendes vivem a infância mediante sua condição de classe.

Como recurso metodológico, o processo de pesquisa se inscreve na perspectiva do materialismo histórico dialético e possui cunho qualitativo. Para a coleta de dados utilizaremos a observação participante, ação/dinâmica/brincadeira/diálogo/bate-papo junto às crianças, diálogos (rodas de conversas com as crianças, e entrevistas com dez pais de crianças do grupo em estudo, que acontecerão por meio de um roteiro de questões semiestruturadas), diário de campo e registro áudio visual (fotográficos). A observação tem como foco as relações infantis a partir do ambiente institucional, buscando analisar como se dá essa infância no contexto territorial.

**Durante a pesquisa, seu/a filho/a está sendo convidado/a a participar da observação participante e da ação/brincadeira junto à pesquisadora.**

Ao concordar em participar deste estudo, o/a Sr/Sra necessita permitir que a pesquisadora colete, analise e publique os dados coletados junto ao seu/a filho/a por meio dos **registros escritos, de áudio, filmagens e fotográficos** realizados durante a observação-participante e a ação/brincadeira, para a comunidade científica, bem como para a sociedade civil.

Ressalto ainda, que a pesquisa passou por liberação e autorização da Gerência de Formação Permanente da Prefeitura Municipal de Florianópolis, bem como da Direção da Unidade Educativa e pretende os acompanhar durante o primeiro semestre do ano de 2018.

Os participantes serão as crianças dos Grupos 5 e 6, (grupo denominado misto), que fazem parte de uma instituição da Rede Municipal de Educação Infantil Pública do Município de Florianópolis/SC, situada na Comunidade do Novo Horizonte, totalizando 25 crianças, duas professoras, uma auxiliar de sala e três integrantes das famílias ou responsáveis pelas crianças pesquisadas.

**O/a Sr/Sra tem liberdade de recusar que seu/sua filho/o participe e ainda de recusar que ele/ela continue participando, em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para o/a Sr/Sra. e para o/a seu filho/a.** Sempre que quiser, o/a Sr/Sra poderá pedir mais informações sobre a pesquisa, através do telefone da pesquisadora do projeto.

Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº 510/16, do Conselho Nacional de Saúde, que ao considerar a ética uma

<sup>110</sup> Todas as crianças do grupo obrigatoriamente deverão ser autorizadas por suas famílias.

construção humana, portanto histórica, social e cultural; Compreende que a mesma em pesquisa, implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas que envolvem seres humanos

Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e a orientadora terão conhecimento dos dados. Ao participar desta pesquisa, o/a Sr/Sra, não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações e contribuições importantes para a prática pedagógica no tocante ao tema infância, para a formação de professores e diretores de educação infantil e para a análise da infância com vistas a sua constituição mediante a condição social da criança. Dessa forma, a pesquisadora se compromete a divulgar os resultados obtidos como um todo, preservando a privacidade e sigilo dos participantes. Caso tenha algum prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa, poderá recorrer aos seus direitos de acordo com a legislação vigente.

Estamos cientes que a presença de um adulto-pesquisador no contexto educativo pode causar cansaço ou aborrecimento, ou ainda, constrangimento ao se expor durante a realização da pesquisa; desconforto ou alterações de comportamento durante as gravações de áudio e vídeo; dúvidas e questionamentos sobre os procedimentos de registro dos dados do campo. No entanto, nos responsabilizamos, em gestar todos estes riscos dentro dos parâmetros da ética de pesquisas envolvendo seres humanos, com compromisso e cuidado para minimizar eventuais riscos.

O/a Sr/Sra, não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago pela participação. Caso alguma despesa extraordinária **associada à pesquisa** venha a ocorrer e ela seja comprovada, você será ressarcido (a) conforme os termos da Resolução CNS 510/16 de 07/04/2016.

Desde já agradeço a sua participação e a do/a seu/a filho/a como importante elemento de articulação entre ensino, pesquisa e extensão e fundamental para o desenvolvimento deste estudo.

Assim, duas vias deste documento estão sendo rubricadas e assinadas pelo (a) Sr/Sra e pelo pesquisador responsável. Por ser tratar de um documento que traz importantes informações de contato e garante os seus direitos como participante da pesquisa, é fundamental que ele seja preservado.

Eu, .....,

RG ....., responsável legal por ....., li este documento

(ou tive este documento lido para mim por uma pessoa de confiança) e obtive dos pesquisadores todas as informações que julguei necessárias para me sentir esclarecido/a e optar por livre e espontânea vontade em participar da pesquisa.

ASSINATURA:

---

O cumprimento das exigências contidas no item IV.3 e todos os procedimentos éticos necessários à pesquisa acadêmica é de minha responsabilidade, enquanto orientadora e pesquisadora responsável. O contato com as pesquisadoras e Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPESH, fica assim estabelecido:

Profª Drª Soraya Franzoni Conde (pesquisadora responsável)

E-mail: [sorayafconde@gmail.com](mailto:sorayafconde@gmail.com)

Mirtes Aurélio Boaro Santos (mestranda/pesquisadora)

Telefone: (48) 984672728

E-mail: [eumirtessantos@hotmail.com](mailto:eumirtessantos@hotmail.com)

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPESH

Pró-Reitoria de Pesquisa

Prédio Reitoria II

R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC

CEP 88.040-400

Contato: (48) 3721-6094

E-mail: [cep.propesq@contato.ufsc.br](mailto:cep.propesq@contato.ufsc.br)

#### **Consentimento Livre e Esclarecido**

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto consentimento para que meu/a filho/a participe da pesquisa.

NOME DA CRIANÇA:

---

NOME DOS PAIS/RESPONSÁVEIS: _____  _____  ASSINATURA: _____ _____
--

DATA: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 Mirtes Aurélia Boaro Santos  
 Mestranda/ Pesquisadora/ UFSC

\_\_\_\_\_  
 Soraya Franzoni Conde  
 Professora/Orientadora/UFSC

Modelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) **Para que as crianças <sup>111</sup> autorizem sua participação:**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
 CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Título da Pesquisa:** “COMUNIDADE CHICO MENDES: a infância da família trabalhadora e as relações de classe na perspectiva Histórico Cultural”

**Nome do (a) Pesquisador (a):** Mirtes Aurélia Boaro Santos

**Nome do (a) Pesquisador/Orientador (a) Responsável:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Soraya Franzoni Conde

Crianças:

Vocês estão sendo convidadas à participarem da pesquisa “**COMUNIDADE CHICO MENDES: a infância da família trabalhadora e as relações de classe na perspectiva Histórico Cultural**”, que está sendo

<sup>111</sup> Mediante a leitura do TCLE realizada pela pesquisadora com intuito de informar às crianças sobre a pesquisa e da necessidade do assentimento a ser assinado por elas.

desenvolvida por mim, Mirtes Aurélia Boaro Santos, pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina em nível de Mestrado na linha de pesquisa Trabalho e Educação, sob orientação da professora Dra. Soraya Franzoni Conde.

A referida pesquisa tem como objetivo compreender como vocês, crianças da comunidade Chico Mendes vivem sua infância, mediante sua condição de classe.

Para a coleta de dados, utilizaremos a observação-participante, ação/dinâmica/brincadeira/diálogo/batepapo junto ao grupo que se denomina grupo 5 e 6 misto. Diálogos durante o cotidiano na creche, nos vários espaços de brincadeiras, rodas de conversas, contações de histórias que acontecerão durante as visitas da pesquisadora. Também, por meio de observações, registros escritos em diário de campo e registro áudio visual (fotográficos). Buscando analisar como se dá essa infância nesse contexto institucional, bem como a observação das relações infantis a partir do contexto da comunidade. Durante a pesquisa, você estará sendo convidado/a à participar da observação-participante e da ação/brincadeira junto à pesquisadora.

Ao concordar em participar deste estudo, você, assim como alguém responsável por você, necessita permitir que o/a pesquisador/a colete, analise e publique os dados coletados por meio dos registros escritos, de áudio, filmagens e fotográficos realizados durante a observação-participante e a ação/brincadeira, para a comunidade científica, bem como para a sociedade civil.

Ressalto ainda, que a pesquisa passou por liberação e autorização da Gerência de Formação Permanente da Prefeitura Municipal de Florianópolis, bem como da Direção da Unidade Educativa e pretende os acompanhar durante o primeiro semestre do ano de 2018.

Os participantes serão vocês, crianças dos Grupos 5 e 6, (grupo denominado misto), que fazem parte de uma instituição da Rede Municipal de Educação Infantil Pública do Município de Florianópolis/SC, situada na Comunidade do Novo Horizonte, totalizando 25 crianças, duas professoras, uma auxiliar de sala e três integrantes das famílias ou responsáveis pelas crianças pesquisadas.

No decorrer da pesquisa, você tem liberdade de se recusar a participar das atividades propostas pela pesquisadora, e ainda de se recusar a continuar participando, em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser, você poderá pedir mais informações sobre a pesquisa, através do contato com a pesquisadora do projeto, que estará diariamente em sala com o grupo.

Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº 510/16, do Conselho Nacional de Saúde, que ao considerar a ética uma construção humana, portanto histórica, social e cultural; Compreende que a mesma em pesquisa, implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas que envolvem seres humanos

Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e a orientadora terão conhecimento dos dados. Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações e contribuições importantes para a prática pedagógica no tocante ao tema infância, para a formação de professores e diretores de educação infantil e para a análise da infância com vistas a sua constituição mediante a condição social da criança. Dessa forma, a pesquisadora se compromete a divulgar os resultados obtidos como um todo, preservando a privacidade e sigilo dos participantes. Caso tenha algum prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa, poderá recorrer aos seus direitos de acordo com a legislação vigente.

Estamos cientes que a presença de um adulto-pesquisador no contexto educativo pode causar cansaço ou aborrecimento, ou ainda, constrangimento ao se expor durante a realização da pesquisa; desconforto ou alterações de comportamento durante as gravações de áudio e vídeo; dúvidas e questionamentos sobre os procedimentos de registro dos dados do campo. No entanto, nos responsabilizamos, em gestar todos estes riscos dentro dos parâmetros da ética de pesquisas envolvendo seres humanos, com compromisso e cuidado para minimizar eventuais riscos.

Você criança, não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago pela sua participação. Caso alguma despesa extraordinária **associada à pesquisa** venha a ocorrer e ela seja comprovada, você ou sua família, será ressarcido (a) conforme os termos da Resolução nº 510/16 do CNS.

Desde já agradeço a sua participação e de sua família, como importante elemento de articulação entre ensino, pesquisa e extensão e fundamental para o desenvolvimento deste estudo.

Assim, duas vias deste documento estão sendo rubricadas e assinadas por você criança/participante e pelo pesquisador responsável. Por ser tratar de um documento que traz importantes informações de contato e garante os seus direitos como participante da pesquisa, é fundamental que ele seja preservado.

Eu, .....

RG ....., escutei atentamente a leitura deste documento realizado pela pesquisadora, para o grupo 5 e 6, na presença das professoras da turma e obtive todas as informações que julguei necessárias para me sentir esclarecido/a e optar por livre e espontânea vontade em participar da pesquisa. ASSINATURA da criança/participante: \_\_\_\_\_

O cumprimento das exigências contidas no item IV.3 e todos os procedimentos éticos necessários à pesquisa acadêmica é de minha responsabilidade, enquanto orientadora e pesquisadora responsável. O contato com as pesquisadoras e Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPESH, fica assim estabelecido:

Pr<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Soraya Franzoni Conde (pesquisadora responsável)  
E- mail: [sorayafconde@gmail.com](mailto:sorayafconde@gmail.com)

Mirtes Aurélio Boaro Santos (mestranda/pesquisadora)  
Contato: (48) 984672728  
E-mail: [eumirtessantos@hotmail.com](mailto:eumirtessantos@hotmail.com)

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPESH/UFSC  
Pró-Reitoria de Pesquisa  
Prédio Reitoria II  
R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC  
CEP 88.040-400  
Contato: (48) 3721-6094  
E-mail: [cep.propesq@contato.ufsc.br](mailto:cep.propesq@contato.ufsc.br)

**Consentimento Livre e Esclarecido**

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto assentimento em ser participante da pesquisa.

NOME DA CRIANÇA:

\_\_\_\_\_

NOME DOS

PAIS/RESPONSÁVEIS:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

ASSINATURA da criança/participante da pesquisa

\_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Mirtes Aurélio Boaro Santos  
Mestranda/ Pesquisadora/ UFSC

\_\_\_\_\_  
Soraya Franzoni Conde  
Professora/Orientadora/UFSC

## ANEXOS

## ANEXO 1

PARECER FAVORÁVEL À PESQUISA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS,  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.




SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE GESTÃO ESCOLAR  
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA  
Rua Ferreira Lima, 82 – Centro  
CEP 88014-420 – Florianópolis – SC  
Telefones: (48) 32120922 – (48) 32120923

Florianópolis, 22 de Novembro de 2017.

## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e efeitos legais que, objetivando atender as exigências para a obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, e como representante legal da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis (Gerência de Educação Continuada), tomei conhecimento do projeto de pesquisa: **"A INFÂNCIA NA COMUNIDADE CHICO MENDES: intersecções entre classe e cultura"**, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), nível de mestrado, no período de 2017 - 2018. O (a) pesquisador (a) **MIRTES AURÉLIA BOARO SANTOS** está sob orientação do (a) Profª Dra. Soraya Franzoni Conde. Cumprirei os termos da Resolução CNS 466/2012 e suas complementares, e como esta instituição tem condição para o desenvolvimento deste projeto, autorizo a sua execução nos termos propostos.

  
Ana Elisa de Moura Miotto - Gerente  
Gerência de Educação Continuada  
Matrícula 13757-0

ANA ELISA DE MOURA MIOTTO  
Gerente de Educação Continuada  
Matrícula 137570

**ANEXO 2****CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISADORA E PESQUISA À UNIDADE EDUCATIVA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)



Florianópolis, 04 de dezembro de 2017

**CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Venho por meio desta, apresentar Mirtes Aurélia Boaro Santos, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós Graduação em Educação, nível de Mestrado, da Universidade Federal de Santa Catarina. A referida aluna pretende desenvolver o projeto de pesquisa intitulado “A infância na comunidade Chico Mendes: intersecções entre classe e cultura”, com o objetivo de analisar como as crianças dessa comunidade produzem e vivem sua infância enquanto constituintes da classe trabalhadora e como esses elementos de classe se expressam em seu cotidiano. Para isso, a aluna opta por uma pesquisa empírica, a qual pretende ser realizada pelo viés da creche Municipal Chico Mendes, localizada na comunidade Novo Horizonte, no bairro Monte Cristo em Florianópolis SC. A pesquisa pretende ser realizada no primeiro semestre de 2018.

Gostaria de registrar que a mestranda adotará todos os procedimentos éticos necessários à pesquisa acadêmica e que correspondem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. O presente projeto aguarda a aprovação do Comitê de Ética da UFSC, contudo solicitamos a permissão para obtenção dos dados para que a pesquisa possa transcorrer conforme o calendário. Desde já nos responsabilizamos por aguardar a aprovação do Comitê para divulgar os dados de pesquisa e caso o processo seja indeferido nos comprometemos em desconsiderar os dados respeitando o compromisso ético firmado com esta gerência.

---

Orientadora  
Professora Dra. Soraya Franzoni Conde  
sorayafconde@gmail.com  
(48) 984323888

## ANEXO 3

## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SANTA CATARINA - UFSC



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

## DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A infância na comunidade Chico Mendes: intersecções entre classe e cultura **Pesquisador:** Soraya Franzoni Conde **Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 89490117.3.0000.0121

**Instituição Proponente:** Universidade Federal de Santa Catarina

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 2.836.231

**Apresentação do Projeto:**

Trata-se de um estudo de mestrado, realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFSC). A pesquisa problematiza os modos de tornar-se criança em uma comunidade empobrecida da periferia de Florianópolis, situando o seu olhar na encruzilhada entre classe e cultura. Para tanto, a investigadora fará uma imersão no campo de pesquisa procurando desvendar as maneiras de produção e reprodução da vida em que as crianças e suas famílias desenvolvem sua existência. Contudo, o locus principal da pesquisa será uma instituição de educação infantil e as relações que ali se estabelecem, que abriga o grupo de crianças focalizado, e que servirá de local de contato com as famílias selecionadas, em um total de 10. Serão realizados registros em diário de campo, fotografias, filmagens das rodas de conversa com as crianças e entrevistas com as famílias selecionadas.

**Objetivo da Pesquisa:**

**Geral:** Compreender como as crianças da comunidade Chico Mendes vivem a infância mediante sua condição de classe.

**Específicos:**

Analisar teórica e historicamente a concepção de infância, classe social e família trabalhadora, a partir do materialismo histórico dialético tendo a categoria trabalho como central na constituição do ser social. Examinar a produção acadêmica brasileira sobre a temática da “infância no contexto da família da classe trabalhadora”

Depreender a história e a constituição social da comunidade Chico Mendes • Verificar como se constitui a família trabalhadora da comunidade Chico Mendes

Compreender a forma como as crianças experimentam e expressam a constituição social da infância da família trabalhadora na comunidade.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:** A avaliação de riscos e benefícios é realizada de maneira satisfatória, disponibilizando-se as pesquisadoras a prestar assistência em caso de necessidade.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O trabalho apresenta coerência teórico-metodológica e evidencia o conhecimento da autoria das diferentes ferramentas teóricas com as quais opera.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1049505.pdf	26/06/2018 15:21:09		Aceito
Outros	resposta_as_pedencias.pdf	26/06/2018 15:20:14	Soraya Franzoni Conde	Aceito



TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_cca_mod.pdf	26/06/2018 09:19:56	Soraya Franzoni Conde	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_modificado.pdf	26/06/2018 09:16:39	Soraya Franzoni Conde	Aceito
Cronograma	cronograma_modificado.pdf	26/06/2018 09:10:00	Soraya Franzoni Conde	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	24/04/2018 11:45:21	MIRTES AURELIA BOARO SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoedpesquisa.pdf	20/12/2017 13:07:45	Soraya Franzoni Conde	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracaoparecerfavoraveldapmf.pdf	20/12/2017 13:07:22	Soraya Franzoni Conde	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:** não

FLORIANOPOLIS, 22 de Agosto de 2018

**Assinado por: Maria Luiza Bazzo**  
**(COORDENADOR)**

**ANEXO 4**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE GESTÃO ESCOLAR  
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA  
GEC

OFÍCIO GEC 54 /2018

Florianópolis, 22/08/2018

Ilmo. Diretor (a)

Maria Lucia Pelogia Candido

NEIM Chico Mendes

**ENCAMINHAMENTO: PESQUISA DE MESTRADO**

A Gerência de Educação Continuada, em consonância com a Portaria Municipal nº. 116/2012, encaminha o (a) pesquisador (a) Mirtes Aurélio Boaro Santos, do PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação, da UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, com o objetivo de obter autorização para a realização da pesquisa de Mestrado intitulada: "A infância na comunidade Chico Mendes: intersecções entre classe e cultura" no NEIM Chico Mendes, com previsão de desenvolvimento no período de: 2018.

Caso a Unidade Educativa seja favorável à pesquisa, informamos que os seguintes procedimentos são imprescindíveis:

O pesquisador deve disponibilizar, na entrevista, carta de apresentação do professor orientador e projeto de pesquisa. O desenvolvimento do projeto acontecerá com o conhecimento e a anuência dos profissionais da respectiva Unidade Educativa.

Toda e qualquer intervenção realizada pelo pesquisador deverá ser previamente discutida com os profissionais da referida Unidade Educativa.

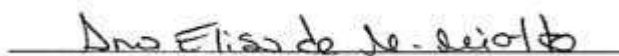
Os registros, documentários, fotos, ilustrações e outros, quando envolverem aluno/criança ou pessoas da comunidade educativa, deverão ser precedidos de autorização por escrito, de pessoa capaz, com a interveniência do diretor da Unidade Educativa.

Em caso de necessidade de obtenção de dados já sistematizados pela SME (Central) ou Unidade Educativa, o pesquisador deverá solicitar com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

Dados, informações, referências ou depoimentos sobre a Secretaria Municipal de Educação, deverão ser referenciados, conforme as normas da ABNT.

Fica firmado o compromisso de retorno dos resultados à Unidade Educativa onde se desenvolveu a pesquisa e à Secretaria Municipal de Educação por meio de socialização dos dados em seminários, fóruns de debate, cursos de extensão, a critério do pesquisador, em acordo com a direção da Unidade Educativa ou SME (Central).

Agradecemos antecipadamente a sua parceria nesse processo de investigação, certos de que esta experiência será extremamente significativa, contribuindo com reflexões, proposições e indicadores que visem à qualidade da ação educativa da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Atenciosamente,



Ana Elisa de Moura Miotto

Gerente de Educação Continuada

Matrícula 137570

Rua: Ferreira Lima, 82 - Centro de Educação Continuada - Centro - Florianópolis - SC. CEP 88015-420

Telefone: (48) 32120922 – (48) 3209-0923/ gec@sme.pmf.sc.gov.br

## ANEXO 5

QUESTIONÁRIO RESPONDIDO EM ENTREVISTA COM AS FAMÍLIAS DA CRECHE CHICO MENDES, PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CRECHE CHICO MENDES

Questionário com as famílias

Sobre a criança:

Nome:

idade:

Local de Nascimento:

Data:

Fone de contato (2):

Rua:

Bairro:

Cidade:

Responsável(1): Nome:

Parentesco:

Responsável (2): Nome:

Parentesco:

Pessoas autorizadas a pegar a criança na creche:

A criança apresenta algum problema de saúde que requeira cuidados especiais? (alergias, doenças crônicas, intolerância alimentar, etc...)

Toma algum tipo de medicamento de uso contínuo? Qual? Com que frequência?

Possui algum hábito na hora de dormir (cheirinho, chupeta, posição...)?

Dorme em média quantas horas por noite? Dorme bem?

Que tipo de músicas costuma ouvir?

E TV? Que programas costuma assistir?

Onde brinca? Com quem? Do que costuma brincar?

Com quem a criança fica quando não está na creche?

Como é sua alimentação em casa? Do que gosta? Do que não gosta?

Sobre as famílias:

Nome do(a) entrevistado (a):

Idade: Parentesco:

Bairro onde mora?

Há quanto tempo?

Onde nasceu?

Possui algum tipo de ocupação profissional (seja empregado ou autônomo)?

Qual sua escolaridade?

Você ou alguém da família que convive com você, recebe algum tipo de benefício social? Se sim, qual? Que valor?

Quantas pessoas vivem na sua casa? (especificar o número de crianças e de adultos).

Quantos cômodos sua casa possui? ( ) Destes, quantos são quartos ( )? banheiro ( )

Sala ( ) Cozinha ( ) Outros-----

Sua casa é própria ou alugada?

Com que renda mensal aproximada, sua família vive (entre trabalho em empresa, ou serviço autônomo, e/ou algum tipo de benefício social, se for o caso)?

Você já sofreu algum tipo de discriminação (racial, religiosa, pela orientação sexual, pela condição social, por morar na comunidade, entre outros?)

Tem algum tipo de religião ou crença? Se sim, qual?

Quais são suas expectativas em relação a creche?